

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA  
Doutorado Acadêmico

**POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA:** o programa  
Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio  
Purus, Lábrea (AM)

SILVÂNIA QUEIROZ E SILVA

MANAUS – AMAZONAS  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA  
Doutorado Acadêmico

SILVÂNIA QUEIROZ E SILVA

**POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA:** o programa  
Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio  
Purus, Lábrea (AM)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, linha de pesquisa em Dinâmicas Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Elenise Faria Scherer

MANAUS – AMAZONAS  
2016

Ficha elaborada por Rosângela de Oliveira Martins. CRB 11/137

S586p Silva, Silvânia Queiroz e. 1985-

Políticas Socioambientais na Amazônia: o programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea (AM) / Silvânia Queiroz e Silva.-Manaus: Programa de Pós-Graduação do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2018.

270 p.,il.

Orientador: Elenise Faria Scherer

Tese (Doutorado) – UFAM/ CCA/ PPGCASA, 2018

SILVÂNIA QUEIROZ E SILVA

**POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: o programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea (AM)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, linha de pesquisa em Dinâmicas Socioambientais.

Manaus (AM), 05 de agosto de 2016.

Comissão Julgadora:

Prof.ª. Dra. Ana Paulina Aguiar Soares  
CPF nº 041036292-15

Prof.ª. Dra. Marinez Gil Nogueira  
CPF nº 274.922.572-87

Prof. Dr. Wellington Luciano de Souza Costa  
CPF nº 883.733.404-91

Prof.ª. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi  
CPF nº 353 705 279-72

Prof.ª. Dra. Lucilene Ferreira de Melo  
CPF nº 335.698.862-04

Prof.ª. Dra. Elenise Faria Scherer - Presidente  
CPF nº 017853899-20

Silvânia Queiroz e Silva de Deus  
Doutoranda

Fernanda Mendes Miranda  
Secretária do PPG/CASA.

PPG/CASA, Av. Gen. R. Octávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado – Campus Universitário/UFAM  
Setor Sul Bloco “T” Fone: (92) 3305-4069 CEP 69.077-000, Manaus-Amazonas-Brasil

Dedico aos meus avós maternos Inácio e Francisca Queiroz (*in memoriam*) pela tofília que construíram em Lábrea e seus exemplos de amor e dignidade.

## AGRADECIMENTOS

Em muitos momentos, me referi ao período do curso de doutoramento como um momento de exílio, um exílio intelectual e voluntário por dois motivos, primeiro porque entrar num programa multidisciplinar se fez necessário para encontrar respostas às inquietações que moveram essa tese; segundo devido ao isolamento imprescindível para a realização do curso que tantos tiveram que compreender.

Porém, o que de fato me ocorreu foi um movimento contrário ao exílio, foi um movimento de reencontro, reconstrução e retorno no qual pude contar com muitas pessoas em diversos lugares e situações, as quais não posso deixar de agradecer, pois, com suas forças e sentimentos, contribuíram para a realização deste trabalho, ou melhor, deste sonho. Por isso, meus sinceros agradecimentos:

Ao meu Deus e Senhor pela oportunidade, o sustento diário e o amor tão presente cuja manifestação é impossível não perceber e, por tudo aquilo que me permitiu vivenciar nesses últimos e intensos quatro anos.

A minha tão doce e forte filha, *Clara Ivanir*, por sua compreensão nas ausências constantes, pelo companheirismo nas horas de estudos e incentivo na esperança do término do *vestibular da mamãe*. Ao meu esposo, *Jefferson de Deus*, que em muitos momentos exilou-se comigo para dar o apoio necessário à materialização da tese.

Ao meu pai, *Raimundo*, e, especialmente a minha mãe, *Maria Lindomar*, que não me deixou um dia sem sua palavra de incentivo, com a certeza de que eu iria conseguir. Ao meu irmão, *Sildomar Queiroz*, por seu exemplo de dedicação e esforço para alcançar seus objetivos e sonhos, os quais sonhamos juntos na certeza que temos de poder contar um com o outro.

A toda comunidade Hallel, mas especialmente aos irmãos vocacionados, por acreditarem nos projetos de Deus para mim e pela ajuda ao caminhar comigo.

As queridíssimas amigas, *Ceição Félix*, por sua intercessão nas madrugadas e suas mãos sempre estendidas para o que fosse preciso. *Alba Andrade*, por compartilhar comigo a vida e a tese e *Andréia Cavalcanti* pelo incentivo e companheirismo sempre presentes.

Aos meus familiares maternos e paternos em Lábrea (AM) e em Porto Velho (RO) pelo nosso reencontro, pelo acolhimento atencioso e todo o apoio que poderiam me oferecer para a realização da pesquisa de campo e pela força que encontramos um no outro diante da perda de nossa querida *vó Francisca*, que nos deixou antes que eu terminasse essa tese.

Nos últimos quatro anos, percorri também uma trajetória profissional na prática do Serviço Social, por meio da qual passei por algumas instituições, nas quais fui aprovada em concursos públicos e, nelas, encontrei pessoas que muito contribuíram com a realização desse estudo, movendo forças e interesses ao meu favor, especialmente nas trabalhosas e quase impossíveis liberações para as atividades do curso. Na minha passagem pela SEMASDH agradeço à *Gecilda Albano*, *Raimundo Páscoa* e *Alda Mara Peixoto* pelo apoio; na SEMMAS à *Profa. Dra. Kátia Schweickardt*, *Sinomar Fonseca* e toda equipe da gestão de áreas protegidas; Na SEC ao Secretário *Dr. Robério Braga* e à *Solange Acordi* e, atualmente, no TJAM à amiga e tão competente imediata *Andrea Martins* e toda a nossa equipe psicossocial (*eu*, *Vanessa*, *Suely*, *Jodvá* e nossos queridos estagiários) pelo aprendizado cotidiano que compartilhamos ao operacionalizar direitos e distribuir justiça.

As colegas docentes e queridos alunos das instituições em que atuei como docente, pelo apoio e incentivo em todas as nossas lutas acadêmicas e, por tudo que construímos por meio de uma relação de troca, que nos permitiu contínuos novos olhares, novos horizontes.

A toda equipe docente, professores, colaboradores e funcionários administrativos do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, na pessoa do *Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira* e por meio dele, todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica até aqui.

A *CAPES* pelos 24 meses de financiamento de bolsa de estudos neste projeto de tese e à minha orientadora, *Profa. Dra. Elenise Faria Scherer*, por sua atitude sempre desafiadora, que me levou à construção deste trabalho.

Aos colegas da segunda turma do doutorado do PPG/CASA, especialmente à *Glaubécia Teixeira da Silva* pelos momentos de alegrias e de angústias compartilhados na construção das nossas teses, os quais foram sempre edificantes e fortalecedores em todo o processo.

Ao *Sr. José Maria Ferreira de Oliveira*, gestor da Resex Médio Purus, por compartilhar muito de si e de seus ideais sustentáveis.

Às famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã, lugar perfumado, onde fizeram desta pesquisa encontros regados com os mais frescos peixes, a farinha torradíssima, o café saboroso e a disposição em falar-me sobre a vida, a dinâmica comunitária, as histórias passadas, o trabalho e as perspectivas alimentadas pela esperança por dias melhores, “*porque sem luta a gente não tem nada*” (*Sr. João Araújo*). Essa tese é por e para vocês!

Tudo aqui convergia para a racionalidade do ser feliz. O capitalismo aqui introduziu a escassez, a pobreza e a humilhação do oprimido. Cabe perguntar: libertar-te-ás, Amazônia, da ganância do lucro? Se isso acontecer, não acontecerá sem luta.

Joaquina Barata Teixeira (2009)

## RESUMO

As políticas socioambientais emergiram no Brasil, especialmente a partir dos anos 90, para promover o desenvolvimento sustentável no país e contribuir para a proteção ambiental. Os princípios que pretendiam promover a sustentabilidade passaram a nortear as políticas públicas que, a partir de sua integração institucional buscaram erradicar a pobreza, promover o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza para construção de um modelo produtivo sustentável que integrasse o desenvolvimento no âmbito urbano e rural. O objetivo central desta tese foi investigar o desenvolvimento do Programa Bolsa Verde (PBV), criado em 2011 pelo governo federal como estratégia de conservação ambiental e inclusão produtiva rural, e suas implicações nos modos de vida e trabalho das famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã na Resex Médio Purus em Lábrea (AM). Para tanto, foi necessário, a partir de um olhar interdisciplinar, identificar o contexto de lutas, de ambientalização das demandas sociais e os conflitos socioambientais que emergem frente às estratégias governamentais de inclusão produtiva no rural amazônico, sob a perspectiva da conservação ambiental. A metodologia utilizada teve como fundamento a pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento documental e bibliográfico, pesquisa de campo e observação. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, por meio de formulários aplicados às 17 unidades familiares atendidas pelo PBV e a elaboração coletiva de mapas mentais para identificação das características geográficas e ambientais do sistema agroextrativista da comunidade Cassianã. Ainda foram realizadas entrevistas narrativas, tendo como instrumento o esquema autogerador aplicado ao gestor da Resex Médio Purus e às lideranças comunitárias. Os resultados indicam que, como um dos elementos para inclusão produtiva rural e conservação ambiental, o PBV não apresenta clareza quanto ao seu conceito e metodologia. Por ser um programa novo e em caráter experimental, carece de melhor definição para efetivar-se como política de direito socioambiental para os povos tradicionais. Pois, ao longo dos últimos anos, por meio do processo de ambientalização e reconstrução de identidades socioculturais, as lutas sociais e políticas dos povos tradicionais da Amazônia vêm colocando em discussão, na arena política, os conflitos socioambientais, como importante estratégia no desenvolvimento e (re)construção de novas territorialidades que conservam as identidades étnicas, culturais e garantem a sobrevivência dos ecossistemas em que vivem os povos tradicionais. Nesse contexto, o ecossistema agroextrativista da comunidade Cassianã apresenta-se a partir de uma íntima relação entre homem e natureza. Sua potencialidade produtiva requer a urgente elaboração de um plano de manejo que possibilite uma cadeia produtiva economicamente viável, ambientalmente equilibrada e socialmente justa, capaz de gerar melhorias de vida para as famílias agroextrativistas. Para isso será necessário romper com aspectos materiais e simbólicos do desenvolvimento estabelecido na região. Quanto à inclusão produtiva do PBV e demais programas a ele articulados apresenta dificuldades de se efetivar. Os programas precisam ainda possibilitar a ampla participação dos agroextrativistas, dando-lhes voz e maior autonomia na gestão da Resex Médio Purus, bem como necessitam integrar-se temporal e efetivamente à implementação de políticas públicas que possibilitem às famílias o acesso a bens e serviços sociais de cidadania.

Palavras Chaves: inclusão produtiva, conflitos socioambientais, agroextrativismo e Reserva Médio Purus

## ABSTRACT

Social and environmental policies emerged in Brazil, especially in the 90s to promote sustainable development in the country and contribute to environmental protection. Since then, the principles intended to promote sustainability have guided public policies and, from its institutional integration, they sought to eradicate poverty, to promote economic development and nature conservation in order to construct a sustainable production model that could integrate development both in urban and rural areas. The main objective of this thesis was to investigate the development of the PBV- Programa Bolsa Verde (Green Grant Program), created in 2011, by the Federal Government both as an environmental conservation strategy and as rural productive inclusion, besides learning about its implications in the ways of life and work of agroextractivist families from Cassianã community in Resex Middle Purus in Lábrea (AM). Therefore, from an interdisciplinary approach, it was necessary to identify the context of the local people struggles, the social environmental demands and the environmental conflicts that have arisen as a result of government strategies for productive inclusion in the rural Amazon, considering the perspective of environmental conservation. The methodology used was based on the qualitative research, developed by collecting documentary and literature data, field research and local observation. Semi-structured interviews were conducted, through forms applied to 17 family units served by PBV and the collective elaboration of mental maps to identify the geographical and environmental characteristics of the agro-extractive system of Cassianã community. Still narrative interviews were carried out, using as instrument the self-generating scheme applied to the Resex Middle Purus manager and community leaders. The results indicate that, as one of the elements for rural productive inclusion and environmental conservation, PBV has no clear purpose as to its concept and methodology. Being a new, experimental government program, it needs to be well defined to be effective as a social environmental law policy for traditional people. Over the past years, through the process of environmental and reconstruction of socio-cultural identities, social and political struggles of the traditional peoples of the Amazon, the environmental conflicts have been put under discussion in the political arena, as an important strategy in the development and (re) construction of new territoriality that preserve ethnic and cultural identities, and guarantee the survival of ecosystems where traditional people live. In this context, the agroextractivist ecosystem of Cassianã community can be presented as an intimate relationship between man and nature. Its productive potential requires the urgent development of a management plan that enables an economically viable production chain, environmentally balanced and socially just, capable of generating life improvements for agroextractivist families. This will require breaking up with material and symbolic aspects of development established in the region. However, there have been some difficulties in carrying out the productive inclusion of PBV and the other programs related to it. Programs must also make a broad participation of agroextractivist possible, giving them voice and a greater autonomy in managing Resex Middle Purus, as well as they need to integrate temporal and effectively to the implementation of public policies that allow families access to social goods and services of citizenship.

Key words: productive inclusion, environmental conflicts and agroextractivism

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Resex Médio Purus e indicação da comunidade Cassianã	24
Figura 2 - Mapa das Unidades de Conservação na Amazônia	50
Figura 3 - Praça Central Coronel Labre, Lábrea/AM	82
Figura 4 - Arco do Desmatamento no bioma amazônico	84
Figura 5 - Fichas individuais de compras no comércio urbano de Lábrea (AM)	88
Figura 6 - Áreas protegidas no Sul do Amazonas	93
Figura 7 - Sede do IDAM em Lábrea/AM	97
Figura 8 - Sede do INCRA em Lábrea/AM	98
Figura 9 - Sede do ICMBio em Lábrea (AM)	99
Figura 10 - Sede do ICMBio em reforma em agosto/2015	99
Figura 11 - Sede da Universidade Estadual do Amazonas em Lábrea (AM)	99
Figura 12 - José Maria Ferreira Oliveira no posto administrativo do ICMBio em Lábrea	107
Figura 13 - Mapa das comunidades e conflitos socioambientais da Resex Médio Purus	117
Figura 14 - Placa de identificação da Resex Médio Purus na comunidade do Cassianã	118
Figura 15 - Feira Municipal José Francisco Pires da Silva, no centro comercial de Lábrea	125
Figura 16 - Imagem de satélite da comunidade Cassianã	132
Figura 17 - Comunitários reunidos no casarão	132
Figura 18 - Imagem de satélite da comunidade Cassianã.	136
Figura 19 - Mapa mental elaborado por jovens que residem no centro da comunidade	145
Figura 20 - Imagem externa e interna da Igreja Católica Santa Inês	146
Figura 21 - Imagem interna da igreja Santa Inês	146
Figura 22 - Reunião com o IDAM para entrega de carteira de produtor rural	148
Figura 23 - Casarão da comunidade, onde são realizadas as reuniões coletivas	148
Figura 24 - Turma adulta do ensino médio, período noturno	149
Figura 25 - Turma infantil, período diurno	149
Figura 26 - Escola Municipal Santa Inês e casa dos professores	149
Figura 27 - Escola Santa Inês após 2 anos de cheia, com o assoalho aterrado	149
Figura 28 - Campo de futebol da comunidade	151
Figura 29 - Abrigo do motor de energia comunitário	152
Figura 30 - Antena parabólica	152
Figura 31 - Caixas d'água adquiridas por meio do Programa Água para Todos	153

Figura 32 - Caixas d'água adquiridas por meio do Programa Água para Todos	154
Figura 33 - Uso motor rabeta no transporte diário	155
Figura 34 - Uso do motor rabeta no transporte da família em furos no período da cheia	155
Figura 35 - Uso do motor rabeta no transporte de produtos agroextrativistas	155
Figura 36 - Transporte da pesca enfrente a sede municipal de Lábrea	155
Figura 37 - Uso do motor rabeta na atividade de pesca	155
Figura 38 - Uso do motor rabeta no transporte de madeira	155
Figura 39 - Porto Familiar	156
Figura 40 - Uso do porto pelas mulheres	156
Figura 41 – Crianças no porto	156
Figura 42 - Mapa mental do início da praia, parte de várzea alta.	157
Figura 43 - Área da comunidade onde ocorre o fenômeno de terras caídas	157
Figura 44 - Mapa mental do final da praia elaborado por comunitários	158
Figura 45 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus.	159
Figura 46 - Período da cheia(jan/2014)	162
Figura 47 - Período da vazante (jun/2014)	162
Figura 48 - Período da seca(ago/2015)	162
Figura 49 - Casarão em junho de 2014, logo após a cheia do mesmo ano	164
Figura 50 - Reconstrução do casarão em agosto de 2015	164
Figura 51 - Peixe Pacú (Piaractus Mesopotamicus) em processo de salga	164
Figura 52 - Família Franco realizando pesca para alimentação do dia	167
Figura 53 - Família Franco realizando pesca para alimentação do dia.	167
Figura 54 - A morada, paiol e a casa de farinha da Família Veiga	171
Figura 55 - Morada e casa de farinha coberta de palha da Família Nascimento	171
Figura 56 - Interior da casa de farinha da Família Veiga	171
Figura 57 - Prensa, instrumento para espremer a mandioca.	171
Figura 58 - Cômodo da casa da família Nascimento	171
Figura 59 - Farinha armazenada em tambor e em cima de maromba.	171
Figura 60 - Frente do paiol da Família Veiga	172
Figura 61 - Interior do paiol da família Veiga	172
Figura 62 - Família Araújo na limpeza da mandioca colhida já no período da cheia.	173
Figura 63 - Limpeza do roçado de feijão, na praia no período da seca	174
Figura 64 - Limpeza do roçado de feijão, na praia no período da seca	174
Figura 65 -Limpeza do terreno para roçado de mandioca na várzea alta, no período da seca	174

Figura 66 - Limpeza da roçada de mandioca na várzea alta, no período da seca	174
Figura 67 - Limpeza da roça de feijão, na praia durante a seca	174
Figura 68 - Retirada da mandioca, no período de enchente	174
Figura 69 - Área da praia com terra dura pronta para o plantio	175
Figura 70 - Área da praia com terra dura pronta para o plantio	175
Figura 71 - Área da praia mais arenosa	176
Figura 72 - Pé de feijão.	176
Figura 73 - Plantação de milho e feijão na praia enfrente a casa da família Veiga.	178
Figura 74 - Plantação de milho e mandioca da família Nascimento	178
Figura 75 - Feijão boca preta produzido na comunidade Cassianã.	179
Figura 76 - Canteiros suspensos construídos com canoas e protegidos com redes de pesca	180
Figura 77 - Canteiros suspensos construídos com canoas e protegidos com redes de pesca.	180
Figura 78 - Patos	182
Figura 79 - Caixa Chocadeira com ovos em galinheiro construído em madeira e palhas	182
Figura 80 - Galinheiro construído em madeira e coberto por telha de alumínio	182
Figura 81 - Galinhas acomodadas para o pernoite, em galinheiro com palhas e madeira	182
Figura 82 - Lenha armazenada na casa de farinha	184
Figura 83 - Lenha na casa de Farinha e protegido por palhas.	184
Figura 84 - Sr. Abel Vieira construindo canoa	185
Figura 85 - Sr. Abel após dois dias de trabalho na construção da canoa	185
Figura 86 - Sala da Família Monteiro	216
Figura 87 - Sala da Família Monteiro	216
Figura 88 - Sala da família Veiga	217
Figura 89 - Cozinha da Família Veiga	217

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Conferências sobre o Meio Ambiente Internacionais	35
Quadro 2 - UC's de uso sustentável no PBV até 2015 no Brasil	67
Quadro 3 - UC e áreas protegidas no PBV no Amazonas até jan/2016	68
Quadro 4 - Diferenças entre PBV e PBF	75
Quadro 5 - Áreas Protegidas que formam o mosaico de UC's em Lábrea (AM) e entorno	92
Quadro 6 - Composição do Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus	121
Quadro 7 - Análise dos conflitos socioambientais na Resex Médio Purus	127
Quadro 8 - Rotina diária da comunidade	138
Quadro 9 - Calendário do ciclo hidrológico do rio Purus	162
Quadro 10 - Calendário produtivo do sistema agroextrativista na comunidade Cassianã.	165
Quadro 11 - Formas de consumo das madeiras extraídas	184
Quadro 12 - Calendário anual de acesso à renda	209

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Renda, Pobreza e desigualdade – Lábrea (AM)

211

## LISTA DE SIGLAS

AADES	Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
ASPARK	Associação dos Produtores Agroextrativista do KM 26
APACJG	Associação de Produtores Agroextrativistas da Comunidade José Gonçalves
APADRIT	Associação de Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
ATAMP	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus
ATER	Assessoria Técnica de Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNS	Conselho Nacional dos Povos Extrativistas
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FLONA	Floresta Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
MEC	Ministério de Educação
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativistas
PPA	Programa Plurianual
PAS	Plano Amazônia Sustentável para Amazônia
PROBEM	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PAF	Projetos de Assentamentos Florestais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PBMR	Plano Brasil Sem Miséria Rural
PBV	Programa Bolsa Verde

PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PZFV	Programa Zona Franca Verde
PBF	Programa Bolsa Floresta
PBF	Programa Bolsa Família
PSA	Pagamentos por Serviços Ambientais
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PSDPA	Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal
PFAPR	Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas
SAD	Sistema de Acompanhamento do Desenvolvimento
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SEST	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISVERDE	Sistema de Monitoramento do Programa Bolsa Verde
STTR-L	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lábrea
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
VTE	Vetor Tecnoecológico
VTI	Vetor Tecnoindustrial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>CAPÍTULO 1: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA</b> .....	31
1.1 A questão ambiental e a inclusão produtiva: políticas de integração e atendimento às demandas socioambientais .....	32
1.2 O Plano Brasil Sem Miséria e a inclusão produtiva rural .....	54
1.3 O Programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias nas Unidades de Conservação do Amazonas .....	64
1.3.1 O Programa Bolsa Verde e sua relação com as políticas de prestação de serviços socioambientais .....	70
<b>CAPÍTULO 2: NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DO AMAZONAS</b> .....	78
2.1 Processos de territorialização no Purus: de arco do desmatamento a mosaico de áreas protegidas .....	79
2.2 Ambientalização das lutas sociais, os conflitos socioambientais e a criação da Resex Médio Purus .....	107
2.3 Resex Médio Purus: a luta continua e os conflitos se renovam .....	122
<b>CAPÍTULO 3: A COMUNIDADE CASSIANÃ: UMA DAS REALIDADES VIVIDAS NA RESEX MÉDIO PURUS</b> .....	130
3.1 A transformação do Seringal São Luiz em comunidade Cassianã .....	130
3.1.1 A comunidade virou Reserva Extrativista .....	141
3.2 Estrutura e serviços na comunidade Cassianã .....	144
3.3 A dinâmica da vida e o sistema de produção agroextrativista na várzea de águas barrentas .....	161
3.3.1 O sistema de pesca .....	166
3.3.2 O sistema da agricultura familiar .....	170
3.3.3 O sistema do extrativismo vegetal e madeireiro .....	183
<b>CAPÍTULO 4: O PROGRAMA BOLSA VERDE E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA AGROEXTRATIVISTA E NAS RELAÇÕES DA COMUNIDADE CASSIANÃ</b> .....	188
4.1 O atendimento das famílias agroextrativistas no Programa Bolsa Verde .....	189
4.2 O incentivo à conservação ambiental enquanto manutenção e uso sustentável do ecossistema .....	197

4.3 O aumento da renda e a saída das famílias da situação de extrema pobreza .....	208
4.4 Capacitação socioambiental e assistência técnica para a inclusão produtiva .....	219
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	235
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	241
<b>APÊNDICES</b> .....	254
<b>ANEXOS</b> .....	266

## INTRODUÇÃO

Meu pensamento é lutar por uma vida digna para que todos tenham a oportunidade de crescer, que tenham espaço e não sejam pisados por quem quer enriquecer se aproveitando das pessoas menos favorecidas. Que eu nem a minha família tenha que crescer pisando na cabeça de ninguém, nem seja escada para essas pessoas.

(José Maria Oliveira, 32 anos, agroextrativista e gestor da Resex Médio Purus, durante entrevista narrativa realizada em jan/ 2014)

A valorização dos recursos ambientais, a ambientalização das demandas sociais e as inovações do mercado globalizado influenciaram o estabelecimento mundial de modelos de desenvolvimento considerados sustentáveis. Porém, a universalização da causa ambiental deve ser questionada na medida em que traz consigo uma carga ideológica de uma classe que busca tornar hegemônicos os seus interesses e valores, a partir de um ideal supostamente comum a todos. Deste modo, devemos considerar as diferenças socioculturais e as desigualdades econômicas de cada território. Caso contrário, os esforços de enfrentamento à chamada questão ambiental resultarão apenas na socialização de problemas e no aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e ambientais que o discurso da sustentabilidade propõe equilibrar.

As iniciativas governamentais que buscam articular desenvolvimento econômico e conservação ambiental implicaram, no âmbito regional, nacional e global, em políticas que vislumbram, de modo integrado, promover melhorias nas condições de vida, a partir da erradicação da pobreza e inclusão produtiva da sociedade, por meio da construção de territórios e novos mercados que visem a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas, especialmente no território amazônico.

Nessa perspectiva, o pressuposto fundante desta tese é evidenciar que a não consideração das diversidades sociais dos territórios amazônicos, estes entendidos como espaço vivo e vivido, e optar pela homogeneização de modelos produtivos para garantir a conservação ambiental, produz efeitos contrários aos pressupostos pela sustentabilidade. Sendo assim, é fundamental que as políticas de cunho socioambiental identifiquem as racionalidades distintas e integradoras de aspectos objetivos e subjetivos que dão sentido à realização da vida e os sistemas produtivos no interior amazônico no processo de construção e reconstrução de territorialidades.

Conhecer essa dinâmica é relevante para compreender o ambiente e a racionalidade ecológica e social de resistência dos povos tradicionais que garantem a sustentabilidade dos complexos ecossistemas das Unidades de Conservação Federais frente às estratégias de integração social, política e econômica dessas unidades às novas dinâmicas socioeconômicas do país.

A motivação para o estudo vem da minha trajetória acadêmica e profissional, voltada à pesquisa na área socioambiental, cujo mote foi construir uma visão de política socioambiental a partir da perspectiva de seu público-alvo, ou seja, a sociedade e, em especial, os povos tradicionais da Amazônia. Esses povos, por sua vez, ao longo de gerações têm manifestado um modo de vida singular, estabelecendo com a natureza uma relação de troca que, em certa medida, tem evidenciado práticas de manejo e de conservação dos recursos naturais. A busca por maior controle dos territórios e de seus recursos naturais por meio de políticas públicas tem evidenciado, na arena política, os conflitos socioambientais e os processos de ambientalização das lutas sociais desses povos por melhores condições de sobrevivência e possibilidade de reprodução de seus modos de vida.

A partir dessa leitura, pretende-se, com este estudo, investigar o desenvolvimento do Programa Bolsa Verde (PBV) e sua contribuição para a inclusão produtiva das famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã, localizada na Resex Médio Purus, Lábrea (AM), interior do estado do Amazonas, como estratégia política de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Para melhor alcance do objetivo proposto, foram delineados alguns objetivos específicos: contextualizar as políticas socioambientais e o PBV como estratégia de inclusão produtiva em Unidades de Conservação de uso sustentável; identificar os conflitos socioambientais dos agroextrativistas para criação da Resex Médio Purus por meio do processo de ambientalização de suas lutas sociais; caracterizar os sistemas de produção e o modo de vida das famílias na comunidade Cassianã, atendidas pelo PBV; identificar as mudanças decorrentes das ações do referido programa no sistema de produção agroextrativista e nas condições de vida das famílias.

O estudo exigiu a construção de algumas questões norteadoras como: a diretriz de conservação e promoção da cidadania, contida no PBV, está criando novos cenários para os conflitos socioambientais, evidenciando antigas e recentes lutas sociais dos povos tradicionais na região do Médio Purus ou apenas institucionalizou suas demandas socioambientais? Como se caracteriza o processo de ambientalização das demandas sociais das famílias da comunidade Cassianã, diante da disputa pelo uso dos recursos naturais e propriedade do

território na Resex Médio Purus? Quais as novas realidades políticas, econômicas e sociais dessas famílias, a partir de sua inserção no PBV? Quais as principais mudanças no sistema produtivo das famílias agroextrativistas a partir da criação da Resex Médio Purus e as políticas socioambientais destinadas ao alcance da sustentabilidade socioambiental, cultural, econômica, e territorial?

A partir dessas conjecturas adotamos como referencial teórico os conceitos e as noções de: política socioambiental, conflitos socioambientais e inclusão produtiva. Essa última permeou todas as discussões da tese, devido sua importância para compreensão das dinâmicas de inclusão e exclusão dentre os paradigmas discutidos.

A construção da noção de *política socioambiental* diz respeito à relação de interdependência entre os aspectos da sociedade e do meio ambiente. Trata-se de uma elaboração histórica que evidencia a crise atual do capitalismo globalizado e constitui a questão ambiental como alvo das políticas de desenvolvimento com objetivos econômicos, sociais e ambientais pautados nos princípios da sustentabilidade. Desse modo, compreendemos que a política socioambiental diz respeito a um paradigma de desenvolvimento construído a partir do reconhecimento das relações sociedade-natureza e de suas limitações. Essa perspectiva política busca a construção de uma racionalidade produtiva com base na sustentabilidade ecológica e na equidade social. Sua finalidade é promover a autogestão do território, onde se vive e se constroem relações de pertença, identidade e subjetividade. As principais referências para essa discussão, encontramos em Castro (1997) Sachs (2002) e (2009) e Becker (2005).

Nas discussões acerca dos conflitos socioambientais, optamos pela abordagem sociológica que concebe o conflito como unidade destrutiva, criadora e integrante das relações sociais (SIMMEL, 1983). Nessa análise, as abordagens sobre territorialidades como processos da construção social de territórios (Saquet, 2007), consciência de classe como relação cada vez mais íntima entre teoria e práxis que leva ao conhecimento da situação de classe (Lukács, 2012), hegemonia enquanto construção política, cultural e direcionamento de ideologias (Gramsci, 1992) e identidade como constituição complexa (Hall, 2006), embora secundárias, foram de fundamental importância para compreensão da realidade socio-histórica que se apresentou na pesquisa de campo.

Sobre o conceito de inclusão produtiva, formado a partir das investidas políticas governamentais, desde a década de 90, para adequação da força de trabalho à nova realidade produtiva, partimos da ideia trazida por Martins (2002), o qual concebe o incluir como o “sair e reentrar” no processo de reprodução da sociedade contemporânea, requerendo a contínua

ressocialização e reelaboração de identidades. Desse modo, a inclusão, para acontecer, requer a articulação de um conjunto de políticas que permitam a autonomia e independência dos sujeitos. Esse entendimento nos permitiu a análise das diferentes concepções e finalidades de inclusão produtiva trabalhadas no meio urbano e rural, consubstanciadas no Plano Brasil Sem Miséria, para promover o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental do país. Esse Plano foi criado no ano de 2011 e desenhado a partir de três eixos: garantia de renda; inclusão produtiva urbana e rural; e acesso à rede socioassistencial.

A proposta de inclusão produtiva rural, embutida neste Plano, destaca-se por sua conotação sustentável com objetivo de conservação da natureza e inclusão produtiva por meio da garantia dos meios de produção e gestão da capacidade produtiva no contexto da mercantilização dos recursos e dos serviços ambientais, nos quais se insere a Amazônia brasileira na atualidade.

Esse novo vetor de expansão socioeconômica apresenta-se como principal estratégia de desenvolvimento e integração do estado do Amazonas e das Unidades de Conservação de Uso Sustentável do território nacional ao sistema produtivo e ao mercado, que coloca o Brasil como modelo de desenvolvimento a ser seguido dentre os países da América Latina.

Em atenção aos objetivos do trabalho, o lócus de estudo foi a comunidade Cassianã, localizada na Reserva Extrativista Médio Purus, sul do estado do Amazonas, região conhecida como Arco do Desmatamento devido a intensa extração de madeira e de outros recursos naturais, apesar de atualmente constituir-se em um mosaico de áreas ambientalmente protegidas, em sua maioria, de uso sustentável. A escolha da região como lugar da pesquisa justifica-se também por se tratar do lugar de origem da pesquisadora e por vivências decorrentes das transformações ocorridas na região<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Nasci em Lábrea em 1985, mas, em decorrência da precarização das condições de trabalho em Lábrea e do *boom* da Zona Franca de Manaus naquela época, meus pais mudaram-se para a capital amazonense em 1988. Dessa data em diante, a maioria de meus familiares paternos e maternos, descendentes de nordestinos e seringueiros, também saíram de Lábrea até o ano de 2000, vindos para Manaus (AM) ou para Porto Velho (RO) em busca de oportunidades de trabalho, pois, até essa época, seus principais meios de vida eram o beneficiamento da madeira, numa pequena serralheria familiar e o comércio às margens do rio Purus. A expansão de pequenas indústrias do agronegócio e da agropecuária, a territorialização promovida pelo Estado com políticas ambientais, dentre outros elementos convergiram para a diminuição das possibilidades de trabalho em Lábrea e nos obrigou a buscar outros meios de sobrevivência nos centros urbanos. Meu avô, Inácio Queiroz, faleceu após três anos vivendo em Porto Velho, em suas angústias diárias, acometido pelo câncer, lembrava saudosamente do seu lugar, da relação com a natureza e do trabalho com a terra e seus recursos. Sem ter esperanças de retornar à Lábrea, em muitos momentos relacionou a doença à falta do modo de vida desapropriado. De certo modo, assim como para meu avô, as transformações que determinam mudanças nas relações socioculturais dos povos tradicionais com seus ecossistemas tiram-lhes a vida, pela qual lutam cotidianamente, movendo forças e ambientalizando suas demandas para reivindicar seus direitos de cidadania, apropriada aos seus territórios.

A Resex Médio Purus foi criada no ano de 2008, a partir da luta do movimento social de lideranças comunitárias, organizadas por meio da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP), no anseio de sair do isolamento espacial e político e garantir seus direitos territoriais e de cidadania. Compreende uma área de 604.290 Km<sup>2</sup> (Figura 1), sendo composta por 97 comunidades, localizadas tanto em ecossistemas de várzea como em terra firme. A comunidade Cassianã é uma das comunidades da Resex que compõe o ecossistema de várzea, distante “quatro praias<sup>2</sup>” da sede municipal de Lábrea, cidade com a qual possui relação de intensas trocas econômicas e socioculturais.

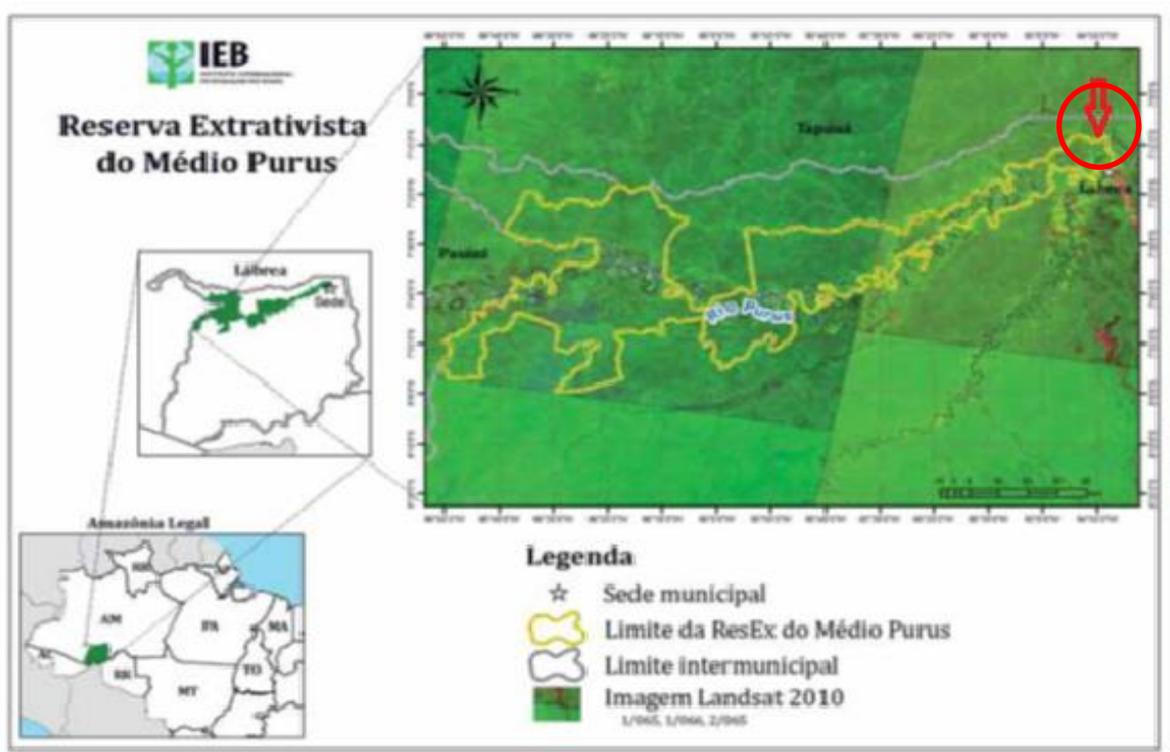


Figura 1 - Localização da Resex Médio Purus e indicação da comunidade Cassianã  
Fonte: IEB

A comunidade Cassianã é um ecossistema de várzea, às margens do rio Purus, cujo ciclo anual das águas barrentas é determinante para a produção e reprodução do modo de vida das 35 famílias residentes na localidade, cujas atividades produtivas baseiam-se na agricultura familiar, no extrativismo vegetal e na pesca. Dessas famílias, no momento da pesquisa, 20 delas estavam inseridas no PBV, devido aos critérios, baseados na renda, adotados pelo

<sup>2</sup> É comum os moradores de Lábrea se referirem às praias para medir a distância entre a sede do município e as comunidades da área rural, sejam elas localizadas nas várzeas ou em terras firmes. Retomo essa expressão no capítulo 3 para melhor explicação.

Programa. Nesse universo, 17 famílias compõem a amostra do estudo, pois 3 não moravam ou não se encontravam na comunidade nas ocasiões em que foi desenvolvida a pesquisa.

Ao nos receber em seu domicílio, as famílias que aceitaram participar do estudo permitiram que conhecêssemos suas histórias, dia a dia, as particularidades de seus modos de vida e produção, bem como, as demandas socioambientais, nos levando à interpretação da construção social das realidades a partir de suas narrativas.

O gestor da Resex Médio Purus, vinculado ao ICMBio e o presidente da ATAMP, principal entidade de representação política dos moradores da Resex, também podem ser considerados como sujeitos-chave para a realização desse estudo. .

A entrada da pesquisadora em campo provocou certa confusão, tendo em vista que os comunitários entenderam se tratar de representação governamental. Esse equívoco foi sendo superado à medida que, durante reuniões comunitárias e na abordagem de cada unidade familiar, foram esclarecidos os objetivos da pesquisa e sua contribuição.

Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar em ciências ambientais, fundamenta-se no desenvolvimento de uma *epistemé* socioambiental, a partir de uma estratégia metodológica ampla e diversa que permitiu, sob à luz de construções teóricas, a compreensão da dinâmica do real e seus processos interativos. Tais dimensões só são apreensíveis mediante a um mergulho profundo, por meio de pesquisa de campo, na realidade que se quis pesquisar.

Nesse sentido, o aporte teórico-metodológico adotado foi a hermenêutica dialética, uma vez que buscamos a interpretação e a compreensão dos sentidos da realidade social investigada. O método tem como principais referências Gadamer (1999) e Habermas (1987). O primeiro autor concebe a hermenêutica como o compreender em movimento espiral, no qual os resultados são sempre um primeiro significado que precisa ser continuamente revisto, a partir de ponderações cada vez mais profundas, até que, naturalmente, sejam descobertos novos sentidos, que se determinam noutros dialeticamente. O segundo autor, considera o exercício dialético o diálogo crítico que tem fundamento nas relações historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas. Essa abordagem permitiu melhor compreensão do movimento de associação, complementariedade e antagonismos da realidade pesquisada.

A pesquisa é qualitativa por estudar um fenômeno no local em que ele ocorre, procurando o sentido e os significados dados a ele pelas pessoas (Chizzoti, 2003) e caracteriza-se também como descritiva. A convivência com as pessoas, a valorização de suas narrativas e a experiência da rotina individual e coletiva da comunidade contemplaram

diversos aspectos que abrangem a complexidade socioambiental do que nos propomos a estudar.

O processo de investigação se deu por meio da pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, usando também da técnica da observação. O estudo bibliográfico foi realizado durante todo o processo de pesquisa e construção da tese, sendo, inicialmente, realizado o estudo do estado da arte acerca do tema da pesquisa e, posteriormente, o aprofundamento das construções teóricas norteadoras do estudo. No exame documental, buscou-se analisar os documentos oficiais do Programa Bolsa Verde como decretos, portarias, planos e relatórios oficiais. As referências bibliográficas e documentais analisadas subsidiaram as análises das informações coletadas, contribuindo para a compreensão, a construção e reconstrução do objeto de pesquisa de forma continuada.

A pesquisa de campo foi realizada entre o mês de janeiro de 2014 e o mês de agosto de 2015. As viagens realizadas contemplaram os momentos referentes ao ciclo da cheia, vazante, enchente e seca e o tempo de permanência na localidade variou entre 5 a 10 dias. Cada viagem foi fundamental para a observação da dinâmica entre o homem e a natureza naquele ecossistema. Tais visitas, inicialmente, foram realizadas de forma exploratória e possibilitaram a identificação empírica dos sujeitos da pesquisa, bem como, a obtenção do Termo de Anuência Institucional e Comunitário (Apêndice A) para a realização do estudo, conforme prevê o Plano de Utilização da RESEX Médio Purus, e a regulamentação do ICMbio para autorização de pesquisa em Unidades de Conservação.

O caderno de campo utilizado para anotações das percepções, comentários, conversas informais, ideias e reflexões surgidas no período de permanência na comunidade Cassianã, se constitui de instrumento importante para a complementação de informações dos instrumentais de pesquisa utilizados (Apêndices B e C). Tais instrumentos foram:

a) O formulário de **entrevista narrativa** (Jovchelovitch e Bauer, 2002), elaborado a partir de um esquema autogerador<sup>3</sup> que possibilitou conhecer a história de vida dos sujeitos e acontecimentos importantes de seu contexto social, como o processo de criação da Resex Médio Purus, a história de formação da comunidade e a implementação do PBV. Esse

---

<sup>3</sup>Segundo os autores, o esquema autogerador tem como características: textura detalhada (o informante tende a detalhar a história a fim de dar conta de um acontecimento e outro a partir de questões abertas específicas feitas inicialmente e a partir da própria narrativa do informante), fixação da relevância (revela acontecimentos relevantes de acordo com a percepção do informante) e fechamento da Gestalt (o acontecimento central da narrativa é contado em sua totalidade com começo, meio e fim)

instrumento foi aplicado ao gestor da Resex, o presidente da ATAMP e duas lideranças da comunidade Cassianã, representadas pelos moradores mais antigos.

b) O formulário de **entrevista semiestruturada**, com perguntas abertas e fechadas, considerado um instrumento de investigação social (Michel, 2005), permitiu a identificação do perfil socioeconômico das famílias entrevistadas, dos recursos de infraestrutura presente na comunidade Cassianã, das particularidades do sistema produtivo agroextrativista desenvolvido pelas famílias, bem como, as interações simbólicas e culturais que constituem seu modo de vida e as percepções das famílias acerca das políticas socioambientais e do circuito produtivo no qual estão inseridas. A aplicação desse instrumento destinou-se às 17 famílias da comunidade, atendidas no PBV e cujos nomes dos responsáveis constavam na lista do relatório mensal do PBV disponível no portal eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Foi realizado o pré-teste de cada um desses instrumentos de pesquisa nas primeiras viagens de campo, o que permitiu correções para melhor alcance dos objetivos propostos. Em conformidade com a Resolução nº 466, de 12/12/2012, que rege a realização de pesquisa científica com seres humanos, ao aceitar participar do estudo, os entrevistados foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), do qual obtiveram uma cópia, tendo em vistas que a realização desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas via portal Plataforma Brasil sob a inscrição CAAE 43758815.4.0000.520, Parecer nº. 1.025.994 (Anexo A).

É importante sinalizar que diante da perspectiva deste estudo constituir-se em importante registro histórico da comunidade Cassianã, e ainda ser um dos poucos estudos realizados sobre esta realidade, os entrevistados manifestaram o desejo de serem identificados, por esta razão, os nomes citados não são fictícios.

Utilizamos mapas mentais do lugar elaborados coletivamente pelos agroextrativistas mais jovens, trabalhadores e estudantes do ensino médio na comunidade. Os mapas mentais são as representações do que o homem vê e percebe, do que ele experiencia e vive (Nogueira, 2014, p. 106). Também expressam a topofilia (Tuan, 1975), construída por meio da relação com o lugar e os sistemas ambientais e sociais que aí interagem, demonstram as principais atividades produtivas, como o plantio de mandioca, milho e feijão; o sistema de transporte e a dinâmica da vida às margens do rio Purus.

As dificuldades que se apresentaram no decorrer da pesquisa dizem respeito, primeiramente, à pouca disponibilidade de documentos oficiais, produção científica e estudos referentes ao objeto das principais discussões que o permeiam, sendo as publicações mais

recentes dissertações (ELOI, 2014; SANTOS, 2015) fundamentadas em análises bibliográficas sem a realização de pesquisas de campo. Desse modo, o presente trabalho representa uma das primeiras análises empíricas acerca do PBV como um dos elementos estratégicos para a inclusão produtiva das Unidades de Conservação.

A disposição de recursos financeiros, humanos e temporais se apresentou também como dificuldades a serem superadas no processo de pesquisa. A indisponibilidade de transporte (aéreo e fluvial) e os problemas de locomoção, com o mínimo de segurança, até o local de pesquisa foram desafios que demandaram estratégias de diversas ordens e dispendioso recurso financeiro.

Finalizada a pesquisa de campo, procedeu-se com as transcrições e elaboração de um banco de dados, no qual as informações foram sistematizadas, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo a partir dos procedimentos propostos por Bardin (1977): pré-análise e análise do material, tratamento dos resultados a partir dos elementos de diferenças e semelhanças, inferência e interpretação dos conteúdos.

A tese foi estruturada em quatro capítulos que apresentam as principais discussões e construções teórico-analíticas e os resultados correspondentes aos objetivos estabelecidos na tese.

O Capítulo 1 apresenta a discussão acerca do reconhecimento da questão ambiental na crise do capitalismo contemporâneo e os novos paradigmas para o desenvolvimento, voltados para a garantia da sustentabilidade econômica, social e ambiental, especialmente, por meio da inclusão produtiva como estratégia para o aumento da capacidade das forças produtivas. Discute-se ainda, as particularidades da inclusão produtiva no contexto rural amazônico e os resultados da análise documental do Plano Brasil Sem Miséria e Programa Bolsa Verde, os quais delineiam estratégias de ação para a inclusão produtiva em áreas ambientalmente protegidas de uso sustentável como as reservas extrativistas.

No capítulo 2 é apresentado o reconhecimento dos conflitos socioambientais, resultantes do intenso processo de ambientalização das lutas sociais de povos tradicionais da Amazônia e grupos sociais aliados à discussão da sustentabilidade socioambiental e suas implicações nas transformações dos processos de territorialidades e na (re)construção de identidades sociais. Nesse capítulo descrevemos o processo de criação da Resex Médio Purus e os elementos políticos, econômicos e sociais que permearam esse processo, a partir das narrativas dos líderes e representantes dos agroextrativistas da Resex Médio Purus, utilizamos ainda a história de vida do atual gestor da Resex.

O capítulo 3 apresenta a caracterização da comunidade Cassianã e do sistema produtivo agroextrativista presente no modo de vida das famílias nesse ecossistema de várzea. Identificamos, também, o processo produtivo da agricultura familiar, extrativismo vegetal e pesca, a cadeia produtiva constituída com os agentes externos e internos à comunidade, as percepções dos comunitários acerca do lugar em que vivem e das políticas e serviços públicos ali implementados, especialmente após a criação da Resex Médio Purus.

O capítulo 4 apresenta as implicações das ações do Programa Bolsa Verde na comunidade, tendo como ponto de partida da análise, os objetivos propostos pelo Programa. Nesse sentido, buscamos verificar o impacto dessas ações no perfil socioeconômico das famílias, no potencial de consumo, nas atividades produtivas e nas relações sociais das famílias atendidas. As percepções e considerações feitas pelas famílias indicam elementos importantes a serem avaliados no Programa. Dentre eles, a efetiva interação com outras ações públicas, com vista a promover a inclusão produtiva e a cidadania, paralelas às ações de valorização ambiental e inserção dos produtos da agricultura familiar num circuito de produção que seja adaptável ao ciclo produtivo agroextrativista de várzea e viável econômica, social e ambientalmente para os agroextrativistas, sem destruição de sua identidade sociocultural.

O estudo possui relevância científica, pois contribui para a discussão das atuais políticas de desenvolvimento que incidem sobre as condições de vida dos povos tradicionais no estado do Amazonas e para a análise da integração das políticas socioambientais para a inclusão produtiva em Unidades de Conservação. A relevância política e social pode ser confirmada ao averiguarmos as transformações decorrentes das ações do Programa Bolsa Verde na vida das famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã, evidenciando suas trajetórias no processo de ambientalização de suas lutas sociais e a visibilidade política dos conflitos socioambientais promotores de territorialidades no Amazonas.

Acreditamos que o estudo poderá contribuir para a qualificação técnica das ações do Programa Bolsa Verde, mas prioritariamente, para o fortalecimento da organização política das famílias, em suas reivindicações socioambientais. E assim, possibilitar o diálogo entre seus saberes e o saber técnico, fortalecendo seu protagonismo para que as políticas socioambientais possam de fato efetivar melhorias para o sistema produtivo e para suas condições de vida.

Além disso, esta tese é uma contribuição para o desenvolvimento de ações sustentáveis. Visa o reconhecimento da racionalidade socioambiental dos povos tradicionais do Médio Purus que, por meio de suas culturas e estratégias criativas e sustentáveis,

enfrentam as determinações políticas, econômicas e sociais que confrontam a conservação dos ecossistemas em que vivem, ao tentarem implementar uma racionalidade mercadológica. Para os agroextrativistas, esses lugares possuem mais do que diversidade de recursos naturais e potenciais econômicos. Para eles esses lugares possuem cor, cheiro, luz, forma e afeto, que dão sentido à vida, às histórias passadas e ao futuro.

## **CAPÍTULO 1: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E A INCLUSÃO PRODUTIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA**

A gente precisa conhecer e saber das coisas que querem fazer pela melhoria do povo que mora no meio dessas matas. Precisa de alguém que leve o conhecimento para esse povo, para que a gente possa se tornar conhecedor dessas coisas, quanto mais alguém fizer esse trabalho, mais o povo que não conhece vai começar a visualizar lá na frente e vai poder lutar pelo o que é melhor.

(Roberto Alexandre da Silva, 53 anos, agroextrativista e conselheiro da Resex Médio Purus durante entrevista narrativa em junho de 2015)

A fim de possibilitar melhor compreensão das ações políticas do Estado brasileiro para o desenvolvimento da região amazônica e, com vistas ao atendimento das diretrizes ambientais internacionais, busca-se nesse capítulo apresentar o processo social de construção das políticas socioambientais e as principais discussões teóricas sobre o processo de exclusão e inclusão produtiva engendradas, especialmente, a partir da ECO – 92. Nesse contexto, as políticas públicas de desenvolvimento voltaram-se para a conservação dos recursos naturais e equilíbrio ambiental, ao mesmo tempo em que se propôs a erradicação da extrema pobreza e promoção da inclusão socioeconômica.

A análise foi realizada a partir de publicações oficiais de entidades governamentais e não governamentais, as quais visam subsidiar a discussão acerca das políticas públicas, tornando-as socioambientais. Portanto, esse capítulo resulta do levantamento bibliográfico e documental sobre o contexto histórico da proposição do Programa Bolsa Verde, como uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para inclusão produtiva rural que, no estado do Amazonas, tem fator de impacto por envolver povos tradicionais com peculiares modos de vida integrados aos ecossistemas.

Os resultados apontam dificuldades conceituais em relação à política desenvolvida pelo Programa que se apresenta, no discurso oficial, como política de pagamento por serviço ambiental e, ao mesmo tempo, como política social compensatória com condicionalidade ambiental. Esta apresentação conflituosa do Programa dificulta sua apreensão como conquista de direito socioambiental e reconhecimento dos saberes e práticas sustentáveis dos povos tradicionais que vivem em unidades de conservação de uso sustentável.

### **1.1 A questão ambiental e a inclusão produtiva: políticas de integração e atendimento às demandas socioambientais**

O reconhecimento político da finitude dos recursos ambientais remete à configuração do debate mundial, gestado no final da década de 60, a respeito da questão ambiental que discrimina a pauta da preocupação sobre as frequentes catástrofes ambientais, resultantes da apropriação privada da natureza. Desse modo, revela que a escassez dos recursos naturais, necessários à reprodução do sistema capitalista, se apresenta como fator limitante de sua expansão. Essa contradição denuncia a capacidade destrutiva do sistema de acumulação, que se vê diante de necessárias reformas para garantir sua sobrevivência.

Tais reformas protagonizaram, nas décadas dos anos 70, 80 e 90, o processo de globalização da economia e de reestruturação produtiva, o qual diz respeito ao reordenamento das bases produtivas e das formas de organização e consumo da força de trabalho. Essa nova ordem institucional burguesa caracteriza a revolução técnico científica, estruturada pelo incremento da tecnologia no processo produtivo, pelas nuances do mercado internacional e a flexibilização das relações de trabalho sob os ditames e ideais políticos do neoliberalismo. Essas transformações garantiram a retomada do crescimento econômico, porém, evidenciaram a contradição entre desenvolvimento econômico e a nova concepção de desenvolvimento, que pressupõe a sustentabilidade da vida humana e dos recursos naturais.

Silva (2010) argumenta que, nesse processo, desenvolveu-se, no âmbito das discussões das agências internacionais<sup>4</sup>, um engenhoso arcabouço ideológico, de natureza regressiva e burguesa, no qual o argumento da sustentabilidade ganhou força e expressão, como princípio fundamental de uma nova concepção de desenvolvimento. Desse modo, o conceito de sustentabilidade, oriundo das ciências da vida, é transposto à vida social<sup>5</sup> para

---

<sup>4</sup>É importante sinalizar que o processo de globalização da economia se desenvolveu a partir da formação de corporações multinacionais, de agentes econômicos e empresas com o fito de expandir-se mundialmente, saindo do controle dos Estados-Nações e ganhando escopo global (Nogueira, 2013). Essas corporações transnacionais são as principais responsáveis pela formulação de suportes ideo-políticos que legitimam a produção e reprodução das antigas e atuais concepções de desenvolvimento.

<sup>5</sup>A sustentabilidade diz respeito ao processo evolucionário da dinâmica da natureza, a partir de interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, co-evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade (Boff, 2008, p. 5). De modo que, como princípio ético de desenvolvimento, a sustentabilidade diz respeito, segundo Silva (2012, p. 121) a um conjunto de potencialidades de elementos biofísico-naturais na construção de

fundamentar as contrarreformas no âmbito mundial, a fim de garantir o consenso social acerca da possibilidade da coesão entre expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais.

Nesse contexto, o agravamento da pobreza em todo o mundo, devido à precarização das relações de trabalho e à redução dos empregos, torna a força de trabalho, mesmo a altamente qualificada, incremento do exército industrial de reserva. Ficando, desse modo, disponível a qualquer forma e relação de trabalho, diante da alta competitividade e da condição estrutural e generalizada de desemprego.

O princípio da sustentabilidade, consagrado na formulação Desenvolvimento Sustentável, foi amplamente divulgado na ECO 92 e definido no *Relatório de Brundthland* como o modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Essa formulação é adotada pelas agências internacionais para orientar as ações dos Estado-Nações em seus aspectos econômicos e sociopolíticos, em detrimento da concepção do ecodesenvolvimento, que questiona a racionalidade do desenvolvimento no âmbito do sistema capitalista. (NOGUEIRA E CHAVES, 2006)

A perspectiva do ecodesenvolvimento apresentou-se mais radical ao apontar que a solução da questão ambiental dependeria da construção de um sistema social que garantisse emprego, segurança e respeito às culturas. Essa perspectiva não foi acatada pelas agências internacionais como norteadora de políticas, por desmascarar a ilusão do desenvolvimento ilimitado e propor uma nova ordem social para que seja possível a sustentabilidade do planeta. Para Silva (2012), a concepção de desenvolvimento sustentável trata-se:

[...] de uma formulação de caráter superclassista, a qual propala que todos os humanos somos responsáveis, indiferenciadamente, pela dilapidação do planeta – esmaecendo a profunda desigualdade de classes tanto na apropriação dos recursos naturais quanto na produção de dejetos. As grandes saídas indicadas são as mudanças atitudinais e um comportamento mais respeitoso face à natureza, incluídas mudanças na base produtiva, com a adoção de novas e limpas tecnologias (SILVA, 2012, p. 107)

O discurso da responsabilidade ambiental e o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável legitimam, desse modo, a essência contraditória do crescimento econômico no contexto da globalização. Bem como, torna-se compatível às pressões da

---

um *sistema de necessidades* (grifo da autora) amplamente ancorado no reconhecimento da condição universal da reprodução do gênero humano, algo impensável na sociedade regida pelo capital e pela venalidade da natureza.

reestruturação produtiva sobre a força de trabalho, já que faz crescer a produtividade por meio da adoção de tecnologias de ponta no processo produtivo, mas culmina no aumento expressivo do desemprego, revelando-o como elemento estrutural do capitalismo. Nesse contexto, ainda é intensificada a superexploração da força de trabalho, assim como o aumento da pobreza. Pois, a crise produzida pelo próprio capital, instituiu não só a expansão econômica – por meio da globalização das relações de mercado da produtividade – mas também, o crescimento mundial da fome, do desemprego e a redução dos direitos sociais frente ao enxugamento do Estado, dos serviços públicos e da própria destruição ambiental, socializando os déficits da acumulação.

Assim, a depredação ambiental e a exacerbação da questão social<sup>6</sup>, no contexto da economia globalizada, integram uma totalidade complexa, que compõe elementos materiais e simbólicos em seu processo de reprodução. Desse modo, levam ao seu aprofundamento e ao seu reconhecimento político perante a sociedade ao ganhar vulto nos debates internacionais. A partir da década de 90, o tratamento da questão ambiental demanda maior intervenção do Estado<sup>7</sup> por meio de políticas públicas, de caráter regulatório e estruturante para atender aos tratados, acordos e convenções internacionais. Essas, resultantes do proclame do ideário desenvolvimento sustentável propagado pelas conferências internacionais com o objetivo de

---

<sup>6</sup> Para Iamamoto (2006, p.18), a questão social pode ser apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista, que tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” ou em outras palavras, o estabelecimento da ordem de produção capitalista na sociedade que, ao mesmo tempo que gera riqueza, gera também a pobreza e aprofunda a divisão entre a classe dominante – a qual detém os meios de produção – e a classe dominada – que possui apenas sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

<sup>7</sup> A concepção de Estado adotada nesse trabalho, para melhor compreensão do objeto investigado, refere-se à concepção de Estado em sentido amplo ou Estado Integral, formulada por Gramsci. Nessa concepção, Gramsci, a partir do pensamento marxista, considera o Estado uma superestrutura, formada por duas esferas distintas: a sociedade política e a sociedade civil, as quais formam um conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também o consenso ativo dos governados, promovendo assim, a organização da vida social e a reprodução das relações de poder. A dinâmica entre as duas esferas do Estado ampliado possui certa autonomia, com objetivo do desenvolvimento das forças produtivas e da modernização civilizatória da sociedade industrial, essa autonomia, permite o confronto dos interesses de classe e tende a gerar instabilidade, tornando as crises econômicas cíclicas e característica fundamental da sociedade do capital. Furtado (2002) afirma que, até a metade do século XX, a disputa por mercados externos tornaram as crises do capital mais agressivas, quando a ação política buscou a dominação por meio da concentração do poder. Após os anos 60, com a ampliação dos espaços de participação diante da pressão de movimentos sindicais nas ações de interesses públicos, o confronto de ideologias e de conflitos de interesse puderam galgar algumas conquistas sociais por meio de políticas públicas concebidas para equilíbrio do sistema social de modo que nossa Era poderá ser lembrada como a Era dos conflitos.

compatibilizar acumulação capitalista, preservação ambiental e justiça social. (Silva: 2012, p. 109)

É possível visualizarmos no quadro 1 a cronologia das principais conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), seus principais atores, desde a década de 80, e os acordos que foram sendo configurados dentro da tridimensionalidade do desenvolvimento sustentável, ao longo dos debates, o que tornou o enfrentamento à pobreza um dos elementos centrais para adoção de políticas, especialmente voltadas para os países em desenvolvimento a partir do controle sobre os recursos naturais.

<b>Evento</b>	<b>Ano</b>	<b>Acordos celebrados</b>	<b>Objetivo</b>
Conferência de Viena sobre Direito dos Tratados	1985	Convenção de Viana e Protocolo de Montreal	Proteção da Camada de Ozônio
Encontro de Basileia	1989	Convenção da Basileia	Controle de movimentos transfronteiriços de produtos químicos perigosos para a saúde humana e meio ambiente
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ECO 92	1992	Convenção da Diversidade Biológica e Agenda 21	Estabelecer diretrizes e acordos políticos para direcionamento da política ambiental internacional com objetivos de desenvolvimento econômico, justiça ambiental e proteção ambiental
Conferência das Partes COP 1	1997	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima	Reduzir a emissão dos gases que agravam o efeito estufa e o aquecimento global e combater a miséria
Cúpula do Milênio das Nações Unidas	2000	Declaração do Milênio	Estabelecer metas a serem alcançadas até 2015 para a promoção do desenvolvimento sustentável com erradicação da pobreza e da fome. Proporcionar o acesso à educação básica, proteger a infância e a maternidade.
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio +10	2002	Reafirmação da Declaração do Milênio	Discutir e analisar os resultados dos acordos anteriormente celebrados
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio + 20	2012	Declaração O Futuro que Queremos	Avaliação das políticas até então adotadas pelos países e reafirmação dos compromissos
21ª. Conferência do Clima das Nações Unidas	2015	Acordo de Paris	Reafirma a obrigação de participação de todas as nações no combate às mudanças climáticas e o contínuo investimento nas ações de sustentabilidade econômica, social e ambiental

Quadro 1: Principais Conferências sobre o Meio Ambiente e objetivos dos acordos internacionais

Fonte: BRASIL, 2015-2016  
Elaboração: Silvânia de Deus

A partir das informações do quadro 1, verifica-se que a tridimensionalidade da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), especialmente ao adentrar o século XXI, faz da concepção de desenvolvimento sustentável a principal diretriz para a elaboração de políticas públicas, sob o imperativo ético da solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Nesse contexto, a principal mediação refere-se às condicionalidades ambientais, implicadas nas atividades produtivas, de consumo ou nas ações de enfrentamento às desigualdades sociais.

Desse modo, as ações de proteção à natureza estendem-se às ações afirmativas de cidadania, uma vez que as resoluções de questões relacionadas à fome, saúde, educação, segurança alimentar, desemprego e pobreza demandam a perspectiva da sustentabilidade para garantir a conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, a perspectiva socioambiental surge como um fenômeno social (VEIGA, 2007) presente nos discursos das políticas públicas e das novas formas de governança<sup>8</sup> do Estado, face à tentativa de conciliar as dimensões da sustentabilidade.

A inevitável emergência de compatibilizar as atividades humanas e o crescimento econômico, mantendo a preservação dos ecossistemas como suas bases naturais, é uma característica dessa perspectiva. Desse modo, os acordos que resultaram em políticas públicas voltadas para a inclusão social e erradicação da pobreza, especialmente por meio do acesso ao trabalho, a chamada inclusão produtiva, expressaram a concepção socioambiental, diante da finalidade de garantir o equilíbrio dos ecossistemas naturais. Então, Perante às múltiplas intervenções, tanto no âmbito econômico, quanto social, político e cultural, foi dado novo significado à relação homem/natureza sem, no entanto, alterar a relação própria de exploração capitalista, limitando-se a reconhecer apenas os seus resultados nas diferentes esferas da vida em sociedade, assumindo o compromisso de amenizar seus efeitos, tornando-os uma condição estacionária. (VEIGA: 2007, p. 85-92).

---

<sup>8</sup>Santos (1997) concebe a governança ou a capacidade governativa como as articulações, cooperações e arranjos institucionais construídos por diferentes atores sociais e políticos para coordenar e regular suas interações sociais. Segundo Leff (2010, p. 52), essas relações evidenciam os conflitos e os interesses diversos postos em negociação para o desenvolvimento de acordos materializados nas políticas de promoção de desenvolvimento que atendem a uma geopolítica econômico-ecológica que visa reatribuir as funções dos ecossistemas e dos povos dentro de um plano de vantagens comparativas na globalização do mundo.

Silva (2012) declara que esse consenso implica estratégias diversificadas no capitalismo contemporâneo, embora, hegemonicamente, tensionadas pela maior ou menor participação do Estado na regulação ambiental, em contraposição à autorregulação do mercado com os recursos naturais, ou seja, à mercantilização da natureza dada a permanente expansão da produção, inerente à dinâmica de acumulação. De modo que, segundo a autora,

[...] as iniciativas do capital no sentido de enfrentamento da pobreza revelam a sua essência fetichizante ao mesmo tempo em que promovem um sucessivo esvaziamento do ideário da sustentabilidade, enquanto princípio ético. Inicialmente o faz, ao submetê-la aos imperativos de sua autorreprodução, confinando-a um modelo de desenvolvimento para o capital, o que supõe ao fim e ao cabo a exploração do trabalho, com todos os seus efeitos deletérios para a existência humana no planeta. (SILVA, 2012, p. 116)

A partir dos argumentos de Silva (2012), verifica-se, de forma exponencial, as contradições inerentes ao capital contemporâneo que busca escamotear sua fórmula essencial: a produção ilimitada da riqueza e a produção reiterada da pobreza. O debate que colocou a questão ambiental em pauta e promoveu a revisão do paradigma de desenvolvimento reviu também a concepção de pobreza, concebendo-a de forma multidimensional, que não se resume à ausência de recursos materiais e financeiros. Ao contrário, a concebe como um fenômeno crescente que diz respeito à ausência de condições para a manutenção da sobrevivência e sua reprodução física e social de forma digna, o que inclui o acesso a trabalho e remuneração, bem como acesso a serviços e bens públicos como saúde, educação e saneamento básico para atender às necessidades de sobrevivência.

Aos olhos das agências internacionais e multilaterais, dirigidas principalmente pelas orientações da ONU e do Banco Mundial<sup>9</sup>, a pobreza resulta de dificuldades e atrasos no desenvolvimento, especialmente nos países da América Latina. Tal postura remete a um discurso que ignora a luta de classe entre o capital e os trabalhadores, concebe a pobreza de forma naturalizada, antiga no tempo e generalizada geograficamente, uma vez que, na década de 90, milhares de pessoas – devido à perda de seus empregos – passaram a viver com menos de um dólar por dia, um evento “normal” na sociedade competitiva, desde que mantida sob controle (SPRANDEL, 2004, p. 138), cuja responsabilidade por princípio ético, cabe à toda sociedade.

---

<sup>9</sup>No *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000* o Banco Mundial reconhece que a “a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação” e propõe como estratégia para o seu enfrentamento ações de *empowerment* (idem) em três frentes: promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança das pessoas pobres (p. 12).

Assim, a sustentabilidade social fundamentada no combate à pobreza extrema proporciona ao capital um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas em contraposição à redução do sistema de necessidades humanas a patamares mínimos de satisfação. Tal situação diz respeito às políticas públicas engendradas pelo Estado em diferentes governos, sob a égide da focalização e seletividade num contexto de reformas estruturais.

Nesse contexto, Silva (2010) afirma que os serviços públicos são transformados em mercadorias, pois o mercado é convertido em único espaço de satisfação das necessidades dos trabalhadores. O objetivo é minimizar a possibilidade de confronto entre a necessidade de instituição de políticas de combate à pobreza e a dinâmica societária concentradora e excludente que, geralmente, se traduz em políticas compensatórias e de transferência de renda mínima (SILVA, 2010, p. 194). Para a autora, isso reduz o potencial de enfrentamento às raízes da desigualdade e transforma os países periféricos em reservatórios de mão de obra barata, precária e disponível ao capital globalizado para negociação ou simplesmente força de trabalho descartável.

Nesse sentido, Hacon e Loureiro (2014) sinalizam a importância de reconhecer a ambivalência e fragmentação do discurso de universalização da causa ambiental, uma vez que o Estado é a figura dominante, sendo o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico, podendo tornar universal uma perspectiva particular. Portanto, as políticas governamentais são concebidas como os principais meios pelos quais as ideologias dominantes se difundem, tanto do ponto de vista da ação como do discurso.

Sob esse ponto de vista, ao analisar as atuais ações empreendidas pelo Estado em nome do desenvolvimento sustentável, essencialmente em sua natureza técnica, é possível identificar a legitimação da lógica destrutiva e não a tomada de novos caminhos que possibilitem a superação da raiz causal da degradação ambiental e social: a dinâmica de produção privatista.

Leff (2006) assevera que no discurso do desenvolvimento sustentável encontram-se duas tendências: uma dá ênfase à refuncionalização da racionalidade econômica e a outra propõe a ampliação da democracia, ao enfatizar a construção de uma nova racionalidade social, baseada na participação direta da população na gestão e no manejo dos recursos naturais, a partir de políticas públicas adequadas a este fim, o que pode implicar

transformações estruturais, necessárias à efetiva sustentabilidade. Embora essas duas tendências sejam distintas, apresentam-se integradas nos discursos oficiais do Capital Verde<sup>10</sup>.

O jogo de forças entre essas duas tendências acarreta profundas transformações no âmbito do Estado, essas caracterizadas na sociedade moderna por sua capacidade de administrar conflitos e produzir consensos, em torno de interesses aparentemente inconciliáveis, numa gama de diversos atores públicos e privados. Observa-se, nas últimas três décadas, uma maior participação da sociedade civil nos processos de decisão e uma considerável redução do poder do Estado na intervenção social, imposta pelos ajustes estruturais.

Desse modo, podemos dizer que o Estado se curvou à lei do mercado e à participação do capital privado no planejamento e na execução de ações que antes eram exclusivamente públicas. Porém, a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável como premissa para integração às articulações com o mercado internacional reclama a atuação decidida e a ampliação das ações do Estado, em estreita parceria com a sociedade civil, empresas e organizações não governamentais na promoção de estratégias de curto, médio e longo prazo (SILVA, 2010, p. 176)

Nesse contexto, segundo Silva (2010, p. 189), a compreensão de que o combate à pobreza é mediação importante para mitigar a depredação ambiental, tornou a tese do *duplo caminho* hegemônica entre as agências internacionais de desenvolvimento em detrimento à tese do círculo vicioso da pobreza<sup>11</sup> e passou a influenciar as ações políticas de desenvolvimento. Nos argumentos da autora,

[...] a tese do duplo caminho libera a pobreza de uma lógica apriorística de culpabilização e a concebe como problemática que transcende os limites das tendências demográficas. No entanto, inseridas na agenda do “desenvolvimento”, as políticas de combate à pobreza circunscrevem-se no campo da defesa das reformas neoliberais - ou de contrarreformas – sinalizando a focalização e a seletividades como critérios para implementação de políticas compensatórias, distanciando-as do debate clássico que confrontou crescimento e desenvolvimento, sendo este último identificado, para ambos setores da intelectualidade, como redistribuição de riqueza, resultante de uma agenda de reformas sociais (SILVA, 2010, p. 190-191).

---

<sup>10</sup>Constitui-se do sistema de produtos e serviços que se apresentam no mercado sob a égide de conservação ambiental, baseados em processos que se apresentam como responsáveis social e ambientalmente. (Silva, 2010)

<sup>11</sup>Segundo Silva (2010), o círculo vicioso da pobreza se caracteriza pela incapacidade de investimento dos cidadãos de um país em decorrência de seus baixos rendimentos, gastos integralmente nas necessidades de sobrevivência, logo, impossibilitado de obter crescimento econômico. Para o economista Nurkse, o círculo vicioso da pobreza é uma constelação circular de forças de dimensões econômicas, políticas e sociais que atuam para manter um país pobre em estado de pobreza.

A proposta de desenvolvimento sustentável concebe os pobres, ao mesmo tempo, como vítimas e agentes da degradação ambiental, para justificar a aliança pacífica entre crescimento e sustentabilidade, fundamentada na tese do duplo caminho. Desse modo, nos documentos da Agenda 21 e publicações de recomendações do Banco Mundial para o desenvolvimento sustentável, há uma tendência à mercantilização de serviços<sup>12</sup> voltados para o combate à pobreza e a promoção da inclusão por meio do acesso à educação, saúde e programas de transferências de renda. Assim, as reformas neoliberais, para atender aos interesses macroeconômicos, são postas em evidência em detrimento aos apelos ambientais, aí se configuram as políticas de cunho socioambiental.

No Brasil, a adesão da perspectiva socioambiental ao discurso do desenvolvimento, no contexto de franca implementação do projeto neoliberal nos anos 90, passou a legitimar o movimento de contrarreforma, ajustes econômicos e reordenamento político. Segundo Irving (2006), essa dinâmica permitiu a inclusão social, pelo menos no âmbito político institucional, na medida em que exigiu a ampliação da democracia nos modelos de governança. Porém, ao contrário das finalidades socioambientais, resultou no recrudescimento da miséria e no retrocesso no exercício dos direitos sociais, reafirmando a supremacia econômica em detrimento da sustentabilidade social pretendida nos discursos governamentais (MOTA, 2012, p. 95).

Ao conceber a possibilidade de conciliar interesses antagônicos, o Estado promove um claro processo de repolitização regressiva na sociedade por ocultar a luta de classes e a desigualdade social, concebendo-a ora como exclusão, ora como evidência da desproteção estatal. Ambas as visões são enfrentadas com estratégias de inserção, especialmente de acesso ao crédito e ao mercado consumidor, “permitindo que o existente se transforme no ideal, sitiando, assim, a construção de projetos sociais emancipatórios, posto que a manutenção da ordem, sem pobreza absoluta, deve se transformar no ideário social das classes subalternas” (MOTA, 2012, p. 173)

O projeto de universalizar os interesses econômicos sob uma roupagem verde provoca mudanças que fazem emergir o nacionalismo de base popular, o qual resgata as

---

<sup>12</sup>Silva (2010), fundamentada em Mandel (2006), afirma que essa tendência se refere a um movimento de supervalorização inerente à lógica do capitalismo tardio, que busca transformar capital ocioso em capital de serviços e, conseqüentemente, serviço em mercadoria, o que incide sobre as políticas públicas a fim de converter o mercado em único espaço de satisfação das necessidades dos trabalhadores. (p. 193)

diretrizes liberais para sustentar o projeto de industrialização integral com a participação do Estado para superar o atraso e a pobreza dos países em desenvolvimento. Segundo Mota (2012), esse processo é identificado como neodesenvolvimentismo ou Terceira Via<sup>13</sup>.

As necessidades de enfrentamento à pobreza e à degradação ambiental buscam estratégias de integração econômica interna e, conseqüente integração à economia mundial. O foco da implementação de propostas de desenvolvimento é o ecossistema amazônico, onde um grande arranjo institucional, entre entidades públicas e privadas, num intenso processo de mercantilização da natureza, busca alcançar os interesses nacionais e internacionais promovendo a inclusão social (BECKER, 2007)

Nesse contexto, a articulação do enfrentamento à pobreza, com ações de conservação ambiental e inclusão, foi pautada especialmente em ações voluntárias de empresas e organizações não governamentais nacionais e internacionais e na criação de produtos e serviços que compõem o Capital Verde. Esse processo construiu um pilar ideológico e hegemônico que integrou a ofensiva material e simbólica do capital para obter novos patamares de legitimação e avanço na expansão econômica. Dessa forma, as políticas de inclusão por cotas ou mínimos se expandiram substituindo o direito ao trabalho (MOTA, 2012, p. 164)

Identifica-se essa dinâmica nas publicações oficiais que subsidiam as perspectivas de desenvolvimento do governo brasileiro, a partir de 2003, as quais afirmam que:

[...] desde o governo Lula (no ano de 2003), o Brasil tem adotado a perspectiva do desenvolvimento inclusivo, fundamentado nos princípios de ação decidida do Estado no desenvolvimento; crescimento sustentável com equidade e inclusão social com adequada associação entre o setor público e privado; criação de maior equidade no desenvolvimento humano para fortalecimento da democracia e coesão social. (BRASIL, 2010, p. 29-30)

Castel (2011, p. 21) afirma que o termo exclusão social, o qual vem se impondo para definir todas as modalidades de miséria do mundo, refere-se aos desempregados de longa duração, os sem terras e sem teto, jovens das periferias e demais populações à margem dos meios necessários à sua sobrevivência. Porém a exclusão social apresenta-se conceitualmente

---

<sup>13</sup> A Terceira Via se alimenta da hipótese de criação de um modelo de desenvolvimento nacional, de crescimento econômico, em articulação com políticas sociais compensatórias onde o papel do Estado invoca-se para dinamizar o setor produtivo, cumprir as funções de provisão de bens públicos e de proteção social de caráter universalista e distributivista para compensar a destrutividade ambiental e social dos empreendimentos das empresas transnacionais (MOTA, 2012)

vaga e obscurece os processos políticos, sociais e econômicos estruturais que geram as condições de exclusão. O autor vê na exclusão social um dos efeitos do enfraquecimento da condição salarial, os quais causam solidão, isolamento e estigma ao excluído, uma vez que ele percorre uma trajetória de rupturas em série, em relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis. Castel (2011) postula ainda, que o uso impreciso da palavra exclusão é sintomático, isto é, oculta e traduz ao mesmo tempo, o estado atual da questão social que se complexifica no contexto da globalização econômica e intensifica a flexibilização e precarização do trabalho, tornando as ações de enfrentamento à pobreza um paradoxo entre avanço e regressão de direitos sociais.

Martins (2002), criticando o conceito de exclusão, afirma que no contexto de uma sociedade, cujo núcleo é a acumulação de capital, há processos sociais excludentes, mas não há exclusões definitivas ou irremediáveis, porque a contrapartida da acumulação é excluir e, ao mesmo tempo, incluir, ainda que em condições sociais adversas. Para o autor, a exclusão é um momento de vivência pessoal e transitória no movimento de “sair e reentrar” no processo de reprodução social contemporânea e requer a contínua ressocialização e reelaboração das identidades de seus membros.

Ao considerar que a exclusão do mercado de trabalho é inerente ao capitalismo, Martins (2002) afirma que a terminologia exclusão social leva à ilusão de que é possível incluir o conjunto de pessoas nos rendimentos e direitos que as classes sociais dispõem e, distribuir justamente, o que é produzido, sem romper com a dominação do capital, o que é impossível. Nem por isso, a preocupação com a exclusão social e a pobreza é ilegítima, pois indica que a sociedade, por meio de seus valores dominantes, busca definir o modo como os “excluídos” devem ser “incluídos”, ou seja, como deve ser sua participação na reprodução dessa sociedade; não só como um direito, mas como um dever para manutenção da coesão social. Esse processo refere-se particularmente ao potencial de adaptação da força de trabalho às precárias condições determinadas pelo mercado.

O termo inclusão social foi primeiramente utilizado pela Comissão Europeia, no final dos anos 90, para designar a inserção social ou profissional de indivíduos, ou grupos excluídos, no mercado de trabalho e na sociedade, devido ao trabalho ter se tornado uma variável de reajuste dos mercados financeiros (EUZÀBY, 2008, p. 17). A conceituação do termo exclusão social, devido à sua grande popularidade nos discursos políticos, remete à literatura francesa e britânica, que concebem a exclusão como a perda da coesão identitária. Ou seja, a ausência de identidade de classe frente às perdas consideráveis de emprego, do senso de pertença e da capacidade dos trabalhadores de reagir, por meios organizados e

legítimos, às adversidades, tendo como consequência a ausência de lutas e de reivindicações, já que não existe identidade de classe.

Barata (2009), sem deixar de considerar a subjetividade que reforça a alienação, pontua que a expansão da pobreza, a que se remete o conceito de exclusão social, deriva da falta de trabalho e do grau de desenvolvimento das forças produtivas, característica contemporânea do capitalismo. Segundo a autora, valorizar o conceito de exclusão a partir de uma visão romântica, leva ao esvaziamento do conceito de classes sociais, pois desvia a centralidade do trabalho e sua relação dual com o capital. O problema da exclusão não se resume à reinserção, até porque o excluído é produto inerente da relação capital e trabalho, o desafio para a autora é, na verdade, redistribuir a riqueza concentrada como capital dentre os principais responsáveis por sua produção, os trabalhadores.

Dessa forma, secundarizar os interesses de classe em estratégias que visam o enfrentamento à pobreza e a promoção da inclusão social, tende a escamotear a luta de classes, da mesma forma que promover o desenvolvimento com sustentabilidade no modelo de acumulação capitalista torna-se contraditório e inviável. De certo, há múltiplas e diversas dimensões a serem tratadas pelas ações governamentais para alcançar esses objetivos, que vão desde a reforma agrária às ações no âmbito da cultura, mas para romper as razões da exclusão e valorizar os princípios de solidariedade e humanidade é necessário um novo patamar civilizatório.

No discurso político do Estado brasileiro, a possibilidade de enfrentamento da exclusão, aliados aos objetivos de proteção ambiental, centraliza-se na proposta de inclusão produtiva – especialmente no âmbito rural – que visa potencializar a capacidade da força de trabalho por meio da educação e capacitação técnica. Essa proposta vem sendo promovida desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) (1996 a 2002) e consolidou-se nos governos de Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como efetivação dos ditames neoliberais, preconizados pelo mercado globalizado e suas agências internacionais.

O PLANFOR, empregado como um dos eixos do programa de governo de FHC concebeu a educação como agente promotor do desenvolvimento econômico, uma vez que considera o desemprego como consequência da falta de escolaridade e não como elemento estrutural da exploração dominante do capital. Na verdade, como analisa Eloi (2014), o objetivo desse plano era garantir a aprendizagem permanente, de modo a conferir à força de trabalho a polivalência que requer o atual modelo produtivo do capital.

Nesse período (década de 1990), o que hoje se convém chamar inclusão produtiva foi traduzido como investimento no acesso à educação profissional, para sanar as dificuldades de acesso ao trabalho formal, relacionadas à ineficiência do Estado em garantir a educação pública. Nessa perspectiva, cabia ao Estado criar oportunidades para que a população pudesse desenvolver suas capacidades produtivas e, assim, ter acesso ao mercado de trabalho. Essa compreensão partia das análises realizadas pelo Banco Mundial sobre a situação de desenvolvimento socioeconômico do Brasil naquele momento, a fim de empregar as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A partir desse processo, a noção de inclusão produtiva atual diz respeito às recentes visões formuladas, a partir de 2010, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Segundo essas formulações, o desenvolvimento social, por meio da garantia de direitos sociais, é o elemento propulsor do desenvolvimento econômico e requer ações integradas do Estado com a sociedade civil e as instituições do setor econômico para promovê-lo, numa perspectiva de integralidade na construção de territórios sociais produtivos que, por sua vez presumem a sustentabilidade. Segundo descreve essa comissão:

[...] a integralidade do desenvolvimento se entende com perspectivas de direitos, na articulação sinérgica entre uma macroeconomia que leve o crescimento à sua fronteira potencial e cujo dinamismo tenha efeitos virtuosos no emprego e na inclusão social, um desenvolvimento produtivo que promova maior convergência entre setores e atores do mundo do trabalho e vise a uma matriz produtiva mais diversificada e com maior ênfase em inovação e conhecimento, uma matriz territorial que se expresse claramente na proteção ao trabalho, na promoção do emprego decente e nas transferências públicas com viés redistributivo [...] com mais igualdade social (Panorama Social da América Latina, CEPAL, 2010).

A igualdade na concepção da CEPAL possui viés mercadológico (ELOI, 2014, p.106). Não se refere à igualdade de direitos, mas de oportunidades para desenvolvimento de capacidades por meio do ensino, mantendo assim a raiz estrutural da acumulação e potencializando o crescimento do exército industrial de reserva. Eloi (2014) analisa que, estimular políticas públicas e sociais para desenvolver as capacidades dos indivíduos com objetivo de superação da pobreza, torna-os ativos ao processo produtivo, uma vez que atende à demanda das indústrias transnacionais por força de trabalho disponível à remuneração precária, ao mesmo tempo em que promove o crescimento econômico por meio do consumo e circulação do mercado interno. Desse modo, a autora destaca que, no âmbito dos planos governamentais, os termos igualdade e inclusão sofrem uma degradação conceitual e distancia as políticas sociais da perspectiva de conquista da classe trabalhadora.

Esse é o contexto de gênese da noção de inclusão produtiva no discurso do governo brasileiro que associa desemprego e pobreza à falta de escolaridade e que, no governo de FHC, articulou os setores econômicos públicos e privados aos de educação, especialmente os chamados sistemas “S” (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR/SEST, SEBRAE). Desse modo, a partir de estratégias seletivas, seriam proporcionadas oportunidades de escolarização e capacitação para mais de 61 mil trabalhadores, a fim de que eles próprios pudessem gerar oportunidades de trabalho por meio do empreendedorismo e do trabalho autônomo. Nos governos de Lula e Dilma as ações de qualificação técnica e profissional serão coordenadas pela assistência social (ELOI, 2014, p. 105), como analisaremos mais adiante.

Em 2003, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), no governo Lula, visou promover qualificação profissional como construção social às famílias em situação de pobreza. Isso ocorreu por meio da articulação ministerial entre as políticas de educação, trabalho e assistência social, como por exemplo, o Programa Fome Zero. A lógica dessa atuação foi fundamentada na crise fiscal do Estado, já em desenvolvimento no governo de FHC, quando a atuação do governo quanto à oferta de serviços públicos se centralizava em ações direcionadas aos extremamente pobres.

Eloi (2014) assevera que o significado ideológico da qualificação profissional no governo Lula foi de titularidade de cidadão, por meio da empregabilidade da população usuária dos serviços de assistência social, especialmente nas obras de infraestrutura, realizadas pelo governo para impulsionar o desenvolvimento econômico interno. Nesse sentido, os investimentos em infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007, visaram criar postos de trabalho, intensificar o mercado e o consumo interno com foco nas famílias usuárias do Programa Bolsa Família, para garantir a oportunidade de qualificação e renda já caracterizada como processos de inclusão produtiva.

Nesse sentido, o governo Lula criou planos setoriais que potencializaram as oportunidades de qualificação do ensino médio e técnico para atender as demandas do capital, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades. Dentre eles, destaca-se, o Programa Próximo Passo, que visou qualificar a mão de obra na área de construção civil para ser aderida no PAC 1. Investiu-se também na maior integração (física e ideológica) entre o Governo Federal, os estados, os municípios e a sociedade civil, a fim de estruturar uma cadeia produtiva, a partir da identificação e formação de políticas territoriais, voltadas especialmente para a integração econômica das áreas rurais, sinalizadas pelas agências internacionais e por estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como áreas concentradoras da pobreza.

Com isso, o grande avanço do capital nacional e internacional é assegurado pelos investimentos do Estado na construção de infraestruturas que impulsionam grandes setores econômicos como a pecuária, exploração madeireira e agricultura mecanizada. No que tange à região amazônica, a integração econômica é planejada nesse contexto, a partir da modernização com base na produção de *commodities* nesses mesmos grandes setores, resgatando o modelo de crescimento econômico que se mostrou inadequado para a região, na década de 70, em seus aspectos sociais e ambientais (CASTRO, 2012, p. 48)

Essas estratégias proclamaram um novo modelo de governança descentralizado e mais participativo, porém ainda fundamentado na perspectiva funcionalista que busca responsabilizar o sujeito e a sociedade civil pela situação e superação da pobreza. Para tanto, remete a significados relativos à cidadania, na medida em que seu exercício depende dos esforços individuais de cada sujeito e de sua relação com a sociedade, articulados às ações mínimas do governo, que ganham destaque na agenda mundial, por adotar como meta prioritária: o combate à fome, em consonância com as metas da Declaração do Milênio que relacionam as dinâmicas macro e micro econômicas.

A articulação do governo Lula para o alcance dessa meta estreitou-se com o desenvolvimento agrário, a partir de três eixos principais: o acesso à alimentação, por meio de transferência de renda; o fortalecimento da agricultura familiar, a fim de potencializar a força de trabalho rural e a geração de renda, por meio de oportunidades de acesso ao trabalho (BRASIL, 2009).

Na análise de Eloi (2014), a inclusão produtiva, por meio da captação e acesso à renda, implementada no contexto da reestruturação produtiva, mostra-se estratégica, pois visa não apenas capacitar a força de trabalho para desenvolver múltiplas habilidades, tornando-a polivalente. Mas também, a partir de um conteúdo ideológico, educar os trabalhadores para conformação de sua situação de pobreza, responsabilizando-os pelo desenvolvimento econômico do país, produzindo, ao invés da inclusão, a exclusão.

Em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, lançado no governo de Dilma Rouseff, sobre o qual faremos uma análise particular no item seguinte, visou dar continuidade às ações e aos resultados alcançados no governo anterior. Considerando a diminuição da fome e o aumento da renda das famílias usuárias dos serviços de assistência social, pretendia erradicar a miséria em todo território nacional.

Nesse plano, o paradigma da inclusão produtiva ganha maior destaque, pois considera a miséria ou a situação de extrema pobreza, a partir de múltiplas formas: insegurança alimentar, nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação, fragilidade de

inserção no mercado de trabalho, acesso precário à água e energia elétrica. Dessa maneira, a principal estratégia de enfrentamento ainda estaria baseada na articulação das ações governamentais, contudo, sob a coordenação da política social por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Como veremos a seguir, um dos eixos de atuação do MDS será a inclusão produtiva com distinções para as áreas urbanas e rurais, cuja finalidade é oferecer oportunidade de qualificação, ocupação e renda. Essa nova proposição distancia ainda mais a possibilidade do acesso à empregabilidade formal e aos direitos de proteção ao trabalho, pois investe na educação e transferência de renda como potenciais para garantir a empregabilidade autônoma, fundamentada nos argumentos da economia solidária. Assim, essa perspectiva reforça a exploração da força de trabalho pelo sistema lucrativo, uma vez que busca aumentar a produção e consumo, incluindo as atividades produtivas do trabalho informal à lógica capitalista, como descreve Eloi (2014, p. 144):

Nota-se que o conjunto (empreendedorismo, empreendimentos e economia solidária) que integra e acompanha as transformações no mundo do trabalho e a hegemonia do modelo Toyota de produção, passa nitidamente a nortear o caráter da qualificação profissional, agora de forma mais clara. Desse modo, deixando para trás a atividade laborativa sob a perspectiva dos direitos, incorporando a útil demagogia estatal de cidadania e equidade social que desliza sob as entranhas do trabalho autônomo/por contra própria (ELOI, 2014, p. 144)

A centralidade das recentes políticas brasileiras nas ações de inclusão produtiva para o desenvolvimento sustentável, a partir de 2011, com o intuito de erradicar a miséria no Brasil, busca aliar crescimento econômico e políticas sociais sob o forte argumento da cidadania. Baseada na promoção da justiça social e ambiental, essas políticas têm por objetivo a transformação que resulta na elevação da produtividade da força de trabalho, apoiada na incorporação de progresso técnico a práticas gerenciais inovadoras, voltadas para atender as demandas dos territórios.

Nesse contexto, é importante destacar que a política pública é um campo dinâmico de estratégias contra-hegemônicas e requer esforço para a apreensão da realidade vivenciada em sua totalidade. Portanto, é necessário desvelar os discursos ideológicos contidos nas políticas governamentais. Nesse sentido, Mota (2012) afirma que a inclusão, por meio da atividade produtiva, faz emergir a ideologia do auto-emprego num processo em que o Estado busca atender, ao mesmo tempo, os interesses de acumulação e às demandas das classes subalternas.

Para melhor sinalizarmos o que propomos nessa primeira construção em relação à gênese da concepção de inclusão produtiva adotada pelo governo brasileiro, podemos verificar, resumidamente, que essa noção tem origem nas propostas de qualificação profissional adotadas como estratégias em cada governo. A gestão de FHC procurou atender às demandas do mercado, por meio da capacitação adequada ao desenvolvimento da polivalência e da multifuncionalidade. No governo Lula, a educação profissional foi entendida e articulada ao desenvolvimento econômico e ao exercício da cidadania, por meio do acesso ao trabalho e ao consumo. Já no governo de Dilma, sob as orientações do Banco Mundial e a ideologia do desenvolvimento sustentável, a qualificação profissional foi consolidada como concepção de inclusão produtiva do Estado brasileiro.

Atualmente, o MDS define a inclusão produtiva como a estratégia que objetiva proporcionar aos brasileiros a autonomia para sobreviver com dignidade sustentável. Tal estratégia refere-se à formação de cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho, contribuindo, assim, para a construção de um país democrático (BRASIL, 2011). Diante da interpretação dessa perspectiva, corrobora-se Eloi (2014) ao verificar que a proposta de inclusão produtiva desenvolvida pelo Estado brasileiro, desde o governo de FHC, corresponde a um complexo de categorias ideopolíticas voltadas à qualificação profissional, empregabilidade e cidadania com justiça socioambiental. Os diferentes projetos pretendem garantir o compromisso da população com o desenvolvimento do país, por meio da movimentação da lógica do mercado (consumo, baixos salários e alta competitividade), que garante o ajustamento e a superexploração da força de trabalho. Logo, a inclusão produtiva atende aos ditames apenas do mercado e mantém os trabalhadores em condições precárias de sobrevivência, mas em situação de conformidade.

A questão ambiental, nesse contexto, é integrada com maior enfoque econômico, visando a organização territorial, especialmente com a expansão da criação das Unidades de Conservação, para desenvolvimento de suas capacidades nos novos mercados na economia mundial. Nesse sentido, verifica-se que o governo, desde os anos 90, por meio das ações de desenvolvimento econômico com objetivos sustentáveis, investiu no aumento significativo de áreas de proteção integral e de uso sustentável, em especial na região amazônica, além de reconfigurar as instituições ambientais e suas competências.

O Ministério do Meio Ambiente, criado em 1992, foi o órgão central para promover a integração do meio ambiente às ações do Governo Federal. As autarquias desse ministério, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado em 1989 e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

(ICMbio), em 2007, são as instituições executoras das políticas socioambientais, articuladas com os órgãos ou entidades estatais (responsáveis por projetos de controle de atividades potencialmente poluidoras) e locais (responsáveis pelo controle e fiscalização do ambiente e entidades estatais).

O arcabouço político-institucional construído a partir da reestruturação dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental no Brasil democrático, diz respeito, principalmente, à descentralização político-administrativa, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em suas ações de fiscalização. A partir dele, a política ambiental brasileira<sup>14</sup> (diante da pressão interna e externa) fortaleceu a perspectiva do uso sustentável dos recursos naturais, das medidas compensatórias e da responsabilização dos crimes ambientais, além de inaugurar instrumentos e mecanismos de gestão compartilhada e participativa de bens no campo da política socioambiental (BRASIL, 2014).

Nessa perspectiva e diante do crescente número de áreas protegidas, foi criado, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse órgão passou a atuar como principal instrumento de gestão dos recursos socioambientais no país, sendo que sua proposta inicial já havia sido elaborada em 1988.

Vale ressaltar que, ao longo desse processo histórico, a criação de áreas protegidas teve diversos e complexos objetivos no Brasil que, muitas vezes, estiveram distantes da orientação de conservação da natureza. Exemplo disso foi a criação de Unidades de Conservação (UC) que se estabeleceram como medida mitigadora ou compensatória de obras de infraestrutura executadas pelo governo militar, através dos projetos de desenvolvimento<sup>15</sup> e integração da Amazônia fronteiriça ao território nacional (IRVING, 2006).

Com o SNUC, o número de Unidades de Conservação federais aumentou de 190 para 320 até o ano de 2014, sendo mais 26,2% de área do bioma amazônico protegido, por meio de 136 UC's federais. Os estados do Pará e Amazonas são os mais protegidos e constam, respectivamente, com 47 e 35 UC's. Essas UC's são distribuídas, tanto em unidades de proteção integral, como de uso sustentável e de terras indígenas, conforme é possível visualizar no mapa a seguir:

---

<sup>14</sup> Diante da pressão internacional das agências multinacionais de desenvolvimento e do movimento social ambientalista.

<sup>15</sup> Em texto publicado em 2012, o Instituto de Pesquisas Ecológicas destaca como exemplo o caso do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), período denominado de década do progresso dos Parques Nacionais na América do Sul, o qual coincide, em parte, com a chamada década da destruição, em que o desmatamento avançou na Amazônia (p. 48-49)

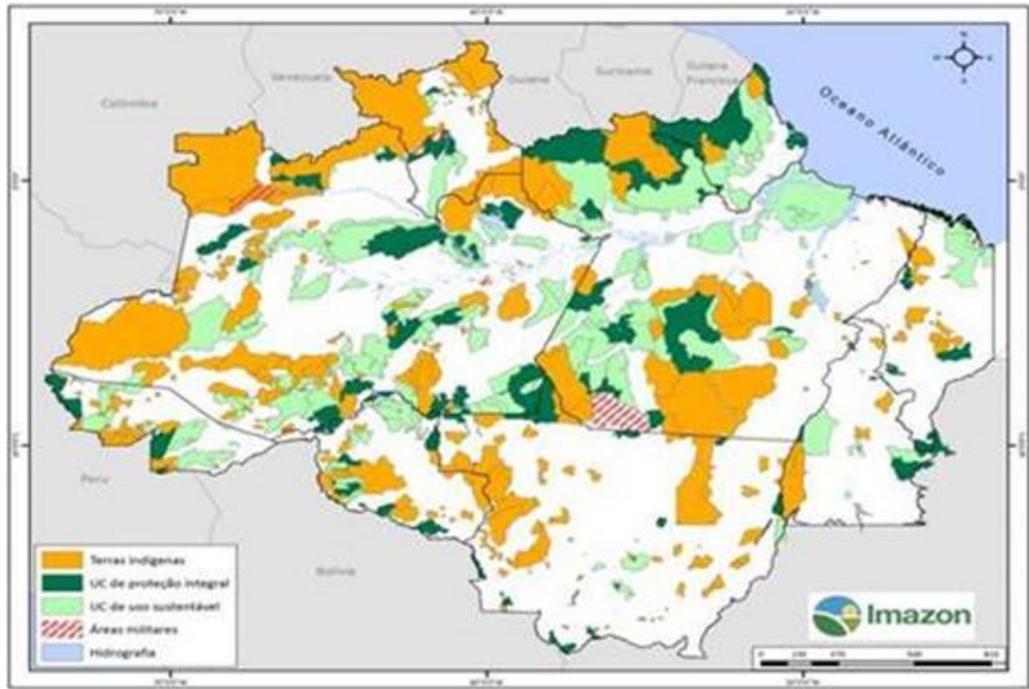


Figura 2 - Mapa das Unidades de Conservação na Amazônia  
 Fonte: Imazon, 2012

Destaca-se que a criação das UC's, especialmente as de uso sustentável, decorre da mobilização social de povos tradicionais da Amazônia. Por exemplo, a luta social do Movimento Nacional dos Seringueiros, que contribuiu para a criação das Reservas Extrativistas específicas para uso sustentável, assim, garantindo o direito de permanência dos antigos seringueiros no território e o estilo de vida desse grupo social, conforme detalharemos a seguir.

Para Irving (2006), é indiscutível o avanço dos instrumentos legais que norteiam a criação e gestão das UC's, que dizem respeito à participação da população e à fiscalização do território. O desafio que se impõe é a efetividade desses instrumentos. Dentre as dificuldades apontadas estão a insuficiência dos recursos financeiros, materiais e humanos. Além da ausência de uma proposta estratégica de inserção das UC's em projetos que, além de promoverem o desenvolvimento regional, possibilitem a integração participativa dos diferentes segmentos sociais com as estruturas de gestão do governo.

Dentre as inovadoras propostas de políticas integradas, descentralizadas e participativas destacam-se os grandes projetos de desenvolvimento com sustentabilidade para a região amazônica. Entre eles, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), criado após a ECO 92, com cooperação internacional, visando conservar os recursos naturais. Também o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da

Biodiversidade Amazônica (PROBEM), criado em 2002, com o intuito de integrar as ações nacionais à exploração econômica e sustentável da Amazônia. Além do Plano Amazônia Sustentável, apresentado em 2008 pelos governos estaduais da Amazônia, apontando diretrizes para o desenvolvimento da região e inaugurando um modelo de governança para o desenvolvimento endógeno, destacando a articulação de entidades internacionais e nacionais, públicas e privadas, bem como os governos e as populações locais.

Becker (2005) evidencia que, diante da complexidade de promover o desenvolvimento na Amazônia, as políticas governamentais contemporâneas não se apresentam mais com objetivos de ocupação territorial, como anteriormente, uma vez que o povoamento da região já se encontra consolidado. Atualmente, as proposições se voltam às estratégias econômicas, combinadas a melhorias na qualidade de vida da população e à conservação ambiental. Ainda assim, de forma esperada, essas ações encontraram limitações, especialmente na articulação e integração das ações públicas que, implementadas por diversos agentes, também apresentam distintas apropriações do conceito de desenvolvimento sustentável e da realidade amazônica.

Para Becker (2014), o reconhecimento do potencial de recursos naturais diante das mudanças globais, nacionais e locais confere à Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza. Com isso, cria-se um novo e poderoso trunfo para o desenvolvimento da região, inaugurando um Vetor Tecnoecológico (VTE)<sup>16</sup> na disputa pelos projetos de desenvolvimento na região. O VTE envolve projetos preservacionistas, mas suas metas coincidem com as dos projetos conservacionistas que advêm das lutas sociais de movimentos locais que se aliam às redes sociais transnacionais de cunho ambientalistas para garantir sua sobrevivência. Por exemplo, as lutas pela criação das Reservas Extrativistas como territorialidades amazônicas.

É importante frisar que o VTE se diferencia do Vetor Tecnoindustrial (VTI)<sup>17</sup>, pois pode significar um movimento associado a um desenvolvimento sustentável mais democrático

---

<sup>16</sup>Becker em *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio* afirma que o VTE pode ser entendido como força resultante da coalescência de múltiplos projetos. É fruto das pressões – legítimas e geopolíticas, internacionais, nacionais e regionais – e de respostas governamentais a essas pressões. Agregam-se à pressão ambientalista, à disputa externa e governamental pelo controle do capital natural e do território e às demandas sociais dos amazônidas por melhores condições de vida (p. 128).

<sup>17</sup>Segundo a autora, o vetor tecnoindustrial (VTI) é herdeiro da economia de fronteira, reúne projetos de atores interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios, bancos nacionais e empresas regionais, nacionais privadas, estatais – e internacionais, individualmente ou em *joint ventures*. A esses atores aliam-se segmentos das Forças Armadas, com seu projeto de manutenção da soberania nacional (BECKER, 2014, p.403)

e flexível ou mesmo, ao contrário, como um incentivo à fragmentação das reivindicações dos movimentos sociais amazônicos. Entretanto, Becker (2014, p. 403) argumenta que os primeiros resultados<sup>18</sup> do VTE são fruto de interesses distintos, como a legítima consciência ecológica, que visa preservar o mundo natural como estoque de vida e a geopolítica ecológica, que visa preservá-lo como reserva de valor. Portanto, verifica-se uma ruptura do Estado brasileiro com a ideologia estatista desenvolvimentista<sup>19</sup>, adotada nas ações públicas para a região amazônica, até os anos 90, desta vez com novo significado geopolítico.

A região passa de fronteira de expansão demográfica e econômica para fronteira do capital natural<sup>20</sup> e configura uma nova divisão territorial do trabalho. Assim, a Amazônia passou a ser vista como uma nova área geopolítica a ser preservada, na medida em que passa a valorizar o novo modo de produção de capital como realização atual e futura (BECKER, 2004; 2014).

Nesse sentido, a autora ratifica que o Plano Plurianual (PPA 2004-2007) retoma as propostas desenvolvimentistas para a região amazônica, buscando transformá-la no centro do continente, através da construção e reconstrução de rodovias, as quais previam os cuidados com os impactos ambientais no processo de construção, mas, a exemplo dos planos anteriores, favorecendo largamente o crescimento econômico.

Para Silva (2009), a orientação estratégica do PPA 2004-2007 foi o planejamento fundado na democratização da gestão com o propósito de distinguir-se dos modelos de planejamento, que primam pela supremacia do tecnicismo centralizador de decisões (modelo tecnocrático), ou pela lógica do mercado, prescindindo a presença do Estado para o desenvolvimento. Segundo a autora, nesse período,

As políticas ambientais propostas pelo governo federal compõem cenários interessantes para observar o atendimento de demandas ambientais, sociais e participativas. Na maior parte dos programas é possível observar políticas ambientais que visam atender necessidades sociais básicas, direcionam-se a um público alvo constituído, em sua maior parte, por populações tradicionais, o que os

---

<sup>18</sup>Projetos locais de uso sustentável dos recursos naturais como as RESEX e Projeto de Assentamento de Agricultores Familiares decorrentes da organização de povos tradicionais que historicamente desenvolveram suas territorialidades com o local (BECKER, 2014)

<sup>19</sup>Caracterizada pelas frentes de ocupação e estabelecimento da economia industrial nos anos de 60 e 70, “o desenvolvimento a qualquer custo” sinalizado por Becker (2004).

<sup>20</sup>Segundo Becker (2004), o capital natural identificado na Amazônia deve-se à valorização ecológica de dupla face: a da sobrevivência humana e a dos recursos naturais, especialmente a água, decorrentes das feições da globalização do final do século XX (p. 33).

inclui na perspectiva contemporânea de integrar as comunidades que residem no entorno de áreas a serem atendidas com políticas ambientais. O governo Lula não se afastou dos pressupostos básicos da economia liberal, mas alia a essa orientação tentativas de possibilitar a inclusão dos setores sociais mais carentes aos benefícios do desenvolvimento. (SILVA, 2009, p.14)

Nesse propósito, o Estado volta a ter um papel ativo na promoção do desenvolvimento, como e indutor de investimentos privados. Valorizaram-se os instrumentos de proteção ambiental – dentre os instrumentos de controle estavam a aplicação da denominada Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) na avaliação dos projetos de infraestrutura previstos no I Plano de Aceleração do Crescimento (PAC I)<sup>21</sup> – e a liberação de recursos financeiros destinados à cadeia produtiva dos biocombustíveis.

Nesse cenário, um dos principais avanços é o reconhecimento da particularidade amazônica pelo Ministério do Meio Ambiente, ao adotar e apoiar sucessivos modelos institucionais, para gestão ambiental da região, como a criação da Secretaria da Amazônia<sup>22</sup> e o PAS.

O Plano Plurianual (PPA 2008-2011), com pretensões de reduzir as desigualdades regionais do país, estabeleceu cinco eixos a serem considerados na implementação de políticas públicas na região amazônica. São eles: a produção sustentável com tecnologia avançada, um novo padrão de financiamento, gestão ambiental e ordenamento territorial, inclusão social e cidadania e a infraestrutura para o desenvolvimento. A integração das ações públicas desses eixos permitiriam superar a dispersão entre diferentes políticas e projetos até então reconhecidos como entraves para o alcance das realidades.

Nesse Plano, destacam-se o redirecionamento das linhas de financiamento para incorporar critérios sustentáveis de valorização da agricultura familiar, o apoio à diversificação e a criação de cadeias produtivas para produtos extrativistas oriundos dos sistemas agroflorestais e de múltiplo uso da floresta (MELLO, 2006, p. 368). Associado ainda a combinações de promoção social, políticas territoriais prioritárias e assistência técnica de

---

<sup>21</sup>O PAC tem a finalidade de estimular o crescimento econômico por meio de investimentos na infraestrutura econômica e social nos setores de energia, transporte e saneamento, estreitando a relação entre público e privado nos investimentos previstos nessas áreas, superiores a R\$ 500 bilhões, 20% do PIB do ano de 2007. As políticas públicas foram voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda; elevação da qualidade da educação; aumento da produtividade e competitividade; expansão do mercado de consumo de massa; utilização da diversidade dos recursos naturais de forma sustentável; melhoria da infraestrutura, inclusive urbana; redução das desigualdades regionais; segurança e fortalecimento da democracia e da cidadania. (BRASIL, 2007, p.11)

<sup>22</sup>Órgão do MMA

apoio a pequenos produtores, a fim de promover a inclusão produtiva como principal objetivo a ser alcançado.

Como vimos anteriormente, segundo o discurso governamental, a inclusão produtiva materializa-se pelo acesso à renda, à qualificação profissional e, no caso da produção rural, acesso aos mercados e à assessoria técnica no processo produtivo. Essas ações visam aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a exploração da força de trabalho rural. Além de introduzir novas tecnologias de produção em substituição aos saberes tradicionais, bem como, tornar a produção diversificada de pequenos agricultores monoculturas, para melhor atender o mercado.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a estratégia de desenvolvimento para promover a inclusão produtiva rural exprime o conteúdo político do Estado para legitimação do capital, por meio de suas ações socioambientais.

## **1.2 O Plano Brasil Sem Miséria e a inclusão produtiva rural**

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), instituído pelo Decreto n°. 7.492 de 02/06/2011, no governo de Dilma Rousseff, tem por finalidade erradicar a pobreza extrema no território nacional, por meio da integração de políticas, programas e ações governamentais e subsidiadas pela sociedade civil.

O objetivo do Plano de promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza<sup>23</sup>, reafirma uma das principais metas da Declaração dos Objetivos do Milênio, que é a de reduzir a extrema pobreza no mundo até o ano 2015<sup>24</sup> (BRASIL, 2014). Portanto, essa

---

<sup>23</sup>A linha da pobreza trata-se de uma linha administrativa definida a partir dos critérios de conversão do Banco Mundial e Objetivos do Milênio/PNUD que concebem US\$ 1,25/dia, a renda mínima para sobrevivência de uma pessoa. O Brasil definiu uma renda per capita mensal, considerada acima do que estabelece o BM e PNUD, para atender as principais necessidades de sobrevivência de uma família, tendo em vista o valor da cesta de alimentos. O paragrafo 3º. da Lei n°. 8.742 de 93 define essa renda como até um quarto do salário-mínimo, assim é possível acompanhar a evolução da situação da pobreza ano a ano e, a extrema pobreza diz respeito a uma condição de maior vulnerabilidade, em que o individuo ou a família possui renda per capita menor do que o valor estabelecido na linha da pobreza, em 2011 essa condição correspondia a R\$ 70,00 reais mensais e em 2014 a R\$77,00 reais. (BRASIL, 2014)

<sup>24</sup>Apesar de alcançar importantes resultados até 2014, através da valorização do salário mínimo e o aumento de empregos como principais elementos para saída da situação de extrema pobreza, o PBSM não alcançou a sua meta de erradicar a pobreza extrema até 2014, por esse motivo, reafirmou seus objetivos, propondo atingi-los integralmente durante o segundo mandato da presidente Dilma (2014 – 2018). Porém a crise política e

estratégia propõe: i) elevar a renda familiar per capita; ii) ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e bem-estar social iii) ampliar as oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural (BRASIL, 2014)

O modelo de governança adotado no PBSM visa à integração das ações governamentais, permitindo assim focalizar o público-alvo das ações. Sua organização é constituída por um Comitê Gestor Nacional e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Seus membros compõem a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, trabalhando ainda em parceria com outros ministérios como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Educação (MEC), Ministério de Integração, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de associações com órgãos dos governos estaduais e municipais. Portanto, a articulação e integração de governança busca efetivar-se, a fim de promover o desenvolvimento sustentável e a retirada de pessoas da situação de miséria, de modo a corrigir e enfrentar com resolutividade os desafios e dificuldades apresentadas em gestões anteriores.

Como principais eixos de atuação, o PBSM abrange três grandes esferas: a **garantia de renda**, com objetivo de elevar a renda familiar per capita dos extremamente pobres; o **acesso a serviços**, no esforço de ampliar as ações de cidadania e bem-estar social e a **inclusão produtiva**, no sentido de ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza às oportunidades de ocupação e renda, a partir de ações diferenciadas para os meios urbano e rural (BRASIL, 2011).

Na primeira esfera, com o objetivo de aliviar a situação de extrema pobreza, ações de transferência monetária são feitas diretamente a essas famílias. Como por exemplo: Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Ação Brasil Carinhoso e benefícios eventuais da assistência social (MDS, 2011). O PBF é reconhecido como a ação de maior expressividade desse contexto e vem ampliando seu alcance; especialmente, após o estabelecimento do serviço de Busca Ativa<sup>25</sup> como principal estratégia de acesso ao público-alvo, através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

---

econômica instaurada em 2015 tem implicado o crescente aumento do desemprego e altas taxas de inflação, causando o retrocesso dos objetivos alcançados.

<sup>25</sup>A Busca Ativa tem por objetivo ir ao encontro da população mais carente que não tem acesso à rede e proteção e promoção social e inclui-las no CadÚnico para posterior inclusão nos programas sociais. Compõe a Busca Ativa, equipes volantes da assistência social nos municípios, essa é a contribuição do MDS no desenvolvimento do Programa Bolsa Verde (BRASIL, 2013)

Essas políticas de transferência de renda são classificadas por Mota (2012) como políticas compensatórias e aumentaram o poder de compra dos trabalhadores, além de impulsionar a circulação do mercado interno e permitir o acesso ao crédito financeiro. Como produtos dessas ações, é possível perceber que, conforme IBGE (2010), 57,4% das famílias pobres passaram a possuir algum tipo de dívida, seja em cartões ou outras redes de financiamento de crédito nos últimos 10 anos.

Nesse sentido, Yasbeck (2012) afirma que os programas de transferência de renda apenas aliviam a pobreza, mas não alteram as políticas econômicas que produzem as desigualdades, uma vez que estão voltadas para aumentar a capacidade produtiva e de consumo dos pobres. Assim, aumentando a lucratividade das grandes empresas.

Na esfera de acesso aos serviços públicos, o objetivo é ampliar a cobertura dos serviços de saúde, educação e assistência social. Isso é possível por meio da presença estrutural, do aumento da oferta e da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados às populações e localizados nas áreas de extrema pobreza do país. Nesse âmbito, a assistência social visa consolidar a proteção básica e especial, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa maneira, garantindo que as famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família recebam acompanhamento especializado que lhes garanta o acesso aos serviços de proteção social.

Nesse eixo, segundo o discurso oficial, as ações têm como foco fortalecer a ação protetiva das famílias para prevenir a ruptura dos vínculos comunitários. Contribuindo, assim, para a diminuição das possibilidades de exclusão social. Portanto, a estratégia aqui desenvolvida pelo Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF), busca, a partir da regionalização dos serviços nos estados e municípios, bases para uma governança ativa e participativa.

Desde 2003, o Governo Federal, por meio do Programa Territórios de Cidadania<sup>26</sup>, vem buscando articular uma rede de ações para promover o desenvolvimento regional/local, a partir da identificação de perfis econômicos e ambientais de cada território. Dessa maneira, o Programa pretende desenvolver ações mais adequadas às realidades regionais, a partir do

---

<sup>26</sup>Criado no âmbito do MDA em 2008, o referido programa reconhece a dimensão territorial como elemento importante para o bom direcionamento das ações públicas, identifica a diversidade dos territórios e as particularidades que destacam a emergência de políticas públicas e sua articulação para atender territórios específicos, especialmente no meio rural, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

contexto de suas construções sociais, podendo permitir a governança participativa e a operacionalização de diversas projetos das políticas setoriais (BRASIL, 2014).

As ações desse eixo centram-se na ampliação dos serviços da assistência social, porque esses correspondem às necessidades primárias do público-alvo. Porém, segundo a proposta do PBSM, as ações devem articular os serviços de saúde e educação, segundo as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Os resultados, até final de 2014, segundo Costa (2014), foram: a ampliação da cobertura dos serviços de proteção básica com o aumento do número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados em Assistência Social (CREAS); Unidades Básicas de Saúde, além da ampliação do acesso à educação primária e a redução da evasão escolar de crianças e adolescentes.

Costa (2014) analisa que, a partir do PBSM, houve significativos avanços na oferta e no acesso aos serviços de proteção social. Porém, a autora pondera que os desafios que ainda se apresentam, dizem respeito à criação de mecanismos institucionalizados, como fluxos operacionais e protocolos, a fim de qualificar a integração das ações e de seus agentes. Além disso, espera-se promover melhorias na capilaridade dos serviços socioassistenciais e a implementação da Vigilância Social para acompanhamento, fiscalização e avaliação dos serviços.

O eixo da **inclusão produtiva** tem por objetivo ofertar serviços que viabilizem a estratégia de ampliar o acesso da população ao mundo do trabalho, por meio de ações específicas de estímulo à geração de renda e à ocupação. Isso decorre, principalmente, do fato de que os mais pobres se encontram em plena idade produtiva (estão na faixa etária dos 19-65 anos), segundo dados do IBGE de 2010. Nesse contexto, essa população ocupa atividades informais no mercado de trabalho, com baixa ou nenhuma remuneração, e os obstáculos à sua inserção no mercado formal surgem, especialmente, pela falta de qualificação profissional e não devido à estrutura do processo produtivo, segundo o discurso governamental.

Nesse eixo, o PBSM ainda prevê a oferta de ações orientadas, qualificação profissional e intermediação de mão de obra para promover a inclusão produtiva, ou seja, a inserção no mercado de trabalho. Isso ocorre por intermédio do trabalho assalariado, autônomo ou associado, com ações específicas para a área urbana e rural. Portanto, estabelecendo uma cadeia produtiva favorável ao desenvolvimento econômico interno (MDS, 2014).

Essa concepção reporta-nos ao que Eloi (2014) sinalizou acerca das contradições apresentadas pelas propostas de desenvolvimento e o esvaziamento de categorias conceituais

e políticas como, por exemplo, a de empregabilidade e de cidadania. Assim, a inclusão produtiva do PBSM reconhece as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e tem como estratégia a formalização da informalidade. Bem como, o incentivo ao trabalho autônomo, de forma a potencializar e contribuir com a produtividade lucrativa do sistema, por meio de tributações e acesso a previdências privadas, além de outros serviços, antes sob o protecionismo do Estado.

A proposta para inclusão produtiva do PBSM apresenta-se complexa e requer a integração de diversas ações, tanto no âmbito da qualificação profissional e constituição de mercados de trabalho, quanto no de criação de rotas produtivas. Para melhor compreendermos essa proposta, é preciso retomar que, para o MDS (BRASIL, 2010: 302), a inclusão produtiva refere-se a um “processo econômico e social que conduz à formação de cidadãos integrados ao mundo por meio do trabalho. De modo que permite a autonomia para as pessoas sobreviverem de maneira digna e sustentável”.

No item anterior, verificou-se que o histórico das políticas de geração de emprego no Brasil, evidencia a construção social da concepção de inclusão produtiva atual. Para Santos (2015), a instituição da política de emprego com objetivo de combater a pobreza possibilitou a estruturação de ações importantes na proteção do mercado de trabalho, como a consolidação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Sistema Público de Emprego.

Muito embora essas instituições apresentassem ações descontínuas e desarticuladas, especialmente no contexto da reestruturação produtiva, elas representam instrumentos importantes para reprodução da força de trabalho, pois garantem os mínimos sociais necessários à sobrevivência aos trabalhadores. Ressalta-se ainda que esses ganhos foram resultados das lutas sociais e as políticas desenvolvidas e desde então passaram a reforçar a ideologia assistencialista do Estado, principalmente sobre tais conquistas institucionalizando-as como concessão do Estado à sociedade.

Nesse sentido, o PBSM busca aumentar a produtividade e formar uma rede de integração de mercados internos, dinamizando a produção entre o campo e a cidade, porém respeitando e explorando cada potencialidade regional, a fim de possibilitar o consumo doméstico. Para isso, promove a articulação e inclusão produtiva, a partir de estratégias diferenciadas para o campo e para a cidade. No meio rural, suas ações são voltadas para aumentar a produção agrícola, seja através do acesso a meios de produção, assistência técnica e acompanhamento das famílias nos processos produtivos ou no acesso aos mercados e

autoconsumo. No meio urbano, visa gerar renda e ocupação, principalmente, por meio da qualificação, intermediação de oportunidades e incentivo ao empreendedorismo individual.

As ações de inclusão produtiva de qualificação profissional voltadas ao meio urbano são viabilizadas por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esse programa foi desenvolvido sob a responsabilidade do MEC e oferta cursos técnicos gratuitos, tendo como público-alvo as famílias beneficiadas pelo PBF e as pessoas de baixa renda, identificadas no CadÚnico. Assim, a intermediação do emprego ocorre com a identificação das ofertas de trabalho. Daí a importância do mapa de oportunidades criado em cada região, em que estão atuando obras do PAC, permitindo que as famílias já atendidas nos programas sociais sejam a maior parte da mão de obra contemplada. Além da política de microcrédito e empreendedorismo, que visa o apoio à formalização de trabalhadores por conta própria perante as áreas tributárias e previdenciárias (BRASIL, 2013)

Percebe-se que a integração das ações em torno da inclusão produtiva, tanto na qualificação profissional quanto na intermediação de oportunidades, é indispensável à manutenção ideológica do desenvolvimento econômico, pois legitima o poder privatista articulado às ações públicas do Estado. Nesse contexto, o Estado atua como principal mediador entre a força de trabalho e as empresas privadas, na medida em que prepara e qualifica a massa para se adaptar às exigências mercadológicas.

A inclusão produtiva proposta no PBSM tem como fundamentos os pressupostos da economia solidária<sup>27</sup>. Segundo Rios (2013), o termo inclusão produtiva foi adotado pelo MDS para referir-se a questões administrativas das ações de geração de trabalho e renda, desenvolvidas no âmbito da assistência social, a fim de garantir a disposição de recursos e evitar a duplicidade de problemas de ordem orçamentárias, no entanto, sem se articularem com o MTE.

A articulação da qualificação profissional com ações complementares como emissão de documentos, acesso à saúde bucal, por meio do Programa Brasil Sorridente, microcrédito e orientação profissional compõem a rede de mobilização para inclusão produtiva na área urbana. Essa perspectiva pode ser observada por meio dos dados do MDS de 2014, os quais mostram que de um total de 1,1 milhões de matriculados no PRONATEC, 430,4 mil tiveram

---

<sup>27</sup>A economia solidária diz respeito ao conjunto de atividades econômicas que compreendem a produção, distribuição, consumo, crédito e poupança organizadas sob a forma de autogestão por meio de associações, cooperativas com fortes referências nas relações socialistas (SINGER, 2004)

vínculo empregatício formal entre os anos de 2012-2014, sendo que a região nordeste foi representada com 32% e a norte com 8,6%.

O acesso a esses serviços, como sinalizou Eloi (2014), ao mesmo tempo que amplia seu alcance, esvazia o conteúdo de classe dos trabalhadores, pois sua ideologia implica na capacidade individual do sujeito de desenvolver suas habilidades para inserção no mundo do trabalho, cabendo a ele o potencial e a responsabilidade de tornar-se apto ou não ao mercado.

Já no contexto rural, a proposta do PBSM para inclusão produtiva, segundo o MDS, advém de três processos centrados em políticas sociais, que propõem o abastecimento e o desenvolvimento interno do país. O primeiro refere-se à consolidação da matriz de políticas sociais com a massificação das políticas de combate à pobreza; o segundo, à constituição de uma agenda universal de direitos sociais; e o último, à construção e institucionalização da agenda de segurança alimentar e nutricional como política pública de ampliação do desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar.

Esse mosaico configura um conjunto de políticas estruturadas para o meio rural, que, nos anos 90, pôde ser representada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A partir do Governo Lula, então, o MDA adotou uma política de desenvolvimento territorial por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e do Programa Territórios da Cidadania, com objetivo de implementar uma infraestrutura pública e de serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Tais políticas tratam do reconhecimento do papel econômico, social e ambiental da agricultura familiar e de base tradicional, como promotora da segurança nutricional no contexto brasileiro. Entretanto, devido à descontinuidade e insuficiência financeira e de pessoal, poucos resultados foram obtidos no que tange à inclusão no mercado de trabalho.

Delgado e Grisa (2014) argumentam que, por meio da articulação das atividades produtivas urbanas e rurais, as referidas políticas de desenvolvimento territorial, visaram a integração das políticas governamentais do Estado e enfrentaram dificuldades para sua efetivação, em decorrência da falta de intersetorialidade dos agentes envolvidos e seus interesses distintos. Frente a esse embate de interesses, especialmente entre a sociedade civil e o mercado, os interesses mercadológicos dificultaram a inserção de temas prioritários como saúde, proteção ao trabalho, educação e enfrentamento à pobreza no desenvolvimento dos territórios. Assim, evidenciando as contradições do sistema produtivo diante da tentativa de conciliar interesses de complexidade política, cultural e econômica.

No âmbito do PBSM, as ações voltadas para o meio rural buscam enfrentar o desafio de alcançar a população mais atingida pela extrema pobreza<sup>28</sup>. Por isso, o foco são os agricultores familiares e os povos tradicionais, que possuem grande potencial para a agricultura familiar e encontram-se em situação de extrema pobreza, conforme o critério de seleção das políticas.

Dessa forma, segundo o PBSM, o objetivo da inclusão produtiva rural é promover a segurança alimentar e nutricional sob as seguintes diretrizes: (i) garantia do acesso às políticas públicas de cidadania e de inclusão produtiva; (ii) atuação direta junto às famílias ou comunidades, por meio dos serviços de ATER<sup>29</sup>; (iii) busca da redução das desigualdades de gênero, raça, etnia e geração; (iv) territorialização das ações, iniciada onde a pobreza extrema está concentrada e (v) sistema de gestão, que tem a família como unidade de acompanhamento e avaliação das ações (BRASIL, 2014)

Para atender a essa abordagem multidimensional, as ações contemplam questões de infraestrutura básica e um conjunto de medidas de apoio à estrutura de produção e à criação e ampliação dos canais de comercialização. Essa viabilização ocorre sob a responsabilidade do MDS, por meio, principalmente, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Programa de Aquisição de Alimentos do MMA, substanciadas nas ações do Programa Bolsa Verde e dos Programas Água e Luz para Todos, como demonstra o gráfico 1 a seguir:

---

<sup>28</sup>O mapa da pobreza do Censo de 2010 aponta de 49% dos que vivem na extrema pobreza estão em áreas rurais da região norte e nordeste.

<sup>29</sup>ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, trata da assessoria de um técnico qualificado junto às famílias agricultoras durante todo o processo produtivo, a fim de subsidiar as famílias para desenvolverem técnicas e conhecimentos apropriados para melhorias na produção rural.



Gráfico 1 - Fluxograma de ações do PBSM para inclusão produtiva rural  
 Fonte: Plano Brasil Sem Miséria, 2011.

Souza (2013), Santos (2015) e a própria Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva do MDS afirmam que, apesar de bem caracterizado como processo de ações articuladas para a inserção no mundo do trabalho, não existe um conceito de inclusão produtiva definido no PBSM. A Portaria n.º. 225/2007 do MDS afirma que as ações de inclusão produtiva do Governo Federal caracterizam-se pelo investimento econômico e social nos grupos populares, subsidiando financeira e tecnicamente iniciativas que garantam **meios e capacidade produtiva e de gestão**.

Nesse âmbito, o acesso aos meios de produção<sup>30</sup> é garantido por meio de ações de fomento, como doações de sementes e instalação de infraestrutura para o fornecimento de água e energia elétrica (gráfico 1). Além disso, também se inclui o acesso ao crédito, à terra e aos recursos necessários para viabilizar a produção.

Ainda como capacidade produtiva, verifica-se que o aumento da produção é considerado o principal objetivo a ser alcançado pelo Plano Brasil Sem Miséria Rural

<sup>30</sup>Importante sinalizar que nossa concepção de meios de produção se refere à concepção definida por Marx (2011), segundo a qual, os meios de produção consistem num conjunto formado pelos meios de trabalhos (instrumentos de produção – ferramentas, máquinas, as instalações, bem como, as forças e energias, incluídas aí a força de trabalho humana) e o objeto de trabalho (objeto a ser transformado, que implica diretamente na relação homem-natureza)

(PBSM). Para que isso ocorra, a articulação dessas políticas volta-se também para o incentivo à educação, pois, a capacidade produtiva remete diretamente ao conhecimento técnico do processo produtivo. Essas ações referem-se, por exemplo, ao acompanhamento de assessoria técnica junto às famílias agrícolas, por meio do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e Assistência Técnica e o acesso à educação formal.

Já a capacidade de gestão prevê o alcance dos resultados referentes ao acesso ao mercado e ao consumo. Dessa forma, o PSBMR promove uma integração com o MDA, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que prioriza a compra de alimentos da agricultura familiar para creches e escolas, prioritariamente.

Nesse contexto e acerca do PBSMR como política pautada no desenvolvimento sustentável, apresentamos aqui nossa análise da literatura acerca das ações referentes ao Programa Bolsa Verde voltadas à inclusão produtiva rural como aumento das possibilidades do desenvolvimento sustentável.

Para Campos (2014), os resultados dessas ações do PBV são evidenciados pelo aumento no número de produtores no CadÚnico e a ampliação do acesso à água e à energia elétrica, principalmente em áreas isoladas e de difícil acesso, nas quais as políticas públicas anteriores não conseguiam chegar.

Sabendo que para o governo a concepção de inclusão produtiva, tanto na área urbana quanto na rural, refere-se à inserção no mundo do trabalho, é importante frisar que a não problematização da inclusão produtiva no contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho associa a atenção aos excluídos ao campo da assistência social, especialmente a partir do governo de Dilma Rousseff. Se por um lado isso garante alguma proteção social para o processo de inclusão produtiva no atendimento aos usuários, por outro, gera indícios para que o tratamento da questão fique fora do direito de trabalho, já que ao considerar o estágio atual do capitalismo, verifica-se que a inserção no mundo do trabalho, proposta pelo atual governo, se diferencia do trabalho como direito social, tal como previsto na Constituição de 1988. Portanto, as ações de incentivo ao trabalho direcionam-se para a inserção de trabalhadores na esfera da informalidade, ou seja, de desproteção social e previdenciária (SOUZA, 2013, p. 103-105)

Percebe-se, portanto, que a articulação entre as atividades produtivas urbanas e rurais favorecem largamente os setores econômicos e privados, ampliam a precarização das condições de trabalho no campo e a reprodução da pobreza de forma permanente.

A novidade do PBSM em relação aos anteriores é que a concepção da pobreza, adotada a partir das recomendações internacionais de perspectiva multidimensional e para

melhor entendê-lo, é necessário compreender o quadro político brasileiro, configurado a partir das bases do neodesenvolvimentismo que fundamentado nas concepções de desenvolvimento sustentável, coloca o meio ambiente e a política social como elementos centrais das relações sociais para inclusão. Assim, as políticas de caráter socioambiental requerem, não somente a ampliação da participação efetiva dos trabalhadores urbanos e rurais, mas também a discussão de ideologias burguesas que objetivam transformar suas conquistas em viés político de reprodução do capital.

O reconhecimento da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, no PBSM, não altera a base estrutural do capitalismo brasileiro que, historicamente, gera as desigualdades e a pobreza. Assim, Santos (2015) discorre sobre as limitações no desenho oficial do PBSM para inclusão produtiva rural, destacando: a não resolutividade do acesso à terra como questão fundamental para desenvolver a agricultura familiar; a ausência de capacitação e fomento da capacidade de gestão dos agricultores familiares e a abrangência restrita dos programas propostos.

Em 2015, o plano estende-se ao segundo mandato do governo Dilma e ainda constam muitas áreas não atendidas. Nesse cenário, as condições geográficas da Amazônia e a dificuldade de acesso, que mantém o histórico isolamento das famílias habitantes da floresta, perpetuam a ausência do Estado e as mantêm às margens do acesso aos bens e serviços fundamentais da cidadania. Para abranger essas famílias de forma efetiva, por meio das ações do PBSM, é necessário o desenvolvimento de um atendimento pactuado às realidades regionais e socioculturais, levando ainda em consideração o processo de luta social e os conflitos socioambientais ali existentes.

### **1.3 O Programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias nas Unidades de Conservação do Amazonas**

Na rede de articulação proposta no PBSM para inclusão produtiva, verifica-se a sistematização de combinações entre políticas assistenciais, educacionais e ambientais para o aumento da produtividade, criação e articulação de mercados que garantiriam o incentivo à produção e à comercialização na área rural, especialmente nas regiões onde se concentram as áreas de proteção ambiental de uso sustentável.

Assim, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, denominado Programa Bolsa Verde (PBV), foi criado no governo de Dilma Rousseff pelo decreto de nº. 7572 de setembro de 2011 e promulgado pela Lei 12.512 de 14/10/2011. Seu objetivo é incentivar a

conservação dos ecossistemas, por meio da melhoria das condições de vida e elevação da renda da população estabelecida em unidades de conservação de uso sustentável ou áreas de produção rural, que exercem suas atividades em consonância com a conservação dos recursos naturais e encontram-se em situação de pobreza extrema (Art. 3º).

Oficialmente, o PBV foi lançado em 27 de setembro de 2011 pela presidente Dilma, no Teatro Amazonas, na cidade de Manaus e teve repercussão internacional, sendo então elogiado pelos principais agentes do desenvolvimento sustentável. Em seu discurso, a presidente ainda afirmou que “o programa faz o casamento da geração de renda com a preservação ambiental em favor do crescimento sustentável<sup>31</sup>”. Portanto, o PBV trata-se de uma política de transferência de renda familiar, intercalada a condicionalidades ambientais. Suas ações, incentivam a manutenção da cobertura vegetal da área de habitação familiar, transferindo às famílias que atendem os critérios do PBV, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) trimestrais, com duração de dois anos, podendo o benefício ainda ser renovado por igual período.

Assim, o PBV apresenta-se como pioneiro na articulação da dimensão social e ambiental e no reconhecimento de que os povos tradicionais da floresta vivem de forma sustentável (BRASIL, 2013). Essa visão pode ser percebida entre as ações do PBV e as do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PFAPR), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PBF. Dessa forma, pressupõe a atuação interministerial do MMA, MDA e MDS.

A concepção governamental percebe o PBV como elemento estratégico nas ações de inclusão produtiva no meio rural tem o potencial de incorporar, tanto a força de trabalho das áreas protegidas, considerada pelo governo como ociosa, quanto o de mercantilizar os serviços ambientais ao mercado mundial. Assim, as ações do PBV propõem-se a garantir os meios de produção por meio de três principais objetivos: a) o incentivo à conservação dos ecossistemas, através do compromisso das famílias com a manutenção da cobertura vegetal e do uso sustentável dos recursos naturais; b) a promoção da cidadania, melhorando as condições de vida e a elevação de renda da população que vive em áreas de relevância ambiental; c) o estímulo à participação do público-alvo em ações de capacitação ambiental, social, educacional e profissional (BRASIL, 2013).

---

<sup>31</sup>Fonte: BRASIL, 2013.

O desenvolvimento do PBV é de competência do MMA e sua articulação com o MDS ocorre a partir da focalização e seleção do público-alvo, permitida por meio do CadÚnico, além de parcerias entre o MDA e os programas PFAPR e PAA. Porém, existe um descompasso na implementação articulada dessas ações, pois, as famílias usuárias, geralmente, recebem os valores referentes à transferência de renda; entretanto, não obtiveram o acesso ao serviço de ATER.

As unidades de conservação de uso sustentável que contemplam as categorias de Reservas Extrativistas Federais (Resex), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal (RDS) e Florestas Nacionais (Flonas), sob gestão do ICMBio; os assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, sob gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); os territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e as áreas rurais definidas como prioritárias por ato do poder executivo, são as áreas focais para a cobertura pelo PBV. O quadro 2 apresenta as definições das áreas, conforme suas categorias e o número de unidades atendidas no PBV em todo o território nacional até o ano de 2015:

Órgão gestor	UC ou área de uso sustentável	Nº de famílias no PBV
<b>ICMBio/MMA</b>	<p><b>Reserva Extrativista(RESEX)</b> – área natural utilizada por populações tradicionais que exercem atividades extrativistas, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável.</p> <p><b>Floresta Nacional(FLONA)</b> – área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais. É admitida a permanência de populações tradicionais que nela habitam desde sua criação;</p> <p><b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)</b> – área natural onde vivem populações tradicionais que desenvolvam atividades baseadas em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais</p>	26.431
<b>INCRA/MDA:</b>	<p><b>Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE)</b> – assentamento destinado a populações tradicionais para exploração de riquezas extrativistas por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis;</p> <p><b>Projetos de Desenvolvimento Sustentável(PDS)</b> – assentamento de interesse socioeconômico e ambiental destinado às populações que já desenvolvem ou se dispõem a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental;</p> <p><b>Projetos de Assentamentos Florestais (PAF)</b> – assentamento voltado para o manejo florestal de rendimento sustentável dos recursos florestais, em áreas com aptidão para produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte.</p>	43.761

SPU	Territórios ocupados por povos tradicionais regulamentados como ambientalmente protegidas, mas ocupadas por ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas, quilombolas entre outros como as áreas atendidas no Projeto Nossa Várzea que regulariza a questão fundiária de famílias localizadas em rios federais na Amazônia e outras áreas rurais definidas por ato do poder executivo <sup>32</sup> .	6.028
<b>Total</b>		<b>76.220</b>

Quadro 2: UC's de uso sustentável no PBV até 2015 no Brasil

Fonte: BRASIL, 2015

Elaboração: Silvânia de Deus

A integração dos ministérios e outras instituições governamentais no desenvolvimento do PBV busca estruturar um setor produtivo com base nos recursos agroflorestais e prever o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica. Portanto, promovendo a inclusão produtiva das áreas ambientalmente protegidas (MMA, 2013). Essa estratégia se apresenta no discurso oficial do governo como inovação na gestão das ações socioambientais. Esse novo setor produtivo tende a um processo de transnacionalização, pois, por não contar com fundo específico, permite financiamento e negociações internacionais, atraindo mais investimento para o país.

O público-alvo do PBV é identificado através da busca ativa empreendida pelas equipes volantes da assistência social ou da instituição gestora da unidade de conservação. Os valores decorrentes do Programa são transferidos às famílias por meio do cartão do Programa Bolsa Família e sua adesão é concluída por meio da assinatura de um Termo de Compromisso, no qual o responsável familiar compromete-se a manter a cobertura vegetal da área e exercer suas atividades produtivas de base sustentável. Os resultados do programa são identificados por meio do monitoramento da cobertura vegetal via satélite – feitos pelo IBAMA e Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia<sup>33</sup> – e monitoramento *in loco*, além de

---

<sup>32</sup>Essas áreas não recebem nomes de categorias específicas como nas unidades geridas pelo MMA e MDA, são identificadas pelo nome do município correspondente, por ser considerado uma área onde a população encontra-se em situação de extrema pobreza e o município apresente IDH baixo, geralmente caracterizam-se como municípios rurais.

<sup>33</sup> Os dados identificados pelo SISPAM e IBAMA compõem o Sistema de Monitoramento do Programa Bolsa Verde (SISVERDE) sob a coordenação do MMA. Esse sistema registra dados referentes ao cadastro, diagnóstico, mapas de monitoramento, relatórios e folhas de pagamento das famílias atendidas. Além disso, possui como principal característica, a possibilidade de compartilhamento das informações por diversas instituições, desde que autorizado pelo gestor do sistema ou por outros sistemas integrados, como o do ICMBio, IBAMA e INCRA. Contudo, o acesso da sociedade civil às informações é permitido parcialmente, uma vez que o acesso público se restringe às folhas de pagamento das famílias atendidas.

visitas periódicas às famílias pelas equipes da assistência social ou técnicos do MDA (MMA, 2013)

A região norte foi a primeira a ser atendida pelo Programa, especialmente os estados do Amazonas e Pará, onde há concentração de áreas de conservação e maior público elegível ao PBV, pois dados do MDS mostram que, a cada dez pessoas extremamente pobres, 5,6% vivem em áreas rurais no Norte e Nordeste brasileiro. Até janeiro de 2016, o Programa atendeu 8.671 famílias em unidades de conservação e áreas protegidas federais no Amazonas, identificadas no quadro 3:

<b>Órgão gestor</b>	<b>UC ou área de uso sustentável</b>	<b>Nº de UC no PBV</b>	<b>Nº de famílias no PBV</b>
<b>ICMbio/MMA</b>	Reserva Extrativista (RESEX)	61	1.809
	Floresta Nacional (FLONA)	17	
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	1	
<b>INCRA/MDA:</b>	Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE)	1.282	6.654
	Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	41	
	Projetos de Assentamentos Florestais (PAF)	3	
<b>SPU</b>	Municípios do Amazonas	62	208
<b>Total de UC's atendidas/ Total de famílias atendidas</b>		<b>1.467</b>	<b>8.671</b>

Quadro 3: UC e áreas protegidas no PBV no Amazonas até jan/2016

Fonte: BRASIL, 2015

Elaboração: Silvânia de Deus

Nesse contexto, a condicionalidade de manutenção da cobertura vegetal das UC's, pelas famílias atendidas no PBV, potencializa o mercado de commodities para o Brasil, especialmente na obtenção de créditos de carbono e sua mercantilização internacional. Assim, cria-se uma visão de serviço de mercado que, não necessariamente, promove a cidadania e proteção dos direitos da população que desenvolve atividades de uso sustentável dos recursos naturais.

Os dados referentes ao cadastro das famílias e pagamentos são de livre acesso pelo site do MMA<sup>34</sup>. Segundo essas informações, entre outubro de 2011 e setembro de 2015, já

---

<sup>34</sup>Essa base de dados disponível no site do MMA, é alimentada pelo MDS, a partir do CadÚnico e contém informações das famílias pobres, a fim de permitir a articulação com diversas ações do Governo Federal e evitar multiplicidades nos programas. Assim, o PBV é integrado ao Programa Bolsa Família, de modo a viabilizar o

havia sido investidos 145 milhões de recursos financeiros no Programa, pelo Governo Federal e 71.398 famílias foram atendidas em todo o território nacional. Contudo, não há relatórios de acompanhamento ou avaliação das atividades desenvolvidas, reduzindo as informações referentes ao número de famílias inseridas no Programa.

Conforme a legislação de cada unidade de conservação ou região, o PBV prevê, além do não desmatamento, a plena elaboração e implementação do Plano de Manejo, Plano de Utilização, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso ou Acordo de Pesca para regulamentar as atividades sustentáveis de cada área ambientalmente protegida, sendo esses instrumentos, os acordos atrelados ao Programa.

Por seu caráter temporário e emergencial, a exclusão da família do PBV ocorre quando ela sai da situação de extrema pobreza, quando há descumprimentos do acordo estabelecido ou em casos em que a família seja inserida noutro programa federal de incentivo à conservação ambiental. Segundo o MMA, o monitoramento junto às famílias é atribuído às equipes de assistência social do MDS que devem realizar as ações, por meio da alimentação de dados no CadÚnico (BRASIL, 2014).

Viana (2014), ao analisar o PBV, afirma ser complexa a operacionalização do Programa, pois várias instituições são envolvidas em diferentes pontos de verificação e controle. Esse monitoramento, mesmo sendo necessário para a contínua qualificação das ações, apresenta-se distante dos beneficiários, uma vez que a coordenação do Programa se centraliza em Brasília. Portanto, a descentralização das representações parceiras do MMA, como postos do ICMbio, não são competências atribuídas, e sim sugestões dos ministérios gestores.

A complexidade referida pelo autor remete-se à dificuldade de integralidade das ações desenvolvidas pelos ministérios na implementação do PBV e discutidas nesse estudo. Verificamos que a integração das ações não se opera devido ao largo espaço de tempo no desenvolvimento de uma ação para outra, tendo em vista ainda o curto tempo de permanência de cada família no PBV.

---

pagamento pelo mesmo sistema da Caixa Econômica Federal. Os dados permitem o acesso diário à listas mensais de pagamento nas quais constam as seguintes informações: i) nome do responsável familiar (cada beneficiário corresponde a uma família); ii) número de identificação social (NIS) (conforme o caso, o antigo e o ativo); iii) município; iv) estado; v) valor recebido; vi) ano de adesão ao programa; vii) órgão responsável pelo cadastramento; viii) nome da área rural prioritária onde reside o(a) beneficiário(a); ix) código da área rural. (BRASIL, 2014)

Vale ressaltar que o direcionamento das ações do PBV para as unidades de conservação de uso sustentável é uma estratégia do governo alternativa à colonização agropecuária de ocupação e desenvolvimento da Amazônia proposta pelo INCRA. No entanto, Becker (2004) afirma que a estratégia de áreas protegidas de uso sustentável foi gerada pela organização dos extrativistas para defender suas posses, atividades econômicas e identidades, como ocorreu no Acre. Bem como, a rede consolidada de conscientização ambiental da população local e da visão de governos estaduais, que buscaram a valorização da riqueza natural e a incorporação de elementos econômicos à adequada relação socioambiental já existente nas áreas de uso sustentável, a partir dos anos 2000.

Para Becker (2004), o sucesso das propostas de produção sustentável em unidades de conservação na Amazônia depende de uma série de políticas e medidas integradas. Essas medidas devem ser capazes de transformar ações de infraestrutura em ordenamento territorial, não em instrumentos de predação, levando em conta a complexidade da região e as lições do passado, além de superar conflitos entre demandas nacionais e o direito da população. Portanto, o PBV apresenta dificuldades para funcionar e ser resolutivo, pois o ponto mais crítico é a falta de articulação das ações e a pouca participação social na gestão do programa.

### **1.3.1 O Programa Bolsa Verde e sua relação com as políticas de prestação de serviços socioambientais**

Apesar de constituído como programa de transferência de renda, o PBV foi concebido à luz das discussões das políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Tais políticas buscam aliar a conservação ambiental e as demandas sociais por meio de PSA e, desde a década de 60 e, principalmente, após a ECO-92, tornaram-se emergentes na discussão mundial sobre a necessidade da conservação ambiental, tendo como precursora a Eco-Taxa, PSA na versão do Governo Federal da Costa Rica em 1999. Essa política permitia a concepção de retribuição financeira (advinda de impostos e doações) aos donos de propriedades florestais, desde que, mantida ou recuperada a cobertura vegetal da área de habitação. Como resultado, essa estratégia manteve cerca de 27% do território sob áreas protegidas ou recuperadas.

Ainda é possível destacar que as políticas de PSA relacionam-se ao conflito geopolítico entre as relações internacionais e a gestão do acesso aos recursos naturais. Essas discussões giram em torno da distribuição geográfica desses recursos, bem como da desigualdade dos mercados econômicos. Afinal, enquanto os países desenvolvidos –

centrados no Norte – possuem o poder econômico do mercado, os países emergentes – centrados no Sul – detêm as maiores concentrações espaciais de recursos naturais, sendo os países da América Latina os pioneiros e onde há maior concentração das políticas de PSA<sup>35</sup>, tendo como financiadores países desenvolvidos.

Para Nogueira (2013), a concentração dos recursos naturais em países do hemisfério Sul ocupa o centro de disputa entre as forças políticas e econômicas, especialmente, no que se refere ao comércio de serviços ambientais e ao sequestro de carbono, caracterizando assim a valorização dos recursos naturais para o atendimento de diversos interesses.

Segundo Santos (2012), os modelos de políticas de PSA visam atrair investimentos e, conseqüentemente, aumentam as dívidas públicas do Estado com financiamentos internacionais. Desse modo, interferem negativamente no estilo de vida de povos tradicionais que habitam as florestas ou as margens dos rios amazônicos. Isso demonstra grande retrocesso nas UC's de uso sustentável, já que os movimentos socioambientais conquistaram o direito de permanecerem nas áreas de uso sustentável e não participam das decisões e formulações das condicionalidades das políticas de PSA, que apresentam como prioridade mercantilizar os serviços ambientais.

Esse contexto tem uma implicação geopolítica em relação às políticas de desenvolvimento para a Amazônia. A partir dos anos 2000, vê-se grande aumento de criação de áreas protegidas e o incentivo à implementação de uma economia verde ou, como chamada pelo governo estadual do Amazonas, “economia de floresta em pé”, a qual vem sendo viabilizada por um conjunto de ações com o objetivo de consolidar um setor produtivo baseado em serviços e produtos florestais.

No Amazonas, a constituição desse setor produtivo vem sendo viabilizada desde o ano 2003, no governo de Eduardo Braga, com a criação do Programa Zona Franca Verde (PZFV), aliado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e a outras instituições governamentais. Segundo o discurso governamental, o PZFV visou instituir o desenvolvimento sustentável como novo modelo de desenvolvimento no estado do Amazonas. Para isso, buscou melhorar a qualidade de vida, gerar emprego e promover a conservação ambiental através de intervenções do governo, por meio de qualificação e melhorias nos serviços de saúde, educação, transporte e energia. Além disso, o

---

<sup>35</sup>Além da Eco-taxa de 1996 na Costa Rica, temos ainda, como precursoras, o Programa Famílias Guarda bosques, na Colômbia, criado em 2003; Programa Socio Bosque, no Equador, em 2008; Programa Bosques, no Perú, em 2010.

PZFFV ainda prevê inverter o êxodo rural, por meio de incentivos ao capital privado para investimentos em produtos florestais e agroextrativistas. E ainda se consagrou como política pública socioambiental de referência nacional e internacional por meio da promulgação da Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas<sup>36</sup>.

Esse contexto se torna um marco de significativa mudança nas políticas de desenvolvimento para a região amazônica, pois, historicamente, haviam sido voltadas ao âmbito nacional, a fim de integrar a região ao território e à economia nacional, contudo, agora passam a impulsionar e promover o setor produtivo da agricultura familiar e de conservação ambiental.

As iniciativas pioneiras dessa nova linha de gestão ocorreram no ano de 2006, com o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Produção Familiar Rural da Amazônia (PROAMBIENTE); em 2007 com o Programa Bolsa Floresta (PBF), no estado do Amazonas e, em 2008, com o Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais, todos fundamentados na prestação de serviços ambientais, como a Eco-Taxa instituída na Costa Rica, onde o principal pagador foi o Estado, integrado às iniciativas privadas.

Ainda no âmbito das discussões de território, com o objetivo de articular as políticas às demandas locais, Oliveira e Altafin (2014) ressaltam o modelo de agricultura estruturado no PROAMBIENTE. Esse modelo, apesar de ter sido promulgado somente em 2006, já vinha sendo discutido desde 2000, pelos movimentos sociais e pelas federações de trabalhadores agrícolas da Amazônia e teve como objetivo incentivar linhas de crédito e pagamento por serviços ambientais, incorporando um modelo de agricultura associado à preocupação com a conservação ambiental, mas sem perder a viabilidade econômica das unidades familiares de produção.

A proposta do PROAMBIENTE foi incorporada no PPA 2004/2007, quando foram investidos R\$ 1.825.662,59 em pagamentos por serviços ambientais para famílias agricultoras da região amazônica<sup>37</sup>, no primeiro ano do programa. O recurso foi advindo do fundo da

---

<sup>36</sup> A Lei nº. 3.184 de 13/11/2007 regulamenta a redução de emissões decorrentes do desmatamento e institui uma política que prevê o uso de mecanismos de mercado para esse fim por meio de ações de pagamentos por serviços ambientais, em que o principal público-alvo serão os povos tradicionais do Amazonas.

<sup>37</sup> As ações foram desenvolvidas em onze Polos de Desenvolvimento Sustentável criados nos estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Acre e demais estados da Amazônia brasileira. Em 2005, as ações passaram a ser articuladas com o MDA para viabilizar políticas de desenvolvimento da agricultura familiar. Essa proposta é muito semelhante ao PBV, sua principal distinção é a fonte dos recursos, como analisaremos mais adiante, sendo esse o motivo para a descontinuidade e, após a reconfiguração do Programa. (MMA, 2015)

união, por meio do MDS e de um acordo de cooperação financeira com a Alemanha. O Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, encerrou o programa em 2008, com a suspensão do repasse dos investimentos, uma vez que não foram criados os fundos previstos para manutenção dos repasses financeiros e as ações equivalentes foram reconfiguradas no Programa de Agrobiodiversidade do MMA.

No Programa Bolsa Floresta<sup>38</sup> ocorre o reconhecimento da importância das atividades antrópicas para a conservação das florestas. Assim, o pagamento por serviços e produtos ambientais aos povos tradicionais no Amazonas é instituído mediante atividades de uso sustentável que impeçam o avanço ou provoquem a redução do desmatamento da floresta. Além disso, o PBF possui um fundo de investimento próprio, por meio do qual recebe recursos de entidades públicas e privadas, tendo como principal parceiro o Banco Bradesco que, com o marketing verde, foi bastante propagado no Brasil e no mundo.

Para Santos e Scherer (2012), apesar do caráter inovador da ação governamental do PBF, o programa resultou de um processo já em implementação pelo Programa Zona Franca Verde, que instituiu o mercado de commodities no Amazonas, inserindo a Amazônia no cenário global dos serviços ambientais. Os autores ainda discutem o desserviço ambiental que o PBF representou para os povos tradicionais, uma vez que não responsabiliza o verdadeiro poluidor do meio ambiente, mas culpabiliza as comunidades por tal depredação, transferindo-lhes a responsabilidade do Estado de fiscalizar a conservação ambiental.

Dessa forma, os povos tradicionais são classificados pelo governo como “guardiões da floresta” e as condicionalidades do programa causam mudanças negativas nos seus modos de vida em favor da mercantilização dos recursos naturais, como o controle do não desmatamento para realização de roçados e atividades de trabalho desenvolvidas histórica e culturalmente pelos povos amazônicos.

Já o Programa Bolsa Verde do estado de Minas Gerais<sup>39</sup> oferece uma remuneração anual para proprietários e posseiros de áreas consideradas ambientalmente importantes. O objetivo é manter a cobertura vegetal ou sua recuperação, a inclusão ao programa ocorre após avaliação diagnóstica da área, que visa definir em que categoria o agricultor – seja ele familiar ou patronal – poderá ser incluído (manutenção ou recuperação da cobertura vegetal).

Segundo o discurso oficial o PBF do estado do Amazonas, é o principal antecedente e modelo para a criação do PBV no âmbito federal, embora alguns técnicos governamentais e

---

<sup>38</sup> Decreto n.º. 26.958 de 04/09/2008 do estado do Amazonas.

<sup>39</sup> Lei n.º. 17.727 de 2008; Decreto estadual n.º. 45.113 de 2009

autores como Viana (2012) e Rodrigues (2014) o apontem como política de pagamento por serviço ambiental<sup>40</sup>, ressaltando suas características relacionadas ao PBF e ao Proambiente, reafirma-se seu caráter político de transferência de renda compensatória. Além do mais, sua lei de regulamentação, apesar de muito característica, não o define dentro dos cinco requisitos<sup>41</sup> necessários para instituir um sistema de pagamento por serviço ambiental.

No entanto, não podemos deixar de sinalizar as semelhanças, assim como as diferenças entre o PBF e o PBV, especialmente, porque as discussões oficiais do governo apresentam fortes tendências de tornar o PBV um PSA, uma vez que está em busca de parcerias internacionais para financiamento do PBV. (BRASIL, 2014)

O PBV assemelha-se ao PBF por seus objetivos socioambientais, que buscam a promoção da conservação do meio ambiente, aliando o atendimento das necessidades sociais à criação de mercados para viabilidade econômica dos trabalhos dos povos tradicionais baseados na agricultura de subsistência, na pesca e no extrativismo. Essa integração potencializa a exploração do trabalho rural e o inclui no sistema produtivo como já sinalizamos, mas também com significativas implicações na organização dos povos tradicionais e na sua identidade social.

Para atender à pressão internacional acerca da preservação da Amazônia, os referidos programas identificam-se também pela transferência de renda, condicionada ao não desmatamento e à proteção da cobertura vegetal, além do apoio técnico e financiamento de equipamentos, por meio do crédito rural em condições adequadas às necessidades das famílias

---

<sup>40</sup> Os serviços ambientais, segundo a Organização Mundial do Comércio (CMO), são definidos pelo seu uso final e são classificados em três principais: controle de poluição, gestão de recursos e tecnologia e produtos limpos ou eficientes no uso de recursos naturais. Rodrigues (2014) os define como os inúmeros benefícios oferecidos pelo ambiente natural, seja a regulação do clima, proteção dos ciclos de água, sequestro de carbono dentre outros que contribuem para a sobrevivência e qualidade de vida dos seres humanos no planeta. Para a autora, existe um subgrupo dos serviços ambientais que se referem à geração de externalidades, que são os impactos (positivos ou negativos) das ações humanas no meio natural, os quais não são traduzidos no sistema de preços. Já para De Groot, Wilson e Boumans (2002, p. 396), autores da economia ecológica, o conceito de serviços ambientais é inerentemente antropológico, refere-se à presença de seres humanos como agentes que habitam a tradução de estruturas ecológicas e processos em entidades de valor agregado.

<sup>41</sup> Rodrigues (2014), com um olhar a partir das legislações ambientais, afirma que um sistema de pagamento por serviço ambiental deve ser caracterizado pelos seguintes critérios: ser uma transação voluntária (distingue dos instrumentos comando e controle); ter um serviço ambiental definido ou um uso da terra que assegure o fornecimento de serviço ambiental; existir um comprador ou usuário de serviço ambiental; existir um fornecedor de serviço ambiental; haver a condicionalidade (o serviço só é pago se cumprida as condições pré-estabelecidas, o monitoramento deve ser contínuo).

agricultoras, quanto ao tempo de pagamento do crédito. O quadro a seguir destaca as principais diferenças entre o PBF e PBV:

<b>ASPECTO DE ANÁLISE</b>	<b>PROGRAMA BOLSA FLORESTA</b>	<b>PROGRAMA BOLSA VERDE</b>
Instrumento e critérios e de adesão	Assinatura do Termo de Compromisso - TC; Antes da assinatura do TC o público-alvo deve, obrigatoriamente, participar de oficinas socioeducativas que tratam de temas sobre a conservação ambiental e uso sustentável;	Assinatura do Termo de Adesão - TDA; Possuir Número de Inscrição Social – NIS, ser considerado pobre ou possuir renda familiar per capita menor ou igual a ½ do salário mínimo vigente.
Valores da transferência de renda	Até R\$1.350,00 por família, somando as modalidades de serviços voltados para associação comunitária, projetos de geração de renda, infraestrutura social (escolas, saúde) e renda social no valor de R\$50,00 reais pagos diretamente às famílias.	Equivale à R\$1.200,00 reais anual por família, pago trimestralmente em parcelas de R\$ 300,00.
Tempo de operacionalização	Duração permanente quanto a transferência de renda.	2 anos renováveis por igual período
Fonte financiadora	Provém de parcerias entre entidades públicas e privadas.	Advém de recursos da União, sendo até o momento, recurso exclusivamente governamental até o momento.
Condicionalidades socioambientais	Requer o desmatamento zero; Limita a área desmatada para as atividades agrícolas, implicando mudanças nos processos de trabalho realizados tradicionalmente pelas famílias como o roçado.	Não impõe limites quanto às atividades produtivas, seja o extrativismo, pesca ou agricultura familiar, mas requer a elaboração e implementação do Plano de Gestão da Unidade de Conservação, quer seja plano de manejo, plano de utilização, acordos de pescas que possam direcionar o uso sustentável dos recursos naturais e garantir o não avanço da retirada da cobertura vegetal a não ser para uso sustentável.
Concepção política	Pagamento por Serviço Ambiental – Lei n°. 3.135/2007	Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Lei n°. 12.512/2011, especifica características que o conceba como pagamento por serviços ambiental na sua lei de regulamentação a não ser a manutenção da cobertura vegetal como condicionalidade de participação.

Quadro 4: Diferenças entre PBV e PBF  
Fonte: BRASIL, 2015; VIANA, 2013.  
Elaboração: Silvânia de Deus

Verifica-se que as regulamentações de condicionalidades ambientais nos programas analisados, relacionam o pagamento de serviços ambientais às ações de políticas sociais compensatórias. Suas ações e condicionalidades, para além da preocupação com a

manutenção das florestas, aprofundam as relações capitalistas emergentes ao possibilitar a inclusão das UC's e a força de trabalho dos povos tradicionais e agricultores familiares no mercado internacional, coisificados como mercadorias.

Nesse contexto, verifica-se que a proposta de inclusão produtiva por meio do PBV e outros programas antecedentes parece viabilizar o projeto de universalizar os interesses do capital, já que atende especialmente às pautas da agenda mundial, sem considerar a participação decisiva dos povos tradicionais quanto aos valores pagos, por exemplo (SANTOS, 2013). Por isso, as lutas sociais dos povos tradicionais são reduzidas a conquistas na ordem capitalista, permitindo a expansão do bem-estar pela via do consumo, estabelecida através da transferência de renda e de acesso ao crédito. Assim, esses povos passam a adquirir bens de consumo duráveis e não duráveis a que anteriormente não tinham acesso, contribuindo ainda mais para a correlação das economias locais aos mercados globais.

Sob essa perspectiva, Mattei (2012) advoga que a questão da inclusão produtiva, no meio rural brasileiro, precisa ser compreendida para além do acesso ao trabalho e ao consumo. É necessário fazer uma articulação entre a esfera produtiva, a de acesso aos mercados de bens e serviços e a de inclusão social, via políticas públicas, para que se consiga superar a pobreza. Portanto, a política de inclusão produtiva não deve deixar de enfrentar problemas históricos como a ausência do Estado nas áreas rurais e a predominância do agronegócio industrial em detrimento dos pequenos produtores e agricultores familiares.

Além disso, afirma-se que a inclusão produtiva rural requer políticas capazes de agregar valor aos produtos e ampliar o acesso aos mercados locais e regionais que devem ser estruturados em formas de organização da agricultura familiar e solidária, combinando atividade produtiva e conservação ambiental. Na esfera da inclusão, por meio de políticas públicas, ainda se destaca a necessidade da oferta de serviços na área de saúde, educação, transporte, cultura e lazer, que possam estimular a organização e a participação social efetiva (MATTEI, 2012)

Nesse contexto, o projeto conservacionista, identificado como agricultura ecológica (BRANDENBURG, 2005), resultado dos movimentos sociais dos povos tradicionais e agricultores familiares, faz frente à agricultura convencional e à modernização conservadora, além de colocar o ambiente rural em pauta na agenda ambiental do Brasil. Entretanto, o projeto ainda requer a consideração das diversidades rurais existentes, construídas a partir das relações comunitárias e cotidianas do campo, que, quando em contato com a urbanização, estabelecem relações de troca de valores universais com a sociedade, esforçando-se para tornar visíveis suas realidades.

A problemática ambiental, numa perspectiva inclusiva, requer a compreensão da totalidade da vida em sociedade sob um olhar interdisciplinar capaz de perceber a complementariedade das relações sociais com o ecossistema. É preciso assumir que não há harmonia na relação da sociedade capitalista com o meio ambiente, sendo necessário assumir o conflito, de modo a buscar um diálogo que respeite as pessoas, sem deixar de buscar algum tipo de cooperação, ao mesmo tempo, explicitar as desigualdades presentes, com vistas à superação (IRVING, 2006, p. 126)

Verifica-se o avanço legislativo e marcos conceituais nas questões relacionadas ao meio ambiente e sua conservação, que são pautas na justiça social e visam a superação da pobreza. Porém, a efetiva implementação das políticas socioambientais – que se caracterizam por buscar a integração de estratégias ambientais, econômicas e sociais – não acompanham esse processo dinâmico. Pode observar isso na desarticulação do acesso aos serviços públicos de cidadania das políticas de inclusão e desenvolvimento sustentável em áreas ambientalmente protegidas.

O avanço quanto às áreas protegidas é que, a partir dos anos 90, especialmente após a morte do representante sindical Chico Mendes, abriram-se maiores possibilidades de participação dos movimentos sociais nos processos de criação de UC's e demais áreas de uso sustentável. Assim, tornaram-se relevantes os fatores de ordem histórica e cultural que passaram a modificar a perspectiva de ocupação e integração da Amazônia.

Esse cenário evidencia a ambientalização das demandas e das lutas sociais dos povos tradicionais da Amazônia no processo de criação e gestão das Unidades de Conservação, com destaque às famílias extrativistas, que buscam garantir sua sobrevivência, reprodução sociocultural e acesso às políticas públicas. Dessa maneira, visam extinguir o sistema econômico de exploração e aviação a que estiveram historicamente submetidos desde a economia da borracha e, recentemente, pela manutenção do poder de oligarquias locais. Para maior aproximação desta realidade, no capítulo seguinte, apresentaremos a ambientalização da luta social para criação da Resex Médio Purus no sul do estado do Amazonas.

## **CAPÍTULO 2: NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUL DO AMAZONAS**

Quando a produção da borracha foi caindo, os coronéis dos barrancos foram enfraquecendo, mas depois ainda surgiram muitos deles que se diziam dono das terras porque eram herdeiros ou tinham arrendado. Aí os moradores continuaram sem ter liberdade para plantar seu roçado e fazer seus trabalhos porque se fizessem o que eles (os coronéis) não queriam, eles mandavam prender os moradores [...] Quando começou a criação das terras indígenas muita gente teve que sair das suas moradias e só depois que começou a organização das comunidades para lutar pelo nosso local.

(José Maria Carneiro de Oliveira, 40 anos, presidente da ATAMP durante entrevista narrativa em janeiro de 2014)

Neste capítulo apresentamos a realidade do município de Lábrea e o processo de ambientalização da luta social dos povos tradicionais da Amazônia, como vetor de mobilização para criação das UC's de uso sustentável. O caso analisado é o processo de criação da Reserva Extrativista Médio Purus, o qual revela o embate de conflitos socioambientais que permeiam a territorialidade das famílias agroextrativistas na região conhecida por Arco do Desmatamento.

Assim, este capítulo atende ao objetivo de identificar os conflitos socioambientais para a criação da Resex Médio Purus e discutir sua efetiva implementação, por meio de políticas socioambientais. Os procedimentos metodológicos utilizados para elaboração deste capítulo, além da permanente revisão bibliográfica, diz respeito à realização da pesquisa de campo, neste momento apresentam-se as entrevistas narrativas, realizadas com o atual gestor da Resex Médio Purus, com o presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP) e com duas lideranças comunitárias participativas da mobilização para a criação da Resex.

Os conteúdos obtidos pelas entrevistas se fundamentaram a partir da história de vida dos sujeitos e expressam a relação íntima entre homem e natureza e as construções políticas e culturais da vida num dos ecossistemas amazônicos. Os resultados indicam a politização das demandas socioambientais no sul do Amazonas e a evidência dos conflitos que proclamam e reforçam identidades, constroem territorialidades e buscam influenciar políticas públicas para atender às necessidades socioambientais dos povos tradicionais.

## 2.1 Processos de territorialização no Purus: de arco do desmatamento a mosaico de áreas protegidas

O rio Purus é um importante afluente do rio Solimões e uma das principais fontes de recursos naturais do bioma amazônico. Sua extensão perpassa o sul do Amazonas e do Acre. Possui características peculiares que implicam sensíveis modificações nos modos de sua navegação e em seu próprio traçado, pois está sujeito à dinâmica de variações de volume ao longo do calendário hidrológico e ao contínuo desmoronamento de terras em seus côncavos. Foi descrito por Euclides da Cunha, na obra *Amazônia, um paraíso perdido (1904)*, como rio de sinuosas curvas em formato de ferradura, desde então, foi como o rio passou a ser conhecido.

Sua navegação data de 1542, com a famosa expedição de Gaspar de Cravajal e Francisco Orellana, tornando esse rio um dos principais polos de exportação das “drogas do sertão” para a Europa e, em outro momento, corredor principal de exploração da borracha na Amazônia Ocidental (ALMEIDA, 2012)

Desde os séculos XVII e XVIII, a estruturação social de um sistema econômico baseado no binômio dominação e dependência já vinha sendo estabelecida na região do Purus (VIANA, 2012). Essa relação foi pautada no crédito e na dívida, em que as trocas comerciais de mercadorias industrializadas e produtos florestais ou pesqueiros configuravam o chamado sistema de aviamento<sup>42</sup>. Nesse período, a mão de obra característica era a indígena escravizada e muitas vezes exterminada por seus patrões.

A partir de 1890, o boom da borracha (1870-1912) exigiu maior fixação de mão de obra nos seringais para garantir a exportação do látex à indústria automobilística e de bicicletas. Para tanto, o Estado incentivou a migração maciça de trabalhadores provenientes do Nordeste brasileiro para os seringais no Amazonas, especialmente as regiões às margens dos rios Juruá, Purus e Madeira. Esses trabalhadores foram atraídos para a região Amazônica com a perspectiva de riqueza fácil. No entanto, esses trabalhadores acabaram sendo inseridos

---

<sup>42</sup> O sistema de aviamento constitui uma espécie de cadeia econômica composta pelo aviador e o seringueiro. O primeiro fornecia crédito financeiro ou mercadorias aos seringueiros a juros altos, além do lucro estabelecido no preço da mercadoria, e recebia como pagamento a produção da borracha, em muitos casos trata-se também do dono do seringal ou das firmas exportadoras – que fornecia, também a juros altos, as mercadorias aos aviadores e o freguês. O seringueiro tornava-se permanente dependente do aviador, dado o grande tamanho de suas dívidas para acesso a mercadorias de subsistência alimentar e instrumentos de trabalho no seringal. Leandro Tocantins (1982, p. 104), ao descrever o homem, a natureza e o tempo na Amazônia, observa que o sistema de aviamento tornava o seringueiro um escravo moral do patrão, pois, embora livre fisicamente, estava submetido a uma rígida dependência econômica que, às vezes, lhe gerava castigos físicos.

em um sistema de dívidas renováveis que gerava dependência econômica constante, desde o seu embarque para o Amazonas<sup>43</sup>.

Nesse contexto, Euclides da Cunha, durante navegação pelo rio Purus, descreve a estruturação do trabalho do seringueiro como a “mais criminosa organização de trabalho que ainda engenha o mais desacomodado egoísmo [...], o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1909, p. 22)

Ao descrever esse sistema de trabalho, Vieira (2012) destaca que as relações no seringal eram caracterizadas por obrigações mútuas entre seus principais atores. O seringalista era responsável pela manutenção do seringal e fornecia as mercadorias e assistência aos doentes. Em troca, os seringueiros lhes forneciam (de forma exclusiva) a borracha, como pagamento pelo uso das estradas de seringa e pelo crédito financeiro, que lhe garantia o acesso às mercadorias de consumo, fornecidas pelo seringalista. Como os preços das mercadorias eram muito elevados, os seringueiros permaneciam na total dependência do seringalista, desse modo, não lhes era permitido plantar ou caçar, a fim de garantir o pagamento da dívida com a extração da borracha. O monopólio na compra da borracha era garantido por meio dessa relação de dependência entre seringalista e seringueiro, que se legitimava tanto por estratégias materiais quanto simbólicas.

Devido à crescente demanda de borracha pela indústria automobilística nos Estados Unidos e na Europa, houve a supervalorização do produto, o que rendeu grandes lucros aos seringalistas da Amazônia. A borracha passou a ser conhecida como o ouro negro, no período entre 1879 a 1912, impulsionando a economia da região, atraindo grande mobilidade da força de trabalho para ocupação da Amazônia, tornando as cidades de Belém e Manaus centros de vida social, política e econômica (TOCANTIS, 1982)

Entretanto, a partir de 1912, houve o declínio da economia gumífera, devido à concorrência com mercados da Malásia. O comércio da borracha só voltaria a se aquecer entre 1943 e 1985, quando o Estado subsidiaria concessões de continuidade de extração da borracha aos seringueiros que permaneceram nas colocações, sem deixar de legitimar a figura do seringalista, cuja hegemonia, dessa vez, dava-se pela força política ou ideológica.

A permanência do modo de organização de vida no seringal não foi resultado apenas da demanda do mercado internacional pela borracha, mas também, da conjunção de muitos fatores. Tais fatores permitiram que os seringueiros desenvolvessem novas habilidades de

---

<sup>43</sup> Ao chegar aos seringais, os trabalhadores já deviam ao patrão o custo da passagem que os trouxe até o seringal.

resiliência, a partir das singulares modos de vida no interior da floresta. Permitiram, ainda, a permanência do sistema de aviação, garantido pela relação das oligarquias locais com o Estado, porém, dessa vez as unidades domésticas passaram a ter certo nível de independência econômica e política (VIEIRA, 2012, p. 34)

Em meados de 1871, no cenário da economia baseada na extração da borracha, a cidade de Lábrea foi fundada pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, por meio de missão militar com o objetivo de reconstruir a unidade nacional, após os conflitos da Cabanagem. Anteriormente, a região era chamada de Terra Firme do Maciari<sup>44</sup>, mas, a partir de então, torna-se a principal sede da freguesia devido à concentração da borracha extraída, tendo o rio Purus como corredor de navegação e escoamento dos produtos.

Segundo Vieira (2012), o coronel Labre foi um renomado seringalista e partilhava do pensamento de que os indígenas eram inimigos e precisavam ser domados para tornarem-se mão de obra útil. Com esse fim, o coronel Labre apoiava o estabelecimento das missões religiosas no Purus. Também ocupou cargos políticos como prefeito de Lábrea, deputado estadual e, ao regressar da missão no Purus, foi Deputado Federal pelo estado do Amazonas.

Na atualidade, conforme o IBGE (2010), Lábrea é o município de maior índice populacional do rio Purus. Atualmente tem população estimada de 42.439 habitantes, possui uma área de 68.233,803 Km<sup>2</sup> e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,531, considerado baixo, embora seja o segundo melhor IDH da região do Purus, antecedido de Humaitá (IDHM: 0,605) e à frente de Pauini, que possui um IDHM classificado pelo IBGE como muito baixo, 0,496.

Em análise ao dinâmico processo econômico do município, Menezes (2011) afirma que, apesar da queda comercial da borracha no início do século XX, a seringa somente deixou de ser a base econômica de Lábrea a partir da década de 1980. Essa mudança foi inaugurada com a nova concepção do Governo Federal de integrar as fronteiras ao sistema produtivo nacional, por meio da expansão da agropecuária e do agronegócio. Para isso, houve a criação de estratégias adequadas, a fim de ultrapassar as dificuldades geográficas de integração da região. Essas ações podem ser vistas nos planos de recuperação das estradas transnacionais como a da BR 230 (Transamazônica), da BR 319 (Manaus – Porto Velho) e da BR 364 (Rio Branco – Porto Velho).

---

<sup>44</sup>Maciari é uma palavra indígena com a seguinte tradução: terra doente ou onde o nativo cai doente, se refere a uma toponímia, por ser comum os nativos da região adquirirem diversos tipos de doenças logo que chegavam nesse lugar (MELLO, 1967).

Hoje, a economia do município tem como base as atividades primárias de agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo florestal. Esse último é a principal fonte econômica de sustentação das pequenas indústrias (estaleiros, serrarias e olarias) instaladas no município por meio do beneficiamento da borracha<sup>45</sup>, embora os principais investimentos governamentais sejam voltados para a pecuária e agronegócio. A pesca se tornou um setor em expansão, devido aos investimentos do governo estadual<sup>46</sup> para o incentivo à criação e manejo do pirarucu. O município já é um dos principais fornecedores desse pescado para a capital, Manaus, e conta com uma colônia de pescadores e, pelo menos, duas associações de trabalhadores da pesca.



Figura 3: Praça Central Coronei Labre, Lábrea/AM  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014 -2015, foto de Silvânia de Deus

Com os programas de incentivo à agropecuária e ao agronegócio, novas relações sociais foram desenvolvidas, especialmente, com o estabelecimento de assentamentos e colônias agrícolas. Essa configuração gerou conflitos entre os seringueiros permanentes e os investidores que pretendiam desmatar a floresta para a criação de gado ou plantação de soja. Ao analisar esse processo, Wiggers *et all* (2013) afirma que a perspectiva da agricultura

---

<sup>45</sup> Fonte: Biblioteca Virtual do Amazonas, 2015.

<sup>46</sup> Decreto de 23/07/2015

familiar camponesa – a partir da qual foram criados esses assentamentos, incentivando a ocupação e o desenvolvimento econômico da região – representa, na verdade, uma falsa reforma agrária, pois põe em choque culturas e modos de vida diferenciados. Contudo, é importante citar que embates desse cunho serviram de fortalecimento para a organização social da representatividade da identidade dos povos tradicionais da floresta na defesa de seus territórios, como discutiremos mais adiante.

Sob esse prisma, as estratégias políticas e econômicas do Estado para expandir a atividade agropecuária em Lábrea produziram novas relações sociais de poder, além de contribuírem para o aumento da extração ilegal de madeira praticado por grileiros, fazendeiros e serralheiros. Essas atividades permanentes mantêm o município de Lábrea entre os 225 municípios que compõem o arco do desmatamento, região de intensa retirada da cobertura florestal, representando 75% da aérea desmatada na Amazônia brasileira. Essa extensa mancha é assim denominada por ser facilmente visualizada via satélite e ter a forma de um arco que corresponde à gradual perda de vegetação da paisagem amazônica, iniciada a partir dos anos 90. Sua configuração espacial abrange o oeste e noroeste do Maranhão; o leste, sul e parte do oeste do Pará; o oeste e norte de Tocantins; o leste, centro-oeste e norte do Mato Grosso; os estados de Rondônia, Acre e Sul do Amazonas.

Na atual conjuntura, segundo dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia IMAZON, o desmatamento nessa área tem aumento progressivamente, entre os anos de 2012-2015, especialmente no sul do Amazonas que, em média, representa 40% do total da cobertura vegetal retirada. Na figura a seguir, é possível visualizar, por meio do Sistema de Acompanhamento do Desmatamento (SAD)<sup>47</sup>, do IMAZON, dados da área desmatada mensalmente e a extensão do arco do desmatamento, bem como a demarcação das áreas de proteção ambiental.

---

<sup>47</sup> O SAD disponibiliza por meio do sítio virtual do IMAZON, informações acerca da localização e extensão da área desmatada no mês de referência. Essas informações são obtidas via satélite, a ferramenta SAD apresenta-se como instrumento que poderia contribuir para as ações de fiscalização do desmatamento.

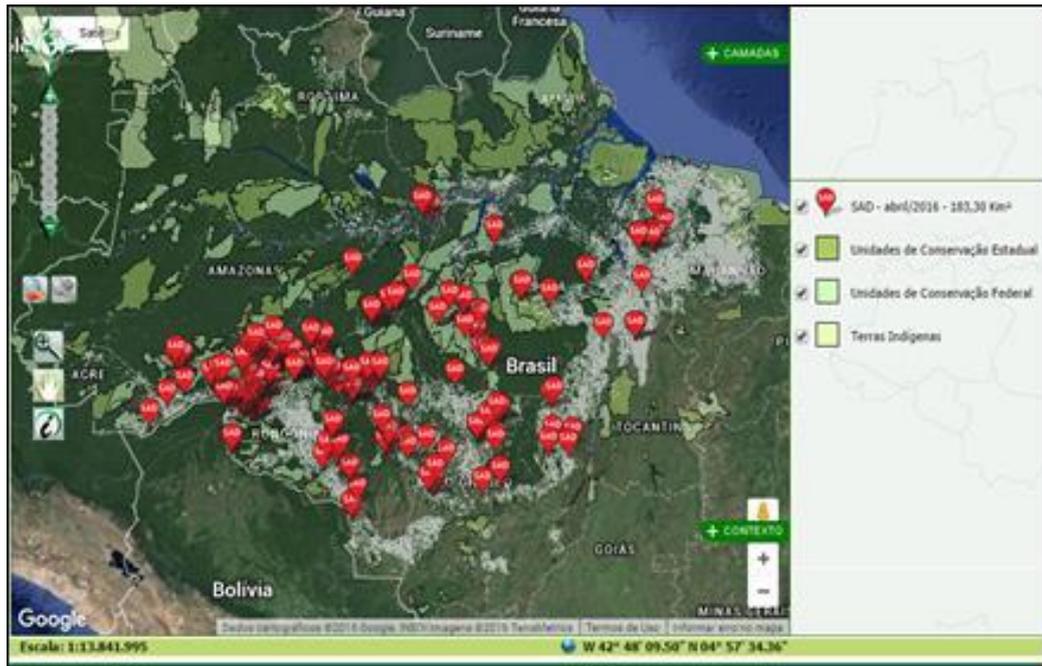


Figura 4: Arco do Desmatamento no bioma amazônico  
 Fonte: IMAZON, 2016

Historicamente, as regiões que integram o arco do desmatamento foram alvos de políticas de desenvolvimento e ocupação, especialmente no período da economia gumífera e, mais recentemente, com a construção e reconstrução de grandes rodovias e complexos hidroelétricos. Essas políticas de crescimento econômico – como o início da construção da BR-319 e o Complexo Hidroelétrico do Madeira – foram revestidas do discurso “protecionista da natureza”, com o intuito de promover a expansão do mercado de commodities (ALMEIDA, 2012)

Para Becker (2004), a área do arco do desmatamento possui, atualmente, um povoamento consolidado com significativo potencial de desenvolvimento. Por isso, deve-se intensificar a produção regional e, ao mesmo tempo, promover a preservação da riqueza ambiental, de modo que haja conciliação com os limites impostos para conservação do bioma.

Entretanto, as propostas de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental, discutidas pelo Governo Federal e pelos movimentos sociais ambientalistas, apresentam-se inconciliáveis, na medida em que defendem projetos políticos diferenciados, articulando, assim, uma frágil relação mediada por conflitos entre seus representantes.

Dessa maneira, as propostas de desenvolvimento socioambiental no município de Lábrea advêm dos conflitos entre extrativistas e investidores pelo controle territorial. Os serviços ambientais – como nova frente de expansão, mobilizada por organizações da sociedade civil em conjunto com o movimento ambientalista local e internacional – busca a

valorização dos recursos naturais no modelo de conservação e manejo consciente dos produtos florestais.

Nesse contexto, percebe-se a construção de uma memória social ou coletiva que é constituída pelo conjunto de relações e experiências individuais compartilhadas por um grupo, que conectam o presente com o passado. Exemplo disso, é o fato de os extrativistas da região se remetem ao Movimento Social dos Seringueiros para fundamentar sua demanda de criação de Reservas Agroextrativistas como estratégia de permanência no território. Dessa forma, a memória social fortalece as identidades locais, no âmbito de uma sociedade globalizada, e as atualizam por meio de movimentos de forte reação defensiva de grupos étnicos que possam se sentir ameaçados por outrem (HALL, 2006, p. 84-85)

Esse mecanismo pode ser observado no processo de colonização agrícola da Amazônia, que colocou em choque as culturas amazônica e sulista, no que se refere ao modo e à relação do trabalho com a agricultura. Entraves dessa origem foram significativos, por permitirem a possibilidade de identificação mais política, plural e diversa. É nesse sentido que os extrativistas demandaram sua distintividade (fundamentada em elementos simbólicos e culturais), por meio da criação de novas posições de sua identidade, deixando de identificarem-se como trabalhadores submetidos ao sistema escravo da dívida, para se imporem como trabalhadores defensores da conservação da floresta tropical.

A proposta de criação de Reservas Agroextrativistas surgiu em 1985. Sua discussão ganhou visibilidade internacional por meio dos movimentos ambientalistas, que buscavam apresentar uma alternativa de desenvolvimento para a Amazônia. A morte de Chico Mendes<sup>48</sup> em 1988 deu maior relevância à criação das reservas como forma estratégica de desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Diante da grande visibilidade política do movimento social e da forte atuação nacional e internacional do Conselho Nacional do Seringueiro, o governo brasileiro aderiu à proposta das reservas extrativistas como uma categoria de unidade de conservação no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Em 1990 ocorre a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, a primeira Resex do país.

Menezes (2012) destaca que, nesse contexto, as políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia, que ocorreram no período ditatorial, ressurgem, especialmente, nos governos de FHC e Lula, com viés de políticas econômicas com objetivos distintos. Se antes,

---

<sup>48</sup> Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, em sua casa, no Acre. Um fazendeiro foi condenado por ter encomendado o crime, uma vez que Chico atuava no movimento sindical contra os fazendeiros que queriam derrubar a floresta para criação de gado.

a integração territorial e a ocupação eram a garantia da soberania nacional, agora a interação produtiva visa garantir, não só a interconexão econômica da região ao país, mas também a estruturação de importante pilar de exportação de commodities agrícolas e ambientais no mercado internacional. A consideração das especificidades culturais e da sociodiversidades apresentam-se de forma superficial nas políticas governamentais, nesse período, e ganham reforços as gestões que visavam homogeneizar as atividades produtivas em alta escala. Dessa forma, as políticas econômicas favoreceram a pecuária na região Amazônica em detrimento da cultura, da conservação e manejo dos recursos naturais pelos povos tradicionais.

Conforme os argumentos de Menezes (2012),

Nos governos de FHC e Lula, políticas econômicas que deram ênfase para a exportação de commodities agrícolas facilitaram a ampliação das culturas de arroz e soja, bem como favoreceram a pecuarização da Amazônia. Este tipo de investimento tem se traduzido em uma acentuada pressão sobre terras tradicionalmente ocupadas por populações tradicionais da Amazônia, obrigando os deslocamentos compulsórios e desorganizando economias extrativistas, já muito fragilizadas pela burocracia para a criação e legalização das reservas extrativistas (p. 135)

Em Lábrea, o comércio é movimentado por meio da exportação dos recursos naturais, como a extração de grande volume de madeira e as atividades agropecuárias, praticadas nas numerosas terras tomadas por grileiros e fazendeiros. Observa-se que as relações entre o poder municipal e esses atores favorecem a atividade pecuarista, em detrimento dos investimentos no trabalho extrativista e da organização de uma cadeia produtiva favorável aos povos tradicionais. Os fazendeiros do agronegócio denominam-se como os novos patrões, donos das terras e de seus recursos naturais. Submetem a população a uma política de coronelismo e cabresto, reincorporando, assim, as relações políticas e econômicas do século XIX, presentes na economia da borracha, além de esgarçarem e imporem as desigualdades sociais aos trabalhadores à custa de seu próprio desenvolvimento lucrativo.

Em Lábrea, a aliança entre os setores econômicos e políticos se perpetua ao longo das gerações. De modo que, grandes latifundiários, grileiros e prósperos comerciantes se alternaram no campo político regional, mantendo nas mãos o comando do município (FRANCO, 2011). A esse desfavorável retrocesso político, soma-se a ausência de órgãos governamentais ou de instituições da sociedade civil de fiscalização e defesa dos direitos humanos. Essa realidade muito contribui para a manutenção das relações desiguais na região,

fato expresso na existência do trabalho escravo na extração de produtos florestais presente em muitas fazendas, ou áreas privadas de grande extensão.

Nesse contexto, Menezes (2012) descreve que a Polícia Federal, em 2008, encontrou cerca de 50 pessoas submetidas à condição de trabalho escravo para a criação de pastos, na fazenda Alto da Serra. Em maio de 2014, num jornal de grande circulação no Amazonas, uma matéria expõe que 21 trabalhadores, dentre eles 1 criança e 2 adolescentes, eram mantidos em regime de escravidão em uma fazenda do ex-prefeito de Lábrea, Gean Barros. Reportagens desse caráter deixam em evidência a realidade da exploração do trabalho nas fazendas de Lábrea, relacionando-as, principalmente, à manutenção dos regimes de exploração presentes nos antigos seringais.

Essas relações de trabalho são comuns na região e se identificam com a configuração do trabalho, caracterizada por Esterci (1987), como peonagem. A autora definiu o conceito, ao analisar o processo de recrutamento de trabalhadores para a região do Mato Grosso na década de 60, quando trabalhadores eram contratados por fazendeiros e pagos, conforme sua produção, para realizarem atividades como derrubadas e abertura de estradas para instalação de empresas e eram mantidos sob a escravidão da dívida com seus patrões.

Esterci (1987) observa que, quando o trabalhador (peão) é recrutado por meio de acordo verbal com seu contratante, perde a condição de livre possuidor de sua força de trabalho e passa a ser devedor nesse acordo. Isso porque, as despesas de transporte e alimentação necessárias para a realização do trabalho serão custeadas pelo contratante para que, posteriormente, sejam pagas pelo contratado. No entanto, o contratado, geralmente, ficava em débito tendo que se submeter a um novo trabalho para liquidar a sua dívida, que sempre tendia a aumentar. Dessa maneira, essa relação instituiu uma dependência econômica e moral, característica das relações vivenciada nos seringais entre o seringueiro e o patrão, através do sistema de aviamento.

Martins (1995), em seu estudo sobre peonagem na Amazônia, por meio de dados de denúncia de trabalho escravo, identificou que, entre 1970 e 1993, havia trabalho escravo em 431 fazendas da região amazônica, caracterizado pelo regime de dívida com patrões ou contratantes. Para o autor, a presença do trabalho escravo no capitalismo contemporâneo tem como um dos elementos fundamentais, as alianças entre os grandes proprietários de terras e o poder governamental. Esse cenário é reflexo das relações políticas construídas desde o período do regime militar e que ainda persistem na tradição oligárquica pela dominação pessoal e pela violência.

As relações de dependência pela dívida ainda existem em Lábrea e podem ser observadas nos pequenos comércios do centro e dos bairros periféricos da cidade. São mediadas pela venda a fiado, a partir da relação de “confiança e solidariedade” entre vendedor e comprador, determinada, geralmente, pelo tempo que se conhecem, ou pela fama de mau ou bom pagador de quem compra.

Essa configuração das relações sociais de dependência envolve tanto os moradores da área urbana quanto os da zona rural do município. Os extrativistas residentes à margem do rio Purus, por exemplo, muito representam essa prática, uma vez que necessitam realizar compras em grandes quantidades (dependendo do tamanho da família) para sua sobrevivência mensal<sup>49</sup>.

Na figura 5, é possível observar um instrumento de controle de compras do tipo “nota de compra individual”, semelhante às fichas de crédito individual utilizadas nos seringais, o chamado caderno de notas. Nesse material são registrados os produtos adquiridos pelos clientes no comércio sob a garantia de pagamento posterior.



Figura 5: Fichas individuais de compras no comércio urbano de Lábrea (AM)  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014 -2015, foto de Silvânia de Deus

<sup>49</sup> Os produtos adquiridos, geralmente, abrangem instrumentos, ferramentas de trabalho e produtos alimentícios, dentre eles, sal, café, biscoitos e enlatados, adquiridos especialmente no período da cheia, quando o acesso à alimentação é escasso.

Segundo o proprietário de um desses comércios, o pagamento da dívida é efetuado a cada mês e, geralmente, com recursos obtidos de políticas governamentais de transferência de renda. Na narrativa descrita, é possível conferir como é o mecanismo de pagamento das dívidas pelos devedores:

O pagamento é feito na data em que o pessoal recebe o pagamento do Bolsa Família ou da aposentadoria, tem vez o cartão do Bolsa Família fica aqui. O cabra pega só pra sacar o dinheiro e vem deixar novamente, como garantia do próximo pagamento já ele renova a compra. A dívida nunca é sanada porque o dinheiro do Bolsa Família é pouco, e na maioria das vezes, não paga a dívida. (Comerciante do bairro da Fonte, anotações do caderno de campo, 2014)

Sobre essa realidade, Martins (1995) verifica que a escravidão, seja pela dívida ou por qualquer outro mecanismo, é um componente de reprodução das determinações históricas das circunstâncias sociais, políticas e culturais da acumulação do próprio capital. Portanto, o capital tem o poder de criar e dissolver as relações para manter-se ativo, de modo que as condições do trabalho escravo, como elemento inerente ao capital, são recriadas conforme o momento de seu processo de produção e das determinações sociais que as configuram.

Como observado na narrativa, o programa Bolsa Família, à medida que alcançou as famílias rurais, também possibilitou a recriação da relação de escravidão da dívida. No passado, tratava-se da relação mediada pela troca dos recursos naturais extraídos da floresta, dessa vez, é representada pela troca dos recursos financeiros de transferência de renda advindos do Estado. No contexto amazônico, esses recursos findam na circulação econômica dos mercados locais, dessa maneira, potencializando as relações de poder entre os comerciantes e os trabalhadores rurais.

Na pesquisa de campo, além de identificar as relações de trabalho escravo e de dependência econômica pela dívida, que conectam o passado e o presente, ainda foi possível observar a configuração de dependência política, reproduzida por alianças entre o meio político e econômico no município de Lábrea. Essa análise pode ser descrita no relato do presidente da ATAMP, o qual foi candidato a vereador nas eleições municipais de 2012:

Eu fui candidato a vereador, mas não ganhei. Até porque aqui é muito forte os aliados do prefeito; todos têm terras e muito dinheiro. Aí fica muito difícil a gente ganhar. A gente já não era muito bem visto pelo prefeito daquela época (mandato de 2008-2012), porque ele não queria a criação da reserva por causa do interesse de posse, eles tinham muita terra aí que se diziam donos. (José Maria Carneiro de Oliveira, 40 anos, presidente da ATAMP em entrevista realizada em julho de 2014)

A análise da narrativa demonstra que o poderio da articulação política e econômica desenvolvida em Lábrea, corresponde aos interesses dos latifundiários, a fim de garantir o domínio sobre a exploração do trabalho rural, dos recursos naturais e de sua comercialização. Isso intensifica a situação de pobreza das famílias e perpetua a escravidão pela dívida, já que os mantém submetidos ao pagamento de baixos salários ou apenas ao acesso à renda mínima, mediada por políticas governamentais.

Nesse ambiente, o comércio também é mantido pelos mesmos detentores do poder latifundiário ou político. Assim, o abastecimento alimentar da cidade, bem como, de outras necessidades, é praticado por meio de altos preços, fazendo da pobreza e da relação de escravidão elementos estruturais da região.

Ainda no contexto da necessidade de conservação dos recursos naturais e do atendimento às demandas sociais dos povos tradicionais amazônicos, o Ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, do Governo Federal, Mangabeira Unger, em debate sobre as políticas de desenvolvimento para o Amazonas, pós-ajuste fiscal, durante entrevista dada ao jornal *A Crítica de Manaus* em setembro de 2014, propõe a implementação de um modelo econômico de produtivismo incluyente. Essa estratégia, segundo Unger, visa “vincular o complexo verde ao complexo industrial-urbano”, no sentido de desenvolver tecnologias de manejos florestais, associadas à manutenção da heterogeneidade da floresta tropical. Isso viabilizaria a prestação de serviços e organização de técnicas ambientais, a fim de obter maior aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia.

Portanto, a nova discussão no âmbito das propostas do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia, objetiva integrar os serviços ambientais ao sistema produtivo industrial da Zona Franca de Manaus, além de garantir a conexão com o mercado nacional e internacional. Dessa forma, confirma-se a perspectiva da mercantilização da natureza, como proposta de desenvolvimento para a região.

Esse modelo de gestão do Estado busca conciliar duas vertentes opostas, a desenvolvimentista produtivista e a socioambiental. A primeira aduz à modernização resgatadora das políticas de integração territorial e econômica, que ocorreria por meio de políticas de ocupação e ordenamento territorial, fortalecendo a expansão da fronteira agropecuária, estabelecendo o Sul do Amazonas como região potencial de desenvolvimento econômico. Já a segunda, visa legitimar seu lugar no aparato estatal para implementar medidas preventivas, mitigatórias ou compensatórias de controle ambiental e permanência nos territórios.

Essas vertentes, ao mesmo tempo que incentivam a política de identidades e a responsabilização de povos tradicionais para a vigilância e gestão ambiental da região (MENEZES, 2012, p. 149), também requerem a estruturação de uma gestão política participativa em que os povos tradicionais possam ser inclusos nas tomadas de decisões. Portanto, é possível trazer, ao campo político, o debate acerca dos conflitos existentes com o objetivo de estabelecer uma negociação.

Em Lábrea, desde os anos 90, o embate dessas vertentes tem modificado o perfil territorial da região. Atualmente, há um mosaico de áreas protegidas, criadas a partir da pressão social exercida pelos direitos territoriais dos diferentes povos tradicionais na região. Dessa maneira, até o ano de 2010, o município contava com 4 Unidades de Conservação, 15 Terras Indígenas e 5 projetos de Assentamento Agrícola, conforme o quadro a seguir:

Nome	Ano de criação	Área (ha)
<b>Unidades de Conservação sob a administração do ICMBio</b>		
1. Resex Médio Purus	2008	604.290,25
2. Flona Iquiri	2008	1.476.073,00
3. Resex Ituxi	2008	776.940,00
4. Parna Mapinguary	2008	890.713,00
<b>Terra Indígena sob a administração da FUNAI</b>		
1. Alto Sapatini	1997	26.096,00
2. Apurinã do Igarapé Mucuí	2004	73.000,00
3. Hi Merimã	2005	678.365,00
4. Jarawara/Jamamadi/Kanamati	1998	390.233,00
5. Paumari do Rio Ituxi	1998	7.572,00
6. São Pedro do Sapatini	1997	27.644,00
7. Apurinã – KM 124 da BR-317	1991	42.244,00
8. Caetitu Paumari do Lago Maranhã	2003	118.767,00
9. Deni	2004	1.531.303,00
10. Acimã	1997	40.686,00
11. Banawa	2004	195.700,00
12. Seruini/Mariene	2000	144.97,00
13. Tumiã	1997	124.357,00

14.Kaxarari	1992	147.000,00
15.Boca do Acre	1991	26.600,00
<b>Projetos de Assentamento Agrícola sob a administração do INCRA</b>		
1.Projeto de Assentamento Monte	1992	113.000,00
2.Projeto de Assentamento Pacιά	1999	5.222,00
3.Projeto de Assentamento Umari	1996	9.017,00
4.Projeto de Desenvolvimento Sustentável Gedeão	2007	12.000,00
5.Projeto de Assentamento Florestal Curuquetê	2009	40.948,2583
<b>Total de áreas ambientalmente protegidas (ha)</b>		<b>7.357.915,4783</b>

Quadro 5 - Áreas Protegidas que formam o mosaico de UC's em Lábrea (AM) e entorno  
 Fonte: INCRA, ICMBio, Funai (2012-2015)  
 Elaboração: Silvânia de Deus

Essas áreas de proteção materializam um intenso processo de territorialização, construído pelos povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas, mas também, diz respeito à atuação promovida pelo Governo Federal, a partir de 2006, no contexto do PAC, que previu a criação de Unidades de Conservação, na região da BR-319, como compensação ambiental da pavimentação da estrada. Assim, as paisagens de Lábrea vêm transformando-se, bem como, as relações sociais, principalmente, as que se referem ao sistema produtivo da região e sua integração à economia nacional. Com esse objetivo, a população e o ambiente foram submetidos, em momentos históricos que marcaram o passado da região, a sistemas de exploração sem mesmo serem consideradas suas especificidades de vida e cultura local. Na figura 6 é possível visualizar as áreas protegidas indicadas no quadro 5.

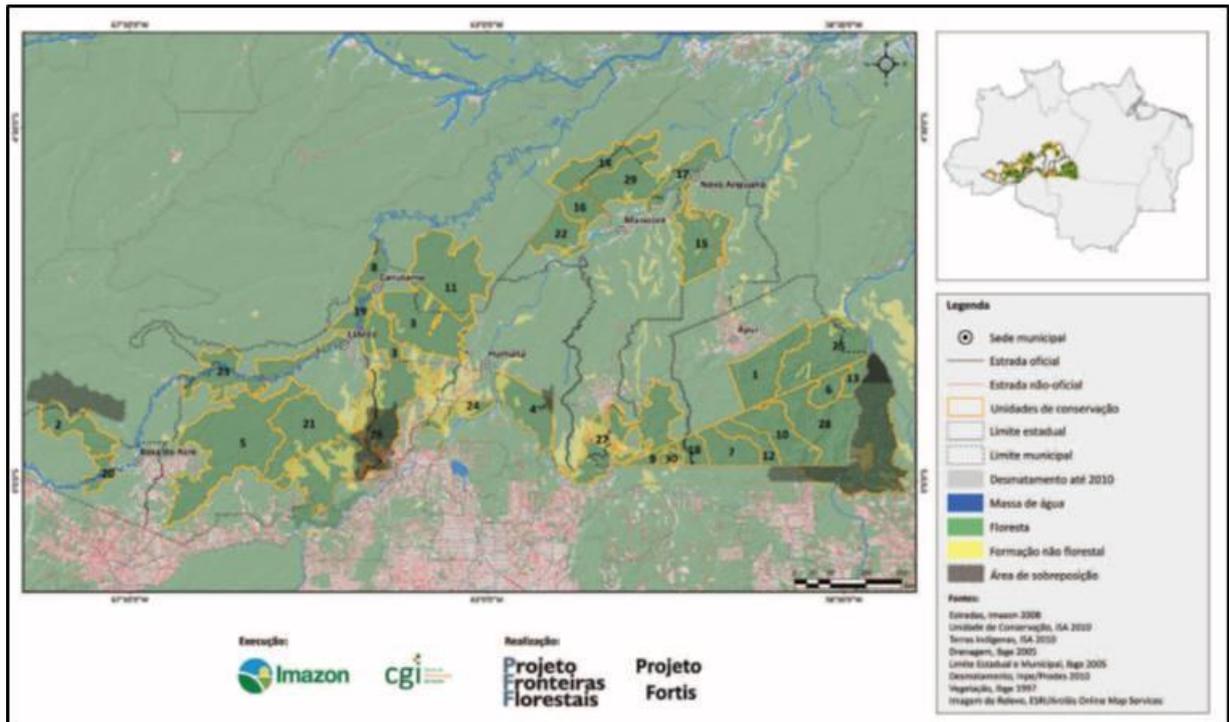


Figura 6 - Áreas protegidas no Sul do Amazonas  
Fonte: IMAZON, 2012

As territorialidades são desenvolvidas a partir dos limites de expansão da produção e reprodução das relações de integração dos grupos sociais. Segundo Milton Santos (2007), o território é constituído através da interconexão tanto econômica como política e cultural, ainda somada às relações sociais e de poder mediadas no espaço, ou seja, é um produto social. Sob essa mesma perspectiva, Saquet (2007) descreve que:

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras sejam elas materiais e ideologicamente. [...] O território é constituído por redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade que interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável. [...] o território significa identidade, entendida como produto das interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações entre sociedade e natureza (SAQUET, 2007, p. 158-162)

As abordagens propostas por Milton Santos (2007) e Saquet (2007) acerca do território requerem uma análise articulada do tempo e espaço, além da apreensão da real situação dos aspectos econômicos, políticos e culturais do cotidiano desses movimentos. Assim, conhecer o território e os processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização torna-se estratégia para propor políticas mais efetivas e ações de

desenvolvimento mais adequadas às realidades vivenciadas nas diversas regiões, bem como, suas particularidades.

Essa compreensão nos conduz a um melhor entendimento das constituições de áreas para além de seu conceito, apenas como espaço geográfico e nos possibilita perceber que é na territorialidade cotidiana que os processos sociais e naturais acontecem. Portanto, esse dinamismo se revela como uma relação de construção recíproca entre o pensamento e o real.

Para Raffestin (1993), a territorialidade é entendida como o domínio de um território por meio de diferentes atividades (objetivas e ideológicas), ou seja, o exercício do poder sobre o espaço e seus recursos naturais se inscreve nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, o uso e as transformações dos recursos da natureza passam a corresponder a instrumentos de poder.

Nesse sentido, Saquet (2007, p. 69-70) define a territorialização como:

um movimento historicamente determinado; é um produto socioespacial do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes.

O autor esclarece que as forças econômicas, políticas e culturais condicionam o território e a territorialidade – e a des-re-territorialização, à medida em que geram des-territorialidades e novas territorialidades – em diferentes contextos num constante movimento multiescalar. O Estado é importante promotor desse movimento que, aliado ao poder econômico e por meio de políticas públicas, é capaz de exercer autoridade concentradora, com objetivo de controlar as atividades ou os sujeitos. Esse poder permite desenvolver processos de territorialidades múltiplas, materiais e imateriais com objetivo de homogeneização cultural.

Entretanto, é evidente o conflito entre as territorialidades promovidas pelos povos tradicionais, em oposição à territorialidade desenvolvida pelo Estado no processo de criação de UCs e áreas protegidas no município de Lábrea. Assim, a articulação entre a sociedade e o Estado constrói permanentemente novas territorialidades, nas quais o velho e o novo, a descontinuidade e a continuidade, especialmente no campo das dimensões políticas e econômicas, são somente uma das múltiplas determinações da realidade concreta nas áreas protegidas.

Saquet (2007) caracteriza esse processo como *destruição criadora*. A partir dessa percepção, podemos sinalizar que as territorialidades promovidas pelo Estado no contexto da

criação de áreas protegidas em Lábrea, advêm de processos de desterritorialização dos povos tradicionais da região, por meio da expulsão desses dos seus territórios. Esse processo constitui novas territorialidades, pois a politização da natureza permite a esses povos a garantia de reprodução social e acesso privilegiado aos recursos naturais.

A divergência de interesses políticos, econômicos e culturais presentes nas contradições desse movimento, não só no confronto com o Estado, mas também com fazendeiros e comerciantes, como no caso de Lábrea, fortalece a construção de uma política de identidades fundada na existência coletiva que, de acordo com Menezes (2012), demanda por novos estatutos territoriais.

Se analisarmos sob a perspectiva de Saquet (2007), é possível verificar que a criação da Reserva Extrativista Médio Purus e da Reserva Extrativista Ituxi, em 2008, no município de Lábrea, surgiu num contexto de intensos conflitos. A reconstituição das trajetórias particulares da criação de cada uma dessas Resex sugere que a expansão de novos estatutos territoriais no sul do Amazonas, não se inseriu apenas na lógica geopolítica desenvolvimentista, ou mitigadora de efeitos de projetos a ela correlatos, mas obedeceu às vicissitudes das configurações das relações sociais locais, à presença de mediadores e das redes que foram capazes de traduzir, em forma de processo de territorialização, demandas e conflitos específicos de cada localidade. (MENEZES, 2012, p. 145)

Nesse sentido, verifica-se que o movimento de territorialização e desterritorialização, promovido pelos agentes governamentais e, também pelos povos tradicionais no contexto que antecede a criação da Reserva Extrativista Médio Purus, constituiu um movimento de rupturas e continuidades do sistema econômico cultural e sociopolítico da região que submetia os trabalhadores ao regime de escravidão e endividamento, historicamente, construído.

Segundo Menezes (2012), a aliança dos extrativistas com esses mediadores só foi possível a partir das reterritorialidades promovidas pelo Estado nos anos 90 no município de Lábrea, quando foram estabelecidas instituições federais e estaduais como o INCRA, ICMBio e o IDAM que, desvinculadas do poder municipal, ocasionaram o enfraquecimento da influência dos grileiros, dos antigos coronéis e de atores privados no controle do território. Além disso, a atuação de entidades intermediadoras<sup>50</sup> da luta política dos povos tradicionais também foi benéfica, pois permitiu a politização e a organização social dos movimentos,

---

<sup>50</sup> Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Conselho Nacional do Seringueiro (CNS); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Universidades e Grupos de Pesquisa, dentre outros com sede em Lábrea.

especialmente no que se refere à viabilização dos processos burocráticos de criação das associações de trabalho para a reivindicação de direitos territoriais, serviços públicos e recursos federais de apoio à produção agroextrativista.

O trabalho desenvolvido por esses profissionais técnicos apresenta-se com uma orientação socioeducativa. Assim, proporcionaram aos povos tradicionais o acesso às informações acerca de políticas e serviços governamentais voltadas para o meio rural, além de prestar importante assessoria na organização política dos trabalhadores extrativistas, conforme o relato:

A gente começou a discutir essas questões de como se organizar e regularizar a terra e o cara que foi fundamental nessa busca, foi um técnico do IDAM que estava ali prestando assistência técnica e que ao mesmo tempo orientava: “tem esses caminhos aqui, pode regularizar isso no INCRA”. A intenção era a gente intitular aquilo ali para que a gente pudesse continuar o nosso trabalho [extrativismo e agricultura], mas não tivemos sucesso no INCRA e tinham outras situações que vinham se agravando. Aquela forte pressão de retirada de madeira, pesca e ao mesmo tempo acontecendo a criação das terras indígenas, que estavam apertando os espaços. A comunidade, por ter um certo nível de organização, quando a galera viu que o espaço da comunidade passou a ser cobiçado aí a galera começou a dizer: “a gente vai tomar isso aqui. Isso [a comunidade] aqui vai ser nossa sede e tal”, e a gente começou a se preocupar e falamos: “temos que fazer alguma coisa”. Até que num certo momento, o gerente o IDAM disse: “Eu conheço essa realidade, eu tenho a experiência da região de Xapuri no Acre”, onde teve uma luta muito forte, eles eram extrativistas, tinha a história do Chico Mendes. Mas até então essa história de Chico Mendes era uma história muito louca que a gente não queria ouvir falar, uma história doida de um cara que tentou atrapalhar a vida de alguém e se deu mal. (Entrevista Narrativa com José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, gestor da Resex Médio Purus em julho/2014)

Na narrativa, observa-se que, além de obter acesso às informações sobre serviços e políticas, a integração com os técnicos institucionais possibilitou o conhecimento da luta social de outros trabalhadores rurais, como a dos seringueiros, com os quais os agroextrativistas se identificaram política e culturalmente. De posse então dessas informações, um novo processo de territorialidade é reconstruído a partir da ressignificação de identidade.

Também nas narrativas do presidente da ATAMP, do presidente da comunidade Cassianã e do conselheiro da Resex, as instituições governamentais como o IDAM, INCRA, ICMbio e a UEA foram citadas como importantes mediadoras no processo de organização sociopolítica dos agroextrativistas no município de Lábrea. Importante sinalizar que essas instituições foram estabelecidas para viabilizar as políticas de integração econômica pela expansão agropecuária, associadas à capacitação da mão de obra. As instituições não governamentais também compuseram essa dinâmica, por exemplo, as pastorais da Igreja Católica e outros grupos religiosos.



Figura 7 - Sede do IDAM em Lábrea/AM  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014 -2015, foto de Silvânia de Deus

Com o objetivo de prestar serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, a fim de fomentar a produtividade local, o IDAM foi estabelecido em Lábrea em 1996. No contexto do governo de FHC, ações como essas promoveram a articulação entre educação e trabalho e visaram preparar e habilitar tecnicamente os trabalhadores ao mercado de trabalho, pois se pretendia ampliar a mecanização da agricultura.

Na análise de Wiggers (2012), a colonização agrícola, intermediada pelo INCRA, no município de Lábrea, foi outra estratégia para expansão do agronegócio e da agropecuária, principalmente, devido à estratégica localização de Lábrea para integração da região com o mercado nacional. Contudo, as ações do INCRA centraram-se na regularização e ocupação das colônias por agricultores migrados das regiões do sul do país, desfavorecendo a organização produtiva dos trabalhadores extrativistas e antigos seringueiros de Lábrea. Desse modo, as tentativas de regularização das terras, já ocupadas por esses trabalhadores, não foi possível por meio do INCRA, como narrado em entrevista com o Sr. José Maria Oliveira.

Atualmente na sede do INCRA em Lábrea também funciona a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (DAF), que desenvolve ações voltadas para o incentivo da agropecuária na região. Ressalta-se ainda que a DAF atende principalmente os grandes fazendeiros, uma vez que a atividade pecuarista não é um sistema produtivo dos povos tradicionais que residem às margens do rio Purus.



Figura 8 - sede do INARA em Lábrea/AM  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014, foto de Silvânia de Deus

Ainda nesse contexto, o estabelecimento do ICMbio em Lábrea, a partir do ano 2000, provocou a inibição dos interesses locais pelos recursos naturais, uma vez que o instituto passou a receber as denúncias dos agroextrativistas, resultando em ações de fiscalização. Essa medida repercutiu nacionalmente, revelando a exploração dos recursos pesqueiros e madeireiros no município, deixando claro o conflito de interesses do setor político e econômico local com os dos agroextrativistas.

O ICMbio desempenha o papel de promotor do desenvolvimento socioambiental, por meio da gestão da Resex Médio Purus, em articulação com outros órgãos, como a Polícia Federal, embora a atuação desta última ainda seja insuficiente. A instituição inaugurou um modelo de governança e gestão de conflitos cada vez mais permeada por mecanismos de participação local e com grande apoio dos movimentos sociais. Em 2015, por exemplo, o município iniciou um processo de reforma predial do ICMbio, com objetivo de melhorar a estrutura de atendimento às demandas apresentadas pelas Resex Ituxi e Médio Purus.

Atualmente, os gestores das referidas reservas vinculados ao ICMbio, são os representantes do movimento social dos agroextrativistas, que demandaram a criação das mesmas, representando grande ganho para o movimento uma vez que a gestão está sendo conduzida conforme seus princípios e hegemonia. Dessa maneira, o ICMbio busca formular e implementar o plano de manejo nas reserva extrativistas a partir do modo de vida dos agroextrativistas. Importante ressaltar que o plano de manejo ainda encontra-se em processo de elaboração dada a diversidade dos recursos e dos modos de vida.



Figura 9 - Sede do ICMbio em Lábrea (AM)

Figura 10 - Sede do ICMbio em reforma em agosto/2015

Fonte: Pesquisa de campo, 2014 -2015, foto de Silvânia de Deus

Na atualidade, com o objetivo de interiorizar a formação superior no Estado do Amazonas e proporcionar o desenvolvimento do sistema produtivo, a partir da capacitação e formação, o Centro de Estudos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) foi estabelecido em Lábrea, por volta do ano de 2007. Desse modo, a interiorização do ensino integra a estratégia política de articular a educação e o trabalho para a inclusão produtiva. O desenvolvimento de pesquisas, bem como, a atuação de professores e técnicos, em conjunto com os agroextrativistas das comunidades rurais, contribuiu para o fortalecimento e organização dos movimentos sociais desse segmento.



Figura 11 - Sede da Universidade Estadual do Amazonas em Lábrea (AM)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014 -2015, foto de Silvânia de Deus

Desde a década de 90, essas instituições materializam a territorialidade desenhada pelo Estado, através de um intenso processo de investimento em estratégias de integração produtiva. No caso de Lábrea, as instituições, associadas aos movimentos dos povos tradicionais, apoiaram o movimento conhecido na cidade como “Aliança dos Povos”, cujo objetivo era fortalecer as demandas de povos indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, seringueiros e agroextrativistas.

Nesse sentido, foi viabilizada a construção de uma governança *global* amazônica que, segundo Aparício (2011), por ser cada vez mais vinculada a amplos processos geopolíticos, influenciou o ordenamento social e territorial da bacia do Purus, ao mesmo tempo que permitiu a ampliação da participação das comunidades e organizações locais nos processos de tomada de decisão.

Martins (1995) verifica que a luta social dos trabalhadores rurais da Amazônia durante o período militar não se caracterizou por um projeto político, mas surgiu espontaneamente como resultado da resistência à ação violenta de policiais, grileiros e dos grandes proprietários de terra, que expulsaram os trabalhadores de seu local de moradia. A partir dos anos 90, a ascensão das práticas e discursos socioambientais na arena política apresentou-se como nexos unificador da legitimidade da questão ambiental. Assim, são postas em evidência as demandas sociais dos povos tradicionais, especialmente a luta pela terra, a qual, geralmente, tinha como único mediador e politizador a Igreja Católica.

A visibilidade dada aos movimentos sociais dos povos tradicionais no debate da questão ambiental tornou-se, então, fonte de legitimidade alternativa, em oposição à legalidade vigente e à própria “modernização ecológica do Estado”. Esse conceito, definido por Ascelrad (2010, p. 107), revela o processo pelo qual as instituições políticas internalizam as preocupações ambientais, com o objetivo de conciliar o crescimento econômico à resolução da questão ambiental, de maneira a dar ênfase à adaptabilidade tecnológica, à celebração da economia de mercado e à crença na colaboração e no consenso.

Nesse contexto, a luta social dos seringueiros e demais agroextrativistas é estruturada no reconhecimento do trabalho com a natureza como núcleo das relações com o mundo (MARTINS, 1995, p. 90). Portanto, as questões em prol dos direitos territoriais fundamentam a luta pela manutenção de um modo de vida particular e de sua reprodução sociocultural no seu *habitat*. Essa perspectiva torna as políticas socioambientais uma conquista dos

trabalhadores rurais amazônicos. Desse modo, os conflitos são inerentes à criação e ao conceito das reservas extrativistas em Lábrea, pois a luta iniciada sob a liderança de Chico Mendes constituiu uma identidade coletiva no interior da região, com particularidades específicas de cada ecossistema.

Nas décadas de 80 e 90, a articulação das alianças formadas entre o movimento dos seringueiros, os povos tradicionais da Amazônia e os ambientalistas tornou-se meio estratégico para garantir a territorialidade dos agroextrativistas, que se muniram do discurso da sustentabilidade, baseado na necessidade de sobrevivência. Inicialmente, todavia, o objetivo não era a conservação ambiental, mas sim a libertação do sistema de escravidão, do aviamento e da dívida, uma vez que já desenvolviam a conservação da biodiversidade em seus próprios modos de vida.

Conforme Allegretti (1994, p. 19), a proposta de criação de reservas extrativistas particulariza-se pela possibilidade de conciliação entre o desenvolvimento, a conservação do meio ambiente e a equidade social. Trata-se de uma política legítima, porque se originou da organização regional, em torno do Conselho Nacional do Seringueiro (CNS), hoje Conselho Nacional dos Povos Extrativistas, e foi incorporada pelo poder público sem mudanças em suas características originais.

O art. 18, da Lei n.º. 9.985, de 18/07/2000 define Reserva Extrativista como:

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura familiar e na criação de animais de pequeno porte, tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000)

Segundo o ICMbio, as Reservas Extrativistas são:

[...] espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contratos de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país (ICMbio, 2014)

Allegretti (1994) ainda destaca que a sustentabilidade, como uso manejado dos recursos naturais e conservação dos ecossistemas, é a principal condicionalidade a ser atendida no plano de manejo das Resex's para a utilização de recursos naturais como meio produtivo. Isso possibilita a construção de alternativas econômicas e sociais que contemplem

a especificidade histórica, econômica e social dos agroextrativistas. Essas características são o que diferencia a política das Resex's daquelas dos planos governamentais de inclusão produtiva da região amazônica, propostos até a década de 90, cujo objetivo fundamental era atender às especificidades do capital moderno.

Desse modo, a Resex tem o potencial de estabelecer um novo sistema de produção de caráter tradicional e sustentável, além de permitir a renovação das condições – relações – e o desenvolvimento de territorialidades de exploração econômica mais justa, diferente da exploração dos mesmos recursos praticada pelo capitalismo nacional (ALLEGRETTI, 1994, p. 41)

É possível perceber a transformação das relações sociais promovida pela criação das Resex's no município de Lábrea. Afinal, a necessidade de novas realidades foi constituída numa dinâmica de conquistas e desafios para os povos tradicionais, como abordaremos no processo de criação da Resex Médio Purus. Antes, porém, devemos considerar de singular importância a história de vida do atual gestor da Resex Médio Purus, que diz respeito também ao processo da própria Resex.

O atual gestor da Resex Médio Purus e ex-presidente da ATMP, na gestão entre 2011 e 2013, o Sr. José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, reside atualmente na sede municipal de Lábrea, devido ao cargo público que exerce, entretanto, é morador da comunidade Limeira, na Resex Médio Purus, próximo ao município de Pauini (AM). Filho de seringueiro, já foi agricultor, serralheiro, participante e atuante nas reuniões e organizações sociopolíticas dos trabalhadores agroextrativistas nas mobilizações sociais para a criação da Resex Médio Purus. Em 2014, por indicação da administração anterior do ICMbio, foi nomeado gestor da Resex Médio Purus. Segundo a coordenação regional do ICMbio, localizada em Porto Velho (RO), a nomeação de José Maria Oliveira representou um marco significativo para a gestão da Resex, pois trata-se de uma tentativa de integrar a gestão da Resex às demandas das comunidades, a fim de melhor atender a realidade e os interesses dos moradores da reserva, conforme visto na narrativa:

A nomeação do Zé Maria é uma grande aposta para qualidade na gestão da Resex porque ele é uma pessoa da comunidade, conhece as necessidades da sua gente e participou de todo processo de criação da reserva, lutando por isso, estamos torcendo para que dê muito certo e, conforme o resultado, adotaremos esta estratégia em outras reservas. (Coordenadora regional do ICMbio de Porto Velho – CR1 em entrevista realizada em janeiro de 2014)

José Maria de Oliveira nasceu na área rural do município de Pauini (AM) e viveu até a idade adulta na comunidade Limeira. Zé Maria, como é conhecido, descreve sua história de vida e sua adesão ao processo de ambientalização no seguinte relato:

Eu nasci em uma comunidade do rio Mamuriá e fiquei lá até os 10 anos de idade, quando nos mudamos para a comunidade Limeira, próximo a Pauini. Meu avô chegou ali em 1958, aquilo era um seringal, meu avô passou a morar ali e na época meu pai tinha seis anos de idade e eles trabalhavam arrendados, cada estrada de seringa tinha que pagar 30kg de borracha por ano para poder usar aquela estrada e aí tinha diversos critérios: não podia desmatar, não podia plantar, não podia fazer nada, o negócio era cortar seringa. Mas meu avô começou a partir para outros rumos, porque ele era do nordeste, ele era paraibano e tinha aquele espírito de trabalhar, de fazer uma coisa e outra e chegou o momento que ele começou a abrir roças. Aí o patrão o levou algumas vezes na delegacia, porque ele não tinha autorização para plantar nada de planta de raiz e ele gostava muito de plantar. Aí o dono do seringal na época foi com ele até a justiça para coibir aquele tipo de ação, aquele tipo de situação era ilegal aos olhos do patrão e ficou nessa situação a vida toda. E aquela terra foi passando para o filho, para o neto ao ponto que o neto ou bisneto desse suposto dono se mudou para Manaus aquilo ficou meio que solto, mas a gente não tinha autonomia para fazer uso nenhum daquela área, para ter o poder de dizer “isso aqui agora é nosso”.

Hoje eu tenho 32 anos e eu comecei a trabalhar muito cedo. Meu pai começou a cortar seringa com 7 anos de idade e ele dizia: Eu trabalhei dessa forma, meus filhos vão ter que trabalhar também. Por isso, a gente começou a trabalhar muito cedo. Eu não tive oportunidade de estudo por duas questões: uma porque não tinha oferta de estudo ali na região e outra porque eu comecei a trabalhar cedo e isso adiou o tempo de estudar. Quando eu comecei a me entender por gente, nos meus 7 ou 8 anos, já acompanhava meu pai nos trabalhos no mato, em viagens. E a partir dos 13 anos para frente eu já dominava o trabalho pesado. Minha história é uma história que falei para pouca gente até hoje (José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, gestor da Resex Médio Purus em julho/2014).

A narrativa de Zé Maria, quanto à sua origem, retrata o modo de vida e as relações de trabalho em um seringal, com destaque ao conflito com o patrão, que impunha um código de conduta aos trabalhadores de maneira que os mantinham permanentemente na área. Dessa forma, verifica-se que o trabalho realizado por Zé Maria traduz características da herança do sistema de trabalho aplicado aos imigrantes nordestinos, ou seja, o direito de posse da terra também é passado de geração em geração, o que garantiu a manutenção das relações de poder entre agroextrativistas e os “patrões”, mesmo após o declínio da economia da borracha.

Ao relatar sua infância, Zé Maria destaca seu trabalho desde os sete anos de idade, tal como ocorrera com o pai. Essa idade parece marcar a introdução das crianças no mundo do trabalho no âmbito familiar, momento em que os conhecimentos tradicionais e as técnicas de uso sustentável dos recursos naturais são repassados às crianças e aos mais jovens. Observa-se ainda, que a ausência de escolas representa a ineficiência dos serviços públicos e a

centralidade da família como promotora de aprendizagem e sociabilidade nas comunidades amazônicas.

Essa experiência de vida ainda retrata a territorialização da região como polo de extração de recursos naturais para o sistema produtivo, além das que foram construídas a partir das relações sociais e institucionais, mediadas pela chegada de novos agentes e atores:

[...] naquela época [anos 80 e 90], o forte do negócio era a agricultura, era trabalhar com farinha de mandioca e cana de açúcar, porque a gente teve um contrato com a Coca-Cola e produzia bastante açúcar mascavo. [...] o que nos levou a pensar em nos organizar, foi quando a gente começou a trabalhar nessa produção organizada para Coca-Cola. A partir daí houve a necessidade de documentar a terra, para que a gente pudesse agregar projetos, pudesse buscar recursos maiores, de outras fontes. E isso dependia, além da documentação da associação, da terra também. [...] Eu era atraído pela questão madeireira, eu tinha todo esse perfil de extração de madeira e a grande importância para mim naquele momento era regularizar essa questão da terra e a gente poder trabalhar com plano de manejo madeireiro e aí, para mim, a importância de participar das reuniões [da Associação de Produtores da comunidade Vila Limeira (APAVIL)] era ajudar a acelerar o processo pra gente conseguir resolver a situação e muito logo a gente poder realizar o grande sonho que era ter a exploração legal da madeira ali. Por outro lado, eu passei a participar também porque eu achei interessante, achei legal o espaço de discussão e eu tinha ansiedade de conhecer outras coisas. [...] eu era o melhor motoserralista dali na época e queria legalizar a atividade que eu gostava de fazer, por isso, digo de sou um destruidor da floresta convertido à conservação depois que conheci a história de Chico Mendes. (José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, gestor da Resex Médio Purus em julho/2014).

Em seu relato, Zé Maria descreve o processo de ambientalização das demandas sociais, revela a particularidade de que os motivos essenciais da luta pela criação da Resex Médio Purus estavam fundamentados na necessidade da regulamentação do direito à terra e ao controle dos recursos naturais, como meios de sobrevivência e reprodução social, bem como os ideais que fundamentaram o movimento dos seringueiros sinalizados por Martins (1995). Transparece ainda o conflito socioambiental frente à exploração dos recursos naturais por grandes empresas, constituintes do capital globalizado, como a demanda de açúcar mascavo pela empresa Coca-Cola, a partir da superexploração do trabalho dos agroextrativistas que, como narrado, não possuíam, até aquele momento, organização ou representatividade política.

Observa-se que a pressão causada por processos de territorialização de outros grupos sociais (indígenas e empresários) impulsionou também um movimento de desterritorialidade e reterritorialidade que teve início a partir do conhecimento e identificação social com a luta coletiva dos seringueiros, construindo novas identidades. Nesse sentido, Saquet (2007) demonstra que há uma relação de reciprocidade entre territorialidade e identidade, porque “uma condiciona a constituição da outra e ambas se concretizam de uma maneira histórica”.

No contexto da luta pelos direitos territoriais, verifica-se então que as territorialidades construídas pelos agroextrativistas do Médio Purus, aliadas à conservação dos recursos naturais, promovem um processo de redescoberta social, cultural e política, revelando um movimento de rupturas e continuidades que são múltiplas e estão em unidade.

Zé Maria descreve em seu discurso a reconstrução política da identidade de seringueiro, pertencente a uma cultura que atende aos interesses de sua comunidade. Sua trajetória o caracteriza como o intelectual orgânico, organizador da cultura, função que passou a exercer a partir de suas discussões e participação em movimentos sociais, que lhe permitiram adquirir conhecimento e posterior ocupação de funções representativas (GRAMSCI, 1992)

Embora Zé Maria não possua formação superior, pode-se denominá-lo de intelectual orgânico, já que é fruto do processo de organização sociopolítico dos trabalhadores agroextrativistas, do qual faz parte e representa. De certo, como afirma Gramsci (1992), todos os homens são intelectuais, porque não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*, uma vez que toda atividade humana é permeada de intelectualidade. Entretanto, nem todos os homens exercem a função de intelectuais, organizadores dos aspectos práticos da cultura ou participantes ativos da história da massa que representa e daqueles que exercem a hegemonia das relações sociais em seu grupo de interesse e na arena política.

Para Gramsci (1981), o intelectual orgânico diferencia-se do intelectual tradicional<sup>51</sup>, não apenas por ser de origem da classe que representa, mas por ser elaborado e desenvolvido por ela, além de ser, em conjunto às classes fundamentais (burguesia ou proletariado), participante ativo de sua ideologia e ligar-se a uma delas, uma vez que é livre. Nessa conjectura, ao assumir a função de gestor da Resex Médio Purus, Zé Maria a conduz sob a hegemonia política e cultural dos agroextrativistas. Dessa maneira, os aspectos econômicos, sociais e culturais são vinculados e dinamizados na estrutura e superestrutura das classes por meio do cargo político e das relações que o constitui em determinado processo histórico.

Cabe destacar que, para Gramsci (1997), o Estado é sempre uma combinação de hegemonia e coesão. Nesse sentido, a integração do representante político dos agroextrativistas a um cargo de gestão, a fim de atender os interesses desse grupo, também constitui o consenso entre os embates do movimento social com o Estado. Portanto, o

---

<sup>51</sup>Gramsci (1981) afirma que o intelectual tradicional é, por exemplo, o professor universitário ou profissionais, como o clero, vinculados a um aparelho de hegemonia que não é ligado necessariamente a uma classe social, se concebem como categoria autônoma e independentes das classes.

exercício de territorialidades e a territorialização a que se refere o modelo de governança democrática, equilibra força e consenso. Pois, “sem uma correlação de forças relativamente equilibrada entre o capital e trabalho, é impossível imaginar a possibilidade de um Estado democrático alicerçado em nexos morais entre as classes sociais” (SAMPAIO JR. 2013, p. 193)

Segundo Nogueira (2013), essa complexa dinâmica caracteriza a relação entre o Estado e a sociedade civil que atualmente é desenvolvida tanto em defesa da autonomia dos cidadãos e da recomposição do comunitarismo quanto na ênfase em ideários neoliberais. Essa relação pode ser percebida quando a sociedade civil é convidada a compartilhar encargos, até então de responsabilidade do Estado, em programas de ajustes e desestatização.

Nesse sentido, a função de gestor da Resex Médio Purus atribuída a um dos líderes do movimento social de sua criação corresponde à complexidade que remete a ganhos e retrocessos. Os ganhos se referem à conquista de direcionamento da hegemonia que abre possibilidades de um processo revolucionário. Os retrocessos indicam que a integração dos movimentos sociais no âmbito institucional do Estado indica o repasse de responsabilidades, sem mudanças estruturais e efetivas de emancipação dos movimentos.

Contudo, é possível comparar o atual momento às respostas dadas nos momentos pretéritos, em que o capital teve que conceder ganhos à classe trabalhadora para legitimar a assimilação do sistema de acumulação, permitindo assim a sua auto-expansão. Porém, na atualidade, esse processo é viabilizado de modo a conceder respostas parciais à classe trabalhadora, focadas, especialmente, no âmbito político e ideológico, que abrange todos os planos da vida social, incentivando o consumo destrutivo e a exaustão da riqueza social em escala gigantesca, como forma de manter o sistema (MEZÁROS, 2011, p. 95)

A figura 11 apresenta o gestor da Resex Médio Purus em seu local de trabalho, o posto do ICMBio em Lábrea. A incorporação desse ator implica grande mobilização de aspectos ideológicos e de representatividade para os agroextrativistas, que esbarra nos desafios das precárias condições de trabalho oferecidas para o desenvolvimento da gestão da Resex.



Figura 12: José Maria Ferreira Oliveira no posto administrativo do ICMbio em Lábrea  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014, foto de Silvânia de Deus

No próximo item será detalhado o processo de ambientalização e os conflitos socioambientais, dele decorrentes, para a criação da Resex Médio Purus, bem como, a trajetória de Zé Maria e de outros participantes agroextrativistas do Purus será retomada.

## **2.2 Ambientalização das lutas sociais, os conflitos socioambientais e a criação da Resex Médio Purus**

Antes de abordar a história da criação da Resex Médio Purus, são necessárias algumas considerações sobre a ambientalização das demandas sociais e os conflitos socioambientais. Por se tratarem de conflitos modernos, inerentes à formação do atual modelo da sociedade, os conflitos socioambientais deixam em evidência a importância particular da análise das ameaças aos recursos naturais, assim como o seu controle.

Para Lopes (2004) a “ambientalização” trata dos processos sociais vinculados a uma tendência histórica no Brasil e em outros países, advinda das repercussões da conferência sobre meio ambiente, promovida pela ONU em 1972, que configuraram uma nova questão em diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente. O autor considera tratar-se de um neologismo utilizado pelas Ciências Sociais para compreender os novos fenômenos sociais e ambientais, havendo uma incorporação, de forma naturalizada, do discurso ambiental. Tal característica pode ser observada na transformação de forma e linguagem dos conflitos sociais e sua parcial institucionalização, que ocorre especialmente por meio da

educação ambiental, como novo código de conduta individual e coletiva, bem como, da constituição das redes de participação do meio ambiente como novas fontes de legitimidade e argumentação nos conflitos, a partir da década de 70.

Verifica-se que a institucionalização da questão ambiental, não só ampliou e aprofundou o debate de possíveis soluções, mas tornou-as mais complexas e problemáticas, agudizando os conflitos decorrentes de interesses diversos. Alonso e Costa (2002) corroboram que a inserção da questão ambiental nas políticas públicas contribuiu para viabilizar maior participação da sociedade civil nas decisões públicas. No entanto, esse debate passa a sujeitar-se às restrições impostas pela racionalidade administrativa, a qual prioriza as soluções pragmáticas, considerando economia e política viáveis à sociedade capitalista.

Inerentes e construídos socialmente nesse processo, os conflitos socioambientais podem ser comparados a outros que estiveram presentes na sociedade. Entretanto, os de ênfase ambientais, geralmente, englobam as coletividades em torno de seus bens difusos e, por vezes, apenas dos recursos naturais (THEODORO, 2005). Para o senso comum, a noção de conflito é atribuída a aspectos negativos. Sob outra ótica, George Simmel (1983) afirma que o conflito tem importância sociológica, porque trata-se de uma relação recíproca entre os homens e não pode ser compreendido como meramente negativo, uma vez que é apenas praticado pela sociedade e possui aspectos positivos de unidade, além de ser parte integrante das relações sociais.

Nessa perspectiva, Simmel (1983) concebe o conflito como:

[...] uma das formas de socialização mais vividas na sociedade. O conflito está destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...]. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados, podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. (SIMMEL, 1983, p. 122-123)

Ao conceber o conflito como elemento vital para a renovação das sociedades, por ser propulsor de mudanças e indispensável para análises das realidades sociais, Simmel (1983) fundamenta a teoria chamada *conflict transformation* e permite a análise da relação entre conflito e consenso. Para o autor, o conflito possui a capacidade de permitir que partes divergentes se encontrem num mesmo plano situacional, reconhecendo um ao outro como condição necessária para a própria disputa e eventual superação. Para o filósofo, há quatro soluções possíveis para resolução de um conflito e cada uma se constitui em novas realidades, quais sejam: i) a vitória – quando há ao menos uma renúncia parcial de uma das partes para

que a outra possa dominar; ii) conciliação – quando for possível, requer troca de renúncias ou perdas para que não haja disputa; iii) reconciliação – consiste no modo subjetivo de resolução do conflito, já que prescinde a razão objetiva; iv) irreconciliação – que demonstra a impossibilidade de resolução do conflito.

Assim, os conflitos e as ações para sua solução estão presentes nas relações sociais e na vida cotidiana tanto subjetiva quanto objetivamente. A negatividade do conflito está em não o reconhecer, ignorá-lo e não o explicitar. Conseqüentemente, em não abrir espaço para discussão em busca de tentativas de solução, excluindo a relação de socialização. Nesse sentido, a indiferença, que não traz as partes para o debate, é que atua de forma negativa, mas não o conflito em si (SIMMEL, 1983)

Nesse modo de análise, os conflitos socioambientais, resultantes da relação entre os grupos sociais com a natureza e os projetos de desenvolvimento inerentes nessa relação, ao se tornarem centro das discussões políticas sobre meio ambiente e desenvolvimento objetivam materializar estratégias de consenso como uma das formas de resolução de conflitos. Little (2005) ainda afirma que os conflitos socioambientais são constituídos por elementos de controle sobre os recursos naturais, pelos impactos ambientais e sociais gerados pela ação homem e da natureza e pelo uso dos conhecimentos ambientais e tradicionais.

A materialização desses conflitos socioambientais é construída pelos atores dos grupos sociais e corresponde às formas como cada grupo os percebe e os reconhece, ou seja, como compreende a transição dos valores, das práticas e até mesmo do estilo de vida, pois remetem a uma compreensão da relação dos homens com a natureza ao longo do tempo (LITTLE, 2005)

Nessa dinâmica, Theodoro (2005) identifica que os conflitos socioambientais se apresentam na arena política, substanciados na relação entre o Estado, os grupos e os movimentos sociais que colocam em oposição suas percepções e interesses. Conforme o autor:

A multiplicidade de percepções sobre a forma de uso dos recursos naturais geram conflitos em todos os níveis, desde o local até o global, com véis econômicos, sociais culturais e políticos, dentre outros mais difusos. Tratar esses tipos de conflitos demanda que se criem soluções negociadas, as quais devem considerar uma abordagem mais integrada dos elementos envolvidos, de modo a viabilizar uma gestão mais harmônica dos recursos em disputa. Para tanto, é necessário entender que grande parte das variáveis envolvidas são intrínsecas à conjuntura em que os conflitos se desenvolvem. O arranjo das políticas públicas utilizadas como vetor para a construção de estratégias de futuro devem, portanto, estar em sintonia com os imperativos do desenvolvimento, em bases mais sustentáveis e coerentes. (THEODORO, 2005, p. 58)

Nesse sentido, o autor ressalta que o discurso dos diferentes atores sociais tem se ambientalizado mediante as disputas por legitimidade na apropriação de territórios e distribuição de poder sobre eles. Como sinalizado no capítulo 1, a partir da ECO 92, os movimentos sociais procuraram incorporar a temática ambiental ao debate mais amplo e crítico sobre o modelo de desenvolvimento, articulando um diálogo de pautas comuns entre entidades ambientalistas, ativismo sindical, movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, movimentos comunitários das periferias, seringueiros e o movimento indígena.

Nesse contexto, a preocupação em relação à conservação da Amazônia ganha nova ênfase, além da preocupação biocêntrica, passa a incorporar as questões sociais correlatas (LITTLE, 2005). Cabe evidenciar ainda que o processo de ambientalização das lutas e demandas sociais dos povos tradicionais amazônicos, não raramente, foi mediado por diversas organizações religiosas já atuantes na região como, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Essas mediações foram responsáveis pela articulação de redes entre os povos amazônicos e o movimento ambientalista (governamental e não governamental), a fim de demonstrar o conflito pelo controle e uso do território. Desse modo, verifica-se que o ambientalismo é o argumento basilar das demandas sociais na Amazônia, dinamizando os processos de territorialização e o desenvolvimento de territorialidades que legitimam a evidência política dos conflitos socioambientais.

Ao considerar a constituição de uma agenda política para a gestão dos recursos ambientais no Brasil, a fim de atender a diversos interesses econômicos, sociais e políticos a identificação dos conflitos socioambientais e suas dinâmicas torna-se estratégico para a ampliação dos direitos dos povos tradicionais. É importante verificar que, com a predominância do atendimento aos interesses da classe dominante, a resolução dos conflitos socioambientais é tarefa difícil e complexa, tendo em vista os diversos significados atribuídos aos recursos naturais pelas partes envolvidas. Um rio, por exemplo, ainda que de forma inconsciente e implícita, pode representar diversos valores a grupos distintos. Para os ribeirinhos é concebido como principal meio de vida, enquanto que para comunidades indígenas pode representar um deus.

O reconhecimento das diversidades e complexidades nas relações contraditórias dos conflitos socioambientais é estratégia-chave para alternativas de resolução dos embates. Portanto, a ambientalização das demandas sociais dos últimos 20 anos tem evidenciado os conflitos socioambientais que encontram respostas nas propostas de intervenção política. Isso ocorre, desde a década de 90, por meio de políticas socioambientais, apresentadas nos

discursos governamentais com uma forte tendência à inclusão produtiva do capital ou a uma exploração dos recursos naturais no mercado global.

Alonso e Costa (2002) em *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil* argumentam que as ações de base ambientalista da sociedade civil visam esclarecer e corrigir tanto a política estatal como a econômica, de modo que a preocupação com a questão ambiental seja considerada nas propostas de desenvolvimento como requisito para a perenidade do planeta e cidadania.

Nesse âmbito, no final da década de 80, a constituição da Resex Médio Purus nasceu da identificação e adesão do Movimento dos Seringueiros à luta social e tornou-se exemplar no processo de apresentar à Política Nacional de Meio Ambiente a proposta de Reserva Extrativista como estratégia para atender às demandas específicas da sociabilidade centrada no extrativismo da seringa.

A publicação do *Memorial de luta pela criação da Resex Médio Purus*, pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), organizado por Aleixo (2011), descreve, por meio da narrativa dos agroextrativistas, que o processo de ambientalização política e a ressignificação de identidade dos trabalhadores do Médio Purus, até aquele momento, expressavam vestígios da economia da borracha. Aleixo (2011) declara que a demanda pela criação da Resex Médio Purus é fruto de anos de formação e afirmação de identidade nas comunidades daquele território que visavam garantir seus direitos territoriais e o acesso às políticas públicas fundamentais, especialmente os serviços de saúde e educação.

A narrativa seguinte foi relatada por José Maria Carneiro Oliveira, 40 anos, atual presidente da ATAMP, na qual o entrevistado corrobora o relato do gestor do ICMbio, apresentado no item anterior, ao afirmar que um dos principais motivos de incentivo à organização política das comunidades agroextrativistas do Purus foi a homologação de terras indígenas na área do Médio Purus que, a partir da década de 1990, obrigou algumas comunidades a se deslocarem do território, disseminando o medo do despejo. No relato a seguir é possível analisar o contexto:

Entre 1993 e 1994 começou a criação das terras indígenas no Purus. Isso afetou muitas comunidades não indígenas, muitas tiveram que deixar a área e vir para cidade, tanto para Lábrea como para Pauini. Foi um impacto muito grande na vida das pessoas e muitas comunidades ficaram ameaçadas com a proposta de criação de novas terras indígenas. Até hoje a gente tem esse problema e a gente começou a procurar um caminho para tentar organizar o nosso local e garantir a nossa permanência. (José Maria Carneiro de Oliveira, atual presidente da ATAMP, durante entrevista narrativa realizada em julho/2014)

As discussões políticas nos encontros do movimento para a organização social dos agroextrativistas em associações de trabalhadores, que contaram com técnicos do INCRA e IDAM, segundo José Maria Carneiro, ajudaram a esclarecer as diferenças entre Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Extrativista (RESEX). Essas informações foram fundamentais para subsidiar a decisão dos agroextrativistas pela Reserva Extrativista. Segundo a entrevista do presidente da ATAMP, os critérios essenciais que mediaram a decisão foram: a identificação dos trabalhadores com as atividades e o modo de vida e trabalho característico da RESEX, a identificação histórica com a trajetória do Movimento dos Seringueiros e segurança quanto à autonomia administrativa e política em relação ao poder municipal e estadual, uma vez que a RESEX estaria sob responsabilidade administrativa do ICMBio, uma instituição da esfera federal.

Esse contexto indica que o conhecimento de fatos históricos da luta dos seringueiros, processo histórico do qual também fazem parte, possibilita aos agroextrativistas a compreensão da sociedade. Ao relacionar a consciência de classe com a totalidade da sociedade, os determinantes do sistema produtivo e o desenvolvimento social no contexto da discussão ambiental, os trabalhadores agroextrativistas reconhecem pensamentos e sentimentos em relação à ação imediata e à estrutura da sociedade, identificam-se por seus interesses, modos de vida e cultura. Reconhecem sua situação objetiva e os pensamentos que estão em conformidade com essa situação, determinada no processo de produção, se distinguem como classe por meio da ação histórica decisiva como segmento da classe dos trabalhadores, determinada na totalidade econômica e social (LUKÁCS, 2012)

LUKÁCS (2012) postula que a consciência de classe tem a função histórica e prática de perceber a totalidade da economia e a posição da classe no processo de produção de determinada sociedade. Afinal, o destino de uma classe depende de sua capacidade de esclarecer e resolver, em todas as suas decisões práticas, os problemas que lhe impõe a evolução histórica dentro da estrutura econômica de sua época e de sua posição na sociedade. Ocorre que a consciência de classe é, ao mesmo tempo, uma inconsciência, determinada conforme a classe em relação à sua situação econômica.

O autor esclarece que, na estrutura da sociedade polarizada (burguesia e proletariado), a consciência de classe, para conquistar e organizar sua posição dominante deve estar em condições de se conscientizar das ações que deve executar. Portanto, consciência e interesse se encontram, no caso do proletariado, numa relação recíproca de oposição

contraditória, por constituir, ele próprio, a essência das forças motrizes da sociedade capitalista. Sobre a luta social de classe Lukács (2012) argumenta que:

[...] os fatores ideológicos não “recobrem” somente os interesses econômicos, não são bandeiras e palavras de ordem, mas parte integrante de elementos da própria luta real. [...] na época capitalista, os aspectos econômicos não estão mais escondidos “por trás” da consciência, mas encontram-se presentes na própria consciência (embora inconscientes ou recalçados) [...]. Agora a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade. Mas a possibilidade dessa luta já anuncia as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classes. (LUKÁCS, 2012, p. 155-156)

Esse contexto de luta ideológica, construído socialmente, é identificado na dinâmica das relações sociais desenvolvidas no processo de criação da Resex Médio Purus, que impulsionou a organização política e social dos agroextrativistas, como é possível identificar na narrativa de José Maria Carneiro:

[...] Foi criada então a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP), já envolvendo todas as comunidades que hoje estão dentro da reserva e suas associações produtivas. Nesse ano, 2005, foi feito um trabalho de campo muito grande para mobilizar as pessoas. A gente se juntou com o pessoal do Ituxi, que também queriam criar uma Resex, e de outras unidades de conservação para que acontecesse audiência pública em 2006. (José Maria Carneiro de Oliveira, atual presidente da ATAMP, durante entrevista narrativa realizada em julho/2014)

Segundo o presidente da associação, o objetivo da ATAMP é defender os interesses de todos os moradores da Resex. O trabalho desempenhado pela associação foi, inicialmente, baseado em mobilizar as pessoas sobre a proposta de criação e discutir a extensão da Resex. Nesse contexto, as alianças com as instituições da esfera federal ampliaram-se em apoio ao movimento, assim como os conflitos com os representantes econômicos e políticos locais, pois esses se posicionaram contra a criação da Resex.

Os fazendeiros, grileiros e políticos, que se denominavam donos das terras das comunidades ao longo do rio Purus, especialmente as localizadas próximas a Lábrea, foram considerados inimigos da reserva por dificultar sua criação. A oposição desses grupos dominantes à criação da reserva baseava-se no fato de que perderiam o domínio das terras e da exploração dos recursos naturais, que estavam na área proposta para a criação da Resex Médio Purus. Na narrativa seguinte, o representante da ATAMP descreve esses conflitos socioambientais:

Quando a gente saiu para fazer as mobilizações nas comunidades, se começasse daqui [Lábrea] subindo o rio até chegar em cada uma das comunidades, logo em seguida o prefeito da época, o Gean Barros, montava uma equipe e ia parando fazendo o mesmo trajeto que nós, desfazendo tudo o que a gente tinha conversado com o pessoal, dizendo que a gente estava mentindo, que nada daquilo ia acontecer, que se o pessoal aceitasse [a criação da Resex] eles iam morrer de fome, que se a reserva fosse criada eles não iam poder nem tirar um caniço para pescar, depois os Estados Unidos iam vir e tomar tudo e matar o pessoal. Eles faziam um terror nas comunidades. Depois que começou a chegar alguns benefícios e a reserva foi criada, o pessoal começou a entender que quem estava mentindo eram eles, aí eles começaram a perder espaço e a associação [ATAMP] começou a crescer. (José Maria Carneiro de Oliveira, atual presidente da ATAMP, durante entrevista narrativa realizada em julho/2014)

Observa-se então que o conflito pelo domínio do território tencionou a mobilização social pela criação da Resex, num confronto de ideologias distintas. Essa dinâmica demonstra que a ideologia econômica, por meio das relações de comunicação, tende a apresentar-se como interesses comuns para que sendo apropriada coletivamente, atenda interesses particulares. Pois, o exercício do poder simbólico se dá numa relação de forças que não diz respeito somente à força física ou militar, mas às que se materializam por meio da comunicação entre dominante e dominado (BOURDIEU, 2014). A disputa pela apropriação material e simbólica desenvolve estratégias e reúne aliados às causas específicas: a criação e a não criação da Resex Médio Purus. Constata-se que o conflito aí desenvolvido não apresenta possibilidade de acordo ou conciliação, pois requer a conquista da hegemonia para o exercício e conservação do poder sob o território e o uso de seus recursos.

Para Gramsci (1997), a hegemonia é caracterizada como a conquista do consenso, que garante a direção política exercida no campo das ideias e da cultura e é manifestada através da capacidade de conquistar o consenso de determinadas ideologias. O movimento do poder local municipal buscou despolitizar os agroextrativistas e disseminar a concepção abstrata de que a preservação da natureza, acima dos interesses, é responsabilidade para todos, igualmente. Por isso, deve estar submetida ao desenvolvimento para garantir a legitimidade do capital e do mercado, assim camuflando a luta de classe aí inserida.

No contexto das estratégias desempenhadas pelos agroextrativistas, é possível perceber que a determinação de sua consciência de classe foi expressa a partir da íntima relação entre a teoria absorvida nos encontros políticos e sua práxis. A socialização possível do conflito em torno da criação da Resex Médio Purus não pôde deixar de ser explícita e foi socialmente reconhecida pelo poder dominante que, nesse momento, perdeu sua habilidade de consenso e, conseqüentemente, seu poder de dirigente, mesmo que permanecendo dominante.

Devido à grande extensão da área destinada à reserva, a ATAMP dividiu a área em sete setores, de forma que a diretoria da Associação pudesse ser composta por lideranças comunitárias de cada um dos setores e, assim, abranger maior número de lideranças comunitárias. Em decorrência dos trâmites do Governo Federal para a homologação da Resex Médio Purus, várias reuniões foram mobilizadas pelos movimentos sociais e o ICMBio em Lábrea. Em uma audiência pública no dia 22 de julho de 2006, estavam presentes os “defensores” e os “inimigos” da Resex, além de juízes, promotores e políticos. A narrativa do gestor da reserva, na época integrante da ATAMP, discorre sobre a importância dessa audiência:

Naquele momento, a gente tinha que defender o nosso interesse, a gente não tinha advogado, não tinha ninguém por nós, éramos nós mesmo. Então aquele dia pra mim foi um marco histórico, foi o dia mais difícil para nós [da ATAMP]. A gente saiu da sede da CPT em ritmo de marcha, de manifestação mesmo, até a chegada da escola [onde foi realizada a audiência] e entramos cantando ali, a gente chegou lá batendo no peito e dizendo: “nós somos extrativistas, estamos aqui defendendo essa bandeira e é isso que nós queremos”. O que começou a desarticular os caras [fazendeiros, poder local e grileiros contrários à criação da Resex] foi isso. A gente era maioria e estávamos num ritmo só. Os caras começaram a se manifestar contra a Resex [...] e alguns começaram a amarelar [...] só no momento da tarde que era a vez dos representantes falarem, foi um momento de muita pressão, poucas pessoas falaram. Eu falei e consegui falar bem para defender o nosso espaço, mas isso não repercutiu só naquele momento, houve várias situações depois, porque ali tinha grileiros, pistoleiros e a gente que foi falar lá na frente se expôs, muitos de nós foram ameaçados e alguns passaram a ter escolta da força nacional e tiveram que vir morar aqui para Lábrea [...] (Entrevista Narrativa com José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, gestor da Resex Médio Purus em julho/2014)

Podemos analisar, por meio da narrativa, que a audiência pública evidenciou o conflito acerca das propriedades de terras destinadas à futura Resex, além de revelar seus elementos ideológicos e simbólicos que, através da opressão, força e ameaça, buscam impor interesses privados de diversos atores. Segundo Aleixo (2011), naquele momento, ainda em 2006, o governo do Estado do Amazonas propôs a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na mesma área, afirmando ser o real proprietário das terras, porém o movimento social reivindicou junto ao MMA e corroborou a demanda pela criação de UC's federais na região, uma vez que não se identificavam com a proposta da RDS e temiam as alianças de poder entre políticos da esfera estadual e municipal, já declarados inimigos da Resex.

Após a audiência, o MMA iniciou o levantamento da situação fundiária na área proposta, atuando, por exemplo, por meio da CPI da grilagem, ocorrida em 2001. Essa ação investigou e cancelou os títulos de terra do grileiro Falb Farias o qual dizia ser proprietário de

terras que representavam 4,37% da área do Estado do Amazonas. O MMA também identificou e solicitou ao Governo Federal o cancelamento de títulos de propriedades em posse de políticos ou parentes de políticos dos poderes municipais e estaduais. Dessa forma, os procedimentos para a criação da Resex junto ao MMA ocorreram num intenso conflito com diversos atores (internos e externos) e instituições.

O mapa de identificação dos conflitos socioambientais (Figura 11) da área foi elaborado por meio do projeto de parcerias entre o MMA, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Nova Cartografia Social da Amazônia, da UEA com o apoio direto da ATAMP. No referido mapa é possível identificar a diversidade de recursos naturais e os conflitos da disputa pelo uso de tais recursos na extensão da reserva, além do reconhecimento de comunidades e outras localidades habitadas por famílias agroextrativistas. Esse mapa é um importante instrumento para nortear a elaboração do plano de manejo, o qual deve contar com a participação dos agroextrativistas em seu processo de elaboração a fim de garantir o uso sustentável dos recursos.



Figura 13- Mapa das comunidades e conflitos socioambientais da Resex Médio Purus  
Fonte: ICMBio, 2013

Após os acontecimentos em 2006, a espera pela homologação da Resex Médio Purus estendeu-se até o ano de 2008. Entre janeiro e maio do mesmo ano, a ATAMP e os demais movimentos sociais aguardavam e pressionavam o Governo Federal pelo decreto de criação da Reserva. Segundo Aleixo (2011), nos primeiros meses de 2008, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o CNS com o apoio da organização não governamental World Wildlife Fund (WWF) organizaram a ida das lideranças dos agroextrativistas até Brasília (DF), num movimento denominado “Movimento pró-Resex”, que teve como objetivo pressionar o governo para a criação de várias UC’s na Amazônia, cujos processos de tramitação estavam paralisados na fase de homologação das áreas.

A manifestação do Movimento pró-Resex ocorreu na ocasião do evento “Grito pela Terra<sup>52</sup>” e então, em 08 de maio de 2008, o presidente Lula assinou o Decreto de criação da Resex Médio Purus. A área da Resex contempla 604.231,22 hectares e 97 comunidades, seu objetivo é “[...] proteger os meios de vida e garantir a utilização e conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados [...]” (Art. 2º do Decreto de 8/05/08)



Figura 14: Placa de identificação da Resex Médio Purus na comunidade do Cassianã  
Fonte: Pesquisa de campo, 2014, foto de Silvânia de Deus

---

<sup>52</sup> Organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Aleixo (2011) destaca que, mesmo após a criação da Resex, os conflitos com os *inimigos* foram constantes e caracterizaram-se por investidas de empresários e políticos locais para reduzir o tamanho da Resex e cessar as fiscalizações da exploração ilegal dos recursos naturais, especialmente da madeira. Para fazer frente aos novos conflitos, a ATAMP e as demais lideranças se dirigiram novamente à Brasília (DF) para fazer denúncias e solicitar as devidas providências para indeferir os requerimentos dos empresários e políticos.

Ainda no relato de José Maria Ferreira Oliveira, verifica-se o significado da criação da Resex Médio Purus para esse militante:

[...] depois que comecei a participar das reuniões [da ATAMP], sempre fui indo por um caminho que era contrário ao que meu pai queria que eu fosse. E às vezes minha mãe falava para ele: “rapaz, deixa o menino fazer o que ele pensa”, e ele ficava revoltado porque ele falava assim: “tem que seguir os exemplos que eu segui, do meu pai”. E eu dizia: “não, o exemplo que o senhor seguiu do seu pai é esse aí que até hoje o senhor trabalha e vai continuar trabalhando e, provavelmente vai morrer trabalhando assim no pesado e não tem nada. Eu penso diferente e vou lutar pelos meus objetivos, respeito a sua opinião, respeito suas determinações, mas eu entendo que eu tenho o direito de escolher alguma coisa da vida. As decisões que eu tomo não é o precipício, não é um problema que eu estou acarretando para vocês, deixa eu seguir meu caminho que um dia o senhor ainda vai se vangloriar disso, disso que hoje o senhor não está entendendo”. Falei para ele algumas vezes. E quando foi em 2008, quando sairia o decreto das reservas a gente (eu e meu pai) fomos para uma audiência em Brasília, foram umas 40 pessoas em um avião de 46 passageiros, custeado pelo CNS e CPT. Quando a gente vai entrando no avião eu bati no ombro dele e disse: “lembra do sonho de criança” aí ele parou, chorou e disse: “realmente!”. Isso aconteceu para minha felicidade e não foi preciso eu gastar nenhum centavo de nada ali para realizar aquele sonho. E depois a gente conversando em casa, isso começou a me dar muito mais ânimo e acreditar que a gente não precisa ter dinheiro, o estudo é fundamental, mas quando a gente quer, a gente sonha e a gente acredita e quer lutar por aquilo. A gente é capaz, independente da distância que as coisas estiverem, mas a gente consegue chegar lá. (Entrevista Narrativa com José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, gestor da Resex Médio Purus, em jun/2014)

Para melhor contextualização desse acontecimento, Zé Maria relatou que, quando criança, ao ver os *boeings* passando no céu, imaginava que um dia iria andar em um daqueles, entretanto, seu pai o repreendia: “meu filho, para você realizar esse sonho que você tem você vai precisar ou ter uma grande chance na vida, ou então trabalhar dobrado, porque você tem espírito de rico, você tem ideias que só se você ganhar muito dinheiro pra conseguir realizar esse sonho que você tem” (José Maria F. de Oliveira, 32 anos)

A narrativa de Zé Maria é interessante ao expressar que o “voar lá no alto”, tão sonhado por ele quando criança, se realizaria em dimensões maiores do que o fato de realizar um voo de *Boeing* custeado por ele, pois ultrapassaria barreiras a fim de viabilizar a concretização de um projeto político ideológico, construído a partir de sua relação objetiva e

subjetiva com a natureza. Dessa maneira, verifica-se na história de vida do Sr. Zé Maria que, o princípio da sustentabilidade tornou-se uma ideologia, uma visão de mundo que, a partir de um fato histórico constrói a consciência do seu próprio ser social, da força e das tarefas do seu dever moral pelo seu engajamento político (GRAMSCI, 1992, p. 131)

O reconhecimento e a evidência dos conflitos internos e externos, subjetivos e objetivos que dinamizam a des-re-territorialidade, no contexto o de luta social pelo domínio do território, possibilitou a constante transformação dos conflitos que, de acordo com as novas determinações sociopolíticas, revelou seu aspecto de *irreconciliação* (SIMMEL, 2007) como característica estrutural própria. A socialização configurada desses conflitos legitima a luta pelo território, fazendo com que a questão ambiental ultrapasse a gerência dos recursos naturais para adentrar um campo de conflito por sentidos culturais.

A politização dos conflitos socioambientais no âmbito da sociedade civil permitiu tencionar a estrutura de dominação do poder que mantinha os agroextrativistas, desde os tempos dos seringais, submissos a um sistema de trabalho exploratório. Desse modo, houve a possibilidade de viabilizar e conquistar, politicamente, uma representatividade na superestrutura do aparelho do Estado, permitindo colocar os interesses em confronto, o que nesse caso resultou em ganhos positivos para os agroextrativistas.

Mesmo diante da permanência e reconfigurações dos conflitos, as conquistas dos agroextrativistas sobre o domínio do território foram sendo lentamente alcançadas. O instrumento legal que trata da gestão da Resex só foi publicado no Diário Oficial da União em 4/11/2010 e diz respeito à Portaria n°. 112 do ICMbio, que prescreve a criação do Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus com a finalidade de “contribuir para efetiva implementação da Resex e de seu Plano de Manejo” (art. 1º)

Segundo a referida Portaria, o Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus deve ser composto por representantes institucionais (16 instituições governamentais e não-governamentais) e lideranças comunitárias. Cada líder representa um dos sete setores que compõem a Resex e cada setor é formado por 3 a 4 comunidades rurais, aproximadamente. As tarefas atribuídas aos representantes são complexas e munidas de dimensão socioeducativa e sociopolítica. Os desafios encontrados para o exercício da função se referem principalmente às dificuldades geográficas de acesso às comunidades e à ausência de capacitação adequada aos conselheiros. Nesse sentido, pode ser visto o fortalecimento e a construção da cultura política e crítica desse povo, que reconhece suas necessidades vitais e permeiam o crescimento, como afirma Gramsci (1992), da vontade coletiva.

O Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus é presidido pelo representante do ICMbio e composto, conforme demonstra o quadro abaixo:

<b>Composição do Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus</b>			
<b>Representantes Institucionais</b>		<b>Comunidades</b>	
1	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio	1	José Gonçalves - Buraco
2	Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	2	Jurucuá
3	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	3	Sapatini
4	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lábrea – STTR-L	4	Cacuriã
5	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	5	Sebastopol
6	Banco do Brasil – BB	6	Sitiá
7	Fundação Nacional do Índio – FUNAI	7	Cacau
8	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi - APADRIT	8	Cachoeira do Hilário
9	Comissão Pastoral da Terra – CPT	9	Vila Acima
10	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do estado do Amazonas - IDAM	10	Bela Rosa
11	Prefeitura de Lábrea	11	Realeza
12	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade José Gonçalves – APAC-JG	12	São Francisco Mamoriá
13	Conselho Nacional dos Povos Extrativistas - CNS	13	Samoará
14	Colônia de Pescadores de Lábrea	14	Castelo
15	Grupo de Trabalho Amazônico	15	Ajuricaba
16	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus – ATAMP	16	Vila Limeira
		17	Atalaia

Quadro 6 - Composição do Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus  
 Fonte: Portaria do ICMbio n°. 112 de 04/11/2010.  
 Elaboração: Silvânia de Deus

Podemos observar no quadro acima a paridade quanto à representatividade do Conselho Deliberativo da Resex, sendo composto em maior número por representantes das comunidades agroextrativistas. Dentre as instituições do Conselho estão a Prefeitura de Lábrea, cujos representantes, no relato do presidente da ATAMP, são descritos como *inimigos* da Resex, por atuarem contra sua criação. Esse fato evidencia os aspectos da permanência do conflito, através do domínio do poder, agora no cenário de gestão da Resex, além de expressar o movimento dialético e unificador do Estado, a fim de obter o consenso. Pois, como destaca

Gramsci (1992), uma vez que se mantem a estrutura de poder e domínio, o Estado tem e pede o consenso, mas também *educa* esse consenso, por meio da incorporação das associações políticas e sindicais. Essa trama é a base material da hegemonia política e cultural, de modo que faz parte da superestrutura complexa do Estado. Assim, a hegemonia dos agroextrativistas contribui para a ampliação do Estado por meio da produção e reprodução de relações sociais globais até que sua hegemonia se torne predominante.

Elaborado por meio de oficinas participativas, em maio de 2012, o Plano de Utilização da Resex Médio Purus, consolidou as regras de uso dos recursos naturais e de convivência entre os extrativistas<sup>53</sup>. O plano é composto por seis capítulos e regulamenta, dentre outras atividades: a admissão e desligamento de uma pessoa ou família da Reserva; a exclusividade de uso dos recursos naturais pelos moradores; regras para realização da pesca, extrativismo florestal e madeireiro e estabelece multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) como penalidade a quem desrespeitar as medidas acordadas no plano, sendo o ICMbio responsável por aplicá-las.

O plano de utilização é um importante instrumento de direcionamento para os agroextrativistas, porém o acordo estabelecido por meio desse é o principal motivo dos atuais conflitos internos na Resex, uma vez que proíbe ou impõe limites às atividades agroextrativistas. Pois, devido à falta de fiscalização eficiente, acesso a bens e serviços públicos e à ausência de circuitos de inclusão produtivas para favorecimento das famílias, as penalidades previstas no plano de utilização têm como principal alvo os próprios agroextrativistas. Esses, imersos na cultura de exploração e comércio dos recursos naturais, a partir das relações de poder estabelecidas na região, encontram grandes dificuldades de sobrevivência, causadas pela progressiva escassez de recursos naturais e pela dificuldade de estabelecimento de relações econômicas e sociais que fortaleçam seus modos de vida e trabalho sustentáveis.

### **2.3 Resex Médio Purus: a luta continua e os conflitos se renovam**

Durante as entrevistas com o presidente da ATAMP e o gestor do ICMbio, ambos corroboraram que, após a criação da Resex Médio Purus, e as seguintes eleições municipais ocorridas em 2012, nas quais *os inimigos da reserva* não foram reeleitos, novas possibilidades de diálogo surgiram entre os gestores da reserva e o poder municipal. Essa articulação é

---

<sup>53</sup> Oficializado segundo a Portaria nº 126, de 08 de novembro de 2012

importante dentro da estrutura econômica e dos determinantes políticos, administrativos e culturais das atuais redes de governança no Brasil.

Segundo o gestor do ICMbio, esse diálogo vem se constituindo aos poucos em um contexto menos conflituoso que o anterior. A expectativa da articulação com a esfera municipal é considerada uma estratégia para organização de um sistema produtivo e econômico favorável aos agroextrativistas e aos seus modos de produção.

Para o gestor da Resex, a sustentabilidade econômica do modo de produção agroextrativista fundamenta-se na seguinte perspectiva:

A gente pensa muito nessa questão da sustentabilidade quando se discute políticas de melhorias da produção, de preço da produção, a questão dos manejos. Quando a gente discute políticas de crédito é pensando nessa questão da sustentabilidade. A sustentabilidade é você trabalhar o equilíbrio, trabalhar o equilíbrio ecológico, mas também trabalhar o equilíbrio econômico da população que está ali. Trabalhar com a visão de não proteger só a floresta, tem que trabalhar a conservação das pessoas que estão ali dentro, porque afinal a biodiversidade é isso. É a fauna, a flora e as pessoas, as famílias. Se a gente pensar em proteger só os recursos e não proteger as famílias, a gente vai estar fazendo as pessoas ficarem mais miseráveis lá, e não é essa a intenção. A intenção é fazer com que aconteça a proteção da floresta, mas que as pessoas também possam ganhar dinheiro com a floresta [...] e isso é sustentabilidade, é utilizar o recurso que está sendo protegido para sustentar as famílias. (Entrevista Narrativa com José Maria Ferreira de Oliveira, 32 anos, gestor da Resex Médio Purus em julho/2014).

A narrativa do gestor do ICMbio demonstra a preocupação frente a um desafio importante para a reserva, pois a viabilidade de uma sustentabilidade econômica requer a ruptura da relação desigual, econômica e culturalmente dependente entre os atores sociais na região, uma vez que o histórico da construção das redes comerciais no território demonstra exatamente o contrário da perspectiva do atual gestor, ou seja, era pautada na exploração incondicional dos recursos naturais.

Para Leff (2010), a sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico. O autor propõe uma nova economia, baseada na reconfiguração das identidades, especialmente a partir dos movimentos sociais de indígenas e povos tradicionais, diante da globalização econômica e da racionalidade ambiental, que revaloriza a natureza e as relações culturais. Conforme Leff,

A desconstrução da racionalidade econômica deverá passar por um longo processo de construção e institucionalização dos princípios em que se fundamenta a vida sustentável no planeta. E isso necessariamente implica a legitimação de novos valores, de novos direitos e de novos critérios para a tomada de decisões coletivas e democráticas; de novas políticas públicas e arranjos institucionais; de um novo contrato social (LEFF, 2010, p. 32)

Na perspectiva do autor, a construção de uma nova economia, articulada entre a cultura e a natureza, estaria fundada em uma diversidade de mercados locais articulados, na qual as relações estariam baseadas nos princípios, valores e sentidos da racionalidade ambiental. Essa nova economia teria o potencial de desarticular a economia global uniforme, homogênea e sua hegemonia de mercado.

A construção do modelo proposto por Leff requer a revisão de relações históricas que se construíram no âmbito da constituição social dos mercados locais e sua articulação com a economia global que, ainda hoje, impõe processos de territorialização econômica. No caso da Resex Médio Purus, devido aos intensos conflitos com o poder local no processo de sua criação, a articulação do modo de produção agroextrativista com o mercado local encontram dificuldades, dada a necessidade de reconstrução dessas relações.

Apesar de existir na sede de Lábrea uma infraestrutura destinada à comercialização de produtos da área rural, o gestor do ICMbio afirmou, em entrevista narrativa, que o acesso dos agroextrativistas ao mercado municipal ainda é incipiente, uma vez que, somente após a mudança de gestão municipal, resultante das últimas eleições no ano de 2012, a ATAMP e o ICMbio viabilizarão um novo diálogo com a prefeitura do município, a fim de realizar convênios e parcerias, de modo a construir uma cadeia produtiva viável aos interesses da Resex.

O contexto apresentado indica que a reconstrução das relações está em curso. Observa-se nesse processo que a institucionalização do movimento social dos agroextrativistas, por meio da gestão da Resex, fortaleceu o poder e as possibilidades de negociação dos interesses. O mercado de Lábrea (figura 12) atualmente é utilizado por comerciantes que compram os produtos dos agroextrativistas, ou seja, atuam como mediadores entre produtores e consumidores. A reconstrução dessa cadeia produto requer a ampliação do diálogo para a participação de todos os envolvidos, a fim de possibilitar, como afirma Leff (2010), um novo contrato social entre esses atores.



Figura 15: Feira municipal José Francisco Pires da Silva, no centro comercial de Lábrea  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014, foto de Silvânia de Deus

Ainda sobre o contexto de institucionalização do movimento social dos agroextrativistas, é importante sinalizar que, segundo Mota (2012), a incorporação institucional dos movimentos sociais atende aos ditames formais da democracia sem, no entanto, efetivá-los. Nesse sentido, forma a estratégia de despolitização do movimento, incorporando-o à hegemonia dominante do capital, a fim de lograr o êxito e garantir uma direção política, moral e cultural para o conjunto da sociedade. Assim, a incorporação institucional ou a ampliação dos espaços de participação democrática tendem ao atendimento parcial das reivindicações e lutas sociais da sociedade civil numa nítida estratégia de conservação e modernização da ordem capitalista.

Nesse contexto, a identificação dos conflitos presentes torna-se importante estratégia para melhor compreensão dos interesses em disputa e construção de possibilidades efetivas de democracia nos espaços de tomada de decisões, uma vez que os conflitos são formas de interação social que representam um *continuum* de aproximação e separação, consenso e conflito, num permanente vir-a-ser, que promovem a interação e a própria coesão social por meio de elementos de destruição e de conservação (SIMMEL, 1983)

Desse modo, utilizando a metodologia proposta por Nascimento (2001) e Little (2005), o quadro 7 objetiva identificar, a partir das narrativas apresentadas, os elementos que caracterizaram os conflitos socioambientais no processo de criação da Resex Médio Purus, a fim de possibilitar uma visão de sua totalidade, a partir do reconhecimento das interconexões entre as dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, que evidenciam os projetos de desenvolvimento em curso:

Elemento do Conflito	Antes da criação da Reserva Médio Purus Até 2008	Após a criação da Reserva Média Purus Após 2008
Atores e interesses	<p><b>Favoráveis à criação da Resex:</b> Associações dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus- ATAMP e movimentos sociais; organizações não governamentais (CPT, CNS, WWF, GTA e outros); organizações governamentais (IDAM, ICMBio, IBAMA, MMA); entidades religiosas (Assembleia de Deus, Pastoral da Terra). Neste momento verifica-se a coesão dos atores internos, ou seja, os agroextrativistas que se identificam pela cultura e modo de vida, resgatando a identidade de seringueiro para justificar a criação da Resex.</p> <p><b>Não favoráveis à criação da Resex:</b> Grileiros, Governo do Estado do Amazonas<sup>54</sup>; poder político e econômico local (políticos, empresários, fazendeiros, agropecuaristas e comerciantes)</p>	<p><b>Atores internos à Resex:</b> Agroextrativistas moradores da resex, ATAMP; gestor institucional da Resex (ICMBio), associações e cooperativas de produtores, cujo interesse é viabilizar o acesso a bens e serviços públicos, bem como, subsidiar as atividades e construir uma cadeia produtiva e de comércio a partir do plano de utilização dos recursos naturais da Resex.</p> <p><b>Atores externos:</b> agroextrativistas moradores do entorno da Resex, cujo interesse primordial é ter acesso às mesmas políticas de fomento e apoio sociopolítico disponibilizadas aos moradores da Resex, especialmente, o Programa Bolsa Verde, assim como o acesso aos recursos naturais para atividade de pesca e extrativismo.</p> <p>Fazendeiros e agropecuaristas que objetivam a exploração dos recursos naturais, bem como, a implementação de incentivos para agroindústria e pecuária, o que requer o desmatamento para criação de pastos e monoculturas.</p> <p>Entidades governamentais da esfera municipal, estadual e federal cujos interesses se fundamentam na perspectiva do desenvolvimento econômico;</p>
Objeto de disputa	Posse territorial, uso e controle dos recursos naturais, especialmente a madeira e recursos pesqueiros. Os objetos disputados se constituem portanto, como bens materiais e imateriais (simbólicos) – de posse, uma vez que os que se denominavam donos das terras não tinham a posse legal, mas exerciam o poder de comando sob o território.	Recursos naturais da Resex, especialmente a madeira e recursos pesqueiros (pirarucu, tracajás e tartaruga) e livre acesso à propriedade territorial da reserva.

<sup>54</sup> No primeiro momento, quando requereu junto ao governo federal a posse da área destinada à reserva com o objetivo de criar unidades de conservação estadual, posteriormente mostrou-se favorável à criação da Resex.

<b>Natureza</b>	<p>Nesse momento, o conflito se configurou como territorial com dimensões diversas, mas principalmente econômica, política, social, geracional, ideológica, cultural, internacional, nacional e local diante dos diferentes interesses e atores envolvidos no conflito.</p>	<p>Atualmente, a natureza do conflito é socioambiental, evidenciam-se os aspectos econômicos, fundamentados no dilema entre os agroextrativistas em relação ao uso dos recursos para comercialização, além da subsistência e as incipientes ações de inclusão produtiva;</p> <p>Os aspectos sociais se referem à oferta de serviços públicos que atendem as particularidades dos ecossistemas e as necessidades de exercício de cidadania dos agroextrativistas, como o acesso à saúde, previdência e assistência social;</p> <p>Os aspectos ambientais se referem à continuidade da ação predatória por pessoas privadas, empresários, políticos e grileiros devido à ausência de fiscalização dos órgãos competentes; às relações de vigilância estabelecida dos moradores da reserva e à reprodução das relações de poder entre os agentes internos e externos.</p>
<b>Dinâmica</b>	<p>Nesse momento, a dinâmica do conflito foi o embate político e ideológico entre as perspectivas de desenvolvimento e conservação da natureza. Os atores favoráveis à Resex defendiam sua criação para garantir sua sobrevivência e manutenção dos recursos naturais e os inimigos da Resex defendiam o desenvolvimento econômico da região, fundamentado na não restrição ou controle do acesso a tais recursos.</p>	<p>A dinâmica e socialização dos conflitos atuais se realizam pelo acesso ainda irrestrito de atores externos (pessoas que não moram na Resex) para retirada indevida de recursos naturais devido à falta de fiscalização adequada pelos setores competentes, o que provoca o avanço do desmatamento dentro da reserva e o desequilíbrio dos recursos naturais. Além de gerar dissenso entre os agroextrativistas em dois principais aspectos:</p> <p>Os moradores da Resex tomam os líderes comunitários e gestores como responsáveis pela proteção e viabilização de acesso a serviços públicos de cidadania, redirecionando a pressão social antes voltada às esferas do Estado;</p>

Quadro 7 - Análise dos conflitos socioambientais na Resex Médio Purus

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015

Elaboração: Silvânia de Deus

Soares e Irving (2006) afirmam que a identificação e a interpretação dos conflitos é uma metodologia importante para gestão de áreas protegidas e na proposição de políticas públicas para essas áreas. O quadro 7 mostra que, no contexto da criação da Resex Médio Purus e após sua legalização, os conflitos manifestam ambiguidades e convergências num campo de disputa objetiva e simbólica. A regularização da terra e o controle pelo acesso aos recursos naturais continuam sendo as principais motivações dos conflitos socioambientais, que põem em choque projetos de racionalidades ambientais distintas, mas forçadas ao diálogo, mantendo sua unidade conflituosa.

Os interesses divergentes se apresentam nos conflitos e dizem respeito ao direcionamento econômico dado aos recursos naturais de maior potencial econômico da reserva, a madeira e o pescado. Esse cenário de conflitos é composto por atores de grupos privados que pretendem a exploração econômica com a privatização dos lucros, por meio de investimentos em tecnologias de manufatura. Já os agroextrativistas requerem a construção de estratégia econômica que possibilite maior remuneração e viabilidade de socialização de ganhos, por meio de associações e cooperativas. Contudo, há dificuldades em articular esses interesses à necessidade de conservação dos recursos naturais, principalmente frente às demandas comerciais da região, que se centralizam no comércio exploratório da madeira e do peixe na sede do município de Lábrea.

As soluções dos conflitos atuais, no contexto interno da Resex, são a construção e implementação participativa de um Plano de Manejo, que contemple a diversidade dos recursos e dos ecossistemas que se diferenciam (terra firme e várzea), mesmo dentro de uma mesma reserva e a viabilidade do acesso às políticas públicas que possam garantir os serviços de cidadania, não só as que se referem à transferência de renda, mas também, as de saúde e educação. As dimensões simbólicas desses conflitos têm transferido às organizações representativas, como a ATAMP, as reivindicações pelas políticas públicas, tirando de foco o Estado como provedor dos serviços sociais.

As análises feitas até aqui, permitem apontar indícios de que a luta social dos agroextrativistas tem possibilitado, por meio da evidência de conflitos socioambientais complexos, a territorialização e desterritorialização das comunidades pertencentes à Reserva Extrativista Médio Purus. Nessa dinâmica, as identidades existentes foram construídas e reconstruídas, permitindo o desenvolvimento de novas realidades e diligências, com ganhos, mesmo que parciais, para os trabalhadores agroextrativistas. Entretanto, apesar das conquistas já alcançadas, a pouca eficiência do Estado na garantia dos serviços de cidadania e de

fiscalização ambiental no âmbito da Resex dificulta a efetivação dessas transformações em melhorias na qualidade de vida das famílias agroextrativistas.

Por fim, a metodologia de identificação de conflitos apresenta-se como uma ferramenta que, incorporada às análises para a formulação do Plano de Manejo, bem como, para as políticas públicas voltadas à Resex, poderá possibilitar ações mais adequadas às realidades apresentadas, nas quais os conflitos são evidenciados e neles suas possibilidades de resolução ou equilíbrio, colocando em via de construção uma racionalidade ambiental e, quiçá, uma economia pautada nessa racionalidade. Desse modo, seria possível efetivar, a partir das identidades construídas na relação cultural com a natureza, a sustentabilidade sinalizada por Leff (2010).

No próximo capítulo, por meio da identificação e análise da realidade da comunidade Cassianã e do seu sistema produtivo agroextrativista, verificar-se-ão as percepções dos agroextrativistas acerca de seu território, após a criação da reserva, as quais evidenciam as particularidades dos conflitos internos da Resex Médio Purus, no ecossistema de várzea. Essa caracterização é importante para alcançar os objetivos propostos neste estudo, a fim de analisar as implicações das políticas socioambientais da atualidade na vida das pessoas que mantêm uma íntima relação com a natureza no contexto amazônico.

## **CAPÍTULO 3: A COMUNIDADE CASSIANÃ: UMA DAS REALIDADES VIVIDAS NA RESEX MÉDIO PURUS**

Aqui a gente vê tudo, vê o céu, vê as estrelas, vê a floresta [...] ah aqui é muito bom! Aqui tem de tudo do que a gente quer.

(Ana Maria P. de Lima, agroextrativista, durante entrevista narrativa em junho de 2015)

Este capítulo objetiva identificar as principais características do sistema de produção agroextrativista e o modo de vida caboclo ribeirinho das famílias, sua relação cotidiana com o rio, a terra e a floresta para o sustento da vida e a conservação dos recursos naturais da Resex Médio Purus, na comunidade Cassianã.

A comunidade originou-se do desmonte do Seringal São Luiz do Cassianã e da adesão dos antigos seringueiros à agricultura familiar e à pesca como principais fontes de sustento e sociabilização no ecossistema da várzea amazônica. Com a criação da Resex Médio Purus, a comunidade sofreu algumas modificações e pôde, de certa forma, tornar visíveis suas reivindicações pelo acesso a serviços e políticas públicas de educação, saúde, assistência e, especialmente, de fomento e valorização de suas atividades de trabalho para melhoria de renda, ou seja, de inclusão produtiva.

Os dados apresentados neste capítulo foram obtidos por meio de entrevistas narrativas e semiestruturadas, realizadas com 17 famílias, das 35 que residem na comunidade Cassianã. Os resultados expressos indicam as particularidades estruturais, materiais e simbólicas das relações entre os membros da comunidade e desses com a natureza, bem como, as dificuldades de sobrevivência que as famílias enfrentam no seu dia a dia e suas expectativas por dias melhores.

### **3.1 A transformação do Seringal São Luiz em comunidade Cassianã**

Há mais de cem anos, as comunidades ribeirinhas vêm se adaptando aos ecossistemas de várzea e terra firme que compõem as margens do rio Purus (CUNHA, 2011). Nesses ecossistemas uma infinidade de elementos da fauna e da flora são indispensáveis para o modo de vida dessas populações, que também são diversas, compostas principalmente por antigos seringueiros, seus descendentes e indígenas que, por meio de lutas políticas,

distinguem suas identidades. Porém, mantêm uma relação de troca de conhecimentos e saberes culturais que fortalece seus modos de vida, cuja principal característica é a vida em comunidade.

A comunidade é uma construção social em constante processo de reelaboração e recriação, por diferentes motivos, como: necessidade de mudanças para acessar bens e serviços ou sair do isolamento e estabelecer novas relações de identidade (SCHWEICKARDT 2012). São formadas a partir de laços de parentesco e afinidade, em busca de reconstruir as relações de sociabilização, meios de sobrevivência, proteção e acesso a serviços como escola, saúde, assistência social e demais políticas públicas.

Ao analisar a constituição de comunidades às margens do rio Juruá, após o declínio da borracha, Schweickardt (2012) descreve que, a partir dos anos de 1980:

[...] muitas comunidades se formaram para ter acesso a determinados bens e serviços sociais importantes, que de modo isolado, as famílias não teriam como alcançar. Com a queda da exploração da borracha e o abandono dos seringais por muitos patrões, [...] muitas famílias foram se mudando para localidades mais próximas aos rios principais para que os filhos pudessem ter acesso à escola. Mas, quando a economia da borracha declinou, não só por questões materiais formaram-se as comunidades, mas também para tentar superar a sensação de abandono por parte dos patrões e do poder público (SCHWEICKARDT, 2012, p. 47)

Esse contexto identifica o momento de constituição da Comunidade Cassianã. Localizada na margem direita do rio Purus, 13km de distância da sede do município de Lábrea ou a distância de “quatro praias”, como costumam dizer seus moradores, o que equivale a uma viagem de aproximadamente 2 a 3 horas num motor rabeta regional, no período da seca e, no período da cheia, cerca de 40min a 1h devido à possibilidade de realizar o trecho pelo furo do rio Catitu<sup>55</sup>, a comunidade Cassianã possui a via fluvial como única via de acesso.

Cassianã é uma comunidade em ecossistema de várzea, onde residem 35 famílias, cerca de 200 pessoas, incluindo crianças. O tempo de moradia das famílias no local varia entre 10 a 40 anos e, todas as famílias são oriundas de antigos seringais ao longo do intercurso do rio Purus entre os municípios de Lábrea e Pauini, no Amazonas, dentre eles: Meteripuíá, Quatipari, São Benedito, Seriã, Bom Futuro, Bom Jesus, Cachoeira do Hilário, Laranjeiras, São Luiz, Porto Alegre e Catipará.

---

<sup>55</sup> Rio de águas pretas que encontra-se com o rio Purus, enfrente à cidade de Lábrea, promovendo o encontro entre as águas pretas e brancas, assim como no encontro das águas do rio Solimões e Rio Negro, em Manaus.



Figura 16 - Imagem de satélite da comunidade Cassianã em relação à sede do município de Lábrea  
 Fonte: IMAZON, Pesquisa de campo 2014-2015 e dados do ICMbio  
 Elaboração: Silvânia de Deus, 2015.



Figura 17 - Comunitários reunidos no casarão  
 Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A fundação histórica da comunidade Cassianã remonta ao contexto do declínio da economia da borracha e à reconfiguração dos seringais abandonados pelos patrões, quando as famílias dos seringueiros aproximaram suas moradias das margens dos rios ou dos centros urbanos por questões de sobrevivência. Os Senhores Abel Veiga e João Araújo, ambos

moradores mais antigos da comunidade (40 anos de moradia), narram o contexto de sua formação:

Aqui era um seringal, pertencia à Casa Gomes, depois ficou para os herdeiros. Quando eu cheguei aqui, em 1975, quem dominava e trabalhava aqui arrendado era o Mundico Santana, ele começou a trabalhar aqui em 1971, ainda com a seringa, quando eu cheguei já tinha 3 anos que ele era o gerente. Eu morava no Seringal Meteripuá e ouvia aquelas rádios antigas que davam recados como a Rio Mar e, ouvia os avisos que diziam para o Seringal São Luiz do Cassianã que era o nome aqui deste lugar, e eu ficava pensando: onde será que fica esse lugar? Até que um dia eu vim parar aqui no Cassianã. [...] Quando eu cheguei tinham só três casas bem dispersas, era a do Luiz Berto, já morreu; do Tônico e outro que se chamava Zé Marcos que mora em Lábrea agora. A comunidade mesmo foi formada em 1979, quando começou o grupo de aula que funcionou até 1992, quando veio outros professores desses já formados. (Sr. Abel Veiga de Souza, 82 anos, agroextrativista, jun/2014)

Aqui era um seringal, aí depois que a borracha caiu veio um cara aqui e disse: isso aqui tem que ser uma comunidade, porque tem muita gente e vocês precisam se organizar para poder ter uma escola aqui. A escola iniciou aqui em 1979 e era nas casas das famílias mesmo, nós tínhamos duas professoras aqui e elas davam as aulas nas casas delas. (Sr. João Araújo de Souza, 45 anos, agroextrativista e presidente da comunidade, jan/2014)

Os depoimentos indicam que a necessidade das famílias de acesso à escola para os filhos mobilizou a formação do “grupo de aula”, que deu origem à escola, posteriormente. Nas comunidades amazônicas o grupo de aula, geralmente, é uma atividade exercida por mulheres ou homens com certo nível de estudos que assumem o compromisso de ensinar as crianças, devido à ausência de escolas. O reconhecimento do grupo de aula, pelo poder público local, instituiu a educação formal na comunidade, com aulas dadas por “professores formados”, como reforçam os relatos dos antigos moradores e, ao mesmo tempo, reconhece política e geograficamente a comunidade, que é incorporada à administração da Prefeitura local.

O abandono do sistema produtivo da borracha marca o início de novos processos de territorialidades, desenvolvidos pelas famílias que viviam nos seringais a partir das décadas de 60 e 70. A chegada e permanência das famílias na comunidade Cassianã foi legitimada especialmente pelo trabalho com a terra e/ou pelo casamento, fazendo com que a comunidade se formasse a partir de diferentes famílias, conforme expressa o Sr. Abel Veiga:

Rapaz tem muitos deles aqui que moravam no Seringal Santa Fé, eram freguês do Quatipari e outros eu não sei nem dizer, porque esse pessoal que não é da nossa família vieram tudo daqui de dentro [do interior de Lábrea e Pauini], vieram viajando para cá e foram parando no meio da viagem até aqui e ficaram trabalhando

aqui no plantio. (Sr. Abel Veiga de Souza, 82 anos, agroextrativista, em entrevista realizada em julho de 2014)

Atualmente, a geração mais jovem, com até 30 anos de idade, é maioria na comunidade e os mais velhos possuem até 82 anos. As famílias autodeclararam-se de descendência cabocla, tendo em vista a miscigenação de seus descendentes nordestinos e indígenas, de quem herdaram também o conhecimento do trabalho com a pesca, o cultivo da mandioca, a agricultura de subsistência e o manuseio de recursos florestais. Hall (2006) considera que, no contexto das mudanças e do processo de globalização, a identidade é construída por meio da diferença, pois toda identidade se estabelece em relação a um *exterior constitutivo* que cria hierarquização. Desse modo, o processo de construção de identidades sofre contínuas transformações diante das mudanças da sociedade moderna, o que implica certo hibridismo na formação das identidades.

Nesse sentido, Adams *et all* (2006) afirmam que a identidade cabocla foi formada a partir de processos definidos, mais pelas externalidades referentes às transformações econômicas globais, do que pelas continuidades culturais locais, pois foi no contexto de dominação e violência em que a identidade cabocla foi forjada. Apresenta-se como uma identidade de oposição, refere-se àquele que não conseguiu integrar-se, por isso está à margem da modernidade.

Já nos discursos atuais acerca da proteção e em defesa da biodiversidade amazônica, o caboclo é visto como aquele originário do lugar, que detém os saberes nativos sobre a região, corresponde a um modo de vida pautado na relação social adaptada à natureza. Segundo Rodrigues (2006), no contexto rural amazônico, o termo caboclo é muito utilizado para classificar pessoas ou famílias de ascendência indígena que viviam nos seringais. Bourdieu (2014) sinaliza que a distinção de classificações, diz respeito à luta por identidade que representa a luta pelo monopólio do poder de ver e fazer crer, do simbólico sob determinada visão de mundo, que será a unidade do grupo e a raiz de sua realidade.

Portanto, a identidade cabocla, para os agroextrativistas do Cassianã, além de remeter ao contexto histórico de ocupação da região do Purus, que permitiu o encontro entre nordestinos e indígenas no período da borracha, tem relação também com o sistema objetivo e subjetivo de sua relação com a natureza e sua história cultural, que se configura como oposição a outros grupos sociais.

Conforme Hall (2006), as identidades no mundo contemporâneo podem ser caracterizadas como uma construção permanente, com aspectos múltiplos e flexíveis, ou seja,

podem ser diversas, apropriadas e descartadas em um processo incessante de construção, criação e inovação. Esse processo se desenvolve dentro e fora de fronteira étnicas, ultrapassando limites políticos, sociais e culturais (RODRIGUES, 2006), a partir de interesses e determinações históricas, assim como nos processos de desenvolvimento de territorialidades, como vimos no capítulo 2, uma vez estabelecida a relação entre identidade e território.

Nesse sentido, além de considerar-se caboclo, a identidade de seringueiro apropriada pelos agroextrativistas da comunidade Cassianã, está conectada ao local de origem das famílias e à memória social e coletiva alimentada pelos mais velhos (BOSI, 1994), que exerceram o trabalho com a extração da seringa, uma vez que a inviabilidade econômica e do mercado provocou o abandono da atividade. O resgate da identidade de seringueiro é recente, remete à luta e às mobilizações pela criação da Resex como forma de legitimação dos direitos territoriais.

A identidade agroextrativista apresenta-se como uma identidade em construção, especialmente no campo da representatividade política, resultante do processo de institucionalização das demandas sociais em torno dessa construção social. Sua gênese é formulada a partir da decadência da borracha e da organização política dos antigos seringueiros, a partir da memória dos mais velhos que constitui a memória coletiva dos caboclos (HALBWACHS, 2006; BOSI, 1994). Desse modo, a identidade agroextrativista é integrada ao tempo social de vida e trabalho dos caboclos, configurando novas territorialidades nas várzeas amazônicas. Essa identidade expressa a consciência coletiva a partir da pluriatividade exercida com a terra, a água e a floresta, num modo de vida intimamente condicionado à natureza, onde se vive do que se produz.

Nesse contexto, a família exerce função central de produção e reprodução social e cultural dos membros da comunidade. É a família (incluindo todos os seus membros) que constitui a força de trabalho para o sustento, a proteção e o amparo na velhice. A família é numerosa, composta geralmente por 4 a 10 pessoas, considerando pai, mãe e filhos, em cada domicílio. O vínculo de parentesco define a proximidade da moradia entre as unidades familiares ao longo da extensão da comunidade que possui formato de ferradura (figura 18):



Figura 18 - Imagem de satélite da comunidade Cassianã, a partir dos pontos de GPS, os pontos se referem aos domicílios visitados durante a pesquisa de campo.

Fonte: IMAZON, Pesquisa de campo 2014-2015 e dados do ICMbio

Elaboração: Silvânia de Deus, 2015.

É costume entre as famílias, construir uma casa, adjacente, para o filho(a) que se casa, mantendo a unidade familiar no processo de trabalho agroextrativista para sustento da família como um todo. Observou-se que essa prática é mais comum quando casam-se os filhos homens, uma vez que as mulheres, ao casar, em grande parte, são absorvidas à unidade familiar do marido. Ao marido, na função de chefe da família, cabe a administração dos bens e as decisões acerca do trabalho<sup>56</sup> e da vida da família.

A relação de gênero estabelecida na comunidade caracteriza a permanência do modelo de família nuclear, chefiada pelo homem, em que esse é o principal responsável pela família, tendo sobre ela poder de comando. Essa relação se estendeu também até a pesquisadora nos momentos de aproximação da comunidade e a insistência das lideranças (homens) em questioná-la sobre a presença da figura masculina para acompanhamento da pesquisa, com a seguinte recomendação para as próximas visitas: “quando tu voltar traz o teu marido”. De modo geral, toda a família participa dos trabalhos agroextrativistas, que inclui o plantio diversificado, a roça de mandioca, a pesca e o extrativismo vegetal, tendo certa divisão social do trabalho entre homens e mulheres na unidade de produção.

---

<sup>56</sup> A decisão sobre o trabalho familiar consiste em decidir o que vai ou não ser plantado no verão, podendo a familiar plantar apenas o roçado para o consumo familiar da farinha ou feijão, melancia e milho para comercialização.

Às mulheres cabem, além dos serviços domésticos, os cuidados com as crianças e o preparo da alimentação, o trabalho na roça e, de forma esporádica, na pesca e no extrativismo, como auxiliar do marido. Os trabalhos com os canteiros de hortaliças e a criação dos pequenos animais também fazem parte do universo feminino. Aos homens cabem o lugar de chefe da família e organizador da unidade de produção familiar, é exclusividade deles o extrativismo da madeira e a construção de canoas e casas. As crianças acompanham as atividades dos pais, conforme o gênero, em horários alternativos à escola. Na experiência cotidiana, vão adquirindo o conhecimento das formas e dos processos de trabalho, repassado pelos pais e avós. Das observações anotadas no caderno de campo, de modo geral, podemos assim representar a rotina diária das famílias na comunidade Cassianã:

Horários	Homens	Mulheres	Adolescentes e crianças
Manhã 04h00 às 12h00	Na seca: Acordam pescam, retornam para o café da manhã e seguem com as mulheres e os filhos para a roça.  Na cheia: acordam e vão pescar.	Sem filhos pequenos: acordam, preparam café e acompanham os maridos na roça até às 09h00, aproximadamente, quando retornam para preparar o almoço.  Com filhos pequenos: acordam e ficam em casa cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos.	Acordam, tomam café e vão para a escola ou ficam em casa acompanhando as atividades dos pais.
Tarde 13:h00 às 15h00	Após o almoço, que ocorre até no máximo às 12:00h, toda a comunidade se recolhe, devido ao sol intenso, e reservam o intervalo de 1 a 2 horas de descanso.		Os que estudam no período da tarde entram às 13h00 na escola, localizada no centro da comunidade.
Tarde 15h00 às 18h00	Na seca: voltam para o trabalho na roça ou se dedicam ao extrativismo de madeira e confecção de canoas, casas e marombas <sup>57</sup> , especialmente porque, estando perto das árvores, se protegem do intenso sol.  Em época de farinhada ou colheita de feijão dedicam-se o dia inteiro a essas atividades com toda a família.  Na cheia: dedicam-se à pesca e aos cuidados da casa na	Acompanha as atividades do marido, com atividades auxiliares como levar água para beber e ferramentas; acompanha as tarefas dos filhos ou os manda para a escola e prepara o jantar.  Na cheia costuma pescar peixes de pequeno porte	Os que estudam vão para a escola e os demais brincam e acompanham as atividades dos pais, especialmente nas atividades da farinhada e da colheita do feijão com trabalhos considerados mais leves.

<sup>57</sup> As marombas são construções internas no domicílio em madeiras destinadas à suspensão de todos os pertences familiar no período na cheia quando as águas invadem as casas.

	confeção de marombas.		
Noite 18:30 às 22:30h	Os matriculados no ensino médio ou fundamental vão para a escola e, os que não estudam, reúnem-se para assistir programas e novelas de televisão.	Após servir a janta para o marido e os filhos, as que estudam (hoje a maioria na comunidade, com exceção das que possuem filhos muito pequenos e as mais idosas) vão para a escola. As aulas terminam às 22h00 e o presidente da comunidade aguarda até às 22h30 para que todos possam chegar em casa, nesse horário o motor de energia elétrica é desligado e todos se recolhem	Nos casos em que a mãe ou pai estudam, ficam com os avós ou só com um dos genitores e participam das reuniões familiares, seja para assistir televisão ou nas rodas de conservas.

Quadro 8 - Rotina diária da comunidade e divisão sexual do trabalho

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2014-2015

Elaboração: Silvânia de Deus

Ao analisar o sentido da vida em comunidade no contexto amazônico e a dinâmica social aí estabelecida, a partir do declínio da borracha, verifica-se que para muitos povos tradicionais, como os caboclos, ribeirinhos e antigos seringueiros, a comunidade tem significado de lugar de aconchego, identidade e pertencimento, conforme descrito por Bauman (2003). A comunidade é legitimada como lugar, a partir da constituição de territorialidades referentes à relação construída objetiva e subjetivamente entre o sujeito e seu ambiente ao longo do tempo, que expressa conhecimentos, experiências e vivências cotidianas, como se pode também identificar nas narrativas:

Aqui [Cassianã] é um canto que a gente chegou, faz muito tempo, é um lugar que a gente já conhece e tem toda a experiência de como é o movimento daqui. Eu que só saio daqui quando eu morrer e, mesmo assim, eu falo sempre para o pessoal que se eu morrer é para me enterrar aqui. Porque eu não quero ir para outro canto, porque meu canto é aqui. A gente comprou uma casa na cidade [de Lábrea], mas ninguém queria ir para lá e a gente acabou vendendo, porque na comunidade a gente já conhece todo mundo, já sabe o movimento, quando amanhece o dia já sabe o que tem que fazer e tem muita gente aqui que é da minha família. (Sr. João Araújo de Souza, 47 anos, agroextrativista).

Para mim é um prazer morar aqui, eu prefiro morar aqui do que na cidade, eu tenho casa na cidade, mas prefiro morar aqui. (Sr. Abel Veiga, 82 anos, agroextrativista)

Ao expressar a comunidade como um lugar de preferência para viver, em detrimento da cidade, verifica-se também a topofilia<sup>58</sup> desenvolvida pelos moradores na comunidade. Para Tuan (2001), o lugar pode ser entendido como centros aos quais atribuímos valor e são satisfeitas as necessidades biológicas e sociais de reprodução. O espaço, segundo Tuan (2001), transforma-se em lugar, a partir da experiência vivenciada (seja ela sensorial, tátil, visual ou conceitual), do conhecimento adquirido por meio dessa vivência cotidiana e do valor atribuído a ele, ou seja, a partir de sua definição e significação.

A topofilia inclui todos os laços e significados afetivos dos seres humanos com o seu ambiente. Nesse sentido, podemos observar que a formação da comunidade Cassianã fundamenta-se, além do atendimento às necessidades de sobrevivência, na reconstrução de identidades sociais com elementos diversos e complexos, de ruptura e continuidade, que incluem readaptação e flexibilidade das formas de trabalho, da relação com o meio ambiente e das relações sociais entre os sujeitos (HALL, 2006)

Segundo Bauman (2003), as relações sociais em uma comunidade se estabelecem a partir da solidariedade e afinidade de grupo com identidade particular, o qual oferece, de forma dinâmica, complexa e contraditória, segurança e liberdade a seus membros, constituindo-se uma unidade de diferenças. Desse modo, os sentidos da vida em comunidade são construídos a partir da experiência de interações social e das experiências individuais que caracterizam as sensações e os valores dados ao lugar, alguns desses elementos são visíveis nas seguintes narrativas:

Sinceramente, tem vez que eu vou para lá [cidade de Manaus] e quando já tá com um mês ou 15 dias eu choro para vir para casa. É muito ruim! Quando eu lembro da situação daqui que é tão bom. Aqui, seis horas a gente vê tudo: vê o céu, vê as estrelas, vê a floresta, vê o rio e lá [Manaus] a gente não vê nada. Aí dá uma tristeza de noite e aqui não. Ah aqui é muito bom! Morar na cidade eu não tenho um pingão de vontade. (Ana Maria P. Lima, 37 anos, agroextrativista).

O meu pessoal mora todo em Lábrea, mas eu não gosto de morar lá. Eu gosto de morar no interior, porque no interior a gente planta tudo. Lá em Lábrea tem tudo e até mais, mas se não tiver dinheiro você não tem acesso. Nem eu nem meu marido somos aposentados, então como é que a gente vai viver se formos para Lábrea? Eu sei que a gente não morre, mas aqui é melhor. Eu acho cheiroso o interior. (Marlene Nascimento, 50 anos, agroextrativista)

---

<sup>58</sup>Tuan (1980) define o termo topofilia como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou meio ambiente. É um conceito difuso, mas concreto como experiência pessoal, não aborda apenas a percepção, mas também as atitudes e os valores envolvidos nas relações com o meio ambiente.

A experiência afetiva e a construção da identidade de caboclo e agroextrativista dos moradores da comunidade Cassianã são desenvolvidas de forma a caracterizar seu modo específico de relação com a natureza e a sociedade abrangente. Ao deixar a seringa, é reconstruída uma nova identidade, a do caboclo, como os entrevistados se identificaram. Frente à necessidade de organização para representação na arena política configurou-se a identidade de trabalhadores agroextrativistas que remete ao desmonte das relações sociais e de trabalho no seringal e constitui a demanda pela criação da Resex Médio Purus.

Acerca do nome da comunidade, as famílias afirmaram não saber a origem ou significado do nome Cassianã, pois quando ali chegaram, o lugar era denominado Seringal São Luiz do Cassianã. O gestor da Resex Médio Purus, quando inquerido sobre o significado ou origem do nome da comunidade Cassianã afirmou: “não sabemos, porque a maioria dos nomes dessas comunidades foram dados pelos coronéis de barranco na época do extrativismo da borracha”.

Segundo Fraxe (2011), é comum as comunidades amazônicas receberem o nome de santos padroeiros, geralmente de devoção de seus fundadores ou nomes associados às referências geográficas relacionadas ao rio, paraná ou lago onde estão localizadas. O nome Seringal São Luiz do Cassianã, remete ao processo histórico de fundação da cidade de Lábrea, pois faz referência a São Luiz (MA), cidade de origem de seu fundador, responsável por trazer grande parte dos maranhenses para ocupação da região, durante a economia da borracha. Verifica-se que, devido ao abandono do antigo seringal, convencionou-se denominar o lugar apenas de Cassianã.

Como as famílias não souberam indicar o significado ou origem do nome de sua comunidade buscou-se então, inferi-lo por meio de pesquisa<sup>59</sup> hermenêutica da palavra. Desse modo, conforme o dicionário de nomes próprios Cassiana remete à derivação do nome Cásio, de origem hebraica *qetziáh*, nome dado a uma madeira perfumada com o seguinte significado: “natural do perfume”, dando ao nome Cassiana o sentido de “perfume natural da madeira”. Esse sentido resgata uma toponímia em relação à região do Purus, onde, ao longo de seu processo histórico de ocupação, se evidencia a exploração intensiva da madeira de alta qualidade e, por si mesma, muito perfumada.

---

<sup>59</sup> Para pesquisar o significado do nome Cassianã, além de indagar os moradores e gestores da comunidade durante as entrevistas, entramos em contato com representantes indígenas da etnia Apurinã residentes em Lábrea, acreditando que a palavra poderia ter origem indígena, como não obtivemos êxito, passamos às pesquisas em sítios virtuais em busca da origem do nome. Acredita-se ainda que o nome Cassianã tenha sofrido alterações em sua pronúncia, devido ao dialeto local.

### 3.1.1 A comunidade virou Reserva Extrativista

O incentivo à participação das famílias da comunidade Cassianã na luta pela criação da Resex Médio Purus iniciou por meio de sua vinculação à ATAMP, que mobilizou todas as comunidades rurais do intercurso do rio Purus em prol da criação da reserva. Esse trabalho, como sinalizado no capítulo anterior, teve o apoio de organizações como a CPT, movimentos religiosos e de técnicos de instituições governamentais.

A liderança da comunidade Cassianã foi definida a partir desse processo de organização política, quando foi necessária a representação da comunidade nas reuniões da ATAMP. Como demonstra a narrativa do presidente da comunidade:

Antes, aqui não tinha presidente, as pessoas chegavam aqui e perguntavam quem era a liderança e todo mundo ficava naquela: eu não sou! Eu também não! Aí teve a necessidade e escolheram 4 pessoas daqui para ir numa reunião lá em cima, na Limeira e, dessas 4 ia sair 1 para ser o presidente da comunidade. O Zé Maria [presidente da ATAMP na época] andava muito por aqui e eu estava sempre falando com ele para entender melhor as coisas. Um dia ele veio aqui para gente escolher quem ia ser o presidente da comunidade e aí tinha o nome de 3 pessoas, mas o Zé Maria disse assim: olha vou dizer uma coisa pra vocês, o João não pode ficar de fora dessa disputa, porque ele é o único que fica perguntando as coisas e os outros não procuram saber de nada. Foi quando me incluíram também e eu não queria, mas eu ganhei na votação da comunidade. Depois queriam eu também para conselheiro aí eu não aceitei, porque seria muita coisa para uma pessoa só ficar resolvendo, então a gente falou que tinha que ser o Roberto, porque ele também é bom para essas coisas. Aí o pessoal começou a conversar com ele e ele foi escolhido para conselheiro. (João Araújo, 47 anos, agroextrativista, em entrevista realizada em julho, 2014)

O Sr. João Araújo, como presidente da comunidade Cassianã, atuou ativamente no processo de luta para criação da Resex Médio Purus. Em 2007, acompanhou a comissão organizada pela CPT até Brasília (DF) para reivindicar a criação da reserva. Essa movimentação política instituiu novas relações e papéis na comunidade. As reuniões comunitárias representaram uma forte estratégia de mobilização política, convencimento, troca de informações e construção de objetivos comuns, os quais reconstruíram também a identidade política e cultural das famílias, criando novas territorialidades e, transformando as existentes. Todas as famílias da comunidade Cassianã são associadas à ATAMP e concebem a associação como importante, especialmente por ser composta por pessoas que moram na reserva, para garantir seus direitos. Na concepção do conselheiro da Resex que reside na comunidade Cassianã,

A ATAMP luta pela melhoria do povo que mora no meio dessas matas e graças a Deus por isso, porque tem alguém para ficar trazendo e levando conhecimento para esse povo, para que a gente possa também se tornar conhecedor. Muitas pessoas por aí não conhecem nada, porque muitas vezes não participam das reuniões. Fica naquela dúvida, acha que o que tão dizendo não tá certo, mas eu sempre confiei nisso aí, depois que peguei experiência das reuniões e comecei a ver o trabalho do nosso pessoal é que eu confiei mesmo. Quanto mais esse trabalho é desenvolvido, mais o povo que não conhece começa também a visualizar mais lá na frente, mas a gente só consegue as coisas com luta, sem luta a gente não consegue nada (Roberto A. da Silva, 52 anos, agroextrativista, em entrevista em julho, 2014)

Antes da criação da Resex, as reuniões mobilizadas pela ATAMP buscaram esclarecer e discutir as diferenças entre as categorias de reserva e os benefícios a serem acessados após a definição de Resex, bem como, o contexto da degradação ambiental em Lábrea. Desde a criação da Resex, em 2008, a ATAMP e o ICMbio continuam mobilizando as comunidades a colaborarem com o cumprimento das regras que regem a utilização dos recursos na reserva, por meio de Plano de Utilização. Esse estabelece um acordo entre famílias residentes no perímetro da reserva, acerca do uso dos recursos naturais, da admissão de novos moradores, assim como de advertências e penalidades para quem não seguir as regras da reserva. No próximo capítulo, apresentaremos, com mais detalhes, as regulamentações previstas no Plano de Utilização da Resex Médio Purus.

Uma das principais expectativas das famílias pela reserva é a possibilidade de regulamentação fundiária, de acesso a crédito financeiro e programas socioambientais que legitimem a propriedade da terra e os processos de trabalho dos agroextrativistas. Com a criação da Resex, todas as famílias receberam, por meio de recursos do Governo Federal<sup>60</sup> advindo do INCRA, ranchos e crédito financeiro para aquisição de motor rabeta, bomba d'água e outros instrumentos de trabalho.

A partir da Resex e devido à regulamentação do Plano de Utilização, houve mudanças nas relações sociais e no modo de interação dos agroextrativistas com a natureza. Porém, a criação da Resex legitimou a comunidade como lugar de pertencimento e segurança, impôs limites “aos de fora”, que se diziam donos das terras e evidenciou os conflitos socioambientais, colocando-os em pauta nas discussões políticas, trazendo visibilidade às comunidades agroextrativistas e maior controle do território, como expressam as narrativas:

A diferença com a criação da reserva é que hoje nós temos a quem recorrer para nos ajudar a proteger o nosso lugar, antes a gente não tinha ninguém. Hoje nós temos o ICMbio que é do nosso lado, temos a Polícia Federal que já ajuda a proteger, Tudo

---

<sup>60</sup> Programa de Reforma Agrária do INCRA, na modalidade de Apoio à Habitação.

isso é uma grande vantagem que teve para gente e antes não tinha (Maria P. Veiga, 29 anos, agroextrativista e estudante, julho de 2014)

Agora a gente está mais protegido daquelas pessoas que se diziam donos, ainda não é totalmente, mas mais do que era antes sim (Ana Maria P. Lima, 37 anos, agroextrativista em entrevista realizada em agosto, 2015)

Antes, quando não era reserva tinha pessoas que se diziam proprietários da comunidade, eram os donos, que nem no seringal. Eles mandavam quem eles queriam aqui meter a motosserra e derrubavam pau aí o tanto que queriam e a gente não podia fazer nada. Mas, depois da reserva, graças a Deus a gente teve o direito de lutar pelo que nós temos aqui no nosso redor, ninguém mais veio para levar o que é nosso. A mudança foi essa (Roberto A. da Silva, 52 anos, agroextrativista, julho de 2014)

Nas narrativas, é possível verificar a atuação do ICMbio e da Política Federal no controle do uso dos recursos naturais na reserva, libertando os agroextrativistas da submissão presente nas relações de poder com os “donos das terras” e os coloca sob o protecionismo do Estado. Há também pontos negativos com a criação da reserva, por exemplo:

Com a criação da reserva só piorou, porque antes a gente tinha liberdade e agora não tem mais. A gente pegava o peixe, um pirarucu, matava e ia vender na cidade para comprar um rancho e agora ninguém pode mais fazer isso, nem mesmo com peixe pequeno porque é proibido. A gente não tem mais aquela liberdade que tinha, nós nascemos e nos criamos na beira desse rio Purus e nunca ninguém invadiu para acabar nada. Os que vêm de fora é que vem e acaba com tudo. [...]. Eu estou cansada de dizer: antes existiam os escravos e agora estamos no mesmo caminho, porque não tem mais liberdade. (Maria Pereira, 57 anos, agroextrativista, agosto de 2015)

A fala da Sra. Francisca remete à falta de liberdade devido às regras impostas no Plano de Utilização, uma vez que proíbe a pesca em tempo inadequado, a exploração da madeira e a comercialização dos recursos naturais, limitando seu uso ao consumo das famílias. Para Bauman (2003), a segurança e a liberdade são dois valores que estão em constante conflito na vida em comunidade. A criação da Resex tornou esse conflito visível na comunidade Cassianã, se por um lado a institucionalização da reserva e a presença e atuação do ICMbio traz segurança e autonomia, as regras e condicionalidades que regem essa institucionalização limita a sensação de liberdade dos agroextrativistas para o domínio e usos dos recursos naturais.

Nas narrativas, os limites da liberdade centram-se, ainda, na falta de fiscalização dos órgãos competentes das atividades de pesca predatórias e a extração de madeira por atores externos à Resex, uma vez que as regras implementadas têm impactos imediatos no modo de vida e sistema de produção agroextrativista, reforçando a vigilância entre e sobre as famílias

da comunidade, causando desconforto e constrangimentos nas relações comunitárias. Retomaremos essa questão mais adiante.

### **3.2 Estrutura e serviços na comunidade Cassianã**

Apesar das comunidades amazônicas possuírem características comuns em termos de estrutura e serviços, elas não são homogêneas. Pois, como lugar, constituem a dimensão mais concreta do espaço, onde se dão as relações imediatas, provenientes de uma multiplicidade de tempo e relações referentes a uma territorialidade específica (BAUMAN, 2003)

Para caracterizar a estrutura de serviços da comunidade Cassianã, optamos por apresentá-la a partir dos mapas mentais, produzidos coletivamente pelos jovens da comunidade<sup>61</sup>, a fim de melhor apresentar os espaços vividos no cotidiano da comunidade. Os mapas mentais são ferramentas que reúnem pensamentos, representações, organizações, visualização e integração de conhecimentos capazes de expandir inteligências e experiências. (NOGUEIRA, 2014). Para a autora, no mapa mental, o lugar se apresenta como ele é, de forma concreta e simbólica. Revelam, ainda, como o lugar é vivido e compreendido pelos cidadãos.

Para a realização da oficina para elaboração dos mapas, foram formados três grupos, de acordo com a proximidade das moradias, uma vez observada certa divisão espacial de moradias ao longo da praia que forma a comunidade. Uma área central, por reunir elementos de uso comum da comunidade como igreja, campo de futebol e casarão (CRUZ, 2007) e outras duas, nas extremidades da comunidade, cada uma dessas áreas apresenta particularidades em sua paisagem e formação.

Desse modo, os moradores da área central da comunidade, assim representaram o espaço que vivenciam:

---

<sup>61</sup> Os jovens estudantes do ensino médio da comunidade foram convidados a participar de uma oficina de elaboração de mapas mentais, na qual puderam expressar suas formas de territorialidades. Esses jovens nasceram na comunidade e estão na faixa etária dos 18 e 30 anos, realizam atividade de agricultura e pesca com suas famílias. Cursam o ensino médio no período noturno. As aulas são desenvolvidas na escola por meio de recursos tecnológicos como televisor, computador e internet, uma vez que as aulas são ministradas à distância por professores do Governo Estadual, através do Programa de Educação a Distância da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. O professor da comunidade atua como monitor presencial e, durante as aulas, os alunos interagem virtualmente com outras comunidades amazônicas de diversos municípios.

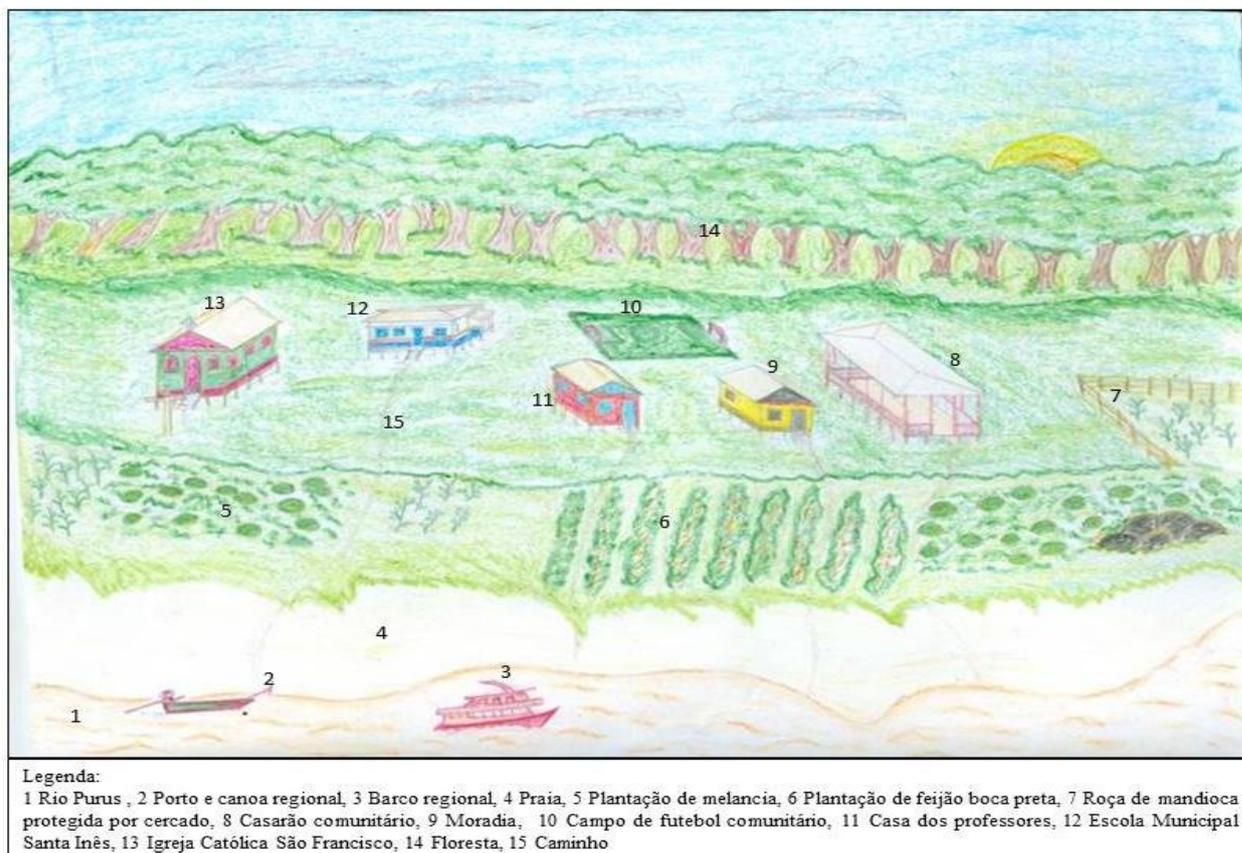


Figura 19 - Mapa mental elaborado por jovens que residem no centro da comunidade  
 Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015.

Conforme Nogueira (2014), os mapas mentais representam muito além do que pode ser observado a partir do olhar, é uma representação integrada, expressa a vivência cotidiana e os valores simbólicos atribuídos ao lugar. Nesse sentido, a figura 15 apresenta a dinamicidade da vida na comunidade no período da seca, quando as atividades de trabalho se intensificam. Observamos os detalhes das cores intensas e a diversidade do plantio, visível nesse período. Cada cultura requer processos de trabalho diferenciados e é perceptível o maior cuidado com a roça de mandioca (item 7), que recebe cercado devido a sua importância para o sustento das famílias nos períodos de cheia.

O mapa mental nos apresenta o centro da comunidade e seus principais elementos de uso comum: a Igreja Católica, onde se realizam os cultos semanais presididos pelos próprios comunitários, geralmente nos meses de setembro ou outubro há a visita do vigário para o chamado estirão<sup>62</sup>; o casarão onde a comunidade faz reuniões políticas, organizacionais ou

<sup>62</sup> Geralmente acontece uma vez ao ano e, nessa ocasião, os comunitários recebem os sacramentos da eucaristia, batismo, comunhão, crisma e casamento.

festejos de datas comemorativas, como dias das mães, dos pais e das crianças; o campo de futebol, no qual se realizam os torneios de futebol masculino e feminino e, por fim, a escola. Verifica-se ainda, na imagem cartográfica, o valor simbólico dado ao período de seca, quando a comunidade “fica mais bonita”. Percebe-se a limpeza dos terrenos, realizada diariamente na manutenção dos plantios e, ao fundo, a floresta intensificada em suas cores, que também são áreas de intenso trabalho, durante o referido período. As atividades remetem à identidade coletiva de agroextrativista, pois expressam a multiplicidade das formas de trabalho desenvolvidas pelas famílias nas diferentes paisagens do ecossistema de várzea.

As imagens a seguir apresentam os detalhes do item 13 expresso no mapa mental (figura 19):

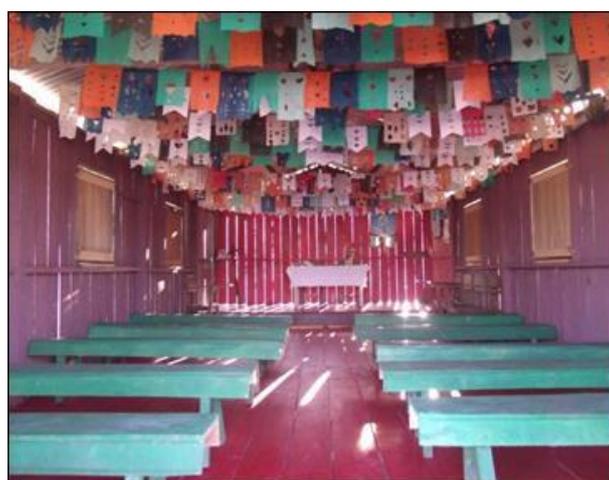


Figura 20 - Imagem externa e interna da Igreja Católica Santa Inês

Figura 21 - Imagem interna da igreja Santa Inês

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A Igreja Católica Santa Inês (figuras 20 e 21) foi a primeira fundada na comunidade. A maioria dos comunitários se declaram católicos (74%), segundo os relatos das famílias entrevistadas, o nome da igreja foi dado por um grupo missionário que esteve presente na comunidade na década de 70, nome também dado à escola, de forma que a festa de Santa Inês é comemorada pela comunidade coletivamente. Há famílias que fazem festejos em dias de santos como Santa Luzia, São Francisco e São Raimundo, porque fizeram promessas que foram alcançadas. Os demais comunitários participam dessas festas que são, geralmente, realizadas nas casas das famílias ou, quando permitido, na Igreja Santa Inês. O Sr. Abel Vieira, um dos moradores mais antigos da comunidade, foi eleito pelo vigário, responsável

pela Igreja, é ele quem faz a limpeza do terreno da Igreja após a cheia e possui as chaves da capela em seu poder.

Segundo Fraxe (2004), as festas dos santos e outros festejos nas comunidades caboclas ribeirinhas são fenômenos sociais que descortinam o imaginário dos caboclos, a partir de suas representações cotidianas, transportadas para os momentos festivos não cotidianos, nos quais se comemoram as rupturas e as revoluções, o movimento em que o sagrado é integrado às regulamentações coletivas para a reprodução de valores e crenças. Na comunidade Cassianã é comum entre as famílias os festejos de santos em decorrência de promessas alcançadas, geralmente as promessas são realizadas quando há situações de risco à saúde de um dos familiares, especialmente quando se trata do chefe da família, responsável por prover o sustento, pois dele depende a organização da unidade produtiva.

Os preparativos para os festejos são de responsabilidade de cada família, conforme o santo de sua devoção. Outras pessoas da comunidade são convidadas para a preparação do alimento, normalmente um cardápio diferente do usual.

O casarão, item 8 expresso no mapa mental (figura 19), também nomeado em outras comunidades amazônicas como centro social comunitário, foi construído por meio de trabalho coletivo, realizado pelos homens, momento chamado de mutirão, geralmente mobilizado pelo presidente da comunidade. O local é utilizado para reuniões políticas, encontros culturais e festivos, assuntos comuns, avisos e decisões que dizem respeito aos comunitários. As reuniões com representantes institucionais do ICMBio e outras instituições, governamentais ou não, são realizadas no casarão, para que o assunto seja publicizado entre os moradores. A comunicação e mobilização da comunidade para comparecimento nas reuniões é realizada corpo a corpo, pelo líder da comunidade.

Foi possível presenciar essa dinâmica na ocasião da entrega das carteiras de produtores rurais pelos técnicos do IDAAM, durante reunião comunitária. Ocasião em que a pesquisadora foi apresentada à comunidade<sup>63</sup>.

A obtenção da carteira de produtor rural é de suma importância para os comunitários, pois esse é um dos documentos essenciais para a obtenção da aposentadoria aos 60 anos de idade. O sistema produtivo das famílias da comunidade se desenvolve nas águas, florestas e terras de trabalho (WITKOSKI, 2010) e, no que tange à organização para acesso aos direitos

---

<sup>63</sup> Nesse sentido, a autorização para a realização da presente pesquisa foi obtida de forma coletiva, pois, na primeira visita à comunidade, após anuência institucional para a realização da pesquisa, o presidente da comunidade solicitou a apresentação do estudo e da pesquisadora na ocasião da reunião comunitária com o IDAM.

previdenciários, é comum entre as famílias, os chefes possuírem carteira de agricultor ou pescador ou as duas simultaneamente. Também é comum as famílias elegerem entre seus membros quem deve ter carteira de pescador ou produtor rural, conforme a afinidade e aptidões de cada membro. Assim, como não há uma classificação na política que contemple a diversidade do trabalho agroextrativista, numa mesma família, existem pessoas que possuem carteira de produtor rural (35%), outras possuem carteira de pescador artesanal (6%) ou mesmo possuem as duas carteiras (24%).

A maioria dos entrevistados possui carteira de produtor rural (35%), esse dado é associado à atuação do IDAM junto às comunidades da Resex. Analisaremos melhor a atuação dessa instituição, responsável por desenvolver o serviço de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) nas comunidades rurais da região, no capítulo seguinte.



Figura 22 - Reunião com o IDAM para entrega de carteira de produtor rural  
 Figura 23 - Casarão da comunidade, onde são realizadas as reuniões coletivas  
 Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A escola, item 12 do mapa mental (figura 19) se apresenta como elemento estruturante na vida da comunidade. Atualmente administrada pela Prefeitura Municipal de Lábrea, funciona no horário diurno, com oferta de Ensino Fundamental para as crianças e, noturno, com oferta de Ensino Fundamental e Médio para jovens e adultos na modalidade de ensino à distância, desenvolvido em parceria com Governo do Estado do Amazonas. A escola ainda é um motivo de reivindicação política da comunidade junto ao poder municipal de Lábrea, pois, devido ao movimento das águas no período de cheia e seca a escola precisa ser reconstruída a cada dois anos, assim como as moradias, porém a Prefeitura de Lábrea, quando procurada pelos agroextrativistas, alega não dispor de recursos para atendimento dessa

necessidade no momento, solicitando que a comunidade aguarde o que pode levar a perda do recurso madeireiro destinado à construção da escola.

Diante do progressivo aumento da demanda, a escola tornou-se inadequada para acolher a grande quantidade de alunos, de forma que a casa destinada à acolhida dos professores – vindos da sede municipal de Lábrea – passou a ser utilizada também como sala de aula. Atualmente, o perfil de escolaridade das famílias apresenta-se: 24% são alfabetizados; 35% possuem Ensino Fundamental incompleto; 12% possuem Ensino Fundamental completo; 18% estão cursando o Ensino Médio e 12% não são alfabetizados.



Figura 24 - Turma adulta do ensino médio, período noturno

Figura 25 - Turma infantil, período diurno

Figura 26 - Escola Municipal Santa Inês e casa dos professores

Figura 27 - Escola Santa Inês após 2 anos de cheia, com o assoalho aterrado

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Em 2014, a comunidade foi contemplada num sorteio, realizado pelo poder municipal, para receber uma escola, considerada padrão. A escola padrão apresentada pela Prefeitura seria maior e construída em alvenaria, o que não é adequado à realidade da comunidade, pois uma escola em alvenaria não permitiria a construção de marombas no período da cheia e a própria reconstrução da escola, uma vez aterrada após a descida das águas trazidas pela cheia. Por essa razão, os moradores reivindicaram junto à Prefeitura a construção da escola em madeira. Ocorre que, após ter sido contemplada e estabelecido os acordos entre a comunidade e o poder local, a madeira destinada à construção da escola foi encaminhada à comunidade, porém não providenciaram os demais encaminhamentos para a construção, como disponibilizar mão de obra, o que seria de responsabilidade da Prefeitura de Lábrea. Esse contexto gerou novo conflito entre a prefeitura e os moradores da Resex.

Como já sinalizado, a comunidade conta atualmente com o Ensino Médio e educação de jovens e adultos no período noturno, desde 2014, sendo que a primeira turma do Ensino Médio concluirá o curso no ano de 2016, o que implicará na elevação do nível de escolaridade dos comunitários. Esses alunos estão na faixa etária dos 18 e 40 anos, sendo, em sua maioria, os jovens solteiros da comunidade, os alunos(as) casados(as) afirmaram que a família teve que escolher qual dos cônjuges estudaria, tendo em vista a necessidade do marido ou da mulher ficar em casa com os filhos. Os motivos que influenciam essa decisão familiar são: a idade dos filhos e sua dependência da mãe (se amamentam ou não); a disposição ou interesse do marido em ficar em casa para cuidar dos filhos ou o interesse desse em estudar, ou seja, depende da decisão do homem que exerce a função de chefe da família. Dentre os alunos jovens solteiros, a maioria são homens que declaram ser o principal motivo para estudar, o fato de *ainda não ter família para sustentar*, apesar de participarem ativamente do trabalho produtivo de suas famílias.

Conforme pontuado no caderno de campo em 06 de agosto de 2015, durante conversa informal, o professor da escola afirmou que os conteúdos ministrados e o material didático, quase sempre não correspondem à realidade vivida na comunidade, sendo necessário que o professor faça adaptações dos conteúdos ministrados para uma melhor compreensão dos alunos. Segundo o professor, os alunos do Ensino Médio não possuem muitas perspectivas de continuar os estudos após a conclusão do curso, por dois principais motivos: custo oneroso para se manter na cidade, caso optem por continuar os estudos, e a alta concorrência para inserção em cursos técnicos ou superiores.

Os alunos do Ensino Médio, assim narram suas expectativas sobre os estudos, corroborando com os argumentos do professor da comunidade:

Eu estou estudando aqui, porque o estudo é importante, mas não sei o que vou fazer com isso. Eu não quero ser professor. O trabalho da agricultura é ruim porque é devagar de renda, mas vou ver se entro nos curso do IFAM (aluno do ensino médio, agroextrativista, caderno de campo, agosto/2015)

Eu até estudei [se referindo ao Ensino Fundamental], mas parece que a gente não aprende nada daquilo que é dado na escola, acho que é porque quase a gente não precisa durante maior parte do tempo. Mas, na hora de fazer aquelas tarefas é tão difícil, não lembro é de nada (aluna do ensino médio, agroextrativista, caderno de campo, agosto/2015)

As falas dos alunos expressam as dificuldades de compreensão dos conteúdos ministrados e quão distantes estão esses conteúdos de suas realidades. Esse contexto nos remete aos argumentos de Eloi (2014) que, ao analisar o investimento do Governo Federal na ampliação da oferta de educação, por meio do Ensino Médio, a partir dos anos 90, indica que o objetivo central dos planos de governo em garantir a aprendizagem permanente é conferir à força de trabalho a polivalência que requer o atual modelo produtivo do capital, conforme verificamos nas discussões apresentadas no capítulo 1. Nesse sentido, a educação oferecida na comunidade não prepara os moradores para melhor enfrentar os problemas de sua realidade, mas os torna aptos ao mercado produtivista.

O campo de futebol, item 10 do mapa mental (figura 19), fica localizado na área interna da comunidade, atrás das casas, a manutenção também é realizada pelos moradores, por meio do trabalho coletivo. Os torneios e jogos são realizados somente no período da seca e verão. Essas ocasiões são de grande socialização, especialmente entre os mais jovens, que têm a possibilidade de conhecer pessoas de outras localidades, visitantes da comunidade.



Figura 28 - Campo de futebol da comunidade  
Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Na observação de campo, verificou-se que na centralidade da comunidade também se encontram bens de uso comum, como o motor de energia e a bomba d'água da escola. O motor foi doado pela Prefeitura de Lábrea e funciona todos os dias durante a noite, no horário das 18h00 às 22h30 para que seja possível a realização de aulas no período noturno. Enquanto ocorrem as aulas na escola, os comunitários recebem energia elétrica também em suas casas, momento em que as famílias se reúnem para assistir programas e novelas de televisão, por isso a maioria das casas possui uma antena parabólica instalada (figura 30):

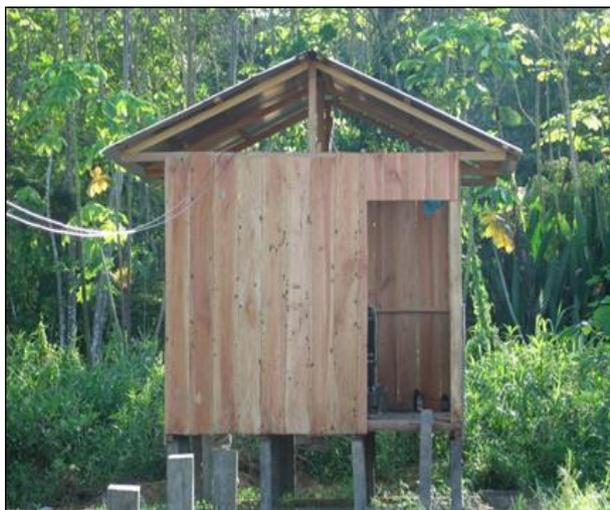


Figura 29 - Abrigo do motor de energia comunitário

Figura 30 - Antena parabólica

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

O motor de luz funciona movido a diesel, fornecido pela Prefeitura de Lábrea, após essa ter assumido a responsabilidade da manutenção do funcionamento da escola no período noturno em parceria com o governo do estado do Amazonas. No período de férias escolares, os comunitários fazem cota entre si para custear o diesel e, assim, manter a energia elétrica na comunidade durante a noite. A responsabilidade pelo cuidado com o equipamento fica a cargo do presidente comunitário que se responsabiliza por ligar e desligá-lo no horário devido.

A energia elétrica é um serviço reivindicado pela comunidade há alguns anos junto ao poder local, uma vez que, conforme informações dos comunitários, o fornecimento desse serviço para a comunidade depende do interesse político dos governantes locais. Por entender que, após a criação da reserva, a responsabilidade administrativa da área é do Governo Federal, o presidente da comunidade expressou a expectativa do acesso ao serviço e seus possíveis benefícios:

A gente tá esperando um tempo chegar o Programa Luz para Todos aqui, se tivesse energia a gente podia investir em máquina de desbulhar feijão e freezer para aguardar o peixe, aí ia facilitar mais o nosso trabalho (João Araújo, presidente da comunidade, jun/2014).

Como vimos no capítulo 1, o acesso à energia elétrica e à água, por meio dos Programas Luz e Água para todos do Governo Federal, é uma meta prioritária para a inclusão produtiva, porém verifica-se grande morosidade para a implementação desses serviços nas comunidades agroextrativistas. Em relação à água, observou-se, em 2014, que algumas famílias da comunidade possuíam motor bomba d'água, adquirido por meio de financiamento rural do IDAM. Porém, como não há energia elétrica na comunidade, ter água na caixa d'água contribui apenas para os serviços domésticos, mas não nos processos de trabalho com a agricultura, pois a “regação” do plantio depende da ocorrência da restinga do rio, no mês de outubro.

Em agosto de 2015, observou-se que todas as casas na comunidade contavam com caixas d'água adquiridas por meio do programa federal Água para Todos, apesar de nem todas as famílias contarem com bomba d'água. O sistema de captação da água, proposto pelo programa é a coleta da água da chuva (figuras 31 e 32), sendo inapropriada para o consumo. A água consumida pelas famílias é coletada diretamente no rio Purus e armazenada em potes de barro, não há nenhum tipo de saneamento na comunidade e as famílias utilizam hipoclorito de sódio<sup>64</sup>, distribuído pelo agente comunitário de saúde para limpeza e purificação da água de beber.



Figura 31 - Caixas d'água adquiridas por meio do Programa Água para Todos

<sup>64</sup> Esse produto é distribuído às famílias pelo agente de saúde contratado pela prefeitura de Lábrea e tem por finalidade purificar a água que as famílias colhem no rio Purus para consumo.

Figura 32 - Caixas d'água adquiridas por meio do Programa Água para Todos  
Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Outro elemento da figura 19 que merece destaque é o item 2, que apresenta o principal meio de transporte utilizado na comunidade: a canoa com motor rabeta. Trata-se de uma canoa de pequeno a médio porte, confeccionada pelos próprios agroextrativistas com recursos madeireiros da Resex e, nela é adaptado um motor rabeta de pequena a média potência. Nos anos 2000, especialmente durante o processo eleitoral tornou-se comum a distribuição ou financiamento a juros baixos de motores rabetas para os povos ribeirinhos da Amazônia, a fim de facilitar a mobilidade dessa população aos centros urbanos, viabilizando, assim, o consumo ou comercialização de seus produtos agrícolas.

O motor rabeta ou de popa é utilizado no transporte de cargas e pessoas, na realização da pesca e no escoamento dos produtos agroextrativista para a sede municipal de Lábrea. A canoa é elemento de reprodução material e simbólica da vida dos ribeirinhos amazônicos, onde ele (ribeirinho) é co-criador e o rio também constitui espaço do território sob seu domínio (FRAXE, 2004)

As figuras (33 a 38) a seguir apresentam a diversidade e a dinâmica das principais utilizações do motor de polpa pelos moradores da comunidade Cassianã e da Resex Médio Purus que, constantemente realizam suas trocas materiais e simbólicas, entre si e com a sede municipal, para atender suas necessidades de sobrevivência:



Figura 33 - Uso do motor rabeta no transporte diário

Figura 34 - Uso do motor rabeta no transporte da família em furos no período da cheia

Figura 35 - Uso do motor rabeta no transporte de produtos agroextrativistas

Figura 36 - Transporte da pesca enfrente a sede municipal de Lábrea

Figura 37 - Uso do motor rabeta na atividade de pesca

Figura 38 - Uso do moto rabeta no transporte de madeira

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Em geral, cada família possui, pelo menos, um motor rabeta e renovam as canoas conforme consideram necessário, essas são acomodadas nos portos<sup>65</sup> (item 2 da figura 19), também de propriedade familiar. O porto reúne o conjunto de instrumentos essenciais às atividades cotidianas das famílias, especialmente em relação aos serviços domésticos, como mostram as figuras a seguir:

---

<sup>65</sup> O porto, conforme descreve Schweickardt (2012, p. 57), é formado por um conjunto de tábuas e ripas de madeira flutuante, utilizado normalmente de apoio para o banho, lavagem de louça e roupas no rio.



Figura 39 - Porto Familiar

Figura 40 - Uso do porto pelas mulheres

Figura 41 – Crianças no porto

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

O mapa mental apresentado a seguir (figura 41) apresenta uma das extremidades da praia onde fica localizada a comunidade Cassianã. Essa área se caracteriza, segundo os agroextrativistas, como várzea alta, sendo muito propícia ao fenômeno de terras caídas, por isso, possui menor número de moradias. Wtikoski (2010), ao analisar a várzea amazônica como território camponês, afirma que o fenômeno de terras caídas diz respeito à erosão das terras das margens dos rios, com a descida das águas na cheia. Em decorrência desse fenômeno, o cultivo representado na figura 42 a seguir é realizado mais próximo à floresta.

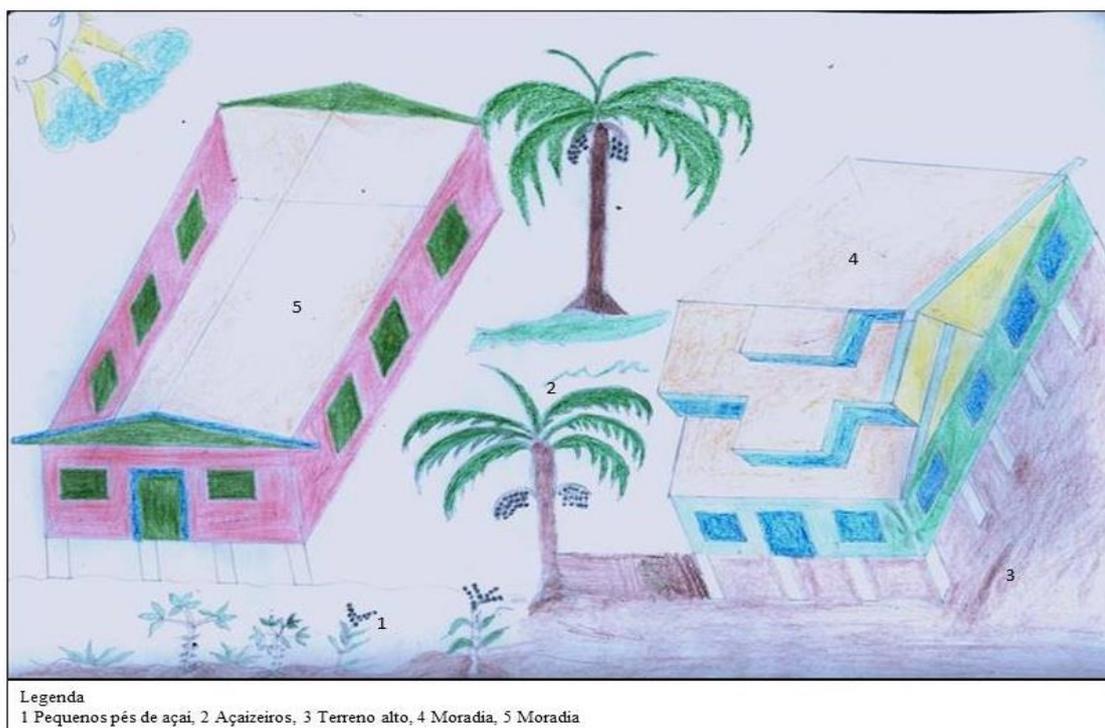


Figura 42: Mapa mental do início da praia, parte de várzea alta.

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015.

A arquitetura destacada na figura 42 justifica-se devido a um dos desenhistas possuir habilidades de carpintaria, sendo ele, inclusive, o mentor das arquiteturas das moradias retratadas na cartografia. Segundo ele, além da beleza diferenciada, essa estrutura proporciona maior luminosidade e ventilação às habitações. O elemento de uso comum da área referida na figura 42 é um pequeno cemitério, onde foram sepultados natimortos (fetos), recém-nascidos e crianças falecidas na comunidade.



Figura 43 - Área da comunidade onde ocorre o fenômeno de terras caídas  
Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

As famílias que residem na várzea alta realizam as mesmas atividades produtivas que as demais, plantam os mesmos cultivos (feijão, melancia e mandioca) e acompanham a rotina da comunidade. Observou-se grande extensão de espaço de uma casa para outra, havendo opção de escolha do lugar onde construir sua moradia. A Sra. Francisca Souza, cuja casa está representada na figura 43, escolheu esta área devido à possibilidade de acesso a sinal de telefonia, uma vez que possui familiares na cidade de Lábrea e Manaus e deseja manter comunicação com eles.

Todas as famílias possuem grande habilidade de adaptação aos diferentes cenários que compõem o ecossistema de várzea no qual está inserida a comunidade. Mas, a área de

várzea alta é a que mais sofre modificações em sua aparência, provocadas pelo movimento de sedimentação e erosão das terras trazidas pelas águas.

A figura 44 apresenta a outra extremidade da comunidade Cassianã, onde há grande extensão de praia no período da seca.

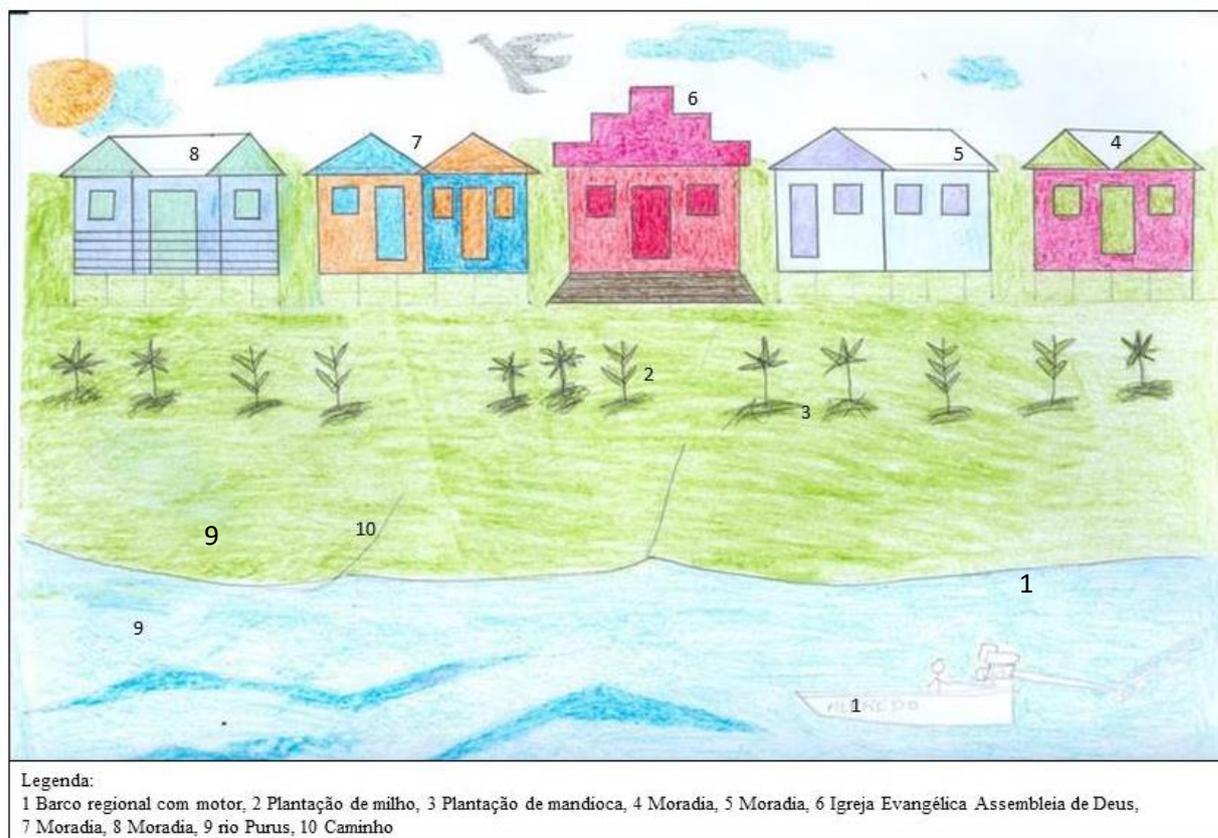


Figura 44 - Mapa mental do final da praia elaborado por comunitários  
Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015.

Nessa área da comunidade, as casas são mais próximas umas das outras, as famílias possuem laços sanguíneos e mantêm relações solidárias com frequência, sem deixar de interagir com as demais famílias da comunidade. Além da plantação de milho e mandioca há também plantação de feijão. A particularidade das áreas e dos modos de produção de cada família demonstra que, no sistema de produção agroextrativista, as atividades produtivas realizadas pelas famílias não são uniformes, possuem características distintas e, ao mesmo tempo, comuns, o que indica a autonomia de cada família sobre sua unidade produtiva.

Essa diversidade na unidade ocorre também com outros aspectos da vida comunitária, como a religião. O item 6 da figura 44, apresenta o elemento de uso comum nessa área da comunidade, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, onde são realizados

cultos semanais, assim como na Igreja Católica, de modo que o hibridismo religioso não altera ou causa grandes conflitos nas relações sociais da comunidade, há o pastor que dirige a Igreja, que também é membro da comunidade e exerce a função de conselheiro entre as famílias, sendo ele também, membro do conselheiro da Resex.



Figura 45 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus.  
Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Verifica-se nos mapas mentais (figura 19, 42 e 44) a expressão de detalhes dos elementos de uso comum na comunidade Cassianã: o rio, a praia, o plantio e a religião. A relação simbólica com esses itens é intensa e determinante para a vida comunitária, aí cultura e religiosidade possuem uma relação de simetria importante para a reprodução social (FRAXE, 2004). Nesse contexto, os agroextrativistas, diariamente, recorrem às suas crenças em lendas e mitos particulares que formam a cultura amazônica.

Durante a pesquisa de campo ouvimos narrativas acerca dessas crenças que fundamentam mitos, lendas que determinam comportamentos e diversas compreensões de mundo. Geralmente, as crenças são reproduzidas pelas crianças, ao explicar estratégias de cura e resolução de imprevistos negativos que ocorrem na relação com a natureza. Uma dessas crenças diz respeito às mordidas de animais peçonhentos, geralmente e, por influência da mitologia da doutrina católica em relação à cobra, é atribuído a esse animal um aspecto negativo de traição e graves consequências de sua mordida, como perder definitivamente o movimento de algum membro do corpo, perder a visão ou chegar a morrer.

Em 09 de agosto de 2015, acompanhando a preparação do jantar na casa de D. Luzia Vieira, os netos relatavam a última cheia, que fora grande nesse ano, mas a família não saiu

da comunidade. Uma das crianças foi mordida por uma cobra que estava na sala da casa, em meio às águas e rapidamente pulou onde estava o menino. Relatavam a ida da criança até a sede municipal para o atendimento de saúde por causa da mordida da cobra e a preocupação em aparecer alguém de “beijo roxo ou sobrelhas emendadas” no hospital e olhar para o menino.

Segundo a crença da família, se isso acontecer, os males causados pela mordida não curam, o mesmo vale também para outras doenças, como a chamada “mãe da mata”. Essa doença ocorre quando a pessoa sente muita febre, indisposição e fica com o corpo muito “mole”, o doente fica resguardado e a família não deixa ninguém de “beijo roxo ou sobrelha emendada” olhar para ele. Mas, quando se está no hospital ou na cidade o cuidado é redobrado, pois o risco de uma pessoa com essas características olhar para o doente é grande. D. Luzia Vieira, ao tentar explicar, afirmou que isso é crença antiga na comunidade, porque pessoas com essas características carregam consigo uma “coisa ruim” (caderno de campo, agosto/2015).

Outras crenças e mitos permeiam a relação com animais típicos da região, como as crenças relacionadas à presença do boto. Em 20 de junho de 2014, ao pegar carona num motor com a Sra. Elvira Queiroz, de Lábrea até a comunidade Cassianã, alguns botos, dois ou três, passaram a acompanhar o trajeto. Ao adentrar o rio Purus o motor parou de funcionar, os botos se aproximaram da canoa, a Sra. Elvira começou a bater com o remo na água para afasta-los, alertando do perigo de virar a canoa e foi explicando o porquê da aproximação dos botos:

Esses botos são muito enxeridos, ficam assim porque tem alguém aqui de peito aberto. Às vezes eles querem só virar a canoa, mas tem vez que eles querem levar a pessoa lá para baixo, na casa deles. Lá é tudo muito bonito e a gente não pode aceitar nada que eles ofereçam, senão eles não te devolvem para a terra. (Caderno de campo, jun/2014)

No relato da Sra. Elvira “ter peito aberto” significa pessoa sensível à comunicação com mortos ou entidades espirituais, por quem os botos têm forte atração. Wagley (1988), em seu estudo antropológico na comunidade de Itá, afirma que o cotidiano amazônico é entrelaçado por dois mundos, o material e o simbólico que dão suportes psicológicos à compreensão de relatos místicos dados como verdadeiros, como a lenda do boto, muito conhecida na Amazônia, na qual o boto é uma entidade, encantadora sexual de homens e mulheres. Segundo a lenda, o boto costuma seduzir e engravidar as mulheres jovens, deixando-as sozinhas para cuidar dos filhos.

Fraxe (2004), ao analisar as culturas caboclas ribeirinhas e identificar as lendas e mitos no cotidiano das comunidades amazônicas, afirma que,

No reino da natureza amazônica, para o caboclo, cada coisa é e não é. No ser de cada coisa há uma outra coisa, uma outra razão, uma nova imagem. Cada elemento da paisagem é apreendido como uma revelação cosmogônica, tem sua história de origem e tem um destino além de suas circunstâncias. Há uma necessidade ontológica insaciável. O mundo físico exige uma explicação imaginária. O rio, a floresta, o ar são formas que abrigam conteúdo de beleza, traduzidos por signos que constituem configurações dessa modalidade de maravilhamento. (FRAXE, 2004, p. 331)

Os estudos de Fraxe e Wagley demonstram que a construção da cultura popular amazônica é determinante para a produção e reprodução imediata e mediata – material e simbólica (FRAXE, 2004) - dos povos amazônicos. Essa cultura sofreu forte influência dos sistemas religiosos indígenas e do catolicismo, dando forma e conteúdo aos modos de vida de muitas comunidades, que criam e recriam a cultura, não só no espaço da comunidade, mas também na sua relação com o espaço urbano.

Leff (2006) destaca a regulamentação dos recursos naturais pela organização da cultura que, por meio de processos simbólicos, atribuem formas ao desenvolvimento tecnológico social e ao ritmo de extração e transformação da natureza nos países em desenvolvimento, essa relação intrínseca entre os processos simbólicos e culturais, na satisfação das necessidades, constitui formas que contribuem para a sustentabilidade dos ecossistemas. Em Cassianã, a cultura baseada nos rituais religiosos, nas lendas, mitos e crenças constitui o universo simbólico que regulamenta a vida, as relações e o modo produtivo, como veremos no item a seguir.

### **3.3 A dinâmica da vida e o sistema de produção agroextrativista na várzea de águas barrentas**

O ciclo das águas do rio é elemento crucial na dinâmica do ecossistema de várzea. Witkoski (2010, p. 112) define a várzea amazônica como a composição complexa de terra, floresta, água e homens; planícies que alagam anualmente e situam-se nas bordas dos grandes rios amazônicos. O movimento das águas fertiliza a terra em diferentes graus de intensidade, tornando-a fértil para a produção intensiva de alimentos e, modifica constantemente a aparência ambiental da comunidade nos períodos de cheia, vazante, seca e enchente, que se estabelecem anualmente no Purus, conforme imagens:



Figura 46 - Período da cheia (jan/2014)

Figura 47 - Período da vazante (jun/2014)

Figura 48 - Período da seca (ago/2015)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015, fotos de Silvânia de Deus

É o tempo e o movimento das águas que determinam as atividades produtivas e sociais na comunidade Cassianã. O roçado, o plantio, as atividades escolares, as festas e atividades recreativas são realizadas conforme o calendário anual das águas do rio Purus:

Ciclo hidrológico/mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Cheia												
Vazante												
Seca												
Repiquete												
Enchente												

Quadro 9 - Calendário do ciclo hidrológico do rio Purus

Fonte: Witkoski (2010, p. 116), com adaptações a partir dos dados da pesquisa de campo, 2014-2015

Elaboração; Silvânia de Deus

A relação dos agroextrativistas com o rio Purus é intensa. O rio é a principal fonte de sustento para as famílias, fornece o peixe nos períodos de cheia e seca, água para beber e a terra fértil necessária para o plantio. O ciclo das águas, segundo os agroextrativistas, faz com que a terra e todos os outros recursos da natureza se renovem (WITKOSKI, 2010)

Em Cassianã, o aterro trazido pelas águas barrentas do rio Purus tem forte impacto também na mobilidade e na moradia das famílias. É comum, na várzea amazônica, o traslado

das famílias nos períodos de cheia para lugares de terra firme, pois a alagação da cheia encobre parte ou toda a casa. Na comunidade Cassianã, essa mobilidade é realizada somente em casos extremos, quando as águas invadem as casas e as marombas por completo, e por períodos muito curto em relação a outras comunidades conforme as narrativas:

Aqui é várzea, então já sabe que alaga e quando é preciso, porque a cheia às vezes é muito grande, a gente vai para a aldeia Aracá que é em terra firme, quando a gente vai, os caboclos arranjam casa lá para gente, mas é raro, a gente faz maromba e fica aqui mesmo, quando a seca chega a gente vê como que ficou a terra e aí sobe a casa. (João Araújo, 47 anos, agroextrativista, jan de 2014)

Em 2012, naquela alagação que foi grande, nós tivemos que ir para terra firme, lá para a área dos índios. Nós fizemos jirau aqui, trepamos a farinha e eu fiquei com medo de a casa cair porque a água chegou até o meio da sala e mais o peso em cima. Mas com poucos dias a água baixou um pouquinho e a gente voltou. Depois a gente suspendeu a casa, porque ficou aterrada [...] agora esse ano eu vou desmanchar ela [a casa] e levantar denovo para dar mais segurança. Não é todo ano que a gente vai para terra firme não [...] muita gente faz maromba e fica aqui mesmo na alagação. (Abel Vieira, 82 anos, agroextrativista, jan de 2014)

As casas são construídas no estilo palafitas e recebem sedimentos a cada enchente. Quando esses sedimentos, chamados pelos comunitários de aterro, já se aproxima do assoalho da casa – o que ocorre geralmente a cada 2 anos – é necessário sua reconstrução com os esteios mais altos. Essa informação foi descrita no caderno de campo, em meio a um diálogo com o Sr. João Araújo sobre as altas temperaturas que vêm assolando a comunidade nos últimos anos, segundo ele, “a temperatura tem ficado cada ano mais alta, não porque o sol está mais quente, mas porque a terra vai subindo a cada aterro e, por isso, ficando mais perto do sol” (Caderno de campo, jan/2014)

As figuras 49 e 50 apresentam essa dinâmica, no momento da reconstrução do casarão da comunidade, neste caso, a reconstrução é feita pelo trabalho coletivo, mobilizado pelo presidente da comunidade, possível somente no período da seca, utilizando madeira retirada da Resex após a devida permissão do ICMbio.



Figura 49 - Casarão em junho de 2014, logo após a cheia do mesmo ano.

Figura 50 - Reconstrução do casarão em agosto de 2015 devido o acumulo de sedimentos, assim suportará as próximas cheias. À frente, o Sr. João Araújo, que mobilizou a comunidade para o trabalho de reconstrução.

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A importância do rio para os agroextrativistas, como a principal fonte de vida, é verificada ao identificar que a pesca não constitui somente fonte de renda para as famílias, mas a principal fonte de alimento, da qual é retirado diariamente o peixe suficiente para o consumo. Como não há energia elétrica em Cassianã, não é possível armazenar os alimentos, quando ocorre o excedente do peixe, é realizado o processo de salga<sup>66</sup>, conforme demonstra a imagem:



Figura 51: Peixe Pacú (*Piaractus Mesopotamicus*) em processo de salga

<sup>66</sup> Há diversas e diferentes formas de desenvolver o processo de salga de peixes na Amazônia, essa estratégia é realizada especialmente por caboclos e pescadores para garantir a conservação do peixe tanto para o consumo quanto para a comercialização. Na comunidade Cassianã essa estratégia é realizada, geralmente, pelas mulheres e é destinada apenas para conservar o peixe excedente do consumo (JESUS e MÁRSICO *et all*, 2002)

Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A farinha, outro elemento importante da alimentação na comunidade é preparada e armazenada anualmente, é fabricada por meio do processo chamado farinhada, realizado no período da enchente, o qual detalharemos mais adiante. O período da cheia é o período de maior dificuldade alimentar, por dois motivos principais: a escassez do peixe e a ameaça de perda da farinha, pois conforme o Sr. João Araújo, “[...] se a cheia for muito grande a maior dificuldade é a suspensão da farinha e se perder a farinha a pessoa fica sem alimento, porque sem ela a gente aqui não é nem acostumado a comer” (João Araújo, 47 anos, agroextrativista, jun de 2015)

Como fonte de vida, o rio Purus não fornece apenas o peixe e a água de beber para as famílias da comunidade Cassianã, é ele quem determina os ciclos agrícolas e, assim, o trabalho na agricultura familiar, no extrativismo e na pesca, organizados, aproximadamente, a partir das seguintes atividades, obedecendo ao ciclo descrito no quadro 10:

<b>Estações hidrológicas/mês</b>	<b>CHEIA</b>	<b>VAZANTE</b>	<b>SECA</b>	<b>ENCHENTE</b>
	<b>jan - abr</b>	<b>mai - jun</b>	<b>jul - out</b>	<b>nov - dez</b>
<b>Pesca</b>	Pesca de subsistência	Pesca de subsistência	Pesca de subsistência e comercialização	Pesca de subsistência
<b>Agricultura</b>	Fim da farinhada	Roçado das praias e início do plantio	Final do plantio e manutenção do roçado; Colheita;	Início da farinhada e novo roçado
<b>Extrativismo</b>	Retirada de açaí	Criação de animais de pequeno porte	Extração da madeira para reconstrução de casas, canoas e lenha	Criação de animais, madeira para caminhos

Quadro 10 - Calendário produtivo do sistema agroextrativista na comunidade Cassianã.

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2014-2015

Elaboração: Silvânia de Deus

No relato da Sra. Ana Souza “não há período de descanso, a não ser na cheia”, se referindo ao ritmo com que as atividades são realizadas na comunidade Cassianã. O quadro 11 apresenta a complexidade, diversidade e a organização das formas de trabalho dos comunitários do Cassianã, constituindo seu sistema produtivo que, segundo Noda (2003), se refere às técnicas e experiências particulares acumuladas no manejo de recursos naturais,

tendo em vista o atendimento às necessidades de subsistência da vida, não somente biológica, mas também social e cultural.

Noda (2003), ao estudar a agricultura familiar na várzea amazônica, afirma que os agricultores amazônicos desenvolvem essa atividade a partir de um sistema produtivo polivalente, denominado sistema agroecológico<sup>67</sup>. A autora define como sistemas de produção agroflorestais tradicionais as formas de produção adotadas pelos agricultores, constituídas de pelo menos cinco elementos: roça, capoeira, sítio, extrativismo e criação de animais como sistemas de manejo, adaptados ao meio ambiente local.

A partir das considerações da autora, podemos considerar o sistema produtivo da comunidade Cassianã como um sistema produtivo agroextrativista, devido a sua identidade política e cultural, especialmente com a extração da seringa e seus modos de adaptação ao território que ocupam e dominam, composto pelo sistema de manejo na pesca, no extrativismo e na agricultura, os quais identificaremos com detalhes nos itens seguintes.

### **3.3.1 O sistema de pesca**

Em Cassianã, a pesca constitui uma atividade diária, realizada no rio Purus ou no lago do Avelino, nas primeiras horas do dia. As famílias elegem um de seus membros para ser responsável pela pesca diária, os homens são os principais responsáveis por essa atividade e mulheres ou mesmo crianças a praticam esporadicamente ou na ausência do pescador da família. As figuras a seguir apresentam a Sra. Rosa e o filho, realizando a pesca para o alimento do dia, uma vez que seu marido encontrava-se ausente:

---

<sup>67</sup> Noda (2003) considera sistema sob a abordagem sistêmica fundamentada em Morin (2005) onde o sistema considera as relações entre o todo (sistema de produção) e as partes (agricultura familiar e unidades de paisagem, referindo-se a espaços transformados pelo manejo, como a pesca em lagos, igapós, paranás, rios e o extrativismo nas florestas e matas).



Figura 52 - Família Franco realizando pesca para alimentação do dia  
 Figura 53 - Família Franco realizando pesca para alimentação do dia.  
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015, foto de Silvânia de Deus.

O pescador eleito pela família, não raro, é o filho mais velho que aprende a atividade com os pais e passa a fazê-la sozinho, tendo afinidade com a ela e após completar maior idade, poderá ter acesso à carteira de pescador artesanal, possibilitando à família o acesso à Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, o Seguro Defeso.

Em período de seca o pescador familiar chega a trabalhar um dia inteiro ou mais, sendo esse o período mais propício para a pesca comercial, que gera renda às famílias. A comercialização dos peixes é realizada na sede municipal de Lábrea ou na própria comunidade, porém, os agroextrativistas têm observado que, nos últimos anos, mesmo no período considerado favorável à atividade, tem havido uma considerável diminuição do pescado, conforme as narrativas:

A pesca mais favorável é quando aparece a piracema, que é de julho até setembro. Quando o peixe está passando, mas quando dá fé, não tem mais nada. Dá peixe de escama: pacú, sardinha, mandí, branquinha, cachorrão. Tem ocasião que a gente consegue pegar o peixe até quando ele pula, porque tem muito, mas tem verão é muito ruim e não tem o que comer. Os meninos vão no lago do Avelino, mas lá também tem acabado porque o pessoal faz pesca escondido, porque lá é fora da reserva. A pesca daqui de casa é uma pesca rápida porque é só para o consumo do dia mesmo, mas quem pesca para vender vai duas, três vezes no dia e também à noite. (João Araújo, 47 anos, agroextrativista, jul de 2014)

A pesca a gente vai bem cedo é por volta de 1:00h ou 2:00h e no caso é assim: quando está dando muito peixe o comprador é todo tempo aqui (na comunidade), vem de manhã e à tarde comprar o peixe. Mas, quando o peixe está pouco a gente vai colocando no isopor e depois leva lá para cidade e vai consumindo também. E assim também o preço, quando tem muito peixe o preço é baixo, quando tem pouco o preço é melhor. Por exemplo, o surubim fica uns R\$ 5,00 ou R\$ 6,00 reais o quilo, quando tem pouco, mas quando tem muito, aí não querem dar mais que R\$ 3,00 reais no quilo. No período do defeso, a gente pesca só para comer mesmo, até

porque se o cara for pego com peixe para venda é multado. Mas eu acho que isso ajuda a preservar o peixe só por uma parte. Porque na época que eles tinham que fazer a fiscalização em cima de quem tá fazendo aquele estrago, eles não fazem e não pegam. (Abel Veiga, 82 anos, agroextrativista, jan de 2014)

Não raro, os agroextrativistas reclamam da falta de fiscalização e da redução progressiva no pescado, devido à pesca predatória realizada por pessoas externas à reserva. Após a criação da Resex, os agroextrativistas consideram-se prejudicados pelas “regras” sobre a pesca, as quais precisam obedecer, mas a regulamentação não é obedecida pelos atores externos sob os quais existe pouca fiscalização. Com isso, contraditoriamente, intensificou-se a pesca predatória no rio Purus, após a criação da reserva, ademais o mercado local também não aderiu às regras para o pescado, dificultando a comercialização do peixe pelos agroextrativistas, como demonstram as narrativas:

Antigamente tinha umas pocinhas que era cheias de peixe. Você ia lá e dava dois ou três lances, botava a malhadeira e de repente pegava peixe, mas antes de criar a reserva o pessoal acabou com tudo. Hoje para gente pegar um peixe é difícil. (Marlene, 50 anos, agroextrativista, jul/14)

Agora tem que ter a medida do peixe para poder pegar. Para nós uns falam que é 65cm o surubim, no mínimo. Mas já os compradores, não compram isso não, eles querem o peixe com 70cm. Tem outros que são proibidos, mas só no defeso, por medida tem o tambaqui, porque ele só é liberado de 5kg para cima com 70cm. (Francisca Souza da Silva, 28 anos, agroextrativista, ago/2015)

[...] de um tempo para cá a pesca não está dando vantagem não. A gente mal traz o que comer e faz anos que está assim. Às vezes, a malhadeira pega só quatro, cinco peixes que é o tanto que a gente come. Ruim é quando perde a malhadeira, porque se o jacaré pegar rasga toda, mas quando está de piracema dá muito mandí, só que dá muito morador de Lábrea também pescando [...] (Luzia Veiga, 65 anos, agroextrativista, jan/2014)

Como sinalizam as narrativas, os agroextrativistas observam o progressivo declínio da presença do peixe no intercurso do rio Purus e a ele associam a pesca predatória, motivada pela sobre-exploração comercial pesqueira. Souza Júnior *et all* (2012, p. 43) indicam que, nos últimos anos, houve o aumento de arrastões, das atividades empresariais que exportam o peixe para os centros urbanos e do uso intensivo de técnicas de captura nos lagos na região do Purus, correspondente à percepção dos agroextrativistas.

A estratégia de sobrevivência dos agroextrativistas, frente à redução do pescado, é a busca por peixes em lagos, alguns deles fora do perímetro da reserva. A comunidade Cassianã utiliza-se do lago do Avelino, que abastece três comunidades e, os próprios comunitários se encarregam de protegê-lo e fiscalizá-lo, evitando a invasão de pescadores externos, firmando

entre si um acordo coletivo não formal, com regras próprias, as quais garantem a conservação do referido lago e de seus recursos pesqueiros para o abastecimento das comunidades.

Kleba (2012) ao analisar a gestão das águas da calha do Purus, a partir da vivência dos ribeirinhos, afirma que a região apresenta um mosaico complexo de diversos contextos, em que se misturam a ausência do Estado e as políticas públicas. O autor evidencia que os acordos de pesca entre comunidades sobre os lagos são estratégias de conservação dos peixes e, trata-se de um regime paralelo ao Estado, fundamentado numa espécie de “direito costumeiro” que poderia, diacronicamente, emergir como modelo endógeno para gestão das áreas de conservação, tendo em vista a necessidade das políticas se adaptarem à grande diversidade das realidades amazônicas.

O instrumento mais utilizado na pesca realizada pelos agroextrativistas é a malhadeira que pode ser confeccionada ou adquirida no mercado de Lábrea e é considerado um instrumento caro, também observamos o uso de anzol/linha, caniço e outros instrumentos artesanais. O peixe mais apreciado e cobiçado na região é o pirarucu (*Arapaima gigas*).

Além do peixe, outro recurso é alvo da pesca predatória na reserva, as diferentes espécies de quelônios da Amazônia, denominadas pelos agroextrativistas “bichos de casco”. Os entrevistados sinalizaram que a pesca predatória desses recursos sempre foi proibida, porém, ainda é intensa sua captura, que ocorre especialmente durante a noite, como estratégia para burlar a fiscalização. A diversidade do bicho de casco é grande, de modo que foram citados pelos agroextrativistas as seguintes espécies: *tracajá*, *tartaruga*, *zé prego*, *pitiú*, *capitari* e *jaboti*.

Em outras comunidades da reserva há projetos voltados à proteção dos bichos de casco, por meio de tabuleiros. Está em andamento a implementação do manejo do pirarucu<sup>68</sup> em algumas comunidades, Cassianã não está inserida em nenhum desses projetos, mas concebe a iniciativa como uma possível solução frente à progressiva diminuição de peixes no intercurso do rio Purus e combate à extinção dos bichos de casco.

---

<sup>68</sup> Em 23 de julho de 2015, o então Governador do Estado do Amazonas, José Melo, assinou o decreto que marca a regulamentação do manejo do pirarucu em todo o Estado, como incentivo ao desenvolvimento da cadeia econômica do pescado do Amazonas, por meio de manejo sustentável, visando o favorecimento da pesca desenvolvida em comunidades rurais. (portal eletrônico do governo do estado em 23/07/2015, <http://www.amazonas.am.gov.br/2015/07/jose-melo-assina-decreto-que-regula-a-pesca-manejada-do-pirarucu-e-torna-o-amazonas-pioneiro-em-modelo-sustentavel-no-pais/>) O plano de manejo do pirarucu vem sendo implementado na Resex Médio Purus desde o ano de 2013, com projetos pilotos em alguns lagos da reserva. A perspectiva, segundo o gestor do ICMbio, é expandir o plano para todos os lagos e aumentar a produção do pirarucu de forma sustentável, para que a reserva seja um dos maiores fornecedores do pescado para o estado e outros territórios.

Nesse contexto, observa-se a necessidade de investimento nas políticas e estruturas institucionais dos agentes responsáveis pela fiscalização, ainda muito ausente. Tal situação causa certa frustração nos agroextrativistas, pois, após a criação da Resex, a falta de fiscalização adequada permite a progressiva degradação dos principais recursos necessários para a sobrevivência das famílias na área protegida.

### **3.3.2 O sistema da agricultura familiar**

O principal trabalho da agricultura familiar é a roça, que compreende o roçado de áreas de praias destinadas ao plantio de mandioca. A finalidade principal da agricultura é o sustento das famílias, sendo comercializado apenas o excedente da produção ou usado como moeda de troca em casos de grande necessidade como pagamento de dívidas ou compra de remédios. São também cultivadas espécies de ciclo curto, como feijão, melancia, jerimum, batata e milho.

A casa da farinha é familiar, cada unidade familiar possui uma, ou a divide com parentes, assim como dividem os instrumentos de trabalho utilizados na farinhada. A casa de farinha é construída pelos agroextrativistas, com madeiras extraídas da floresta e cobertas por palhas (também extraídas da floresta) ou alumínio adquirido no mercado. Além da casa de farinha algumas famílias possuem também o paiol, construído para abrigar a farinha e outros instrumentos de trabalho seja da pesca, agricultura ou extrativismo.

Na ausência do paiol, a farinha é armazenada em algum cômodo da moradia e a casa de farinha abriga todos os instrumentos e materiais utilizados na farinhada – processo de produção da farinha – a prensa, o forno, a lenha etc. Também abriga os instrumentos da pesca e do extrativismo relacionados à vida na várzea amazônica, conforme demonstra as imagens a seguir:



Figura 54 - Da direita para a esquerda: a morada, paiol e a casa de farinha da Família Veiga de Souza

Figura 55 - Morada e casa de farinha coberta de palha da Família Nascimento

Fonte: pesquisa de campo 2015, foto de Silvânia de Deus



Figura 56 - Interior da casa de farinha da Família Veiga

Figura 57 - Prensa, instrumento confeccionado pelos agroextrativistas para espremer a mandioca.

Fonte: pesquisa de campo 2015, foto de Silvânia de Deus



Figura 58 - Cômodo da casa da família Nascimento, destinado a abrigar instrumentos de trabalho da pesca

Figura 59 - Farinha armazenada em tambor e em cima de maromba, na parede observa-se a marca deixada pela água na cheia 2015.

Fonte: Pesquisa de campo 2015, foto de Silvânia de Deus



Figura 60 - Frente do paiol da Família Veiga

Figura 61 - Interior do paiol da família Veiga

Fonte: pesquisa de campo 2014 – 2015, foto de Silvânia de Deus

O tempo de trabalho na roça é extenso no período da seca e envolve todos os membros da família, ocorre diariamente e o processo da farinhada demora dias para ser concluído. Geralmente acorda-se muito cedo para realização da limpeza da roça, por volta das 5h00 da manhã e o trabalho se estende até às 10h00 para evitar o calor do sol. Os mais jovens costumam manter o trabalho até às 12h00 quando há a parada para o almoço. No período da tarde, os mais velhos não voltam ao trabalho da roça devido ao sol forte, nesse horário dedicam-se ao trabalho com o extrativismo de madeira, para a confecção de canoas e casas, aqueles que retomam à roça, trabalham das 15h00 às 18h00, conforme sua disponibilidade de trabalho.

No período em que se realiza a farinhada, a dinâmica de trabalho é mais intensa e envolve todas as pessoas da família, o trabalho chega a adentrar a noite e, acabar somente quando a farinha está pronta e armazenada. Devido ao cansaço, os jovens chegam a faltar aulas nesses períodos. A interação social na comunidade também é intensa, quando costuma ocorrer a troca de dia de trabalho entre as famílias, realizada como explica o Sr. João Araújo:

A troca de dia é assim: um dia o cabra vem trabalhar na nossa roça e a gente trabalha o dia inteiro ou até dois dias, conforme o trabalho que tem para fazer, no outro dia a gente vai trabalhar na roça dele. (João Araújo, 47 anos, agroextrativista, caderno de campo, jan/2014).

O trabalho da roça compreende diversos processos de trabalho braçal como a limpeza da praia ou do terreno escolhido para o roçado, o plantio e a manutenção diária da limpeza da

referida área, contra plantas invasoras<sup>69</sup> até a colheita do cultivo. No caso da mandioca, para início da farinhada; no caso do feijão, a limpeza e embalagem, uma vez que é comercializado; assim como no caso da melancia e milho, que requer a limpeza e transporte para venda na sede municipal.



Figura 62 - Família Araújo na limpeza da mandioca colhida já no período da cheia.  
Fonte: pesquisa de campo 2014 – 2015, foto de Silvânia de Deus

Noda (2003), em estudo sobre o manejo dos recursos naturais na agricultura do povo Deni, também na área do Purus, verifica que a agricultura realizada por aquele povo indígena ajuda a manter a biodiversidade local, devido à exploração controlada, contribui ainda para a diversidade alimentar das famílias e para a organização coletiva da aldeia. Da mesma forma, a agricultura familiar realizada na comunidade Cassianã exerce função primordial na conservação dos recursos naturais e na sociodiversidade, em relação aos roçados verificam-se atividades semelhantes, mas que variam conforme o plantio. Todos os trabalhos são realizados de acordo com o trato cultural de cada cultivo e de forma manual. As imagens a seguir apresentam momentos desses processos de trabalho:

---

<sup>69</sup>canarana, mato, mato de boi, foram os citados pelos entrevistados



Figura 63 - Limpeza do roçado de feijão, na praia no período da seca nos meses de julho a novembro

Figura 64 - Limpeza do roçado de feijão, na praia no período da seca

Figura 65 - Limpeza do terreno para roçado de mandioca na várzea alta, no período da seca

Figura 66 - Limpeza do roçado de mandioca na várzea alta, no período da seca

Figura 67 - Limpeza da roça de feijão, na praia durante a seca

Figura 68 - Retirada da mandioca, no período de enchente nos meses de novembro a dezembro

Fonte: pesquisa de campo 2014 – 2015, foto de Silvânia de Deus

As áreas destinadas ao plantio, em sua maioria, são as praias formadas na várzea com a seca do rio. A terra da praia é preparada para o cultivo por meio da ação do sol ou das chuvas, de modo que se aguarda determinado tempo até que a parte alta da praia fique com a terra dura<sup>70</sup>, considerada a terra boa para se plantar. Cultiva-se também na área de praia mais arenosa, mas se tem pouco sucesso com o plantio, que depende da atividade do sol e da chuva, assim como do movimento das águas do rio Purus, entre os meses de outubro ou novembro, quando ocorre o repiquete<sup>71</sup> que faz a irrigação dos roçados. Nessas áreas se perde o cultivo ou pelo calor do sol ou e pela força das águas no momento do repiquete.

As figuras apresentam o aspecto do solo da praia, considerado bom para o plantio, especialmente da mandioca, bem como, o cultivo de grãos, realizado nas áreas arenosas da praia:



Figura 69: Área da praia com sedimentos, pronta para o plantio

Figura 70: Área da praia com sedimentos, pronta para o plantio

Fonte: pesquisa de campo 2014 – 2015, foto de Silvânia de Deus

---

<sup>70</sup> No período de vazante, quando as águas baixam, as praias e o terreno que vão se formando fica com as terras ainda muito molhadas, ao ponto dos comunitários não conseguirem caminhar sob a área, porque ocorrem atolamentos. Nesse período, os agroextrativistas extraem troncos de árvores, os quais chamam de estiva, e fazem com eles um caminho sobre o qual andam da porta de suas casas até o porto.

<sup>71</sup> O repiquete é o momento de enchente dos rios e igarapés que ocorre num espaço de tempo curto



Figura 71 - Área da praia mais arenosa, mais utilizada para a cultura de grãos de curto ciclo

Figura 72 - Pé de feijão.

Fonte: pesquisa de campo 2014 – 2015, foto de Silvânia de Deus

No que se refere à agricultura familiar na várzea amazônica, Silva e Noda (2012) definem praia como as faixas de solo arenoso e ambientes dinâmicos que mudam sua extensão conforme o ciclo das águas. O plantio nessa área é realizado conforme a descida das águas, iniciando por espécies do ciclo mais longo, como a mandioca e macaxeira, a seguir as espécies de ciclo mais curto, como grãos e hortaliças.

Em Cassianã, verificamos que o estabelecimento de uma família na comunidade é legitimado por meio do trabalho com a terra, ou seja, nas praias. Os agroextrativistas não souberam informar ao certo a medida de cada praia, mas indicaram ser de aproximadamente 100m<sup>2</sup>. Quanto à aquisição ou divisão de praias entre as famílias, o procedimento foi assim explicado pelo presidente da comunidade:

A divisão das praias é assim: se chegar uma pessoa querendo morar e não tem praia para plantar, se eu tiver praia suficiente que dê para mim arranjar eu digo: “rapaz fica com essa praia aqui que eu já tenho outra ali, aí vou lá e mostro as extremas da praia para ele porque a do lado é de outra pessoa. A medida certa da praia a gente não sabe porque tem deles que deixam o mato crescer na praia e aí é aquela confusão. Porque cada um tem que limpar a sua praia para não prejudicar a do outro, porque quando a água vem e traz o aterro novo, se a praia tiver limpa vai ficar com terra boa, senão dá muita canarana e quando desalagar vai estar pior do que estava e vai sair cada vez mais mato e não vai ter terra boa para plantar.

Geralmente, quando é parente é aquela família que dá a praia para aquele que chega. Porque aqui cada família tem sua praia ou mais de uma. E aí depende muito do relacionamento dessa pessoa, porque se for uma pessoa que a gente vê que quer trabalhar, é fácil arranjar praia, mas quando é uma pessoa que a gente sabe que é difícil ou complicado, não é fácil não, porque ninguém quer arranjar praia ou morar perto dessa pessoa. E a praia é o seguinte: enquanto a pessoa tiver usando ela é o dono, mas, se um dia ela chegar a querer ir embora da comunidade, ela tem que devolver a praia para o dono que emprestou para ele. Aí esse dono já vai arranjar para outra pessoa. (Sr. João Araújo, 47 anos, agroextrativistas, jan/14)

Na narrativa do líder comunitário, observa-se que a divisão das praias para o trabalho com a agricultura é elemento importante para as relações sociais e a convivência na comunidade, o direito ao plantio, ou seja, ao trabalho é permitido a todos aqueles dispostos a trabalhar com a agricultura. Tal regimento trata-se de um acordo costumeiro entre os comunitários que aguardam a possibilidade de regulamentar o direito de posse da terra, por isso, esse costume vem sofrendo algumas mudanças, decorrentes das transformações sociais que vêm ocorrendo na região: a extinção da economia da borracha e da figura do patrão e a criação da reserva, conforme observamos nos seguintes relatos:

Agora aqui é assim: o direito que tem um tem todos. Eu não tenho posse de terra, a posse é daquela pessoa que tá trabalhando naquela terra. Pelo direito que nós temos com a reserva, eu acho que a gente já deveria ter a posse da terra, porque antigamente o patrão que era o dono e qualquer coisa ele jogava o freguês fora e hoje isso acabou (Abel Veiga, 82 anos, agroextrativista, jan/14)

Essa praia aqui era da mãe do João, aí ela pegou e deu para o meu marido, faz muito tempo, uns 28 anos que ela deu esse pedaço de terra aqui para nós. Aí o homem que morava naquela praia ali foi embora e deu ela para nós, faz tempo também. A gente chegou a ter três praias, mas meu filho se casou e não tinha terra para trabalhar e a gente deu uma das praias para ele. A praia é assim, vai passando de um para o outro, mas hoje não é mais assim não. Hoje, quem sair da comunidade tem que entregar a praia para o líder, aí ele vai dar a praia para quem ele quiser. Mas de primeiro, antes da reserva, se eu fosse embora podia dar a praia para quem quisesse. (Marlene Nascimento, 50 anos, agroextrativista, jun/14)

Em sua narrativa, o Sr. Abel Veiga expressa a expectativa de obter a posse de terra, concedida pelo Estado, o que ainda não ocorreu, desde a criação da Resex. Sobre essa questão, realizaremos uma análise, pautada nos argumentos de Martins (2002), no capítulo 4.

Observa-se nas narrativas, que o trabalho da agricultura familiar na comunidade se concentra em dois principais cultivos, os quais possuem finalidades distintas: a mandioca para a produção de farinha, voltada para o sustento da família, sendo comercializada somente em casos de grandes necessidades, por vezes, o excedente da farinha também é distribuído gratuitamente entre os parentes; o feijão, em sua maioria da espécie chamada “boca preta”, voltado totalmente para o comercialização, por meio de acordo celebrado entre a comunidade e a Associação dos Produtos Agroextrativista do KM 26 (ASPARK) ou para a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha, que recolhem o produto diretamente na comunidade no final da colheita, geralmente no mês de novembro, esta venda é anual e constitui uma das principais fontes de renda das famílias.

Em menor escala de produção, também é cultivado o milho e a melancia, que são comercializados na sede municipal de Lábrea. O feijão, a melancia e o milho são cultivados próximos às casas e na parte mais firme da praia, já a mandioca em áreas mais distantes da casa e em áreas mais altas e mais próximas à floresta, pois demanda mais trabalho de roçado. As figuras 73 e 74 apresentam algumas dessas áreas de plantio:



Figura 73- Plantação de milho e feijão na praia enfrente a casa da família Veiga.

Figura 74 - Plantação de milho e mandioca da família Nascimento

Fonte: pesquisa de 2014-2015 foto de Silvânia de Deus

A produção do feijão boca preta é feita por unidade familiar e, assim como no processo da farinhada, toda a família participa dos processos de trabalho do feijão. Conforme os relatos, ele sempre foi cultivado na comunidade, mas antes do acordo celebrado com as associações de produtores, era vendido para atravessadores, que pagavam preço muito baixo – cerca de R\$ 0,75 a R\$ 0,90 centavos o quilo – a partir dos acordos com as associações o valor do quilo do feijão aumentou, mas estabilizou-se e permanece com o mesmo preço, há cerca de cinco anos. A figura 75 apresenta o feijão produzido na comunidade Cassianã:



Figura 75 - Feijão boca preta produzido na comunidade Cassianã.  
Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Segundo os agroextrativistas, o processo de produção de feijão é muito cansativo e trabalhoso e, devido ao baixo preço que é comercializado, não tem retorno financeiro, a não ser quando produzido em grandes quantidades, o que requer mais trabalho das famílias. Isso faz com que o interesse pelo plantio do produto diminua ou cause insatisfação entre os comunitários, como expressam as seguintes narrativas:

[...] Feijão eu não planto mais muito, porque não aguento mais com meus quartos. Até porque o preço é muito pouco, R\$ 1,50 o quilo e dá muito trabalho. Quando nós plantávamos as três praias, nós apanhávamos 800kg quando estava bom mesmo, quando o plantio não morria e não dava bicho, mas quando dava bicho nós apanhávamos só 400kg ou 500kg (Marlene Nascimento, 50 anos, agroextrativista, jun/14)

Eu parei a produção (de feijão) por minha própria vontade, porque eu achei que não estava dando lucro, porque o feijão há muito tempo é esse preço de R\$ 1,30 o quilo, aqui na beira. Aí a mercadoria sobe no mercado, mas o produto não dá dinheiro aqui para gente (Edinaldo Braga Monteiro, 38 anos, agroextrativista, jun/14)

As falas dos agroextrativistas revelam a falta de investimento numa política que possa promover a inclusão dos agricultores rurais numa cadeia produtiva que lhes seja favorável economicamente. Desvelam ainda, os conflitos com as poucas ações realizadas para a viabilização do escoamento e comercialização dos produtos agroextrativistas, que são realizadas por meio de ações isoladas, por não estarem articuladas à rede governamental e ao consumo urbano e rural como prevê o Plano Brasil Sem Miséria Rural, por isso, trazem poucos resultados, impossibilitando a sustentabilidade econômica das famílias.

Outro elemento que tem dificultado o estabelecimento de uma cadeia produtiva para o feijão produzido na comunidade Cassianã é o enfraquecimento e a escassez da força de trabalho humana nas famílias. Observou-se nos relatos e conversas com os entrevistados que o número de pessoas nas famílias diminuiu nos últimos anos, seja porque os filhos adultos se mudaram da comunidade para os centros urbanos, seja porque as famílias recém-constituídas não contam com grande quantidade de filhos ou membros que possam contribuir no processo de trabalho. Segundo a Sra. Luzia Veiga “o trabalho com o feijão começa de agosto para setembro e vai terminar em novembro, mas dá muito trabalho. Às vezes, o feijão apodrece porque ninguém dava conta de apanhar” (caderno de campo, jun/14)

Esses impactos verificados nas famílias podem ser entendidos como resultantes das políticas de desenvolvimento implementadas na região, desde a década de 90, que impulsionaram a expansão da agropecuária e a industrialização da agricultura, ocasionando a expulsão das famílias de agricultores de muitas áreas e forçando o êxodo rural para inserção no mercado de trabalho industrial, seja urbano ou rural.

Outros cultivos presentes na comunidade são voltados exclusivamente para o consumo tanto no período da seca quanto da cheia. É o caso do plantio de hortaliças, cultivadas em canteiros suspensos, considerados tradicionais, geralmente construídos a partir do reaproveitamento de antigas canoas. As mulheres costumam ser as principais responsáveis por esses cultivos, com a reutilização de instrumentos de trabalho descartados pelos maridos, a canoa e a rede de pesca são os mais utilizados, como nas figuras a seguir:



Figura 76 - Canteiros suspensos construídos com canoas e protegidos com antigas redes de pesca, este com parte dos esteios aterrados pela última cheia

Figura 77 - Canteiros suspensos construídos com canoas e protegidos com antigas redes de pesca.

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Dentre as hortaliças cultivadas pelas mulheres as mais comuns são a cebolinha, chicória, pimenta de cheiro e couve. Observa-se também o cultivo no chão, no período da seca, de jerimum, batata, quiabo e maxixe, o excedente desses últimos é comercializado na sede municipal. Segundo os relatos das mulheres, os canteiros possuem vida e ficam bonitos somente até a chegada da cheia, quando a água dificulta a manutenção e a sobrevivência das plantas que passam a ser escassas. No período de seca, eles são construídos ao lado das casas, no período de cheia – na tentativa de mantê-los – os canteiros são transferidos para o interior dos terrenos, a fim de que continuem fornecendo “o tempero” para consumo das famílias.

Quanto ao cultivo de frutas, foram citadas a banana, o limão e a laranja, porém com grande desvantagem, devido ao tempo que demanda para dar frutos, de modo que a cheia costuma estragar a planta, antes que isso aconteça. A criação de animais de pequeno porte também é comum entre as famílias sendo uma atividade desenvolvida também sob a responsabilidade das mulheres, consiste na criação de galinhas e patos em pequenas quantidades que variam de 05 a 20 animais por família que fornecem e servem de alimento.

Assim como os canteiros, a criação de galinhas e patos é comum até a chegada da cheia, quando poucos desses animais conseguem sobreviver, por esse motivo, comumente são consumidos nesse período, tendo em vista ainda a escassez do peixe na cheia. Há o esforço das famílias em preservar os animais no período de cheia – constroem marombas nos galinheiros para acomodá-los, especialmente as consideradas chocadeiras principais (que produzem mais ovos e filhotes). Caso esses não sobrevivam à cheia é necessário adquirir novos animais, os que não são considerados chocadeiras principais são consumidos, dadas as dificuldades de mantê-los abrigados e alimentados.

Os animais são criados livremente nos terrenos, circulam pelo local durante o dia e, à noite, são acomodados em galinheiros e caixas construídas para protegê-los. Seus excrementos servem como fertilizantes para os canteiros, assim como os resíduos dos canteiros servem de alimentação para os animais, bem como, milho e grãos.



Figura 78 - Patos



Figura 79 - Caixa Chocadeira com ovos em galinheiro construído em madeira e palhas

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus



Figura 80 - Galinheiro construído em madeira e coberto por telha de alumínio para proteção dos animais no período de cheia podemos ver, na parte inferior, a marca do alcance da água, na cheia de 2015



Figura 81 - Galinhas acomodadas para o pernoite, em galinheiro construído com palhas e madeira

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A criação de animais de pequeno porte é uma atividade relevante no sistema agroextrativista e constitui uma estratégia das famílias amazônicas de produção e reprodução de suas condições materiais de vida, condicionada ao ciclo das águas (WITKOSKI, 2010: 237). Em Cassianã, essa dinâmica na criação de animais é marcada também pela valorização afetiva, especialmente por parte das mulheres, dos seus animais, cuja perda causa grande tristeza na família.

### 3.3.3 O sistema do extrativismo vegetal e madeireiro

Em Cassianã, o extrativismo é realizado por meio da coleta e extração de produtos florestais, no caso a madeira, apesar de outras comunidades da Resex desenvolverem atividades extrativistas de grande movimentação comercial como a extração da castanha da Amazônia, óleos vegetais (andiroba e copaíba) e a seringa, esta última ainda que atualmente, com pouca comercialização.

O extrativismo madeireiro, conforme o Plano de Utilização da Resex, é permitido apenas para o consumo das famílias. A atividade é integrada às práticas de agricultura, pesca e às necessidades socioculturais da comunidade para diversas finalidades de uso, como explica o Sr. Abel Vieira:

O extrativismo, a gente faz só mesmo para o consumo e é só a madeira. A gente faz a canoa de uso mesmo e eu sou contra a pessoa que tá aqui dentro e faz canoa pra vender, porque tá tirando da boca dos filhos. Outra vez a gente tira mais madeira é para o trabalho de construção da casa. Outras vezes a gente tira só para fazer lenha que a gente usa na farinha e é assim que eu faço [...]. Consegui [no último verão] derrubar uns mulateiros no machado para fazer lenha para farinha. A gente tira também estiva na subida da água, porque sem estiva a gente não pode nem subir nem descer de casa (Abel Vieira, 82 anos, agroextrativista, jun/14)

O Sr. Abel Vieira explica com detalhes as diversas finalidades do uso dos recursos madeireiros na comunidade, destacando a construção de canoas e casas, bem como, a lenha e estiva para possibilitar o caminho – entre a casa e o rio. O extrativismo madeireiro requer habilidades e força física identificada nos homens mais jovens da comunidade, exige conhecimento de uso do motosserra, machado, terçado e técnicas de identificação da madeira e sua derruba. Tal conhecimento, assim como o da agricultura e da pesca, é transmitido oralmente entre as gerações. Dentre as madeiras mais utilizadas na comunidade foram identificadas as seguintes:

<b>Espécies de Madeira</b>	<b>Formas de uso</b>
Maçaranduba – <i>manilkara huberi</i>	Construção de casas para moradia, casa e instrumentos de produção da farinha, galinheiro, paiol e canoas.
Mulateiro – <i>calycophyllum spruceanum</i>	Canoas, móveis, lenha, esteios e vigamentos
Piranheira – <i>piranhea trifoliata baill</i>	Lenha, caminhos, esteio, casas, galinheiros e instrumentos de produção da farinha, e vigamentos.
Seringueira – <i>hevea brasiliensis</i>	Móveis, assoalhos, marombas, esteios, casa de farinha

Quadro 11 - Formas de consumo das madeiras extraídas

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015

Elaboração: Silvânia de Deus

Como atividade complementar à agricultura, observa-se o extrativismo vegetal, por meio da coleta de galhos e retirada da madeira durante o verão e no período de enchente, para o armazenamento da lenha que será utilizada na farinha. A lenha exige, além da identificação e retirada da madeira do interior da floresta, a habilidade no corte e armazenamento, geralmente acomodada na casa de farinha, conforme imagem:



Figura 82 - Lenha armazenada na casa de farinha

Figura 83 - Lenha na casa de Farinha e protegido por palhas.

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A construção de canoas também é uma das finalidades mais comuns da extração de madeira. A canoa é o principal meio de transporte utilizado pelas famílias, como já sinalizado. Normalmente é confeccionada pelos homens, que contam com o auxílio das mulheres e filhos. Leva-se de um a dois dias, conforme a habilidade e disposição para o trabalho.



Figura 84 - Sr. Abel Vieira construindo canoa

Figura 85 - Sr. Abel após dois dias de trabalho na construção da canoa

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

A venda da madeira, seja *in natura* ou transformada em canoas, após a criação da Resex, é motivo de conflitos internos na comunidade, frente à proibição prevista no Plano de Utilização. Isso porque, antes da criação da reserva, essa atividade era intensa e constituía uma das fontes de renda das famílias. Ainda é muito grande a demanda pelo consumo de madeira em Lábrea e em toda região de fronteira do sul do Amazonas, o que faz da área de estudo, foco do desmatamento progressivo (arco do desmatamento), como já sinalizamos nos capítulos anteriores. Tal contexto, impõe aos agroextrativistas o dilema entre o conservar e o não conservar a madeira, já que ainda não existe um plano de manejo para esse recurso.

Esse conflito socioambiental vivenciado pelas famílias é expressivamente a principal mudança na comunidade após a criação da reserva, pois limitou a extrativismo madeireiro ao consumo da comunidade. Os agroextrativistas possuem grande habilidade e conhecimento acerca da qualidade da madeira, costumam identificar a madeira de qualidade na floresta no período de seca e a derruba para, no período de cheia, com a madeira submersa, transportá-la até a cidade, sendo, então, rebocadas pelos motores rabetas.

A pesca comercial também é proibida. Só é permitido pescar para o consumo das famílias, porém tal regra não causa tamanho conflito nas relações sociais da comunidade como a extração comercial da madeira, uma vez que, como alternativa à proibição da pesca, as famílias têm acesso ao Seguro Defeso.

Observamos que tais conflitos se legitimam por dois principais motivos, um diz respeito a diversidade de madeira de valor encontrada na floresta, ainda que com dificuldade devido a grande derrubada já ocorrida, o que não ocorre com os recursos pesqueiros mais apreciados no comércio local, ademais as famílias contam com o seguro defeso na época em

que não podem pescar. O outro motivo, refere-se à dinâmica do mercado local de Lábrea, onde a madeira é demandada para fabricação de móveis e abastecimento de lenha para padarias, sendo a venda ilegal desse recurso, realizada com facilidade. A construção histórica e social da região foi fundamentada no extrativismo vegetal, especialmente na retirada da madeira e da seringa, de modo que alguns agroextrativistas, que antes exerciam livremente atividades como operador de motosserra e marceneiro, apresentam resistência em abandonar a atividade, causando um incômodo na relação comunitária, diante dos acordos firmados entre os agroextrativistas e o Governo Federal para criação da reserva, como expressa a narrativa:

Tem briga aqui por causa da madeira, eles [quem tira madeira] acham que ganham, mas quando termina, o que eles gastam não dá nem de comprar a gasolina e eles querem só ficar tirando madeira para vender, não querem fazer outro trabalho. (Maria Inês, 29 anos, agroextrativista, jun/14)

A questão aqui é mais por causa da madeira, que as pessoas falam, mas por trás tiram. Teve um ano aqui que vinha gente até de fora para tirar madeira, mas depois começaram a falar com a maioria e pararam um pouco, mas ainda tiram madeira. (Maria de Nazaré Tavares, 39 anos, agroextrativista)

O estabelecimento desse dilema sociocultural entre o utilizar e o conservar, fundamenta-se no argumento da sustentabilidade que, no discurso governamental, tem como condição “a floresta em pé”. Esse dilema encontra-se em vários depoimentos dos agroextrativistas frente às dificuldades de cumprimento das regras referentes ao extrativismo madeireiro comercial que, uma vez proibido, não houve propostas alternativas a essa atividade, como expressa a Sra. Marlene Nascimento:

Ficou ruim para quem trabalha com serragem, porque antes de ser reserva a gente ia lá em Lábrea e quem pedia fulano tira uma madeira para mim, podia ir lá, subia no barranco tirava e vendia, mas essa madeira que os caras tiram é só para dá para os leões. Era bom, mas hoje é proibido e ninguém mais pode fazer isso (Marlene Nascimento, 50 anos, agroextrativista, jun/14)

As vantagens e desvantagem de tirar a madeira é um assunto polêmico na comunidade, uns argumentam sobre a necessidade e importância de respeitar a regra da reserva, visto que se trata de um acordo coletivo que fora discutido na comunidade. Outros justificam a necessidade da renda adquirida com a comercialização da madeira para o sustento e sobrevivência de sua família.

A ATAMP e o ICMbio buscam diminuir a atividade do desmatamento madeireiro, esclarecendo a relação de desvantagem entre trabalho e benefício, como estratégia também para enfraquecer a demanda dos poderosos da cidade pela madeira. Pois, como declara a Sra. Marlene, “a madeira é dada para os leões”, referindo-se aos madeireiros da cidade, que pagam

preços muito baixos aos agroextrativistas na compra da madeira e a repassa, por valor muito mais alto, para o mercado em Manaus (AM), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

A ausência de uma política de fiscalização da extração e do comércio indevido de madeira fortalece a demanda por esse produto de forma ilegal. É necessário criar uma política alternativa à extração comercial da madeira para as famílias agroextrativista, assim como a criação de uma cadeia produtiva sustentável para esse recurso, de modo que as famílias agroextrativistas, como principais conhecedoras dos recursos e das técnicas apropriadas para o seu manejo sustentável, sejam valorizadas pelo trabalho realizado.

Como podemos verificar nesse capítulo, a estrutura e serviços presentes na comunidade Cassianã, como educação, saúde, energia elétrica e fornecimento de água potável, ainda não atendem de forma suficiente as necessidades das famílias que consideram esses serviços bons (59%) por existirem e funcionarem, mas também os consideram ruins ou regulares (29% e 12% respectivamente) porque não atendem às famílias de forma satisfatória. A criação da Resex trouxe alguns benefícios políticos à comunidade, como a delimitação da área de reserva, assim, aqueles que se denominam “donos das terras” deixaram de exercer seu poder de mando sobre a área, diminuindo a exploração predatória. Trouxe também a transformação e renovação dos conflitos internos da comunidade devido aos limites impostos aos usos dos recursos naturais e a falta de fiscalização dos agentes externos.

A dinâmica da vida e do trabalho na comunidade movimenta-se a partir de uma relação material e simbólica com a natureza, que constitui o sistema produtivo agroextrativista na comunidade Cassianã e garante a conservação dos recursos naturais e da cultura da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade da Resex Médio Purus. Porém encontra dificuldades e interferências impostas pelas demandas de mercado que não permitem a sustentabilidade econômica das famílias por meio de seus trabalhos produtivos, especialmente aqueles relacionados à extração de madeira.

No próximo capítulo abordaremos as implicações do Programa Bolsa Verde no sistema produtivo da comunidade Cassianã e as expectativas dos comunitários frente às políticas socioambientais e à inclusão produtiva que, por fim, levará a conclusão do nosso estudo.

## **CAPÍTULO 4: O PROGRAMA BOLSA VERDE E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA AGROEXTRATIVISTA E NAS RELAÇÕES DA COMUNIDADE CASSIANÃ**

Agora tá melhor porque tem essa facilitação de renda e de empréstimo [...], mas a gente não sabe o que eles vão querer em troca, porque o governo é que nem banco dá com uma mão e puxa com a outra mais lá na frente.

(Francisca de Souza, 26 anos, agroextrativista durante entrevista realizada em junho de 2014)

Este capítulo tratará particularmente das ações até então desenvolvidas na comunidade Cassianã, por meio do Programa Bolsa Verde (PBV), com o objetivo de identificar as principais implicações dessas ações no trabalho e nas condições de vida das famílias agroextrativistas. Na percepção das famílias, o Programa Bolsa Verde é uma política governamental que não se apresenta com clareza, porque imprime incerteza e insegurança, conforme expresso pela Sra. Francisca de Souza na epígrafe do presente capítulo.

O Programa foi implementado na comunidade no ano de 2012. Antes de sua implementação, a ATAMP realizou um levantamento de campo para elaboração do perfil socioeconômico e cadastramento, no CadÚnico, das mais de 900 famílias da Resex Médio Purus. Essa ação tinha o objetivo de que as famílias aderissem ao Programa Bolsa Verde e a outros programas sociais do Governo Federal, a fim de promover o acesso a bens e serviços de cidadania, além de incentivar a inclusão produtiva rural, através do manejo dos diversos recursos naturais da Resex.

Até abril de 2016, 597 famílias da Resex Médio Purus eram atendidas pelo Programa Bolsa Verde (MMA, 2016). Desde 2012, a comunidade Cassianã é a que possui maior número de famílias da Resex cadastradas ao PBV, com aproximadamente 20 famílias inseridas, até o ano de 2015.

Os resultados discutidos neste capítulo foram obtidos por meio dos formulários de entrevista semiestruturadas, aplicados junto às 17 famílias da comunidade atendidas pelo PBV, outras 3 famílias atendidas pelo PBV não foram entrevistadas por não mais residirem na comunidade. Ao nos receber, as famílias expressaram suas visões, concepções e expectativas acerca do Programa e da possibilidade de inclusão produtiva.

#### 4.1 O atendimento das famílias agroextrativistas no Programa Bolsa Verde

Definido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como o programa do Governo Federal pioneiro na articulação da dimensão ambiental e social, o Programa Bolsa Verde, conforme o art. 1º da Lei nº. 12.512 de 14/10/2011, possui os seguintes objetivos:

- I – incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;
- II – promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural;
- III – incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional (BRASIL, 2011)

Como sinalizamos no capítulo 1, o Programa é uma ação estratégica integração do eixo de inclusão produtiva para a área rural do Plano Brasil Sem Miséria e tem como objetivo: aumentar as capacidades e oportunidades de acesso ao universo do trabalho. Para tanto, o PBV propõe a integração dos sistemas produtivos urbano e rural, visando o desenvolvimento socioeconômico do país.

Cabe lembrar que, entre as décadas de 60 e 90, a agricultura foi tomada como frente de expansão da economia brasileira por meio de um intenso processo de modernização agroindustrial. No governo de FHC, a agricultura familiar foi reconhecida como importante elemento de expansão econômica devido a sua capacidade de garantir o abastecimento interno e promover o país no competitivo mercado agrícola (LUSTOSA, 2012)

Essa nova concepção política e econômica acerca da agricultura familiar é consonante com o discurso referente à necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável, que integra, sem contradições, o mercado e os recursos naturais manejados. Nesse contexto, o processo tradicional de trabalho do campo é considerado sustentável e uma via de inclusão produtiva da população rural e dos povos tradicionais, deixando em destaque seus objetivos sociais, ambientais e econômicos, especialmente nas áreas onde o Estado acumula dívida ambiental e social com a população que compõe os bolsões de pobreza do país.

Em áreas de proteção ambiental, esse processo de modernização se refere a novas relações sociais e institucionais, promovidas pelo Estado para intensificação da exploração do trabalho e mercantilização dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, permite maior controle dos conflitos socioambientais, postos em evidência pelos movimentos sociais e organizações coletivas de trabalhadores rurais e povos tradicionais. Assim, o Estado incorpora parcialmente

essas demandas sociais num contexto de reformas produtivas, institucionais e sociais para atender os ditames da economia globalizada.

Nesse sentido, Ianni (1979) resgata que o Estado brasileiro, no período de 1964 a 1978, realizou uma política econômica agressiva e sistemática de subordinação da agricultura ao capital industrial. O autor destaca que nas “terras-do-sem-fim”, na Amazônia, o Estado favoreceu o desenvolvimento extensivo do capitalismo, com o incentivo à intensificação da produção no extrativismo, na agricultura e na pecuária.

Para Lustosa (2012), essas reformas buscaram direcionar os excedentes produzidos e regulados pelo capital, como a pobreza e a degradação ambiental, para a esfera de acumulação em sua dinâmica de contradição e desigualdades. Dessa forma, o Estado implementa um conjunto de políticas sociais emergenciais e compensatórias, em detrimento de políticas de direitos sociais e trabalhistas.

A exemplo do Programa Bolsa Verde, essas políticas incidem sobre necessidades primárias de sobrevivência das famílias, convocam a sociedade à responsabilidade de promover o bem-estar social, por meio do consumo em massa, para consolidar as reformas de minimização da proteção social do Estado e maior potencialização do desenvolvimento econômico.

Articulado ao Programa Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Verde é desenvolvido pela estratégia de focalização e seleção do público alvo. Esse processo é articulado pelo MDS e inaugura a condicionalidade ambiental às ações assistenciais de transferência de renda na esfera do Governo Federal. Portanto, aumenta o número de agricultores familiares, produtores rurais e povos tradicionais no CadÚnico (CAMPOS, 2014)

As políticas sociais atuais viabilizam o acesso à renda para aumentar o poder de compra e consumo das famílias, além de atender às necessidades de sobrevivência do mercado. Contudo, não alteraram as questões estruturais que pautam o dilema brasileiro tanto no âmbito da desigualdade fundiária rural quanto na precarização dos serviços de saúde, educação e habitação. Assim, atacam diretamente as condições e os meios de trabalho no campo, além de obterem amplo consenso na direção ideopolítica que legitima a lucratividade capitalista.

Paralelo ao projeto de acumulação produtiva, os objetivos do Programa Bolsa Verde apresentam-se promissores para o mercado de commodities, pois incentivam a conservação dos ecossistemas, promovem a cidadania e a capacitação técnica dos que exercem atividades

de alto valor para as novas especulações do capital e, por isso, passam a ocupar a função de “guardiões da floresta”<sup>72</sup>, como sinalizamos no capítulo 1.

No âmbito de sua operacionalização, o Programa está atrelado também a outras ações consonantes com seus objetivos. Essa perspectiva de integração expressa a estratégia engenhosa do governo para modernizar os padrões de governança, com o intuito de institucionalizar a participação social e tornar as ações governamentais cada vez mais complexas. Consequentemente, tem-se maior dificuldade de controle social das ações governamentais pela sociedade civil e maior distância do público-alvo dos mecanismos de reivindicações.

As ações de integração interministerial, presentes no Programa Bolsa Verde se referem à sua articulação legislativa ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PFAPR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fomes (MDS), os quais possuem como objetivos, respectivamente:

Art. 9º. :

I – estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade;

II – promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários;

III – incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional;

IV – incentivar a organização associativa e a cooperativa de seus beneficiários.

Art. 16º.:Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (BRASIL, 2011)

Esses programas trataram de reformulações das políticas que conduziram à expansão da agricultura nos anos 90 e das ações governamentais que deveriam caracterizar a chamada rota produtiva, prevista no Plano Brasil Sem Miséria, para o âmbito rural. Além disso, adotam a noção de território como espaço construído socialmente e caracterizado por especificidades, que partem em busca de ampliar as oportunidades de trabalho por meio da articulação do acesso à educação e das políticas sociais compensatórias (LUSTOSA, 2012, p. 156)

Nesse contexto, é importante ressaltar os aspectos contraditórios e complexos presentes no Programa Bolsa Verde e nos demais Programas a ele associados, já que o desemprego estrutural tem repercussões no mundo do trabalho. No contexto rural, através da modernização e industrialização da agricultura, desenvolveu-se a reorganização do trabalho,

---

<sup>72</sup> Denominação dada pelo discurso governamental, a partir das experiências das políticas de pagamento por serviços ambientais na América Latina.

tornando-o adequado às exigências de qualificação e flexibilização das novas relações de trabalho.

Dessa maneira, como afirma Lustosa (2012), o “novo mundo rural brasileiro” é configurado pelas noções governamentais emergidas desde os anos 90, que preveem a redução das distâncias entre o urbano e o rural, além de integrar as esferas do desenvolvimento regional, permitindo potencializar a capacidade técnica do trabalho rural, aumentando a exploração da mais valia, reduzindo os postos de trabalho rural e ampliando as formas de trabalho não agrícola, caracterizando a divisão social do trabalho.

Diante desse processo e do contexto da ambientalização dos conflitos socioambientais, evidencia-se que o Programa Bolsa Verde, em sua essência, reconhece a emergência de conflitos socioambientais. Nas esferas de participação, promovidas pelo Estado, onde os conflitos podem ser debatidos, é possível institucionalizá-los parcialmente, garantindo, assim, a manutenção do *status quo* da modernização conservadora e o intenso processo de inclusão do sistema produtivo rural às novas formas de exploração de trabalho e expansão de mercados.

Ao ser direcionado às famílias que residem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o Programa Bolsa Verde tem o potencial de provocar impactos sobre a identidade coletiva construída por grupos sociais, baseada em aspectos das condições de trabalho e dos modos de vida comuns.

Esses impactos referem-se à fragmentação das lutas sociais e ao enfraquecimento das representatividades políticas. Portanto, é um mecanismo que pode implicar o retrocesso da organização política dos grupos de luta, uma vez que as condicionalidades pactuadas para o atendimento no Programa<sup>73</sup> são também construídas coletivamente e aplicadas como “regras” comuns a serem seguidas. Entretanto, os critérios de seleção adotados no Programa não permitem que todas as famílias de uma UC sejam contempladas.

De acordo com o levantamento socioeconômico realizado pela ATAMP e o ICMbio, a Resex Médio Purus possui cerca de 900 famílias agroextrativistas, residentes nas 97 comunidades que compõem a reserva. Em 2016, segundo dados do MMA, 597 famílias já estão inseridas no Programa Bolsa Verde, por meio de seleção do CadÚnico. Assim, o não atendimento do restante das famílias da Resex é justificado pela suposição da falta de

---

<sup>73</sup> As condicionalidades ambientais a serem atendidas no Programa Bolsa Verde se referem ao Plano de Manejo ou Utilização de cada UC

documentação adequada ou do não atendimento ao critério de renda per capita familiar, correspondente a um quarto do salário mínimo, conforme determina o MDS.

Em Lábrea, o ICMbio possui um banco de dados institucional que registra e identifica as famílias atendidas em cada comunidade da Resex Médio Purus. O gestor da Resex é responsável por solicitar a inclusão das famílias no programa, bem como, viabilizar a assinatura do Termo de Compromisso.

Nesse contexto, a Resex é composta por uma dispersão de famílias atendidas e não atendidas pelo Programa. Isso se justifica, porque as famílias não foram atendidas para o processo de inclusão do programa, entretanto não são isentas do cumprimento das condicionalidades ambientais previstas no Plano de Utilização da reserva. Tais condições são: uso dos recursos naturais florestais e madeireiros e de extrativismo, somente para subsistência e consumo; comercialização dos recursos pesqueiros com respeito ao período de defesa e regras referentes ao tamanho dos recursos; em caso de abertura de novas áreas para o plantio e cultivo agrícola, respeitar o limite de 02 hectares por família/ano; dentre outras.

Desse modo, podemos inferir que o foco do Programa no atendimento às famílias em situação de extrema pobreza despolitiza a organização e os ganhos políticos dos agroextrativistas. Isso ocorre, porque a luta social desse grupo, antes mesmo da criação da reserva, propagou o Programa como uma possibilidade de ganho coletivo devido à especificidade de seu modo de vida e trabalho com a natureza.

Conforme análise dos argumentos de Silva (2012), a implementação de políticas de combate à pobreza com condicionalidades ambientais está fundamentada na tese do duplo caminho, que explica a relação entre pobreza e degradação ambiental. Essa teoria é pautada na falta de acesso ao mercado como causa para a degradação da natureza, assim, retira a problemática da esfera das relações sociais de produção, esgotando os estoques de recursos naturais, e amplia o desemprego estrutural, seja no campo ou na cidade.

Nessa perspectiva, a partir da luta social, a efetiva conquista dessas famílias é representada pela criação da Resex e pelo domínio político do território, que para o Estado é redirecionado à visão de uma política compensatória e não de conquista ou reconhecimento de direito socioambiental.

Para analisarmos a dinâmica desenvolvida desse processo e suas implicações nas condições de vida das famílias da comunidade Cassianã, apresentaremos os principais resultados do estudo, a partir das ações até então desenvolvidas em relação ao cumprimento ou não de seus objetivos, bem como de seus efeitos.

Antes de iniciarmos a análise a partir dos objetivos do Programa, é importante frisar que o responsável pela gestão atual do ICMbio é o Sr. José Maria Ferreira de Oliveira, personagem relevante na luta política e social da criação da Resex Médio Purus, além de considerar que os integrantes mais atuantes no Conselho Deliberativo da Resex são as lideranças comunitárias da reserva. Esses gestores desenvolvem as atividades administrativas, acompanham ações de fiscalização e deliberam sobre as questões relacionadas à gestão da reserva. Portanto, nesse contexto, incorporam atividades institucionais, especialmente, as que se referem à vigilância das famílias e às suas atividades de organização política.

Dentre as atribuições administrativas na gestão da Reserva Médio Purus está o acompanhamento das ações do Programa Bolsa Verde. Em síntese, essa atividade se constitui da inclusão ou exclusão das famílias ao Programa e da fiscalização do acordo estabelecido por meio do Plano de Utilização da Reserva.

Nesse sentido, o conhecimento das famílias da comunidade Cassianã acerca do Programa Bolsa Verde, não ocorreu por meio de equipe de Busca Ativa, como prevê o Plano Brasil Sem Miséria, mas sim, através da mobilização entre os agroextrativistas já inseridos na relação institucional. Isso foi possível por meio da articulação entre a ATAMP e ICMbio na gestão da Resex assim como por meio da mobilização e intensa comunicação entre os agroextrativistas que ocorre por meio da abordagem pessoal e reuniões coletivas, como apresentado nas narrativas a seguir:

O Zé Maria [da ATAMP na época] fez uma reunião com a gente e fez o cadastro de todo mundo para o Bolsa Verde (Rosa Franco dos Santos, 32 anos, agroextrativista, ago/15)

Eles vieram aqui [o Zé Maria com o pessoal da ATAMP] e fizeram uma reunião, falando que a gente ia receber um benefício chamado Bolsa Verde e que a gente ia tirar de três em três meses trezentos reais. Aí fizeram o cadastro (Francisca Souza da Silva, 28 anos, agroextrativista, jul/2014)

O Zé Maria veio aqui fez o cadastro. Demorou para chegar o retorno, passou bem dois anos, mas chegou (Maria de Nazaré Tavares do Nascimento, 39 anos, agroextrativista, ago/2015)

Foi o pessoal do ICMbio que trouxe esse programa aqui para a gente e foram explicando como funcionava. Eu fiz o cadastro e não tinha nem Bolsa Família, aí o meu [cartão] chegou e eu tinha só um papelzinho que o pessoal lá do cadastro do Bolsa Família tinham dado, acho que era o NIS, e depois que chegou o Bolsa Verde disseram que meu nome tinha vindo e meu cartão chegou lá na sede (Francisca de Souza Almeida, 26 anos, agroextrativista, jul/2014)

A absorção institucional da ATAMP pelo ICMbio permitiu que a associação realizasse os trabalhos de identificação e coleta de dados junto às famílias para se cadastrarem no Bolsa Verde. Assim, o interesse dos agroextrativistas foi viabilizado, resultando, ainda, na revisão dos cadastrados para acesso ao Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, as expectativas por melhorias das condições de vida e de acesso a bens e serviços sociais, especialmente aos programas de assistência social, indicam a adesão das famílias agroextrativistas ao projeto político a elas destinado, o qual objetiva no final a lucratividade do capital. O Sr. José Maria Ferreira de Oliveira justificou a necessidade do cadastro das famílias conforme relato:

Aqui em Lábrea não tinha essa equipe de Busca Ativa, se fosse esperar o pessoal da Prefeitura mandar pessoal para fazer o cadastro das famílias no CadÚnico iria demorar muito e como a gente já é acostumado a percorrer toda a Resex e dispunha de recurso ainda na ATAMP e o ICMbio doou para gente uma lancha. Aí a gente fez logo que era para agilizar a chegada do Programa Bolsa Verde, porque isso que foi solicitado pelo MMA. Então a Prefeitura fazia o cadastro de quem vinha à sede de Lábrea e a gente fazia das pessoas que não podiam vir (José Maria Ferreira de Oliveira, gestor da Resex Médio Purus, jan/2014)

Na narrativa, o gestor indica a fragilidade de funcionamento dos mecanismos públicos que deveriam operacionalizar as políticas sociais. Dessa maneira, as relações entre os agroextrativistas são motivadas por uma orientação social básica que tem o outro como referência a institucionalização da organização social dos agroextrativistas, pois visam incorporar institucionalmente os interesses coletivos (MARTINS, 2012).

Segundo o MDS, o serviço de Busca Ativa é formado por profissionais técnicos vinculados à esfera municipal ou estadual no âmbito da assistência social. Os serviços de Busca Ativa nas áreas rurais, deveria ocorrer por meio de uma equipe itinerante a fim viabilizar o atendimento às famílias residentes em lugares de difícil acesso (BRASIL, 2015)

Nesse contexto, em decorrência do abandono institucional das famílias da Resex por parte dos serviços de assistência social, os cadastros socioeconômicos realizados pela ATAMP possibilitaram a identificação de famílias que não possuíam documentos civis ou que já tinham realizado a inscrição no CadÚnico, mas nunca haviam recebido qualquer notícia sobre a inscrição no Programa Bolsa Família. Essa realidade demonstra que a funcionalidade da integração das ações públicas encontra obstáculos principalmente nos trâmites burocráticos que requerem a articulação entre as esferas governamentais. Assim, o atendimento das famílias pelas políticas sociais, quando ocorre, ganha aspecto de benesse e não de direito.

Nessa perspectiva, observamos ao longo da pesquisa, que a institucionalização da ATAMP implica uma progressiva transferência de responsabilidade das entidades políticas governamentais aos representantes dos agroextrativistas, conforme expressa o gestor da Resex:

[...] ainda hoje quem faz essa questão do cadastro pro Bolsa Verde é nós aqui e isso dá um pouco de trabalho. A gente pega as informações e envia para Brasília, quando vem já vem com o Bolsa Família também, então o pessoal vem muito aqui [no posto do ICMbio] para ver isso (José Maria de Oliveira, gestor da Resex Médio Purus, jul/2014)

Verifica-se ainda que o ICMbio, como instituição administradora da Resex, disponibiliza recursos materiais para viabilizar identificação e inserção das famílias ao PBV. Assim como, desempenha atividades de aspectos políticos, uma vez que o atual representante da Resex no ICMbio foi presidente da ATAMP e muito atuante em seu processo de implantação. Nesse sentido, as famílias permanecem associadas à ATAMP (82% das famílias entrevistadas) e têm como referência de representação política, o atual presidente da associação e o gestor do ICMbio. Todavia, vale ressaltar que a institucionalização das organizações sociais e de seus representantes se apresenta com uma duplicidade, porque garante a representatividade e visibilidade da luta social pelo exercício da hegemonia dos agroextrativistas, ao mesmo tempo que os insere como sujeitos no modelo de acumulação produtiva.

Portanto, a institucionalização dos movimentos sociais tende a ignorar a dimensão prática dos conflitos socioambientais (ALONSO; COSTA, 2002), ou seja, a escamotear a lógica dos interesses divergentes que permeiam os conflitos. Essa análise reduz as políticas direcionadas à resolução dos conflitos socioambientais apenas à questão democrática que fora viabilizada por meio do enquadramento estrito que, segundo Alonso e Costa (2002), é variável de acordo com o nível de disseminação da “consciência ecológica” entre os atores sociais e políticos envolvidos nesses conflitos. Então, os conflitos socioambientais não existiriam, a partir desse ponto de vista, a não ser no sentido de valor, sendo, por definição transitório, já que uma vez esclarecidos, os atores tenderiam a aderir a práticas sustentáveis (ALONSO E COSTA, 2002, p. 120).

Essa perspectiva pode ser observada na disseminação das condicionalidades impostas às famílias atendidas no Programa Bolsa Verde que, por meio da construção de uma consciência ecológica, se apresentaram como valor a ser aderido pelos agroextrativistas.

Entretanto, a questão prática da funcionalidade econômica e política da região em torno do uso dos recursos naturais não foi problematizada de forma abrangente e real.

A disseminação dessa consciência verde foi desenvolvida pela equipe da ATAMP no momento de adesão ao Programa. Das famílias agroextrativistas entrevistadas, 47% afirmaram ter participado de reuniões comunitárias que visavam explicar o funcionamento do Programa Bolsa Verde, a fim de que as famílias compreendessem o objetivo do programa de “preservar a natureza e a floresta e, por condicionalidade não desmatar, não fazer roça onde tem mata e não tirar madeira para venda” (CADERNO DE CAMPO, 2014-2015). Dessa maneira, as famílias agroextrativistas concebem o Programa Bolsa Verde como uma política de compensação, em troca da conservação ambiental e do não desmatamento. Essas famílias atribuem a vigilância e monitoramento dessa condicionalidade ao ICMBio, aos comunitários membros do Conselho Deliberativo da Resex e aos líderes comunitários que também são reconhecidos como responsáveis pelo programa e a quem as famílias recorrem em busca de informações para esclarecer dúvidas, fazer denúncias, resolver eventuais problemas relacionados ao Programa Bolsa Verde e até mesmo ao Programa Bolsa Família.

Nos itens seguintes apresentaremos as ações do Programa Bolsa Verde voltadas ao alcance de seus principais objetivos.

#### **4.2 O incentivo à conservação ambiental enquanto manutenção e uso sustentável do ecossistema**

Segundo a lei que instituiu o PBV como Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a conservação ambiental é entendida como “a manutenção e uso sustentável dos ecossistemas”(Lei nº. 12.512/2011, Art. 1º. alínea I ). Essa noção dá indícios de que a principal condicionalidade para garantir a conservação seria a imposição de limites a determinadas atividades de exploração e extração dos recursos naturais, entre as quais se destaca o não desmatamento.

Para Silva (2012), essa condicionalidade se trata de uma limitação extremamente técnica que objetiva racionalizar o uso dos recursos naturais e possui a tendência de escamotear as determinações sociais da questão ambiental e a lógica destrutiva do capital. Dessa forma, transfere para os trabalhadores e povos tradicionais da floresta a culpa pela degradação da natureza sem, no entanto, levar em consideração as relações de poder e de exploração construídas em torno da luta pelo domínio e exploração dos recursos naturais nos territórios.

Ao conceber a conservação como manutenção e uso sustentável dos ecossistemas, o PBV toma como critério a existência efetiva dos planos de manejo ou de utilização que regulam o acesso e o uso dos recursos naturais em determinados territórios, sejam eles unidades de conservação ou áreas rurais.

As regulações dos planos de manejo do PBV são consideradas pactos entre o Governo Federal e as famílias atendidas, a fim de garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Logo, a criação de áreas protegidas ganhou o rótulo de concessão territorial do Estado à sociedade civil (MARTINS, 2002) e não de conquista da luta social dos povos tradicionais e grupos de trabalhadores rurais. Tal perspectiva não põe em evidência os conflitos que permeiam as reais condições de vida e nem as determinações das desigualdades a que são submetidos os agroextrativistas. Dessa maneira, tenta, na verdade, compensar a destrutividade ambiental e social dos empreendimentos do capital e da globalização da economia.

No âmbito da Resex Médio Purus, o plano de manejo de diversos recursos naturais ainda se encontra em processo de formulação e implementação. O Plano de Utilização<sup>74</sup> da Resex regula e orienta os critérios, limites e proibições de atividades de trabalho e subsistência dos ecossistemas das comunidades, nos lagos e florestas do perímetro da reserva. Esse plano proíbe a extração da madeira para comercialização e restringe seu uso para atividades de subsistência das famílias ou uso comunitário, por exemplo, a retirada de lenha somente para construção de casas, canoas, casa de farinha, móveis, dentre outros. O plano também prevê o controle da venda e da pesca de “bicho de casco”, que durante muito tempo constituiu importante fonte de renda das famílias.

Em consequência das regulamentações do Plano de Utilização, muitos conflitos internos foram desenvolvidos. A permanência da comercialização da madeira, por exemplo, é justificada devido ao não atendimento de algumas famílias pelo Programa que, apesar de cadastradas, não foram selecionadas. Dessa forma, algumas famílias não teriam condições de abandonar a extração da madeira e satisfazer suas necessidades de sobrevivência, por isso continuam a comercializá-la, descumprindo o acordo coletivo do Plano de Utilização. Além disso, as famílias também sinalizam que a quantia repassada pelo PBV é insuficiente para atender suas necessidades de sobrevivência e inferior ao valor adquirido com a comercialização da madeira. As famílias que não cumprem a regulamentação ficam sujeitas às seguintes penalidades:

---

<sup>74</sup> Portaria n°. 126 de 08/11/2012 do ICMbio, conforme já sinalizamos.

Art. 148 - O morador será chamado para uma reunião na comunidade ou com a ATAMP. Em caso de reincidência, será comunicado ao ICMbio para que tome as medidas necessárias.

Art. 154 - A aplicação das penalidades ficará sob a responsabilidade do ICMbio conforme legislação vigente (art. 90 do decreto 6.514/08 “realizar quaisquer atividades ou adotar conduta em desacordo com os objetivos da unidade de conservação, ou seu plano de manejo e regulamentos – multa de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) a R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais). (BRASIL, 2012)

As condicionalidades previstas no Plano de Utilização e atreladas ao Programa Bolsa Verde tornaram apenas o “morador” da Resex como potencial transgressor das regras estabelecidas, além de possibilitar a aplicação de advertências e penalidades aos mesmos, o que pode causar forte impacto nas condições de sobrevivência das famílias, dado o seu perfil de baixa renda.

De forma contraditória, o Plano de Utilização, apesar de elaborado pelos agroextrativistas, não contempla a aplicação de penalidades a atores externos à reserva que praticarem exploração ou depredação dos recursos naturais, em especial da madeira. Costumeiramente, esses atores agenciam os moradores da reserva em atividades de exploração dos recursos madeireiros e em consequência, somente os agroextrativistas serão punidos. Assim, verifica-se que o Plano de utilização atua como um instrumento de “biopoder<sup>75</sup>” sob o controle da ação e do comportamento das pessoas, permitindo a constante vigilância nas relações sociais na Resex (FOUCAULT, 1993)

De modo geral, o uso conservacionista dos recursos naturais da comunidade Cassianã se identifica com os seguintes princípios: uso dos recursos naturais pela geração presente; prevenção do desperdício e o uso dos recursos naturais para benefício da coletividade (DIEGUES, 2004). Essa relação com a natureza garante a manutenção das principais fontes de sustento das famílias, através do rio, da floresta e da terra. Nessa estrutura, os agroextrativistas desenvolvem a conservação ambiental, diferente das relações estabelecidas pelos princípios do desenvolvimento sustentável que acabam sendo a eles incorporados devido à relação estabelecida entre o Estado, a sociedade e o mercado.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o uso ambientalmente correto dos recursos naturais é pautado por regulamentações técnicas coercitivas. A viabilidade econômica prevista nessa perspectiva indica a mercantilização dos bens ambientais como

---

<sup>75</sup> Para Foucault (1993), o biopoder se refere ao poder que exerce o Estado de regulamentar normas e submeter a população à elas, regendo formas de comportamentos. Desse modo, o autor apresenta a biopolítica como aquelas ações que buscam obter a subjugação de comportamentos e controle.

compensação à degradação promovida pelas grandes empresas. Entretanto, a justiça socioambiental implica ações que favorecem o consumo e não políticas que possam garantir o acesso aos direitos e serviços de cidadania.

Já a perspectiva da sustentabilidade promovida pelos agroextrativistas, não prevê a conservação pela via da vigilância e punição, mas sim, a partir da relação material e simbólica estabelecida com a natureza. Nesse cenário, os limites de sobrevivência do homem encontram consonância com a dinâmica da natureza, através de uma relação de equilíbrio, em que ambos possam se reproduzir, mesmo frente às determinações dos modos de vida exploratórios dos centros urbanos e da organização técnica do trabalho e da indústria.

Sob esse prisma, as políticas que se pretendem ser socioambientais evidenciam sua natureza complexa e contraditória. Isso é perceptível nas políticas emergentes que expressam a consciência de classe e a organização política da luta social e étnica dos diversos segmentos organizados dos trabalhadores rurais. Bem como, materializam os conflitos socioambientais no jogo de forças entre projetos societários distintos, através da apropriação pelo capital que visa dar viabilidade e legitimação à modernização conservadora.

A regulamentação do uso dos recursos naturais em áreas protegidas tem origem na determinação preservacionista, que foi referenciada na perspectiva norte americana de contemplação da natureza. Essa compreensão apresenta-se como um equívoco quando dissemina as condicionalidades do PBV às famílias, pois as Reservas Extrativistas requerem o uso dos recursos naturais de forma sustentável, não a simples proibição do uso dos recursos. Esse processo pode ser observado no incentivo ao desmatamento zero como condição de atendimento pelo PBV, o que implica proibir atividades socioculturais essenciais do modo de vida das famílias residentes nas Unidades de Conservação como o manejo madeireiro e a realização de roças nas atividades agrícolas.

Além disso, a compreensão errônea dos modos de conservação é capaz de gerar conflitos na relação de solidariedade e na identidade coletiva dos grupos sociais. Dessa forma, há urgência na formulação e implementação dos planos de manejo para atender as realidades vivenciadas em cada UC. É necessário definir estratégias que, baseadas na participação comunitária efetiva, visem equilibrar o uso dos recursos na unidade e não apenas proibi-los. Na comunidade Cassianã, a proibição da extração comercial da madeira, a não realização de roças em áreas de várzea da floresta e a limitação de 2 hectares/família para área de cultivo causaram impactos nas atividades de trabalho e, principalmente, mudanças nas relações sociais da comunidade como apresentamos no capítulo 3.

Dessa maneira, assim como no modelo de alta tecnologia da organização da produção nos chãos de fábrica, os agroextrativistas passaram a desempenhar o papel de vigilantes uns dos outros, fragilizando suas relações de solidariedade e de identidade coletiva, as quais constituem a comunidade, como por exemplo, a divisão de praias como apresentamos anteriormente. Diante dessas questões, novas configurações passaram a nortear as territorialidades das famílias agroextrativistas. Acerca da contribuição do Programa Bolsa Verde para a conservação dos recursos naturais na Resex Médio Purus, as famílias apresentam as seguintes concepções:

Eu acho que ajuda, porque o pessoal tá ganhando para não desmatar. Aqueles que têm consciência ficam quieto, mas aqueles que não têm ficam insistindo. Com o Bolsa Verde eles pararam mais de desmatar, de destruir a madeira (Maria Inês Veiga, 29 anos, jan/2014)

No meu ponto de vista eu acho que contribui sim. Antigamente derrubavam bastante, mas agora com esse benefício, muita gente tá preservando. Só derruba no caso de necessidade, para fazer uma canoa, uma casa. A gente pede do presidente da comunidade, às vezes, a gente fala com o Zé Maria e depois que eles autorizam a gente derruba (Odete Lima, 23 anos, agroextrativista, jan/2014)

É possível verificar na narrativa da Sra. Maria Inês a concepção do Programa Bolsa Verde como pagamento pelo não desmatamento. Esse posicionamento é atribuído à falta de “consciência”, ou seja, de convencimento de adesão ao acordo estabelecido entre o Governo Federal e a família. O relato da Sra. Odete Lima expressa o processo de autorização para a realização da extração da madeira na comunidade que, segundo o Plano de Utilização, deve ser buscado junto ao ICMbio, mediante a apresentação de justificativa e destino previsto para a madeira retirada.

As considerações das famílias nas entrevistas ainda indicaram que o Programa Bolsa Verde não contribui para a conservação dos recursos naturais da reserva, constituindo outro elemento do conflito em torno da condicionalidade de proibição de extração comercial da madeira, conforme relato a seguir:

Para falar a verdade os que desmatavam continuam desmatando [se referindo a pessoas externas e também à moradores da comunidade]. O Bolsa Verde não serviu para eles não! Porque se tivesse servido muitos deles tinham parado, mesmo os daqui, os que faziam derrubada na mata (Francisca da Silva, 28 anos, agroextrativista, ago/2015)

Não contribui, pelo menos aqui perto da nossa comunidade não ajudou em nada. Porque o pessoal fez foi invadir tudo [pessoas externas à comunidade]. Outro dia o Zé Maria fez uma reunião com nós e disse que esse benefício [o Bolsa Verde] era para preservar, para o pessoal se manter e não fazer derrubada, não tirar pau, para

preservar os peixes, os bichos de casco. Mas o pessoal tava era acabando com tudo, teve umas comunidades pra li que já até cortaram o Bolsa Verde, porque não estava adiantando nada (Raimundo Monteiro, 74 anos, agroextrativista, ago/2015)

Verifica-se o não consenso dos agroextrativistas sobre a principal condicionalidade do PBV, já que existe extração indevida da madeira. Dessa forma, os conflitos socioambientais em torno do uso dos recursos naturais, em destaque a extração comercial da madeira, ainda é muito presente na comunidade e envolve agentes internos e externos à Resex. Conforme narrativa do Sr. Raimundo Monteiro, não só a madeira como também os bichos de casco ainda são muito explorados de forma irregular, devido à grande apreciação cultural desses produtos e ao intenso mercado informal presente no município de Lábrea.

Essa dinâmica foi constatada na pesquisa de campo ao observar o cotidiano da comunidade, onde se percebe intenso barulho de motores das pequenas embarcações, navegando durante a noite, sem nenhum sinal de luz ou lanterna. O Sr. João Araújo nos explicou que:

Aqui na comunidade ninguém sai à noite assim, essa movimentação grande é gente de fora atrás de pegar os bichos de casco, eles ficam a noite toda passando e levando os bichos que acham nas praias, principalmente pra lí onde tem com mais facilidade, o que eles acharem, eles levam. Todo mundo sabe, mas quem vai atrás deles de noite no escuro? (Caderno de campo, 20/06/2014)

Baseando-se nessas informações, podemos dizer que a regulamentação de limites de acesso aos recursos naturais da Resex Médio Purus não impede a sua exploração depredativa, especialmente por sujeitos externos à reserva. Nesse cenário, os únicos empenhados em cumprir as condicionalidades são os agroextrativistas residentes na comunidade ou pelo menos a maioria deles, ressaltando ainda apenas eles são penalizados pela regulamentação do Programa Bolsa Verde. Essa dinâmica, então, interfere tanto no desenvolvimento das atividades que compõem seu universo cultural e simbólico, já que são incentivados a deixarem de realizá-las, quanto cria novas relações que remetem os comunitários ao papel de vigilantes da ordem, constantemente receosos de possível penalidade, caso haja o descumprimento das regras.

Também é importante sinalizar que o único critério de verificação da conservação ambiental do Programa Bolsa Verde é realizado pelo monitoramento da cobertura vegetal a partir de imagens de satélite, sem nenhum compromisso do Programa em identificar os responsáveis pelo desmatamento. Isso resulta no fortalecimento das relações de exploração do trabalho dos agroextrativistas pelos agenciadores da exploração de madeira, mantendo-os

como peões do extrativismo e escravos pelo endividamento, como discutido no capítulo 2, pois pessoas externas à comunidade agenciam os serviços dos agroextrativistas para extração de madeira ou caça de bicho de casco por exemplo. A dívida continua também sendo uma prática comum na relação entre as pessoas da comunidade e os comerciantes de Lábrea, sem contar o endividamento por empréstimos por meio das políticas de incentivo ao crédito rural.

Acerca dos conflitos como dinâmica integrante das relações sociais, Simmel (1983) afirma que os elementos divergentes conformam certa unidade. No contexto da Resex Médio Purus, o conflito pelo domínio da exploração e do uso dos recursos naturais, apresentam elementos de unidade os quais reforçam rupturas e continuidades das condições históricas de ocupação, exploração e desenvolvimento regional. Assim, o principal benefício identificado na comunidade Cassianã, com a criação da Resex, foi a libertação das famílias da submissão à exploração predatória dos recursos naturais por fazendeiros, políticos, grileiros, comerciantes e empresários, além da incorporação do sentimento de segurança e propriedade coletiva das comunidades de seus territórios e recursos. Entretanto, como vimos, mesmo com a tomada do controle da posse ilegal de terras, pela criação da Resex, a exploração e degradação dos recursos naturais por agentes externos não foi impedida. Dessa maneira, os inimigos da Resex deixaram de exercer seu poder legitimado pela posse das terras, para exercê-lo no âmbito da ilegalidade.

Nesse contexto, a reversão de papéis quanto ao controle da posse de terras se apresenta como um ganho para os agroextrativistas, pois legitima o seu poder de reivindicar proteção de seus territórios e contra a exploração indevida dos recursos. Contudo, as fragilidades dos órgãos de fiscalização ambiental, bem como, as superficiais estratégias de monitoramento do Programa Bolsa Verde, acabam por contribuir para a manutenção das relações de poder e exploração dos recursos naturais na Resex.

Estruturado na perspectiva de Simmel (1983) e na análise das dinâmicas objetivas e subjetivas do conflito da conservação ambiental da reserva, verifica-se duas principais necessidades para possibilitar a resolução do conflito, com favorecimento aos extrativistas. A primeira refere-se à urgência de adequação do plano de manejo à realidade vivenciada na reserva e suas relações socioeconômicas com o mercado de Lábrea. A segunda refere-se à necessidade de implantação efetiva de equipes de fiscalização do ICMbio e de outras instituições que monitorem os acordos estabelecidos para o uso dos recursos da reserva.

Além disso, é preciso atualizar as penalidades previstas no Plano de Utilização da Resex, tornando diferentes suas aplicações aos moradores da reserva e aos agentes externos. Dessa maneira, as penalidades sobre esses últimos devem ser mais rigorosas, dado o histórico

das relações de exploração socioeconômica e de domínio dos recursos naturais praticadas por eles (comerciantes, fazendeiros, políticos e grileiros), que também atuam como agenciadores da degradação ambiental.

Diante desse contexto e das narrativas dos agroextrativistas, verifica-se que o objetivo de incentivar a sustentabilidade e a conservação ambiental do PBV, mediado através do Plano de Utilização da Resex Médio Purus, é distante da realidade vivenciada pelas famílias da comunidade Cassianã. Pois, a proibição e limitação das atividades já desenvolvidas pela comunidade, sem inibição dos atores externos que mais causam o desmatamento e depredação do ambiente, causa um intenso dissenso entre as famílias agroextrativistas em relação à regularização dos critérios previstos no Plano de Utilização e disseminados como condicionalidade do Programa Bolsa Verde.

Diante desse conflito interno, o processo de retomada do consenso é então desenvolvido por líderes que, após a criação da reserva e instituição do Conselho Deliberativo, passaram a exercer a função de conselheiros. Por meio do exercício dessa função, ocorre a disseminação das orientações acerca do plano de utilização e da compreensão da sustentabilidade, articulado dessa vez à linguagem da comunidade. Entretanto, a ausência de alternativas no manejo e integração da cadeia de produção sustentável, a fim de garantir o equilíbrio e a valorização econômica das famílias agroextrativistas confronta a ideia preservacionista de proibição das atividades sustentáveis. Com isso, as perspectivas das famílias de obterem melhorias de renda e qualidade de vida, como resultado da criação da Resex, se tornaram uma espera morosa.

Dentre os desafios de formular e implementar um plano de manejo dos recursos naturais da reserva está, principalmente, a insuficiência de recursos humanos, uma vez que essa abordagem requer envolvimento multidisciplinar e especial participação dos agroextrativistas para conduzir o processo de construção de um plano amplo, que possa abranger a diversidade e complexidade dos diversos ecossistemas que compõem a Resex e as inúmeras possibilidades de manejo em cada um deles. Essa multidisciplinaridade deve ser contar especialmente com os agroextrativistas de modo de seus interesses possam ser atendidos no Plano de Manejo.

A consideração dessa diversidade é relevante no sentido de que as famílias agroextrativistas não sejam obrigadas a se voltarem para a produção de monoculturas, em detrimento de outras atividades que compõem seu modo de vida e sua reprodução material e social. Esclarecendo ainda, que a imposição e incentivo ao aumento da produção em alta

escala não condiz com a dinâmica da relação homem e natureza constituída na política da Resex, como observado no capítulo 3.

Acerca da vigilância dos acordos do plano de utilização, verifica-se que a responsabilização dos conselheiros é permeada por ameaças e constrangimentos entre os comunitários e, especialmente, com os atores externos. Pois, como sinaliza o relato do Sr. João Araújo, muitos desses atores circulam pela área da reserva com porte de arma. Normalmente esses atores são enviados por pessoas de forte poder econômico e influência política em Lábrea, que submetem os agroextrativistas, assim como trabalhadores pobres da cidade, a seus mandos na exploração e retirada indevida dos recursos naturais da reserva. Assim, a punição referente à perda ou saída do Programa Bolsa Verde constitui uma medida que pouco influenciará na diminuição da exploração da madeira e demais recursos da Resex, já que os principais exploradores – fazendeiros, comerciantes, empresários e políticos – pouco são alvo de medidas coercitivas e vigilância que possam frear ou punir suas ações.

Além disso, verificou-se que 65% das famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã não deixaram ou modificaram o modo de desenvolver suas atividades de trabalho na pesca, no extrativismo e na agricultura, mesmo após a criação da reserva ou adesão ao Programa Bolsa Verde. Essa realidade confirma os indícios de que as atividades predatórias ocorridas na Resex são praticadas majoritariamente por atores externos e reafirma o modo sustentável de uso e trabalho das famílias agroextrativistas com os recursos naturais. As senhoras Francisca Almeida e Rosa Franco têm as seguintes concepções:

É utilizar do nosso recurso sem acabar, é ter um plano de manejo, ter a quantidade e o tamanho certo que pode pegar [se referindo aos peixes como exemplo]. Aí sim a gente tá sendo sustentável e, no caso eles [o ICMbio] estão liberando para gente fazer isso, a gente não tá fazendo por conta própria. Eles estão lá no meio todo o tempo. O maior responsável é a gente que mora aqui, seria a gente com a ajuda do governo, porque só a gente não dá (Francisca Almeida, 26 anos, agroextrativista, ago/2015)

É a pessoa conseguir as coisas sem precisar derrubar a floresta, sem tá acabando com tudo (Rosa Franco, 32 anos, agroextrativista, ago/2015)

Nas narrativas descritas, observa-se a referência ao Plano de Utilização da Resex e à ação de vigilância e controle do ICMbio incutidos nos discursos. Ao analisar o processo histórico de organização associativa dos agroextrativistas até a sua institucionalização integradora no âmbito da gestão da Resex Médio Purus - sob a ótica da configuração do Estado em Gramsci (1997) - verifica-se que a integração das ideologias das classes

subalternas à ordem, se trata de uma estratégia política minimizadora da possibilidade concreta de autonomia. Logo, traduz redução da liberdade e aumento das possibilidades de convencimento e adequação à totalidade concreta da dinâmica dominante.

Outros 35% das famílias agroextrativistas argumentaram o abandono de pelo menos uma de suas atividades de trabalho, sendo a maioria referente à comercialização de madeira, ou a mudança da forma como as desenvolviam, a fim de se adequarem às novas normas de uso dos recursos naturais da reserva e permanecerem no Programa Bolsa Verde, conforme explicitado:

A gente não derruba mais [árvores] para vender, a maioria do pessoal parou de fazer isso (Odete Lima, 23 anos, agroextrativista, jul/2014)

Eu gosto de trabalhar, mas dentro do termo que eles [se referindo ao ICMbio] querem dentro da reserva, porque eles querem ver a floresta crescer e isso é muito difícil aqui. Porque no nosso trabalho tem que derrubar para sobreviver. Nesse termo, para mim, ficar sentado seria melhor, porque eles não querem mais que faça roçado dentro da mata como era antes, só é permitido fazer roçado na praia e na praia quando alaga a gente perde tudo, as bananas que a gente planta, perde tudo que a gente plantou e isso vai dando desgosto na gente, já plantei melancia aí e o barranco levou tudo. A gente faz um trabalho e ao mesmo tempo o perde (Francisca de Souza Almeida, 26 anos, agroextrativista, jun/14)

Por meio das narrativas é possível perceber que, com o intuito de atender a um dos objetivos do Programa Bolsa Verde – de manter a cobertura vegetal da área protegida – os gestores da Resex Médio Purus disseminam na comunidade uma ideia equivocada sobre o ato de desmatar dentro da área da Resex. Portanto, conforme Araújo (2012), o desmatar constitui um reflexo da situação socioeconômica e cultural do extrator e das reservas extrativistas. Essa condição evidencia a contradição do Programa Bolsa Verde como estratégia de inclusão produtiva rural intermediada pela intensificação da produção agrícola. Isso ocorre, pois, se houver intensificação da produção, de modo que os preços dos produtos agrícolas superem os do extrativismo ou da pesca, será inevitável o desmatamento para realizar e expandir os roçados das famílias.

Nesse contexto, concordamos com Araújo (2012) quando afirma que a criação das reservas extrativistas não pode desconsiderar o contexto local em que estão inseridas, especialmente no que se refere às relações de força presentes no mercado. Caso contrário, resultará apenas na criação de novos conflitos sem, portanto, solucionar os já existentes.

Ainda como consequência da proibição do comércio da madeira, verifica-se a mobilidade da força de trabalho, antes atuante nessa atividade, para os centros urbanos ou para a exploração de áreas fora do perímetro da reserva. Nesse cenário, é importante que, conforme Eloi (2014), essa força de trabalho se torne disponível às relações de trabalho flexíveis. Assim, a regulamentação de limites às atividades socioculturais das famílias é um fator que colabora para maior disponibilidade dos agroextrativistas a outras relações de trabalho, como pode ser identificado na narrativa do Sr. Edinaldo Braga Monteiro que, após a criação da reserva e ser incluído no Programa Bolsa Verde, deixou de exercer a atividade de carpintaria que praticava na comunidade Cassianã.

No passado, a gente tirava madeira, agora a gente nunca mais cortou madeira desse lado, a não ser para fazer casa na comunidade. Eu trabalhava na carpintaria, mas agora tenho que trabalhar fora daqui, quando as pessoas me chamam para fazer algum trabalho, já trabalho agora para outras pessoas (Edinaldo Braga Monteiro, 38 anos, agroextrativista e carpinteiro, jan/2014)

Ainda nesse âmbito, o extrativismo da madeira constituía uma das principais fontes de renda que mantinham as necessidades das famílias antes da criação da Resex. Diante dessa e das constatações anteriores, é visível a urgência de um plano de manejo que atenda às diversas atividades da Resex e busque valorizar o trabalho dos agroextrativistas. Nesse sentido, a atual gestão da Resex concentra esforços na regulamentação da experiência do manejo do pirarucu, principalmente nas comunidades de abrangência dos lagos.

No caso da comunidade Cassianã, localizada em área de várzea, seu maior potencial produtivo está na agricultura familiar. Nesse sentido, ocorre a necessidade de reinventar a estrutura da cadeia produtiva estabelecida entre a Resex e o mercado das feiras livres, comércios, associações e cooperativas de Lábrea, que compram os produtos das famílias.

No porto de Lábrea é possível observar grande movimentação das transportadoras que escoam os produtos agroextrativistas da Resex para Manaus (AM), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO). Segundo as famílias entrevistadas, o mercado de madeira ainda é grande e esse recurso é facilmente comercializada em Lábrea. Nessa realidade, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) trimestrais pagos pelo PBV ao agroextrativista é inferior ao valor que seria adquirido com a venda da madeira. Essa trama configura um dilema entre o conservar e o não conservar, o derrubar e o não derrubar a madeira para atender às suas necessidades emergenciais, como expressado no relato da Sra. Francisca Souza:

O valor do Bolsa Verde é menor do que a venda de pescado ou outro recurso, só na madeira eles fazem mais de mil reais, depende do tamanho e da grossura dela. Muita gente corre o risco é de cair o pau na cabeça como já aconteceu aí, mas não tem outro jeito, às vezes é obrigado a tirar mesmo a madeira (Francisca Souza, 26 anos, jun/2014)

Nessa concepção, conforme Silva (2012) torna-se evidente a dualidade entre sustentabilidade ambiental e social que, ao considerar as iniciativas voltadas à proteção ambiental e por estar submetida à lógica da lucratividade, afeta de formas distintas as classes sociais. Isso implica necessariamente numa insustentabilidade social, já que, em um só movimento, o processo de acumulação aprofunda a exploração do trabalho humano, promove o desemprego, a precarização das relações, a redução de direitos sociais e intensifica a dilapidação ambiental (SILVA, 2012, p. 108). Tais implicações se apresentam no contexto amazônico como graves consequências que acarretam a precarização das condições materiais e simbólica de reprodução dos povos tradicionais.

#### **4.3 O aumento da renda e a saída das famílias da situação de extrema pobreza**

O segundo objetivo do Programa Bolsa Verde é a saída das famílias da situação de extrema pobreza por meio da transferência de renda e, corresponde ao primeiro eixo de atuação proposto no PBSM. Como analisado anteriormente, essa política causa um aumento da renda das famílias, porém não o suficiente para o atendimento de suas necessidades.

Na concepção das famílias agroextrativistas, a renda se constitui de recursos financeiros advindos de diversas fontes, como do trabalho, seja ele na pesca, agricultura ou extrativismo; das políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, Bolsa Verde, Seguro Defeso, etc. e das aposentadorias ou benefícios previdenciários eventuais como auxílio doença e salário maternidade.

O valor da renda advinda do trabalho agroextrativista depende da quantidade e qualidade da produção, além da dinâmica dos ecossistemas regionais ao longo do ano, conforme o quadro das atividades produtivas, apresentado no quadro 12. A renda advinda da Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA), conhecido popularmente como Seguro Defeso, ocorre no período anual de reprodução dos peixes (com duração de até cinco meses). A renda advinda do Programa Bolsa Verde chega às famílias trimestralmente. E por fim, mensalmente, a aposentadoria (para aqueles que a possui) e o Programa Bolsa

Família que, para algumas famílias, pode constituir a única fonte de renda do mês, de acordo com as mudanças do período produtivo.

Na construção do calendário a seguir é possível visualizar a renda anual de uma família que não possui pessoas aposentadas. Considera-se janeiro como o mês inicial de atendimento no Programa Bolsa Verde para melhor visualizar a temporalidade do acesso à renda, a partir das características mais comuns apresentadas pelas famílias da Comunidade Cassianã:

Fonte de renda/mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bolsa Família												
Bolsa Verde												
Seguro Defeso												
Produção Agrícola												

Quadro 12 - Calendário anual de acesso à renda

Fonte: Pesquisa de campo 2014-2015.

Elaboração: Silvânia de Deus

Cabe destacar que, para as famílias agroextrativistas, as principais fontes de sobrevivência não se resumem apenas a rendas pecuniárias, mas também ao trabalho com a pesca, agricultura e extrativismo, pelo qual é possível garantir o acesso a bens materiais e simbólicos de reprodução sem a mediação do dinheiro. Desse modo, a concepção de renda e fonte de sustento dos entrevistados se distingue por sua origem e temporalidade, devido aos elementos culturais e simbólicos tradicionais, que dão sentido e significado ao trabalho agroextrativista como práxis de produção e reprodução social, cultural e ambiental de seu sistema produtivo.

Essa observação é importante porque, ao informar a renda mensal as famílias consideraram seu cálculo a partir do valor médio que necessitam para garantir sua reprodução material e a manutenção de seus meios e instrumentos de trabalho. Esses valores corresponderam ao mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) e ao máximo de R\$ 1.448,00 (um

mil quatrocentos e quarenta e oito reais) por família, ou seja, menor que um salário mínimo e no máximo dois salários mínimos<sup>76</sup>.

Segundo dados da pesquisa, 53% das famílias da comunidade sobrevivem com renda mensal menor que um salário mínimo, composta principalmente pelos recursos oriundos do Programa Bolsa Família e Bolsa Verde. Cerca de 35% possui renda mensal de até um salário mínimo, composta pela combinação dos recursos dos mesmos programas, acrescido do trabalho remunerado não agrícola, identificados como “bicos” na prestação de serviços diversos na comunidade e na sede do município de Lábrea. Os outros 12% compõem renda de até dois salários mínimos, composta da combinação de recursos advindos de trabalhos esporádicos ou por contratos, aposentadorias, e dos programas sociais.

Devemos ainda considerar que, a depender da quantidade de membros das famílias, mesmo aquelas que possuem renda maior que um salário mínimo podem ser inseridas na condição de extrema pobreza, devido ao cálculo de critério de renda per capita por família. Esse valor é obtido pela soma total dos rendimentos da família e dividido pelo número de integrantes. O resultado é então utilizado como um dos critérios para inserção nos programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Bolsa Verde. Essa medida segue a orientação do Banco Mundial, que define o valor mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver por dia, uma vez que as necessidades primárias de sobrevivência são acessíveis na sociedade capitalista por meio da comercialização.

Segundo o MDS, considera-se em situação de extrema pobreza a família com renda per capita menor ou igual a um quarto do salário mínimo, ou seja, R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por pessoa. As famílias consideradas pobres são as que possuem renda per capita entre R\$ 77,01 (setenta e sete reais e um centavo) e R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e aquelas com a renda acima desse valor não são consideradas pobres, portanto, não são atendidas pelos programas sociais. Essa abordagem, a partir de parâmetros micro e individualizados, em detrimento do caráter universal da política como direito social, é contrária à concepção coletiva das famílias que residem na Resex. Isso constitui, na comunidade Cassianã, um dos elementos geradores do conflito referente, principalmente, à derrubada florestal, pois, uma vez que todos os residentes na reserva compartilham da responsabilidade de cumprir com as regras do Plano de Utilização, deveriam ter garantia de acesso ao Programa Bolsa Verde, independente de sua renda per capita familiar.

---

<sup>76</sup> Considerando o valor base do salário mínimo de R\$ 724,00, no ano de 2014, quando iniciamos as atividades de pesquisa de campo.

Observa-se no quadro 12 como o valor da renda de uma família pode variar, conforme os meses do ano. Essa temporalidade de renda é advinda das políticas sociais, como o Bolsa Verde e o Seguro Defeso, consideradas fonte segura de renda, porque independe da produção do trabalho da família, contudo é de determinação periódica. Assim, as famílias dinamizam continuamente uma relação de entrada e saída da situação de extrema pobreza, instaurando um cenário permanente de vulnerabilidade familiar.

Nesse ínterim, segundo Lustosa (2012), políticas compensatórias de combate à pobreza são desenvolvidas, em detrimento do direito ao trabalho e, no meio rural, em detrimento às políticas de reforma agrária que é a forma de garantir o direito à terra, trabalho e produção dos agricultores, fazendo assim expandir a desigualdade no campo, mesmo diante do aumento do acesso à renda, pois, para a autora, o capitalismo, além de seletivo é absolutamente contrário à autonomia de trabalho (Lustosa, 2012, p. 235)

Nesse contexto, os dados do IPEA mostram que a renda per capita média do município de Lábrea cresceu 49,85% no período entre 1990 e 2010. Porém também indicam o aumento da concentração de renda, por meio da elevação do Índice de Gini<sup>77</sup> entre 1991(0,63) e 2000 (0,66) o que revela a má distribuição de renda e o aumento da pobreza nesse período. Já em 2010 houve redução da desigualdade de renda, com Índice de Gini caindo para 0,59.

<b>Renda, Pobreza e Desigualdade - Lábrea – AM</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Renda per capita (em R\$)</b>	151,90	136,22	227,62
<b>% de extremamente pobres</b>	45,84	51,67	33,28
<b>% de pobres</b>	78,77	75,67	52,41
<b>Índice de Gini</b>	0,63	0,66	0,59

Tabela 1: Renda, Pobreza e desigualdade – Lábrea (AM)  
Fonte: IPEA, 2016

Observa-se, portanto, que, entre 1991 e 2010, a situação de extrema pobreza aumentou e posteriormente reduziu, indicando a flutuação da renda familiar constatada na

<sup>77</sup> Segundo o IPEA o índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

comunidade Cassianã, devido às diferentes temporalidades que permitem a combinação de rendas advindas de políticas sociais ou do trabalho agroextrativista.

Desse modo, o aumento da renda não constitui o único elemento ou pelo menos não é o suficiente, para retirar e manter as famílias fora da situação de extrema pobreza e proporcionar melhores condições de vida. Entretanto, resulta no atendimento às necessidades de sobrevivência do mercado, uma vez que permite maior poder de consumo. Essa trama também se trata de um processo político e econômico contraditório que tem por dilema atender às necessidades sociais com recursos escassos, inserido em uma lógica capitalista, segundo a qual a riqueza deve ser gerada cada vez mais por meio de atividades economicamente rentáveis (PEREIRA, 2013)

Por isso, o aumento da renda das famílias devido ao acesso ao Programa Bolsa Verde atende a duas tendências do capital contemporâneo: a mercantilização da natureza e o incentivo ao consumo, ambos como vetores do crescimento econômico local para inclusão no mercado globalizado.

Outra fonte de renda das famílias da comunidade Cassianã é a prestação de serviços pagos pela Prefeitura à escola da comunidade. Os trabalhos desenvolvidos são os de uma merendeira e de dois canoieiros, responsáveis por transportarem os alunos em período de cheia dos rios (enquanto as águas não invadem a escola), porém o pagamento dos salários não ocorre de forma regular e costuma atrasar de 3 a 9 meses, em média, agravando os períodos em que as famílias se encontram em situação de extrema pobreza e, conseqüente, condição de insegurança e instabilidade, conforme expressam as narrativas:

A gente nem conta com o dinheiro do pagamento, às vezes eles pagam no mês, mas a maioria das vezes não, só sai com atraso no mínimo de 3 meses (Raimundo Veiga, canoieiro e agroextrativista, ago/2015)

A gente fica é de 9 meses sem receber e aí, quando sai vem tudo de uma vez ou de duas vezes. A gente fica esperando e torcendo para que eles não deixem de mandar é a merenda da escola e o combustível para o canoieiro trabalhar (Cosma de Souza, merendeira e agroextrativista, ago/2015)

A narrativa descrita expressa o descaso e o desrespeito da Prefeitura de Lábrea com a manutenção dos serviços sob sua responsabilidade e com os direitos dos trabalhadores, que continuam a realizar as atividades, por meio da colaboração coletiva, a fim de atender às necessidades da comunidade e esperançosos de que receberão seus salários. Nessa realidade, Brandenburg (2013) afirma que, em decorrência do processo de modernização agrícola e das

modificações nas bases produtivas rurais nas últimas décadas, algumas regiões rurais brasileiras aumentaram as ocupações não agrícolas, especialmente nos setores de serviços, refletindo, assim a precarização do trabalho rural.

No âmbito da prestação de serviços à esfera pública pelos trabalhadores da comunidade Cassianã, ao assumirem as responsabilidades de manutenção dos serviços na escola, a parceria governamental reforça o aspecto ideológico da benemerência na prestação do serviço na comunidade. Dessa maneira, transfere as responsabilidades para os interessados no serviço, inserindo os agroextrativistas nas relações de precarização do trabalho.

Nesse sentido, Yazbek (2012) discorre que:

Na contemporaneidade, é bom lembrar que a pobreza é uma face do descarte da mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão na qual o trabalho, fonte de riqueza social, sofre os efeitos devastadores das mudanças que vem ocorrendo no processo de acumulação, com a reestruturação produtiva e com “financeirização” do capital em andamento nas últimas décadas. Expansão que cria uma população de trabalhadores precarizados, que tramitam à margem do trabalho e das formas de trocas socialmente reconhecidas. Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente de instabilidade e de insegurança no trabalho [...] que em sua essência representam uma mesma ordenação da vida social. (YAZBEK, 2012, p. 293-294)

A partir dessa análise e da efetiva permanência do trabalho escravo e exploração pelo endividamento em Lábrea, conforme identificado na pesquisa, pode-se afirmar que:

[...] o sistema de aviamento marcou o desenvolvimento econômico e social da região, esculpiu um modelo muito particular de relação (assimétrica) entre credores e devedores, patrões e fregueses, presentes nos dias de hoje sob nova roupagem e com outros personagens em cena. (SANTOS 2011, p. 18)

Desse modo, Iamomoto (2012) assevera que as atuais políticas sociais compensatórias sob a ideologia “do mando e do favor” trazem embutidas as relações de subordinação, nas quais “os incompatíveis saem de mãos dadas” e o liberalismo passa a legitimar o arbítrio, sendo a compensação, não apenas material, mas simbólica. Pois, o beneficiado “só é favorecido porque não é escravo”, mas não é escravo, apenas aparentemente, porque passa a ser atendido por políticas sociais que, no caso da região sul do Amazonas, por muito tempo não chegaram, devido ao exercício do poderio local na manutenção de suas relações de poder.

Em outra abordagem, o Programa Bolsa Verde também foi um marco no que se refere no acesso dos agroextrativistas às políticas socioambientais, pois, no momento da

criação da Resex Médio Purus, o levantamento socioeconômico realizado contribuiu para identificar e viabilizar as necessidades de serviços básicos de cidadania como os de documentação civil e inscrição no CadÚnico. Essa medida possibilitou a incorporação das famílias ao Programa Bolsa Família e Bolsa Verde, ou seja, o acesso a políticas sociais inaugura a identidade de cidadão dos agroextrativistas, ao mesmo tempo em que os inclui na atual dinâmica das relações de produção engendradas para o setor rural e ambiental.

A pesquisa de campo corrobora que o recurso monetário do Programa Bolsa Verde contribui para o sustento da família e é utilizado basicamente para compra de produtos alimentícios que não são produzidos em suas atividades agroextrativistas como açúcar, arroz, café, biscoitos, sal e óleo de cozinha. Na narrativa da Sra. Maria Inês, o dinheiro advindo do Programa Bolsa Verde:

Contribui para o nosso sustento. Porque só com o Bolsa Família é muito pouco para a gente fazer as compras. Antes desse dinheiro [Bolsa Verde] a pessoa passava o verão todinho sem pegar num centavo. Depois que começou o Bolsa Família aí todo mês nós recebemos dinheiro e com o Bolsa Verde ficou mais fácil, mas antes se passava o verão todinho e só pegava em dinheiro quando vendia o feijão (Maria Inês Veiga, 29 anos, agroextrativista, jan/2014)

Para a Sra. Marilene Nascimento,

O Bolsa Verde ajuda porque no mês que eu vou tirar o meu dinheiro, eu tiro R\$226,00 do Bolsa Família. Aí no mês que cai o Bolsa Verde já aumenta o meu rancho (Marlene Nascimento, 50 anos, agroextrativista, jul/2014)

Os relatos expressam a importância dos recursos do Programa Bolsa Verde e do Programa Bolsa Família para garantir a sobrevivência alimentar das famílias. Nessa reflexão, questões acerca do trabalho agroextrativista podem ser levantadas, primeiro quanto à condição progressiva de diminuição dos recursos naturais na área de reserva, como a redução do pescado no rio Purus que foi sinalizada pelas famílias e descrita no capítulo anterior e, por último, a mobilização da força de trabalho para atividades não agrícolas.

Nesse contexto, dados do IPEA de 2010 revelam que 51,12% da população de Lábrea, acima de 18 anos, exercia alguma atividade no setor agropecuário<sup>78</sup>, 0,00% na indústria extrativa, 3,78% na indústria de transformação, 4,14% no setor de construção, 0,5%

---

<sup>78</sup> Como verificado no Plano de Utilização da Resex Médio Purus a agropecuária é uma atividade pouco desenvolvida pelas famílias agroextrativistas na Resex devido as condições geográficas, a viabilidade econômica para as famílias uma vez que a atividade requer investimento alto de recursos e criação de grandes pastos. Essa atividade é geralmente desenvolvida na região de Lábrea por grandes Fazendeiros ou empresas agropecuárias.

nos setores de utilidade pública e 9,31% no comércio. A partir da análise dos dados, é perceptível o não investimento no potencial extrativista do município e a dificuldade em construir uma cadeia produtiva de inserção dos produtos da reserva, a fim de investir e valorizar o trabalho dos povos tradicionais. Todavia, percebe-se que, nos últimos anos há maior investimento na expansão agropecuária, tornando contraditório o objetivo do Programa Bolsa Verde quanto ao incentivo às atividades de uso sustentável e à conservação ambiental.

Identifica-se, portanto, a ênfase da economia local por meio de investimento na modernização conservadora que em consequência aumenta a dependência das famílias por políticas sociais de transferência de renda que permitem o acesso ao mercado interno de bens e serviços essenciais (YAZBECK, 2012). Nesse ínterim, a transferência de renda como incentivo à conservação ambiental não possibilita a construção de uma rota produtiva de legitimação do trabalho e valorização dos produtos agroextrativistas, mas vai ao encontro das formas de provisão social que o Estado brasileiro assumiu como medida de enfrentamento às expressões da questão social e ambiental. Contudo não altera as estruturas da desigualdade, proporcionando apenas o acesso cada vez maior ao consumo.

Além do atendimento às necessidades alimentícias, o recurso do Programa Bolsa Verde é utilizado para suprir dificuldades referentes também à reprodução social das famílias, como reforma da casa, aquisição de instrumentos de trabalho e eletrodomésticos. Outras formas de uso relatadas pelas famílias foram a compra de vestimentas (22%) e o pagamento de dívidas (13%), como se observa nas narrativas:

Eu tenho guardado esse dinheiro [do Bolsa Verde] é para a gente ajeitar a casa que a gente está reformando. Eu já comprei coisa de valor com ele, comprei um moinho para mim e vou comprando as coisas para a casa devagar [se refere a eletrodomésticos como aparelho televisor e fogão] (Antônia de Lima, 54 anos, agroextrativista, jul/2014)

Quando eu tô precisando comprar um objeto e ele sai [o Bolsa Verde], aí eu inteiro. Já comprei colchão pra minhas filhas, máquina de lavar e agora vou comprar alumínio para fazer a outra casa (Elizabeth Pereira de Souza, 36 anos, agroextrativista, jul/2014)

É interessante observar, como descrito no capítulo 2, a reconfiguração do sistema de aviamento pela dívida, dessa vez não mais centrada no seringalista como fiador, mas nos estabelecimentos comerciais. Essa mudança de atores também se inclui no campo político, determinando a permanência da dependência como forma de escravidão material e simbólica (MARTINS, 1995).

Ainda é possível observar que o poder aquisitivo, garantido às famílias por meio das políticas sociais, provocou mudança de hábitos, como a utilização de camas para dormir ao invés de redes e a obtenção de eletrodomésticos. A pesquisa detectou a crescente presença de camas e colchões nas casas das famílias, onde a rede era o lugar de pernoite do caboclo, sendo que atualmente passou a ocupar a função de “sofá da sala” na maioria das casas. Ela é ainda muito utilizada pela família para o descanso diurno e para o momento de “assistir televisão” à noite, enquanto está disponível o fornecimento de energia elétrica, até às 22h30. Logo depois, todos se recolhem aos quartos e, principalmente as crianças, dormem nas camas (Caderno de campo, 2014-2015).

Nessa perspectiva, as imagens a seguir descrevem a expansão do acesso a bens de uso da família que as insere nos padrões de consumo capitalista, configurando o exercício da cidadania pela via do consumo:

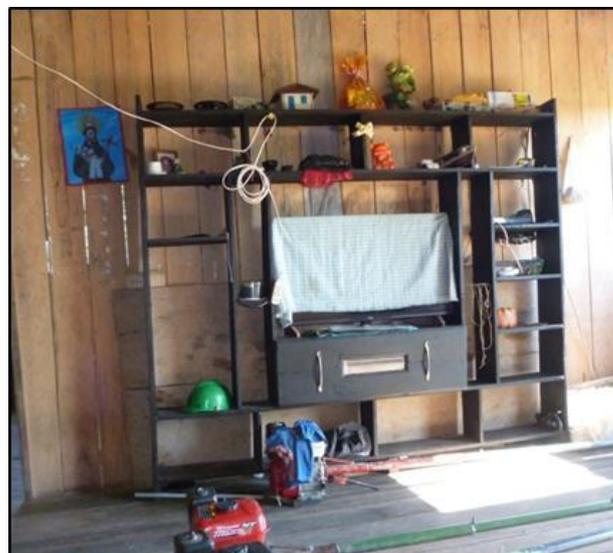


Figura 86 - Sala e redes da sala da Família Monteiro

Figura 87 - Sala da sala da Família Monteiro

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

Outros bens materiais, como a televisão e o fogão a gás, estavam presentes em todas as casas visitadas na pesquisa de campo, no entanto, há limitação de seu uso, principalmente no que se refere ao fornecimento de energia elétrica. Segundo as famílias, o uso de equipamentos elétricos só é possível das 18h00 às 22h30, quando o motor de energia elétrica, custeado pela Prefeitura, funciona para o funcionamento da escola. Nos períodos de férias escolares e finais de semana, os comunitários colaboram entre si e custeiam o combustível

para o fornecimento de energia, como sinalizado no capítulo 3. Na atualidade, as famílias ainda aguardam a chegada do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, com a expectativa de obter melhores condições de vida e de produção, pois, como não há o fornecimento de energia elétrica durante o dia, por isso, as famílias ficam impossibilitadas de utilizar qualquer equipamento elétrico nesse período, a não ser os que funcionam a base de pilhas como pequenos rádios.

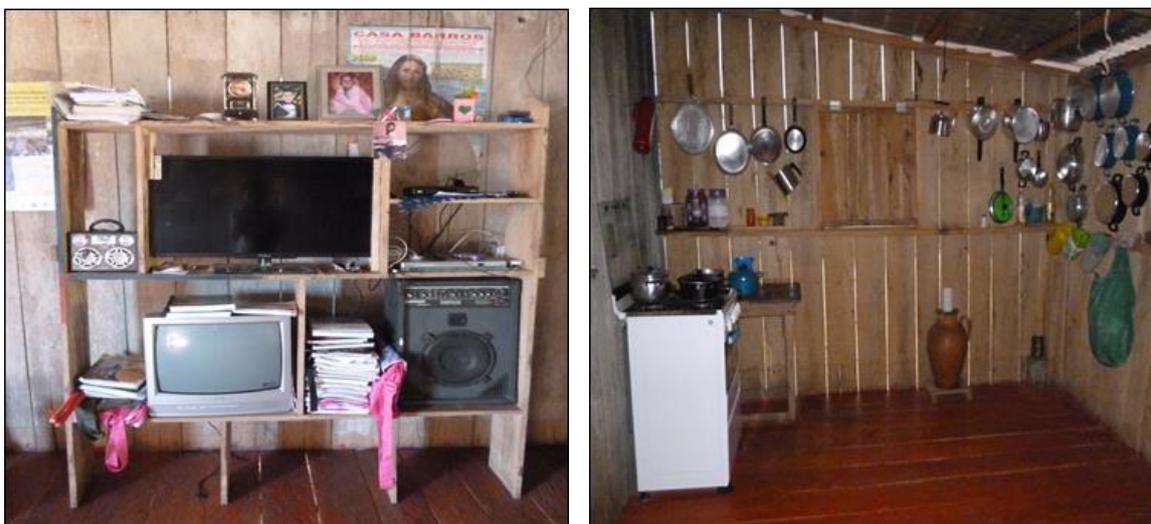


Figura 88 - Sala da família Veiga

Figura 89 - Cozinha da Família Veiga

Fonte: pesquisa de campo 2014-2015, foto de Silvânia de Deus

As figuras 88 e 89 demonstram a crescente aquisição de bens materiais de uso da família. O fogão a gás e a televisão, na maioria dos domicílios, foram adquiridos há menos de um ano, por meio da renda do Programa Bolsa Verde e hoje fazem parte da condição de vida básica da família e das relações sociais na comunidade.

Vale ressaltar que o fornecimento de energia elétrica, através do Programa Luz para Todos, conforme afirma Santos (2015), é uma das ações prioritárias de inclusão produtiva prevista no PBSM e prevê o acesso a recursos para instalação e desenvolvimento de sistemas produtivos, um dos primeiros “pontos da esteira” para a inclusão produtiva, assim como o acesso à água e aos programas de transferência de renda. Diante da necessidade do serviço de energia elétrica e do tempo que as famílias estão inseridas no PBV<sup>79</sup>, verifica-se que o

---

<sup>79</sup> As famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã começaram a ser atendidas no Programa Bolsa Verde no ano de 2012 e 2013, sendo que pretendem renovar o período de permanência no Programa e torná-lo definitivo e não temporário, por consideraram que a condicionalidade de não realizar derrubada independe da entrada ou saída do Programa.

Programa Luz para Todos ainda não chegou na Comunidade Cassianã, supostamente, devido à dificuldade na integração das ações de acesso à infraestrutura, serviços sociais e transferência de renda na política.

Sobre as recentes políticas governamentais, conforme argumenta Silva (2010), evidenciam a tendência do capitalismo, no século XXI, de integrar as ações a fim de atender a um complexo sistema de acumulação financeira, que articula e lidera diversas esferas da vida social. Com isso, visam garantir a reprodução do capital, por meio da reforma neoliberal, da reestruturação produtiva e da naturalização dos conflitos socioambientais, assim, redefinem as bases do processo de acumulação, mesmo que seja necessária a crescente prevalência da dilapidação da natureza e da exacerbação da exclusão.

Nessa perspectiva, a análise do Programa Bolsa Família, promovida por Yasbek (2012) e Stein (2009), sinalizam que a focalização dessa medida social serve apenas de alívio da extrema pobreza, uma vez que se desenvolve ao lado de políticas econômicas que não alteram a estrutura social geradora das desigualdades. Mota (2012) ainda destaca que o acesso à renda no Brasil está intimamente atrelado a uma política econômica de ajustes fiscais de modo a promover a cidadania pela via do consumo, o que legitima o modelo econômico concentrador e homogeneizador dos sistemas de produção socioculturais.

Em relação à região amazônica, o atual processo homogeneizador é um forte elemento que impede a realização da sustentabilidade, pois não considera as especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais da região, muito menos a diversidade dos ecossistemas e os insere na lógica destrutiva a altos custos socioambientais. Desse modo, o Programa Bolsa Verde, em sua dualidade, se constitui como avanço da conquista de uma política socioambiental nacional por reconhecer e valorizar os sistemas produtivos dos povos tradicionais na materialização das Unidades de Conservação, especialmente na Amazônia. Entretanto, também é acompanhado de uma estratégia de legitimação do poder econômico, ao não considerar as complexidades e particularidades da diversidade dos ecossistemas no propósito da inclusão produtiva.

Corroboramos então com o estudo de Pfeifer (2014), ao inferir que a inclusão social via consumo de massa configura um modelo de política social como fator de crescimento econômico interno. Nessa política, a inclusão pretendida não diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos e gratuitos na esfera do Estado, uma vez que o Estado também deixa de ser provedor dos serviços sociais, para consumi-los da esfera privada, a inclusão a ser alcançada refere-se à inclusão no mercado de consumo, fortalecendo a configuração do cidadão consumidor. Esse movimento, além de favorecer a acumulação do capital, promove a

responsabilização de indivíduos e famílias pelo acesso mercantil para garantir o acesso às condições de sobrevivência.

É nessa conjuntura que as lutas sociais travadas pelos povos tradicionais da região amazônica a favor da conquista de direitos socioambientais - como a regularização fundiária, valorização da cultura e identidade, direito ao trabalho digno, domínio de seus territórios e manutenção de seus modos de vida - esbarraram nos interesses do capital e na morosidade tendenciosa do Estado que, muitas vezes, atuou por meio da violência, implementando uma “justiça às avessas”, favorecendo empresários, políticos, grileiros e fazendeiros. Nesse contexto, concordamos com Lustosa (2012), ao afirmar que,

[...] o governo, através de diversificadas manobras políticas, tenta obstruir ou, pelo menos, dificultar as formas de participação das massas populares na dinâmica social, legitimando as distâncias na consolidação da democracia burguesa, dificultando a inserção consciente de certos segmentos nos processos econômicos e políticos (LUSTOSA, 2012, p. 261)

É nessa estrutura que o PBV está inserido e, até o presente momento, se mostra insuficiente, uma política complexa e contraditória. Para a presente pesquisa, o Programa representa e materializa a institucionalização da ambientalização das demandas socioambientais dos povos tradicionais, estabelecidos em Unidades de Conservação e, devido a sua essência funcionalista ao capital não permite o atendimento real das necessidades de sobrevivência das famílias atendidas, dada a sua alternância temporal. Além disso, não valoriza adequadamente o “acordo” que estabelece as condicionalidades ambientais do programa e institui uma cultura moralista e de vigilância entre os agroextrativistas, em detrimento do cumprimento das responsabilidades governamentais de fiscalização adequada em nome de um bem ambiental comum.

#### **4.4 Capacitação socioambiental e assistência técnica para a inclusão produtiva**

O terceiro objetivo do Programa Bolsa Verde diz respeito ao incentivo à participação do público-alvo em ações de capacitação socioambiental, técnica e profissional. Essa medida é articulada às ações do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (PFPR), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As ações do PFPR serão executadas por meio da transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de Assistência Técnica e

Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares, com a finalidade potencializar a produção agrícola de base familiar, por meio da capacitação técnica e incentivo às organizações associativas de produtores rurais (BRASIL, 2011)

O PFPR pode ser somado ao Programa Bolsa Verde e oferecer aos agricultores familiares o acesso a uma linha de crédito no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quarenta reais) por família, que devem ser utilizados para subsidiar as atividades produtivas. O acesso ao crédito é por demanda espontânea, porém adota como critérios de atendimento, a situação de extrema pobreza e inscrição na base de dados do CadÚnico, portanto, é uma política seletiva e focalizada.

A família interessada em participar do Programa de Fomento deve assinar um Termo de Adesão, no qual se compromete a utilizar o recurso em favor da produção e a participar da ATER. Também receberá as orientações de um técnico agrícola e fornecerá informações acerca de seus saberes tradicionais.

As famílias da comunidade Cassianã tiveram acesso a essa linha de crédito e utilizaram-na para aquisição de instrumentos de acesso aos meios de produção, como forno de farinha, motor de polpa ou bomba d'água. A respeito da disponibilidade de assistência técnica para qualificação dos processos produtivos, os quais devem ser disponibilizados pelas instituições regionais de desenvolvimento da política rural, as famílias sinalizam que foi um serviço corriqueiramente oferecido nos últimos 2 anos.

O serviço de ATER contextualiza a emergência da extensão rural como uma das estratégias técnicas do processo de expansão e modernização da fronteira agrícola, engrenado nos anos 60, para o desenvolvimento da Amazônia (BECKER, 2005). Esse processo implicou mudanças econômicas, políticas e culturais que favoreceram a reprodução capitalista na região e a expropriação e exploração da população rural, incluindo os povos tradicionais, visando, não só a ocupação e integração regional, mas a articulação da região à dinâmica do desenvolvimento agrícola nacional e internacional.

As políticas governamentais de desenvolvimento, que pautam a expansão agrícola na Amazônia sofrem alterações, a partir do contexto da expansão do Vetor Tecno-ecológico (VTE) identificado por Becker (2005). No âmbito dos serviços da ATER, convencionalmente estruturada para transferir conhecimentos tecnológicos aos produtores familiares, a fim de homogeneizar a produção agrícola para o mercado, a adoção dos princípios da sustentabilidade ambiental reestrutura o direcionamento das ações de extensão rural que devem privilegiar:

o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas. (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2007)

A partir dessa perspectiva é que os objetivos da ATER se interligam com os objetivos do Programa Bolsa Verde, o que requer a integração institucional e operacional das ações. No contexto de Lábrea, a instituição responsável pela disponibilidade da ATER é o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), onde os serviços prestados têm por finalidade conectar a pesquisa, o conhecimento científico, o desenvolvimento de tecnologias e as políticas públicas com a agricultura familiar e outras atividades produtivas rurais (MDA, 2014). Esse objetivo deve ser alcançado seja por meio da atuação direta de técnicos qualificados junto às famílias para crescentes melhorias da produção rural ou pela construção de cadeias produtivas que garantam a inclusão dos agroextrativistas com mais valorização dos produtos e das práticas tradicionais, assegurando ainda a conservação ambiental.

Observamos que a modernização dos serviços de extensão rural, na perspectiva de promover a agricultura familiar com fins de conservação ambiental, se insere no rol de reordenamentos das políticas que caracterizam a modernização conservadora das perspectivas de desenvolvimento para a Amazônia e não alteram as estruturas geradoras da desigualdade social, mas se redirecionam para as vias produtivas. Dessa maneira, são agora voltadas a um modelo produtivista agroecológico (WANDERLEY, 2011), que tem nos serviços ambientais, na produção de base familiar e tradicional, na pluriatividade do trabalho e na renda no meio rural as formas dialéticas e potencializadas de exploração e subordinação do trabalho, bem como de concentração de propriedade, escamoteando as questões que permeiam e perpetuam a pobreza rural.

Neste estudo, essas questões emergem através da reprodução e reestruturação das relações de poder, caracterizadas em seus elementos materiais e simbólicos pela construção histórica do território de Lábrea e expressam os conflitos socioambientais entre as famílias agroextrativistas e os que exercem o poder político e econômico na região. Esse cenário é

visto na renovação do sistema de escravidão pela dívida nos grandes e pequenos comércios e é viabilizado pelo acesso ao crédito ou garantia de pagamento, por meio de recursos das políticas sociais. Além da concentração de propriedade que se relaciona também ao domínio de mercado, dificultando a inclusão dos produtos agroextrativistas numa cadeia produtiva em que os esses possam ser economicamente valorizados.

A valorização econômica dos produtos da agricultura familiar e tradicional, assim como os produtos agroextrativistas, de que trata o estudo, se apresenta como um princípio complexo na promoção da inclusão produtiva das famílias nas Unidades de Conservação. Isso porque, a noção de território e territorialidade adotada pelas políticas governamentais<sup>80</sup> se diferencia da adota pelos povos tradicionais da Amazônia. Nesse contexto, conforme Castro e Pinton (1997), para os povos tradicionais a construção de um território é regida por uma ordem social de tempo e espaço que legitima o direito de posse e acesso aos recursos naturais pelo trabalho, ancorado no mundo da vida e da cultura e não mediatizado pelo mercado, de modo que se realiza por meio do controle do uso dos recursos naturais e a partir de sua disponibilidade no tempo.

Assim, as estruturas produtivas requeridas pelas políticas de mercado não encontram consonância com a dinâmica produtiva tradicional. Os diferentes projetos de desenvolvimento inseridos nessa perspectiva de conceber os territórios como mercados implicam processos de construção de diferentes territorialidades e territorializações, como sinalizado no capítulo 2. A ruptura com as raízes culturais e tradicionais se apresenta como um desafio para as empresas agroindustriais e até mesmo para o Estado, uma vez que as políticas favorecem o mercado industrial (CASTRO, 2012, p. 48)

Diante disso, o serviço da ATER busca promover a inclusão de técnicas científicas comprovadas para potencializar a produção agrícola e assim materializar a tentativa de homogeneizar e dominar o modo de produção familiar. No entanto, também capacita os agricultores familiares, a fim de adequá-los à nova economia de produção agrícola, cujo principal objetivo é o de abastecimento interno do mercado, além de transformar os conhecimentos tradicionais dos povos em serviços de grandes possibilidades à produção de commodities com facilidade de escoamento para o mercado mundial (CASTRO, 2012)

Integradas a esse processo, as famílias agroextrativistas indicaram já terem participado de ações de incentivo às suas atividades produtivas, promovidas por técnicos do

---

<sup>80</sup> Castro (2012) enfatiza que a lógica das políticas governamentais concebem o território como espaço desconectado de valores e tradições, sendo gerido apenas por relações econômicas e políticas em que o tempo e o espaço devem ser aproveitados ao máximo pelos sistemas produtivos.

IDAM. As atividades descritas dizem respeito ao crédito de financiamento para instrumentos de trabalho e orientações técnicas acerca dos produtos cultivados, como expresso neste relato:

O IDAM que sempre tá por aqui. Eles fazem esse negócio de doação de sementes, dão para o pessoal e fazem o financiamento também para quem quer comprar as coisas para trabalhar (Maria Inês Veiga, 29 anos, agroextrativista, jul/2014)

Como vimos no capítulo 1, a inclusão produtiva rural é centrada em fomentar as atividades de pequenos agricultores, a fim de garantir a produção, por exemplo, a doação de sementes e o acesso ao crédito. Conforme a narrativa, esse processo se faz presente na comunidade Cassianã, por meio das ações realizadas pelo IDAM que busca articular as políticas do Governo do Estado às estratégias nacionais, expressas também nos seguintes relatos:

O IDAM tem esse negócio dos empréstimos para gente aplicar na agricultura, que vem através da AFEAM, PRONAF, dos órgãos do governo (Francisca S. Almeida, 26 anos, agroextrativista, jul/2014)

O IDAM pede para a gente plantar feijão, colher e levar para eles e a gente fez isso dois meses aí. A gente fez um cadastro de um programa chamado Fomento, que a gente recebeu R\$ 2.400,00 (Francisca Souza, 28 anos, agroextrativista, ago/2015)

Quando a gente quer sementes, vai lá no IDAM e pega. Mas é até difícil ter semente, a gente planta porque a gente guarda. Guarda o milho, guarda o feijão (Elizabete P. de Souza, 36 anos agroextrativista, ago/2015)

Os relatos compartilham as dificuldades de fornecimento das sementes, aludindo à escassez de recursos para a realização das atividades propostas pelo Programa de Fomento que, na verdade, remete à deterioração dos meios de produção tradicionais no âmbito rural, uma vez que o acesso ao crédito rural torna as famílias endividadas. Mesmo que se trate de recurso não reembolsável, porque subsidia um projeto de produção que se condiciona ao seu próprio desenvolvimento, não garante o principal meio de produção, que é a terra. Desse modo, a expansão do crédito e insumos retoma as estratégias de modernização agrícola desenvolvidas na década de 90 que, como afirma Schneider e Fialho (2000), produziram de forma estrutural a desigualdade e a pobreza no campo em favor da produção agrícola de mercado.

Na proposta do Plano Brasil sem Miséria, a integralidade das ações para inclusão produtiva pressupõe a operacionalização das ações de forma paralela, para garantir a sua eficiência. Entretanto, conforme Castro (2012), a integralidade das políticas governamentais

atuais se realiza a partir de sua uniformidade com o projeto de desenvolvimento nacional e internacional que visa a acumulação do capital.

Sobre a realização de ações de capacitação para incentivo da produção agrícola, as narrativas expressam o seguinte:

Só veio o pessoal do IDAM aí dando uns papéis para a gente e umas sementes. Nas folhas ensina como é para gente plantar, esse ano eles vieram duas vezes, no começo e agora (Rita G. da Silva, 49 anos, agroextrativista, ago/2015)

Às vezes vem o Júnior do IDAM e tem várias atividades que eles propõem para gente fazer, por exemplo, quem quer plantar feijão, milho, arroz eles oferecem as sementes, mas cursos ainda não fizeram não (Odete de Lima, 23 anos, agroextrativista, jul/2014)

Observa-se nas narrativas a atuação de técnicos do IDAM na prestação do serviço da ATER, na comunidade Cassianã, porém não ocorre de forma suficiente devido à reduzida equipe de trabalho, impossibilitando o acompanhamento adequado das famílias em todos os processos produtivos. É perceptível a ausência de integração entre as ações do Programa Bolsa Verde e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, para a construção e fortalecimento da cadeia produtiva dos agroextrativistas. Dessa forma, os objetivos dos programas são comprometidos. Podemos apontar duas evidências de suas contradições: a distanciamento das ações da realidade dinâmica da produção familiar agroextrativista e a falta de investimento nos recursos destinados à realização das referidas políticas tornando-as inoperantes.

Durante a participação na reunião do IDAM na comunidade, em janeiro de 2014, observamos que o principal objetivo era entregar as Carteiras de Produtor Rural às famílias. A equipe da instituição contava com dois técnicos agrícolas contratados pelo regimento de seleção temporária. Na ocasião, foram mencionadas, pelos referidos técnicos, as dificuldades em realizar o acompanhamento técnico das famílias, devido à limitação de recursos humanos e à grande demanda da Resex Médio Purus. Os técnicos mencionaram ainda que a instituição está centralizando esforços na implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, de modo a promover sua articulação com outras políticas do Governo Federal, tal como prevê o PBV (CADERNO DE CAMPO, 2014)

No segundo semestre do ano de 2015, o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Portaria n°. 022/2015, instituiu, no âmbito da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social (AADES), um processo seletivo para captação de recursos humanos, a fim de implementar o Projeto de Apoio ao Fortalecimento dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas, com previsão de vagas para o município

de Lábrea, o que poderá tornar mais efetivo o serviço da ATER às famílias da Resex Médio Purus.

Segundo Mello (2014), o acompanhamento por meio do serviço da ATER junto às famílias é constituído por visitas individuais e atividades coletivas, também prevê a elaboração de um projeto produtivo de acordo com a realidade, potencialidade e necessidade de cada família ou comunidade. Essas medidas devem ser realizadas por equipes multiprofissionais, a partir de um cronograma de atividades, no qual está previsto o diagnóstico inicial e a elaboração de estratégias de avanço do projeto para aumentar a capacidade produtiva das famílias. Até o fechamento dessa pesquisa, esse serviço não tinha sido prestado por meio dessas estratégias, como descrito também nas narrativas, resumindo-se à distribuição de sementes e abordagens educativas de transmissão de conhecimentos.

Nesse contexto, verifica-se que o PBV e os demais programas de cunho socioambiental cometem erros comuns, principalmente no que se refere à capacidade de articular e integrar, de forma efetiva o investimento financeiro, capacitação e educação dos povos tradicionais em conjunto com a valorização e potencialização de seus conhecimentos. Dessa maneira, há dificuldades para promover as ações de qualificação e de conservação nos ecossistemas, uma vez que o PBV não permite o protagonismo dos usuários e não considera as relações comerciais estabelecidas nas regiões.

Uma das principais perspectivas apresentadas pelas famílias agroextrativistas em relação ao PBV foi quanto à possibilidade de capacitação e o acompanhamento profissional para melhor desenvolverem suas atividades agrícolas. Os agroextrativistas acreditam que a capacitação voltada para a realidade de seus modos de produção, articulada ao Programa Bolsa Verde permitiria uma melhor valorização de seus produtos, especialmente no que se refere ao cultivo do feijão, produto de maior capacidade comercial na comunidade Cassianã.

Para o Sr. Edinaldo Braga Monteiro e a Sra. Francisca Souza a equipe técnica responsável pelo serviço de ATER devem voltar suas ações para os seguintes objetivos:

Eles poderiam vir aqui para dar uma assistência na produção até mesmo pra pessoa colocar um preço maior no que produzisse (Edinaldo Braga Monteiro, 38 anos, agroextrativista, jun/2014)

Se mandassem gente para acompanhar a comunidade e orientar a gente na produção do feijão seria melhor (Francisca Souza, 26 anos, agroextrativista, ago/2015)

Verifica-se então que a dinâmica com que as ações são desenvolvidas no âmbito da promoção da inclusão produtiva não atende aos interesses das famílias agroextrativistas, por não produzirem melhorias no processo trabalho e na qualidade de seus produtos. Ademais, as famílias desenvolvem seu trabalho agrícola a partir de relações coletivas, enquanto o Programa de Fomento realiza ações individualizadas como o incentivo ao crédito limitado que não permite a ampliação das relações coletivas de trabalho, uma vez que adquirir instrumentos e maquinários para mecanização de algum processo produtivo só é possível por meio dos financiamentos individuais e, frente ao alto valor dos equipamentos de maior capacidade produtiva, o crédito disponível torna-se insuficiente.

Nesse sentido, a Sra. Odete de Lima expressa a necessidade de aquisição de instrumentos de trabalho de uso coletivo, o que só seria possível por meio de maiores investimentos na política de inclusão produtiva:

Seria muito bom que fosse investido na nossa produção, principalmente na produção do feijão que é o que a gente planta mais. Poderia ser investido numa máquina de desbulhar o feijão, porque com ela o feijão já sai pronto. Essa parte dá muito trabalho! Nós já tivemos uma máquina dessa aqui na comunidade que era do governo e todo mundo usava, mas aí quebrou e não consertaram, só levaram embora. (Odete de Lima, 23 anos, agroextrativista, jul/2014)

Como discutido no capítulo 3, a tarefa de desbulhar o feijão é atribuída geralmente às mulheres e se trata de um processo penoso que requer força e agilidade. Essa realidade retifica que o acesso às políticas de transferência de renda tem contribuído para o consumo em massa de mercadorias, no atendimento às necessidades primárias e não garante o direito efetivo a melhores condições ou mesmo o direito ao trabalho.

Outro fator que contribui para esse aspecto é, mais uma vez, a falta de articulação entre as ações propostas no âmbito da inclusão produtiva no Plano Brasil Sem Miséria, que traz a integralidade das atuais políticas governamentais apenas em seu aspecto institucional e ideológico, pois, no caso da comunidade Cassianã, até o fechamento desse estudo, as famílias não tinham acesso ao Programa Luz para Todos, sendo esta uma ação prioritária no plano de inclusão produtiva rural e serviço que implicaria forte impacto no processo produtivo da comunidade, como expressa o relato do líder comunitário:

A gente tá esperando um tempo chegar o Programa Luz para Todos aqui, se tivesse energia elétrica a gente podia investir em máquina de desbulhar feijão e em freezer para guardar o peixe. Isso ia facilitar mais o nosso trabalho (João Araújo, presidente da comunidade Cassianã, jun/2014).

A necessidade de investimento tecnológico no processo produtivo das famílias agroextrativistas demonstra a complexidade da inclusão produtiva no meio rural, uma vez que essas necessidades incidem sobre as transformações advindas do processo histórico de modernização tecnológica da agricultura e absorção da agricultura familiar.

Nesse sentido, Assad e Almeida (2004) consideram que a integração da agricultura familiar ao projeto de desenvolvimento nacional desencadeia processos paralelos à concentração de renda e diminuição do valor agregado às unidades de produção familiares, além da perda de sua autonomia. Isso ocorre, porque a demanda da produção familiar passa a ser determinada por necessidades externas, impostas por mercados locais e conjunturas da organização do agronegócio, conseqüentemente, implica a ausência de melhoria da qualidade de vida das famílias, pois sua produção, antes direcionada principalmente para atender as suas necessidades de sobrevivência, passam a se direcionar para o atendimento do mercado. Assim, essa articulação do desenvolvimento agrícola como estratégia econômica, combinada à conservação ambiental é interessante para a realidade estudada, pois segundo os autores,

Embora a sustentabilidade da agricultura seja defendida e almejada por diferentes setores produtivos e por diferentes segmentos sociais, ela ainda se apresenta como utópica. As alternativas de manejo agrícola sustentável, que permitem a minimização de danos ambientais, esbarram muitas vezes em interesses econômicos distintos. Além disso, mesmo quando se observa uma melhora na relação agricultura e meio ambiente, por meio de tecnologias consideradas menos agressivas, esta nem sempre está associada a uma sustentabilidade social. Ou seja, a sustentabilidade está se impondo muito mais pelo aporte da questão ambiental do que pelo lado da justiça social (ASSAD E ALMEIDA, 2004, p. 7).

Esses argumentos sinalizam a complexidade de desenvolver uma agricultura sustentável no contexto das contradições da organização social do capitalismo brasileiro e suas incompatibilidades com a sustentabilidade social que se apresentam, principalmente, no âmbito da integração das políticas governamentais. Enquanto isso, as famílias agroextrativistas são submetidas a um processo de inclusão desigual no sistema produtivo rural. Pois, as propostas de conservação ambiental são aplicadas, erroneamente, sob a ideologia preservacionista, que impõe limites e proibições às atividades culturais e produtivas das famílias agroextrativistas, sem apresentar alternativas adequadas aos seus modos de vida pelo próprio desconhecimento da dinâmica de seus sistemas produtivos.

Essa realidade implica dificuldades também no alcance da sustentabilidade econômica para as famílias agroextrativistas, uma vez que, embora sofram imposições do mercado na sua produção, não são inseridos economicamente nas cadeias produtivas a partir de uma política de preços e de valorização do trabalho agrícola. Como expressam as narrativas:

A gente precisa mesmo é que nos ajude no preço do feijão para gente ter uma renda melhor, porque o preço só aumenta lá na cidade [Lábrea] e em Manaus. Mas, quando é para comprar aqui da gente o preço não sobe e se a gente não vender perde (Antônia da Silva, 49 anos, agroextrativista, jul/2014)

Era para ter mais apoio e incentivo do trabalho, a gente gosta de trabalhar (Elizabeth P. de Souza, 36 anos, agroextrativista, ago/2015)

Martins (2002) recorda que os trabalhadores rurais possuem certa independência por serem donos de seus meios de trabalho e produtos, porém suas vidas estão residualmente articuladas à trama das relações do mercado, uma vez que necessitam vender os seus produtos, para que se tornem dinheiro. O autor ainda alerta que se o operário necessita produzir trabalho excedente na lógica do mercado, o trabalhador rural precisa ter produto excedente para ser inserido na mesma lógica. É nesse sentido, que as determinações econômicas impõem a produção de monoculturas, proletarizando o trabalho rural, o que resulta na divisão de trabalho no campo.

Observa-se que a inclusão das famílias aos mercados se dá por via dessa relação entre mercado e produto e, por meio dela, se estabelece a relação das famílias com o capital (MARTINS, 2002). O incentivo a essa relação é objetivado pelas ações engrenadas no Programa Bolsa Verde, por meio de sua articulação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido sob a responsabilidade do MDS.

O PAA visa a compra direta de produtos da agricultura familiar, dispensando procedimento licitatório pelas esferas dos estados e municípios para aquisição de alimentos destinados às ações de segurança alimentar e nutricional (Art. 16 e 18 da Lei nº. 12.512 de 14/10/2011). Assim, forma as cadeias produtivas para inclusão da população rural no mercado que, conforme expressam as narrativas dos agroextrativistas, trata-se de uma ação ainda não desenvolvida no contexto da comunidade Cassianã.

O PAA foi regulamentado em 2003 para articular as ações de incentivo à produção agrícola familiar aos serviços assistenciais do governo. Em 2011 o Programa foi interligado ao PBV com objetivo de expandir os canais de comercialização da produção familiar e

garantir que seja pago ao produtor um preço justo por sua produção, conforme a referência estabelecida regionalmente (SANTOS, 2015). A ação desse Programa ainda não alcançou as famílias da comunidade Cassianã diretamente, mas sim por meio da ASPAK, por meio da qual é realizada a comercialização do feijão, como descrito no capítulo 3.

A ASPAK atua como mediadora entre as famílias e o mercado na compra do “feijão boca preta”, conforme a lógica mercantil estabelecida no município de Lábrea, como descreve o Sr. Antônio Raimundo:

Era bom pra nós se por acaso valorizasse o nosso produto a um ponto de ele dar mais dinheiro, porque é muito pouco. Eu queria que fosse assim, porque aqui tem ano que a venda do feijão dá muito pouco como ano passado que a gente vendeu de R\$ 1,00 o quilo, esse ano nós vendemos de R\$ 1,50 o quilo. O ano retrasado um vizinho teve que vender de R\$ 0,75 e quando chega em Manaus eles querem vender a R\$ 5,00 ou R\$ 6,00 o quilo (Antônio Raimundo, 29 anos, agroextrativista, jun/14)

A fala do trabalhador agroextrativista mostra uma inclusão desigual de seu produto no mercado, podendo chegar a ser comercializado muito acima do preço pelo qual o agroextrativista é forçado a vender. Isso indica falhas no desenvolvimento do PAA na região, uma vez que este tem como função incentivar as instituições públicas – especialmente as destinadas à prestação de serviços socioassistenciais e as escolas – a realizem gastos de, no mínimo, 30% do total dos recursos repassados pelo Governo Federal em compras diretas do agricultor familiar<sup>81</sup>.

Observa-se, desse modo, a ausência das ações do PAA na comunidade Cassianã pois as famílias sinalizaram que, há mais de 5 anos, o preço do feijão comercializado para a associação continua o mesmo. Essa dinâmica revela a reconfiguração do sistema de aviamento antes praticada pelos regatões, ao longo do rio Purus, como vimos no capítulo 2. Nesse sentido, confirmamos a análise de Silva e Noda (2012) acerca da situação da agricultura familiar na região do Purus e sua articulação com as políticas públicas:

A agricultura familiar nesta região não é apoiada de maneira eficaz pelas políticas públicas nem vista como uma forma sustentável de geração de renda e sobrevivência. As políticas de fomento à produção agropecuária tem incentivado a produção de malva, arroz e criação bovina, que representam modalidades de manejo desvinculadas dos ecossistemas associados e de sua dinâmica, sem considerar critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social. A existência de políticas agrícolas ineficientes, onde há falta de serviços de assistência técnica e extensão

---

<sup>81</sup>Lei nº. 11.947/2009 – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

rural, problemas nos programas de financiamento e crédito, fazem com que os agricultores não melhorem suas condições de vida e muitas vezes contribuam inadvertidamente para acelerar processos de degradação ambiental. [...] As prioridades para a assistência técnica tem sido direcionadas para as áreas de terra firme. (SILVA e NODA, 2012, p. 70)

A realidade descrita por Silva e Noda (2012) corresponde em muitos pontos àquela vivenciada pelas famílias na comunidade Cassianã, no que tange à agricultura familiar. Após a criação da Resex Médio Purus, as famílias viram chegar algumas políticas governamentais, às quais só os proprietários de terras tinham acesso, enquanto a maior parte da população era obrigada a desenvolver modos adaptativos de vida às margens dos rios. Porém, mesmo com maior alcance das políticas governamentais mediante sua estratégia de focalização, sua desvinculação das diversas realidades desses povos tornam frágeis as possibilidades de sustentabilidade para além da proteção ambiental.

Já sinalizamos que as relações de poder, submissão e exploração do trabalho agroextrativista na Resex Médio Purus são reconstruídas com as novas determinações históricas e produzem novas territorialidades que precisam ser cada vez mais analisadas para que possam ser esclarecidas e direcionar o processo de inclusão produtiva dos agroextrativistas.

Martins (2002) afirma que, no contexto de modernização do Estado, o mercado é usado para viabilizar a modernização das instituições políticas, visíveis na inauguração dos modelos de governança participativa. Nesse sentido, possibilita importante espaço para que, inseridos nas discussões, os verdadeiros movimentos sociais possam compreender o alcance das mudanças em processo.

Isso requer, dentre outros elementos, a construção da consciência social de classe e dos processos de qualificação e capacitação dos agroextrativistas com base política e crítica. Esse ponto de vista decorre da necessidade de reforma agrária para atender aos interesses dos agricultores familiares. Tal processo, porém, tem se mostrado complexo, pois o Estado vem promovendo a retomada do senhorio do território, devolvendo-o em forma de prestação de serviço à sociedade civil (MARTINS, 2002, p. 179), ao criar as áreas de proteção ambiental, contudo, sem possibilitar sua efetiva implementação sustentável, exercendo apenas o controle sobre o uso do território conforme seus interesses.

Nesse sentido, verificamos que a presença do Estado, a partir da criação da Resex Médio Purus vem consolidando as tendências do capitalismo contemporâneo à inclusão no mercado por meio do consumo em massa. No entanto, as ações para promover a

sustentabilidade não se efetivam, pois apresentam resultados reduzidos, desarticulados e descontinuados nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Como apresentado ao longo dessa pesquisa e tendo como referência a comunidade Cassianã, as atuais ações governamentais que visam a proteção ambiental na Resex estão longe de combater a degradação, devido, especialmente, à falta de fiscalização competente. A sustentabilidade social está sendo direcionada ao consumo, descaracterizando as conquistas da luta social dos agroextrativistas, o exercício de sua cidadania e as ações de viabilidade da sustentabilidade econômica tem se resumindo a distribuição precária de sementes e a distribuição do acesso ao crédito.

O acordo realizado entre a ATAMP e a ASPAK, apesar de aparentemente representar uma conquista da ATAMP para os produtores agroextrativistas, não se articula ao PAA ou outra política governamental de incentivo à agricultura familiar, mas, supostamente, com empresas e indústrias do agronegócio, para o abastecimento comercial das principais capitais da região como Manaus, Porto Velho e Rio Branco, o que torna ainda mais urgente uma ação de valorização dos produtos agroextrativistas frente à exploração de seu produto na atual cadeia produtiva.

Retomando as considerações de Santos (2015) sobre a inclusão produtiva proposta no PBSM, verificamos que o PBV articulado ao PFAPR e ao PAA como estratégia de integração política para promover a inclusão produtiva rural precisa qualificar suas ações e efetivar sua integração, estabelecendo um cronograma de atividades que permita a complementariedade das ações e não o seu isolamento.

Observamos que o acesso aos meios de produção tem se resumido apenas a ações de transferência de renda e ao crédito financeiro de forma individualizada no interior de cada unidade familiar. Esse último, direcionado exclusivamente para a aquisição individual de equipamentos e instrumentos de trabalho, porém há necessidade de ações que permitam a aquisição de meios de produção de uso coletivo e de maior potencial produtivo que atendam à dinâmica social das relações comunitárias como “a máquina de desbulhar feijão”, que não pode ser adquirida devido a seu alto custo e ao limite das linhas de crédito disponibilizadas.

A capacidade produtiva deve considerar, não apenas o aumento da produtividade de monoculturas, mas contemplar a diversidade do sistema agroextrativista. A gestão da produtividade requer investimentos na capacitação e qualificação dos agroextrativistas, especialmente dos gestores e lideranças das comunidades que compõem o Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus, com vistas ao fortalecimento de seus projetos em favor

da sustentabilidade, sob a perspectiva conservacionista dos agroextrativistas, como bem expressa o Sr. Roberto A. da Silva:

A gente ainda precisa muito aprender sobre a proteção ambiental, biodiversidade e outras coisas mais, eu sempre aprendo nas reuniões [se referindo as reuniões da ATAMP, do Conselho Deliberativo e do ICMbio] e lá falaram de capacitação dos conselheiros e eu tenho muita vontade disso. Porque a gente precisa se preparar muito ainda como conselheiro e, para isso, eu acho que precisa ter uma pessoa para orientar a gente a fazer um trabalho melhor, porque eu nem tenho mais memória, nem cadência para aprender muito. Mas com tudo isso eu me esforço, porque já penso nos meus filhos e nos meus netos, para que eles possam conhecer o que é uma seringueira, uma matrixã e se continuasse como antes eles não iam conhecer mais nada disso (Roberto Alexandre da Silva, 53 anos, agroextrativista e conselheiro da Resex Médio Purus)

É na esperança de efetivação dessa sustentabilidade, de complexidade ideológica (no discurso político governamental) e objetiva (na práxis da vida cotidiana dos agroextrativistas) que as famílias entrevistadas pontuaram sugestões de melhorias para as ações do Programa Bolsa Verde, a fim de aprimorar o atendimento de suas necessidades primárias e de sobrevivência. Dessa forma, é necessária redefinição do valor do recurso transferido às famílias e revisão, quanto à frequência da disponibilidade, como descrevem as narrativas:

Se o valor fosse maior seria melhor. Poderia ser assim mesmo de três em três meses. Para quem passava o verão sem receber um centavo, agora já tá é bom (Maria Inês Veiga, 29 anos, agroextrativista, jul/2014)

Para melhorar era bom que fosse todo mês que nem o Bolsa Família. Tem gente que acha melhor de três em três meses mesmo, mas eu acho melhor que fosse todo mês (Marlene Nascimento dos Santos, 50 anos, agroextrativista, jul/2014)

Seria melhor se chegasse a aumentar, mesmo que fosse uma porcentagem pequena, mas já melhorava (Antônia da Silva, 49 anos, agroextrativista, jul/2014)

Se fosse maior, se fosse pelo menos uns R\$ 500,00 reais todo mês dava para comprar mais alguma coisa (Edinaldo B. Monteiro, 38 anos, agroextrativista, jul/2014)

Deveria ser todo mês, porque tem gente que fica só com o Bolsa Família no mês e recebe uns R\$ 150, 00 reais o que é muito pouco para uma casa cheia de gente e o Bolsa Verde já ia ajudar mais, porque os preços das coisas tá tudo muito caro (Rita Geralda da Silva, 49 anos, agroextrativista, ago/2015)

As sugestões expressas nas narrativas dos agroextrativistas sinalizam a insuficiência do valor do Programa Bolsa Verde transferido às famílias, uma vez que se trata de uma renda mínima, cujo cálculo do valor dos recursos não encontram fundamento basilar em

características das políticas de pagamento por serviço ambiental, mas sim na renda per capita familiar.

Apesar das condicionalidades ambientais impostas às famílias aludirem aos serviços característicos das PSA's, o Programa Bolsa Verde não está regulamentado como tal e se o fosse, ainda assim, se apresentaria como valor não condizente com os benefícios ambientais realizados no interior dos ecossistemas da Resex Médio Purus.

O Programa Bolsa Verde se apresenta, então, a partir de um hibridismo de políticas de conservação ambiental, mínimos sociais e incentivo ao trabalho, que corresponde à lógica estratégica da política de governo engrenada no contexto da crise do capital e das mudanças na sociedade. Essas políticas públicas de abrangência social tendem a acentuar traços de improvisação e inoperância, com funcionamento ambíguo e impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas provenientes, permanecendo, assim, como políticas casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e com risco de uma grave regressão de direitos sociais (YAZBEK, 2012, p. 31)

Acrescente-se ainda, a responsabilização por danos causados ao ambiente pelas instituições capitalistas às populações locais e povos tradicionais como detentoras, no caso da região amazônica, do título de “guardiãs da floresta”.

Cabe destacar que, mesmo incorporadas às lógicas e ideologias desenvolvimentistas governamentais, as políticas que se caracterizam por objetivos socioambientais, especialmente aquelas voltadas para Unidades de Conservação e de uso sustentável na Amazônia, expressam o processo de ambientalização das lutas políticas e sociais dos povos tradicionais, a partir da evidência dos conflitos socioambientais que permeiam a trama do jogo de forças pelo domínio dos territórios e dos recursos naturais.

Nesse processo, os povos tradicionais galgaram importantes espaços de participação democrática como forma de resistência à dominação do capital verde e garantia de vitalidade e significação de seus modos de vida.

Os desafios para garantia de melhorias na qualidade de vida e a oportunidade efetiva de exercer a cidadania, se apresentam aos povos tradicionais de formas complexas e diversas. Um desses desafios é superar a invisibilidade e o desconhecimento das experiências sociais e do campo de trocas, materiais e simbólicas que marcam as relações e a dinâmica da vida, a partir da relação entre os homens e a natureza em regiões e ecossistemas específicos (CASTRO, 2012)

O presente estudo buscou, não só possibilitar o conhecimento dessa realidade à academia e à sociedade, mas, a partir da evidência das implicações e das não implicações das

políticas governamentais na vida das famílias agroextrativistas do Resex Médio Purus, ser mais um instrumento de lutas dessas famílias por acesso aos seus direitos de proteção social, trabalho digno, respeito cultural e equilíbrio ambiental, substanciadas em melhoria das suas condições de vida e como exercício de sua cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu até gostei dessa pesquisa, porque a gente pôde falar o que tá abafado e talvez o governo dê logo mais, uma ajuda para gente.

(Rita Geralda da Silva, 49 anos, agroextrativista, durante entrevista em ago/2015)

Os desafios para elaboração de uma tese são muitos e de diversas ordens. A tese começa a ser construída desde a escolha do curso. Um programa multidisciplinar abre muitas possibilidades para a construção do trabalho científico, quando se trata de um programa cujo tema é a sustentabilidade na Amazônia, os desafios se tornam ainda mais complexos, especialmente para as primeiras turmas do curso de doutorado.

A construção de uma *epistemé* sustentável sobre a Amazônia requer o conhecimento e reconhecimento de sua complexidade e diversidade, de modo que se torna desafiante, perigoso e inviável tentar fazer generalizações ou homogeneizar propostas, uma vez que uma das muitas preocupações de um trabalho científico é ser propositivo. Para responder a esses desafios, buscou-se evidenciar, por meio dos resultados apresentados ao longo dos capítulos, as particularidades dos processos sociais e da realidade estudada na comunidade Cassianã, ao analisar o Programa Bolsa Verde e suas implicações na vida das famílias agroextrativistas que, num processo intenso de luta e ambientalização de suas demandas sociais, tornaram os conflitos socioambientais evidentes na esfera federal, ao reivindicar a criação da Resex Médio Purus.

Homogeneizar, aliás, se torna impossível, uma vez que as tentativas de construir um modelo de produção hegemônico, por meio de políticas de desenvolvimento, em detrimento das diversidades regionais, culturais e da construção social dos territórios buscam atender a lógica da mercantilização da natureza, a fim de inseri-la como recurso rentável na economia global. Essas políticas governamentais historicamente vêm interferindo de forma negativa na sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos, pois favorecem a extensão de vetores de expansão que provocam a degradação da natureza e das sociodiversidades amazônicas.

Esse contexto emerge das discussões internacionais, comandadas pelas concepções das agências multilaterais, que articulam o combate à pobreza e a conservação ambiental como necessidades de cunho ético e moral a serem atendidas diante das determinações da questão ambiental que, embora essas sejam disseminadas como de responsabilidade universal,

demonstram a lógica destrutiva do capital e as relações de poder e de exploração construídas em torno da luta pelo domínio e exploração dos recursos naturais (SILVA, 2010)

Nesse sentido, as recomendações políticas para o desenvolvimento chamado sustentável passaram a apresentar em seus discursos oficiais propostas que promovem o inconciliável num modelo de sociedade capitalista: a articulação integrada do crescimento econômico com a proteção ambiental e a justiça social. Dessa forma, a partir da ECO 92 no Brasil, as políticas de desenvolvimento sofreram reformas institucionais e passam a aderir objetivos socioambientais como estratégia para o atendimento a diversas demandas, especialmente as de expansão do capital, que requerem mudanças no modelo produtivo e na reorganização dos sistemas sociais.

Desde o governo de FHC o Estado vem implementando um conjunto de políticas sociais emergenciais e compensatórias, como políticas públicas de direitos sociais no âmbito urbano e rural. Segundo Mota (2012), as iniciativas buscam promover a redução da desigualdade com redistribuição, reconhecimento e representação como fatores estratégicos da inclusão econômica, por meio de melhorias na distribuição de renda para os segmentos sociais com baixos rendimentos. Percebe-se que a construção ideológica que permeia essas políticas naturaliza a pobreza como evento normal da sociedade contemporânea (SPRANDEL, 2004), responsabiliza os mais pobres pela degradação ambiental e convoca a sociedade para satisfazer suas necessidades sociais por meio do consumo em massa, consolidando as reformas de minimização da proteção social do Estado e potencialização do desenvolvimento econômico.

Frente a esse processo, a ambientalização dos conflitos socioambientais por meio da mobilização política de segmentos e grupos sociais, como os povos tradicionais da Amazônia, ganha espaço na arena política. Sendo essa, uma arena de confronto de diversos atores e interesses (SCHWEICKARDT, 2012), o embate entre os paradigmas e contradições presentes nos diferentes projetos de desenvolvimento implicam transformações contínuas nas territorialidades e identidades construídas por esses segmentos sociais. Assim como promovem, por meio da ação do Estado, novos modelos de territorialização que modificam a estruturação dos territórios e sua integração às propostas de desenvolvimento (ALMEIDA, 2014)

O conflito entre as ações governamentais e a luta pela garantia de permanência e domínio sobre o território foi importante na constituição política, organização representativa e construção da identidade agroextrativista, no processo de criação da Resex Médio Purus. Essa identidade consolida elementos culturais do passado, presente e futuro, pois resgata a

memória social do trabalho com a seringa, o reconhecimento da identidade cabocla como característica peculiar presente no modo de vida e a identidade agroextrativista como possibilidade de constituição de um sistema produtivo diverso e integrado, pautado no extrativismo, na agricultura familiar e na pesca. A identidade agroextrativista, na dinâmica de sua organização e estratégias para atender a seus interesses, compreende uma dinâmica complexa na relação com o Estado, que produz conflitos internos e externos na gestão da Resex Médio Purus.

Essa dinâmica transforma continuamente os conflitos socioambientais que, de acordo com determinações sociopolíticas, revelam seu aspecto de irreconciliação (SIMMEL, 2007), como característica estrutural. A socialização configurada dos conflitos socioambientais legitima a luta pelo território, fazendo com que a questão ambiental ultrapasse a gerência dos recursos naturais para adentrar um campo de conflito por sentidos culturais. Permite tencionar a superestrutura do Estado e colocar os interesses em confronto, de modo a colocar em vias de construção, tanto a consciência de classe dos trabalhadores agroextrativistas quanto a incorporação institucional das associações, representações políticas e sindicais para promover o consenso e a manutenção da hegemonia predominante, como estratégia política minimizadora da possibilidade concreta de autonomia (GRAMSCI, 1992)

No âmbito do combate à pobreza e da inclusão produtiva rural, verifica-se a investida na potencialização da capacidade produtiva da agricultura familiar, desenvolvida por grande parte dos povos tradicionais que residem em Unidades de Conservação. Tal processo implica a descaracterização e subordinação do trabalho rural ao processo de modernização conservadora da agricultura, promovendo a hegemonização do capitalismo no campo (ELOI, 2014)

Esse processo apresenta rupturas e continuidades que garantem a reprodução das formas de superexploração do trabalho rural e a permanência de novas formas de trabalho escravo, seja por meio da peonagem, para degradação dos recursos naturais na região amazônica (MARTINS, 2000), seja pelas novas relações de aviação que revitalizam o sistema de exploração pela dívida.

Nesse sentido, a noção de inclusão produtiva incutida nas políticas socioambientais tem por objetivo potencializar a capacidade produtiva presente nas Unidades de Conservação de uso sustentável para disposição dos serviços ambientais no mercado internacional, uma vez que essa noção, construída historicamente e desenvolvida para atender aos ditames da economia globalizada, no contexto do enfrentamento da questão ambiental (SILVA, 2010), visa maior integração econômica dos mercados. Trata-se, portanto, de um conjunto

combinatório de ideologias burguesas para cooptação e conformidade com a situação de pobreza perante a pauperização exponencial de milhares de brasileiros, posto que a manutenção da ordem capitalista, sem pobreza absoluta, deve se transformar no ideário social comum a todos (MOTA, 2012)

Nesse contexto, evidencia-se que o Programa Bolsa Verde (PBV), como política compensatória de cunho socioambiental, é resultado da evidência dos conflitos socioambientais no contexto de resistência e luta política pelo território, ao mesmo tempo em que se apresenta como estratégia governamental inovadora para integração de políticas, com vistas ao desenvolvimento do país.

Como política socioambiental, o PBV apresenta equívocos conceituais e metodológicos. Conceituais, por mostrar-se, no discurso político, como política de pagamento por serviço ambiental (MMA, 2014; VIANA, 2014; VIANA 2013) sem, no entanto, esclarecer as condições e os atores envolvidos. A partir de suas características, o programa se aproxima conceitualmente, como política do tipo compensatória (PEREIRA, 2009), dos povos tradicionais, a fim de incentivar a conservação ambiental, a saída da situação de extrema pobreza, além de possibilitar o acesso a bens e serviços para potencializar sua capacidade produtiva e inserção nos mercados.

Metodológicos, porque, apesar de teoricamente estar integrado a outros programas e ações governamentais e à estratégia de focalização que determina a seleção para o atendimento no PBV, as ações não se articulam no tempo e no espaço. O acesso aos meios produtivos, como abastecimento de água e energia elétrica, para possibilitar a viabilidade de sistemas de produção sustentáveis também se encontram desarticulados às ações do PBV, assim como às políticas públicas redistributivas de garantia dos direitos sociais, além da transferência de renda.

Esses equívocos dificultam a própria compreensão acerca do PBV e sua implementação, pois suas condicionalidades são disseminadas sob a perspectiva preservacionista. No âmbito da Resex Médio Purus, o PBV é operacionalizado pelos próprios agroextrativistas que desenvolvem a gestão da Resex, ocupando cargos de gestores e conselheiros e passam a ser incumbidos da vigilância e controle do uso dos recursos naturais da Resex, mediante o cumprimento do Plano de Utilização com poucos recursos. A isso, soma-se um mercado local pautado na exploração indiscriminada dos recursos naturais, dificultando a compreensão e a viabilidades de usos manejados, inerentes ao modo de vida dos povos residentes nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Desse modo, a efetiva implementação da Resex e a construção de seu Plano de Manejo ainda se encontra em processo de elaboração e torna permanente a luta dos agroextrativistas pelo domínio do território, evidenciando conflitos internos e externos à Resex, mediante a ausência de fiscalização efetiva pelas instituições competentes do Estado, relegando essa responsabilidade às famílias agroextrativistas.

A caracterização do sistema produtivo de várzea – um dos principais ecossistemas presentes na Resex Médio Purus – tendo como lócus a comunidade Cassianã, permitiu observar que, no interior do Amazonas, a natureza, o homem e sua cultura são elementos intrínsecos que interagem entre si de forma dinâmica, numa maestria em que o ritmo e o sentido da vida integram elementos materiais e simbólicos. A racionalidade produtiva, desenvolvida nessa realidade, se diferencia da racionalidade econômica dominante por promover o equilíbrio, a conservação e a sustentabilidade de todos os seus elementos, a partir de princípios de coletivos.

O atendimento do PBV às famílias agroextrativistas da comunidade Cassianã apresenta limites e possibilidades, verifica-se que o acesso à renda por meio do Programa contribui significativamente para o sustento e sobrevivência material das famílias. O recurso permite a ampliação do acesso ao mercado na compra de bens materiais e alimentícios de necessidades primárias.

Porém, pouco contribui para a qualificação das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias, através da agricultura, pesca e extrativismo, uma vez que as ações de fomento viabilizadas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ainda são incipientes, inadequadas e se resumem ao acesso ao crédito individual e à distribuição de sementes sem o devido acompanhamento, sendo as ações de Assistência Técnica de Extensão Rural pouco viabilizadas no processo de qualificação do sistema produtivo agroextrativista, além de não atender à diversidade das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias.

A construção de cadeia produtiva, por meio de aquisições e inclusão dos produtos agroextrativistas, numa relação de comercialização favorável para as famílias, ainda apresenta-se distante e constitui um grande desafio para o Programa de Aquisição de Alimentos, diante da forte rede de comercialização instituída em Lábrea, que culturalmente demanda a exploração intensiva dos recursos naturais presentes na Resex Médio Purus.

Nesse sentido, o incentivo à conservação ambiental, promovido pelo PBV e seus programas correlatos, tende a individualizar as relações sociais, em detrimento do fortalecimento da coletividade e da solidariedade das relações sociais dos ecossistemas amazônicos. Pois, tais programas desenvolvidos e implementados no contexto da crise e das

mudanças atuais da sociedade, sem regras estáveis, com funcionamento ambíguo e inoperante apresentam-se como regressão dos direitos sociais e das lutas sociais dos povos tradicionais pela visibilidade das particularidades dos modos de vida e produção. A cidadania desses povos tem sido negada nos contextos locais e nacionais e o seu reconhecimento requer o atendimento às suas particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Por fim, é importante sinalizar que a construção de políticas socioambientais de caráter compensatório, tais como o Programa Bolsa Verde precisam não só estar integradas institucionalmente, mas também estar temporalmente articuladas à ampliação do acesso às políticas públicas adequadas às realidades vivenciadas pelos povos tradicionais. Para isso, o programa precisa possibilitar que os agroextrativistas sejam ouvidos e suas reivindicações consideradas nas tomadas de decisões.

Nesse sentido, é necessário ainda que as políticas socioambientais permitam, por meio de uma metodologia criativa, identificar os conflitos socioambientais e ampliar as negociações. Criar novas políticas e adequar as já existentes às realidades e territorialidades desenvolvidas pelos povos tradicionais da Amazônia. Isso requer ousadia e fortalecimento da luta desses povos para que sua cidadania amadureça, amplie e, enfim as famílias agroextrativistas possam ter acesso à melhores condições de vida.

De certo, a emergência e o alcance das políticas de caráter socioambiental já são conquistas de suas lutas, cabe agora ao poder público efetivá-las de maneira adequada e para além da legalidade, ampliando as condições e as possibilidades de autonomia na gestão da Resex Médio Purus, não apenas como repasse de responsabilização aos agroextrativistas por meio de sua institucionalização, mas com os efetivos e necessários recursos estruturais, materiais e humanos.

A análise dessa realidade nos permitiu verificar que ainda há muitos aspectos a serem pesquisados, a fim de contribuir para a construção de uma cadeia produtiva que contribua para o manejo dos ecossistemas de uma Resex, pois a diversidade das relações sociais e do sistema de produção e trabalho ali presentes são processos em permanente construção que, por meio da dinâmica de conflitos socioambientais, unem memórias do passado, divergências do presente e perspectivas de um futuro sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental.** Revista Estudos Avançados, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/10.pdf>. Acesso em 05/04/2014.

\_\_\_\_\_. et al (ogs). **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006.

ALEIXO, Josinaldo (org). Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus. **Memorial da luta pela reserva extrativista do Médio Purus em Lábrea-AM: registro da mobilização social, organização comunitária e conquista de cidadania na Amazônia/Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus;**. – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil –IEB, 2011.

ALONSO, Angela; Costa Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil.** In: Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia. Editora CLASCO, Buenos Aires, 2002. Acesso: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>. Em 10/10/2013.

ALMEIDA, Alfredo W. B. et al. **Guerra ecológica nos babaquais.** São Luis: MIQCB/Balaios, 2005.

\_\_\_\_\_. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da proteção ao protecionismo. In: **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia.** Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

\_\_\_\_\_(org). **Os conflitos sociais no complexo madeira.** Manaus: UEA edições, 2009.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. N. 112, p. 689-710, out/dez,2012.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. IN: ANTHONY, Anderson; et all (orgs). **O desafio da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994, 276p.

APARÍCIO, Miguel. Panorama contemporâneo do Purus indígena. IN: SANTOS, Gilton Mendes de (org). **Álbum Purus.** Manaus: EDUA, 2011

ARAÚJO, Nelcionei José de Souza. A territorialidade ribeirinha do Médio Juruá diante do modelo de selva extrativista. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio

Carlos (orgs) **Amazônia: cultura material e imaterial**. São Paulo: Annablume; Manaus:UFA, 2012.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. **Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários**. Revista Ciência e Ambiente, n. 29, p. 15-30, 2004.

BARATA, Joaquina. O desafio da inclusão no cenário atual brasileiro e amazônico. IN: SCHERER, Elenise (org). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; JOVCHELOVITCH, S. Entrevista Narrativa. IN: BAUER, M; GASKELL. G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho Gareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_ ; BUARQUE, Cristovam; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (orgs). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Garamond. Rio de Janeiro, 2007

\_\_\_\_\_. A Amazônia como território estratégico e o desafios às políticas públicas. In:**Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 9ª. Edição. Tradução de F. Thomaz. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado: cursos no College de France (1989-92)**1ª. Edição. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDENGURG, Alfio. **Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas**. *Ambient. soc.* [online]. 2005, vol.8, n.1, pp. 51-64. ISSN 1809-4422. disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2005000100004>. Acesso em 20/10/2015.

BRITO, Daguiete Maria Chaves et al (orgs.). **Conflitos socioambientais no século XXI**. In: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, dezembro de 2011.

CAMPOS, Arnaldo de; MULLER, Laudemir e outros. **Inclusão Produtiva Rural no Plano Brasil Sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro.** In: BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria** / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997

\_\_\_\_\_. **A expansão da fronteira: megaprojetos de infraestrutura e integração sul americana.** Caderno CRH. Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jun/abr 2012;

CASTEL. R. **As armadilhas da exclusão.** IN: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela et all (orgs). **Desigualdade e a questão social.** 3 edição revisada e ampliada – São Paulo: EDUC, 2011.

COSTA, Patricia Vieira de; MAFRA, Rafael d'Aquino *et al.* **O eixo de acesso a serviços e a ação Brasil Carinhoso do Plano Brasil Sem Miséria.** In: **BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria** / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

CUNHA, Euclides da. **A margem da história.** Porto: Livraria do Porto, 1909.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: um paraíso perdido.** Organização: Tenório Telles. 2ª. Edição. Manaus: Editora Valer, 2011.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Catia. **Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança.** Revista Estudo Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, p. 132-163, 2014.

DIEGUES, Antônio C. Santa. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

ELOI, Nubia Machado. **O mito da inclusão produtiva: o discurso ideológico de cidadania, inclusão social e crescimento econômico do estado brasileiro de FHC à Dilma.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa.** Biblioteca virtual de ciências humanas do Centro Edustein de Pesquisas Sociais. 1987

EUZÉBY, Alain. **Inclusão social: o desafio à proteção e à justiça social.** In: SPOSATY,

Aldaiza de Oliveira. **Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal.** São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1993

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: PAZ e Terra, 2002.

FRANCO, Marcelo Horta Messias. Novas configurações territoriais no Purus indígena e extrativista. IN: SANTOS, Gilton Mendes dos (org). **Álbum Purus.** Manaus:EDUA, 2011.

FRAXE, T. de J. P. de; PEREIRA, H. dos S; WITKOSKI, Antonio (orgs). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: Reggo Edições, 2011.

\_\_\_\_\_. CASTRO, A. P. de (orgs). **Amazônia: cultura material e imaterial.** São Paulo: Annablume; Manaus, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cultura Cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

GADAMER, H. **Verdade e Método.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura,** 1968. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del cárcere** 1929. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. **A concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

DE GROOT, R.S.; WILSON, M.A; BOUMANS, R.M.J.et all. **A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services.** Ecological Economics 41, 2002, 393-408.

HABERMAS, J. **Dialética e Hermenêutica.** São Paulo: Editora L&PM, 1987.

HACON, Vanessa de Souza; LOUREIRO, Carlos F. Bernado. **Estruturas de poder e a questão ambiental: a reprodução da desigualdade de classe.** Revista Eletrônica Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná. VI. 29, abril de 2014. Disponível em: [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br) . Acesso em 12/07/14.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. 11ª. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, 224 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo 10ª. Edição, Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

IRVING, M. A. (org). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

JESUS, Rogério S. de; MÁRSICO, Eliane Teixeira; *et all*. Comparação entre os processos de salga em salmora e salga mista do curimatã (*prochilodus nigricans*) na região amazônica. **Revista Brasileira de Ciências**. VI.9, n.º. 3, p. 143-146, set/dez 2002

KLEBA, John Bernhard; SOUSA, Wilson Cabral de. O homem e o rio: vivências de campo na calha do Purus. In: SOUZA JUNIOR, Wilson Cabral de. *et all* (orgs). **Rio Purus: águas, território e sociedade na Amazônia Sul-Ocidental**. Goiânia: Libri Mundi, 2012.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: FURB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 4 edição. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Discursos Sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE LOPES, José Sérgio. **Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e Sobre Dilemas da Participação**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 31-64. Jan./jun. 2006.

LITTLE, Paul. E. Os conflitos socioambientais: um campo do Estado e da ação política. In: BURSZTYN, M. (org). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

\_\_\_\_\_. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma crise anunciada. In: THEODORO, Suzi Huff (org). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LOPES, José Sergio Leite (coord. *et all*). **Ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2ª ed. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2012. Biblioteca do Pensamento moderno. Tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução Reginaldo Sant'Anna, 29ª ed. Volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_, **Reforma agrária: o impossível diálogo**. EDUSP, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. Revista Tempo Social. Rev. Sociol. USP 6 (1-2): 1-25, 1994, jun/1995)

MATTEI, Lauro. Desenvolvimento territorial com inclusão produtiva como estratégia de erradicação da pobreza rural. IN: MIRANDA, Carlos; TUBURCIO, Breno (orgs). **Estratégias de Inclusão Produtiva: IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial**. IICA, Brasília, 2012.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO, Octaviano. **Topônimos Amazonenses (nomes das cidades e significação)**. Edições governo do Estado do Amazonas. Serie Torquato Tapajós, 1967.

MENEZES, Thereza C. Dois destinos para o Purus: desenvolvimentismo, socioambientalismo e emergência dos povos tradicionais no sul do Amazonas. In: SANTOS, G. M. dos. (org). **Álbum Purus**. Manaus: EDUA, 2012.

\_\_\_\_\_. Expansão da fronteira agropecuária e mobilização dos povos tradicionais no sul do Amazonas. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de (org). **Conflitos sociais no complexo madeira**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA edições, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORIN, Edgar. **O Método**. Europa América, 2005.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade** – São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade**. 3 edição. – São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas**. IN: Caderno CEAS n°. 152, julho/agosto de 1993.

\_\_\_\_\_. **Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários.** IN: Caderno CRH n°. 21. Centro Editorial e Didático da UFB, jul/dez de 1994.

\_\_\_\_\_. **A difícil constituição da exclusão social no Brasil.** IN: Revista Temas COODEPLAN. Políticas Públicas: exclusão social.UNB; Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (org). **A difícil sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2001.

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Biocologia, conhecimentos tradicionais e sustentabilidade: as perspectivas da inovação no Amazonas.** Manaus/AM: EDUA, 2013.

\_\_\_\_\_; CHAVES, M.P.S. Desenvolvimento Sustentável e ecodesenvolvimento: **Uma reflexão sobre as diferenças ideo-políticas conceituais.** In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de pós-graduação em sociedade e cultura na Amazônia da Universidade federal do Amazonas. Ano 1, Manaus:EDUA/CAPES, publicada em fevereiro de 2006. ISSN 15118-4765.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas.** Manaus: Edua, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa mental: recurso didático no ensino da geografia no 1º. Grau.** Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, DEGEO, São Paulo, 1994.

NODA, Sandra do Nascimento; NODA, Hiroshi *et all.* **Arranjos e usos dos recursos naturais na agricultura do povo Deni.** In: revista Tellus, ano 3, n°. 4, p. 37-55, abril de 2003, Campo grande – MS. Disponível em: <http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/61>. Acesso em 12/01/2016.

NODA, Eliana A. do Nascimento. Políticas agrícolas e ambientais no baixo e médio Purus-AM. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2008.

OLIVEIRA , Luiz Rodrigues de; ALTAFIN,Iara Guimarães. **Proambiente: uma política de pagamento de serviços ambientais no Brasil.** Apresentação Oral no 57º. Congresso da Sociedade brasileira de economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER realizado na Universidade federal de Brasília em julho de 2014. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/421.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. IN BOSCHETTI, Ivanete (org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PFEIFER, Mariana. **O social no interior do projeto neodesenvolvimentista.** In: Revista de Serviço Social, São Paulo, Cortez, n°. 120, p. 746-766, out/dez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2007. 214 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

RIOS, Renata. **As ações de geração de trabalho e renda desenvolvidas no âmbito da política de assistência social: um exemplo de intervenção compensatória no contexto focalizado da proteção social brasileira**. Dissertação de Mestrado apresentada a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Karen Leite. **O Programa Bolsa Floresta e os sistemas de pagamento por serviços ambientais**. Publicado pelo autor em outubro de 2014. Disponível em : <http://jus.com.br/artigos/32871/o-programa-bolsa-floresta-e-os-sistemas-de-pagamento-por-servicos-ambientais>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

RODRIGUES. Carmem Izabel. **Caboclos na Amazônia: identidade na diferença**. Novos cadernos NAEA. Vol 9, n. 1, p. 119-130. Jun 2006, INSS 15166481

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Trad. Magda Lopes, - São Paulo: Stidio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Cidade Aberta), 1993.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. IN: VIEIRA, Paulo Freire, WEBER, Jacques (Orgs). **Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ª Ed.; São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, G. M. dos. (org). **Álbum Purus**. Manaus: EDUA, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1ª. Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Jander Cardenes; SCHERER, Elenise Faria. Programa Bolsa Floresta: recompensa financeira aos guardiões das florestas nas unidades de conservação do Estado do Amazonas. IN: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; CASTRO, Albejamere Pereira (orgs). **Amazônia: cultura material e imaterial**. São Paulo: Anablume; Manaus: UFA, 2012.

SANTOS, Francisco Pinto dos. **Mantendo a Floresta em pé? Uma análise do programa bolsa floresta como pagamento por serviços ambientais na RDS Uacari**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGSCA. Manaus: UFAM, 2012.

SANTOS, Laura Meneghel dos. **Inclusão produtiva no combate à pobreza: possibilidades e limites do Plano Brasil Sem Miséria**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Milton. BECKER, Berta (org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª. Edição. Ed. Lamparina, RJ. Coleção espaço, território e paisagem, 2007.

SCHENEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. Teoria e Evidencia Econômica, Passo Fundo – RS, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Faces do estado na Amazônia: entre as curvas do rio Juruá**. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam, 2012.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade ambiental e (in)sustentabilidade social. IN: MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Dolores Lima da. **O Plano Plurianual 2004-2007 e as Políticas de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Brasileira**. Trabalho apresentado no IV Jornada Internacional de Políticas Públicas em agosto de 2009.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira. **Desenvolvimento sustentável no Brasil de Lula: uma abordagem jurídico-ambiental**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, Antonia Ivanilce Castro da; NODA, Hiroshi. **Unidades de paisagem na agricultura familiar em benjamin Constant, Amazonas**. In: Anais do II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazonia, Manaus: EDUA, 2012. ISSN: 2178-3500.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**, In: E. Moraes (org). Simmel: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, 120p.

SOUZA JUNIOR, Wilson Cabral de; et all (orgs). **Rio Purus: águas, território e sociedade na Amazônia Sul-Occidental**. Goiânia: Libri Mundi, 2012.

SOARES, David Gonçalves; IRVING, Marta de Azevedo. Entre a paz e a corrente: conflitos no Parque Estadual da Pedra Branca-RJ. IN: IRVING, Marta de Azevedo (org). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. RJ: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

SPRANDEL. Marcia Anita. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Nucleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2004.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. IN BOSCHETTI, Ivanete (org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e as formas de seu enfrentamento**. In: Revista de Serviço Social e Sociedade n. 110, abril/junho 2012. Editora Cortez, São Paulo.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

THEODORO, Suzi Huff (org). **Mediação de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. IN: VIANA, Gilney (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIANA, Virgílio. **Bolsa Floresta e Bolsa Verde: diferenças, semelhanças e desafios**. In: Revista Virtual Página 22. Julho, 2011. Disponível em: <http://www.pagina22.com.br/index.php/2011/10/bolsa-floresta-e-bolsa-verde-semelhancas-diferencas-e-desafios/>. Acesso em: maio de 2013.

VIANA, João Paulo. **Dois anos de Bolsa verde: seria uma meta alcançável?** In: 2017 texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; FURINI, Luciano Antonio *et all*. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (orgs). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

Vieira, Marina Guimarães. **Caboclos, Cristãos e Encantados: Sociabilidade, Cosmologia e Política na Reserva Extrativista Arapixi - Amazonas** /Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS-MN/UFRJ, 2012.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª. Edição. Belo Horizonte: Atalaia – São Paulo: Editora da USP, 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2011. 152 p.

WIGGERS, Raquel; SILVEIRA, Luciana Braga; IRIBERRY, Magdalena. **Agro-Extrativismo na Amazônia: populações florestinas e preservação ambiental no Amazonas, Brasil**. Trabalho apresentado no V Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural. Grupo de Trabajo: Nuevaruralidad y poblados rurales. Santa Rosa. La Pampa. 11 al 15 de março 2013.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2 edição – São Paulo, Anablume, 2010.

Documentos, sites e jornais consultados:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. Decreto n. 7.572, de 8 de setembro de 2011. **Regulamenta dispositivos da Medida Provisória no 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7572.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7572.htm). Acesso: 20/10/13.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde: erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente, histórico, gestão e monitoramento, balanço geral**. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/201/\\_arquivos/apresentao\\_bolsa\\_verde\\_201.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/apresentao_bolsa_verde_201.pdf). Acesso em 10/03/2015

BRASIL. Decreto n. 7.492 de junho de 2011. **Institui o Plano Brasil sem Miséria**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/brasilsemisericia/legislacao-2/decreto-no-7492.pdf>. Acesso: 20/10/13.

BRASIL. Decreto n. 6040 de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 12/02/2013.

BRASIL. Lei n. 12.512 de 14 de outubro de 2011. **Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm). Acesso em 12/02/2013.

BRASIL. Decreto n. 8022 de 31 de maio de 2013. **Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8022.htm). Acesso: 21/10/13.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Apoio à Conservação Ambiental: erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente, histórico, gestão e monitoramento e balanço geral**. Brasília, MMA, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria** / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

BRASIL, Lei N<sup>o</sup> 9.985 de 18/07/2000 Regulamenta o art. 225, § 1<sup>o</sup>, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, **institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**.

BRASIL, Decreto de 8 de maio de 2008. **Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Médio Purus, localizada nos municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências**.

BRASIL. Portaria n<sup>o</sup> 126, de 08 de novembro de 2012. **Aprova o Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Médio Purus**. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/Portaria1262012.pdf>. Acesso em 22/10/13.

DIÁRIO DA UNIÃO. Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental. Portaria N<sup>o</sup> 112 de 04/11/2010 que **cria o Conselho Deliberativo da Resex Médio Purus**.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. CEPAL (2010). Documento Informativo: **Panorama Social da América Latina**. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em: 14 set. 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Lei n<sup>o</sup>. 3.135 de 05 de junho de 2007. **Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e estabelece outras providências**. Disponível em: <http://www.sefaz.am.gov.br/areas/opcaosistemas/SILT/Normais/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%/Ano%202007/Arquivo/LE%203135%2007.htm>. Acesso em 04/03/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto n<sup>o</sup>. Decreto n.º 26.958 de 04 de setembro de 2007. **Institui o Programa bolsa Floresta do Governo do Estado do Amazonas, na forma que especifica, e da outras providências**. Disponível em: [conservacao.mpambiental.org/wp-content/uploads/.../AMAZONAS2.doc](http://conservacao.mpambiental.org/wp-content/uploads/.../AMAZONAS2.doc). Acesso em 11/05/2014.

\_\_\_\_\_. Decreto de 23 de julho de 2015. **Regulamenta a pesca manejada do Pirarucu no Estado do Amazonas e da outras providências**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2015/07/jose-melo-assina-decreto-que-regula-a-pesca-manejada-do-pirarucu-e-torna-o-amazonas-pioneiro-em-modelo-sustentavel-no-pais/>. Acesso em 20/12/2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME – MDS. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em debate n<sup>o</sup>. 12**. Secretaria de Avaliação e gestão da Informação. Brasília/DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social.** Maria Francisca Pinheiro Coelho e outros (orgs.) Brasília, UNESCO, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio.** Nova Iorque, 2000. Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em 20/02/2014.

<http://www.imazon.gov.br/portal>. Acesso em 03/05/2016.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) . Acesso em 2013-2015.

<http://www.mma.gov.br/publicacoes-mma>. Acesso em 2013-2015.

<http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em 2013-2015.

A Crítica. **Ex-prefeito de Lábrea é responsabilizado por trabalho escravo e infantil.** 29/04/2014.

A Crítica. **Em visita ao AM, ministro Unger prega discurso longe da prática.** Reportagem de Aristides Furtado. 03/05/2015.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A



Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
 Centro de Ciências do Meio Ambiente - CCA  
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –  
 PPGCASA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Senhor (a) para participar como voluntário (a), por livre e espontânea vontade, da pesquisa intitulada: *Políticas Socioambientais na Amazônia: o Programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea-AM*, desenvolvida e sob a responsabilidade da doutoranda Silvânia Queiroz e Silva de Deus, endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 300 – campus universitário Bloco T Setor Sul, telefone (92) 99113-8282, e-mail: [silvania.social@hotmail.com](mailto:silvania.social@hotmail.com). É orientadora desta pesquisa a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elenise Faria Scherer, endereço profissional Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 300 – campus universitário Bloco T Setor Sul, telefone (92) 3305-4069, e-mail: [elenisefaria@gmail.com](mailto:elenisefaria@gmail.com). A pesquisa tem por objetivo investigar o desenvolvimento do Programa Bolsa Verde para erradicação da pobreza e inclusão produtiva das famílias da Comunidade do Cassianã, RESEX Médio Purus.

De acordo com os procedimentos metodológicos delineados será realizada pesquisa documental e de campo, sendo nesta última utilizada a técnica de entrevista narrativa, formulários semi-estruturados, elaboração de mapas mentais por meio de reuniões e oficinas bem como a realização do registro fonográfico e fotográfico. Caso aceite, sua participação consistirá na concessão de entrevistas e participação em reuniões e oficinas de discussão acerca das ações do Programa Bolsa Verde desenvolvidas na comunidade, tais entrevistas e reuniões serão coordenados pela pesquisadora. Para isso, o Senhor (a) fornecerá dados e informações de como a comunidade teve acesso à essa política pública, como se utiliza dela e quais seus impactos desta política na qualidade de vida das famílias da comunidade.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se aos possíveis resultados sociais a serem alcançados com a pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar alternativas e/ou ferramentas que contribuam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações do Programa Bolsa Verde, além de proporcionar elementos de empoderamento sociopolítico do público-alvo como registro do processo histórico de ocupação da comunidade.

Os riscos envolvidos na participação da pesquisa são mínimos e consistem na possibilidade de um desconforto relacionado à exposição de suas informações e opiniões à pesquisadora e ao tempo dispensado às entrevistas. Para minimizar estes riscos as entrevistas serão realizadas em seu ambiente familiar, ou seja, na sua residência e de acordo com sua disponibilidade, podendo ser interrompida a qualquer momento que desejar, sem que com isso tenha qualquer prejuízo ou penalidade.

Se depois de consentir sua participação o Senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O Senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Caso o Senhor(a) venha a sofrer danos em decorrência da pesquisa, terá o apoio, tanto da pesquisadora responsável quanto da instituição à qual a pesquisa está vinculada.

Para qualquer informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato a qualquer momento com a pesquisadora por meio do endereço e contato acima mencionados ou com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004.

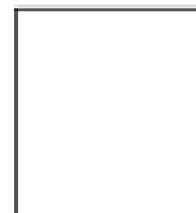
#### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, também entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento será emitido em duas vias e todas as páginas serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

- ( ) Aceito que seja feito o registro fonográfico
- ( ) Aceito que seja feito o registro fotográfico
- ( ) Não aceito que seja feito o registro fonográfico
- ( ) Não aceito que seja feito o registro fotográfico

Local e Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

**APÊNDICE B**

Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Centro de Ciências do Meio Ambiente - CCA



Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –  
PPGCASA

*Políticas Socioambientais na Amazônia: o Programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea-AM*

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Instrumento n°. \_\_\_\_\_

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA A SER APLICADO COM OS COMUNITÁRIOS POR  
NÚCLEO FAMILIAR

**I. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL FAMILIAR**

1. Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_\_ anos Local de Nascimento: \_\_\_\_\_

3. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino N°. de filho: \_\_\_\_\_

4. Quanto tempo mora na comunidade? \_\_\_\_\_

5. Escolaridade:

( ) Não alfabetizado

( ) Alfabetizado

( ) Fundamental incompleto

( ) Fundamental completo

( ) Médio incompleto

( ) Médio completo

( ) Outro \_\_\_\_\_

6. Estado Civil:

( ) Solteiro

( ) Casado

( ) Viúvo

( ) Separado

( ) Vive maritalmente

( ) Outro \_\_\_\_\_

7. Religião:



--	--	--	--

14. Possui carteira de Produtor Rural? ( ) Sim ( ) Não

15. Possui ou é beneficiário de algum programa de crédito ou financiamento rural?

( ) Sim ( ) Não Qual? \_\_\_\_\_

Valor financiado: \_\_\_\_\_ Tempo de financiamento:

\_\_\_\_\_

16. Quais as principais atividades que o senhor realiza para o sustento da sua família?

( ) pesca

( ) agricultura familiar

( ) extrativismo

( ) artesanato

( ) Outro \_\_\_\_\_

17. O senhor vende algum produto que produz? Qual?

\_\_\_\_\_

18. Para quem o senhor faz a comercialização?

\_\_\_\_\_

19. Onde o senhor comercializa seus produtos?

\_\_\_\_\_

20. O senhor sabe o destino do produto que comercializa?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não

21. Depois da criação da RESEX o preço do produto que o Senhor comercializa:

( ) Continuou o mesmo

( ) Aumentou

( ) Diminuiu

( ) Outro \_\_\_\_\_

### III - INFRA-ESTRUTURA DA COMUNIDADE

#### Saúde

22. A comunidade possui UBS ou casa de saúde? ( ) Sim ( ) Não

23. Existe agente de saúde na comunidade? ( ) Sim ( ) Não

24. Onde fica a unidade de serviço de saúde mais próxima?

( ) Em outra comunidade

( ) Na sede do município

( ) Em outro município

( ) Outro \_\_\_\_\_

**Educação**

25. A comunidade dispõe de escola municipal/estadual? ( ) Sim ( ) Não

26. Qual o nível escolar oferecido na escola da comunidade?

- ( ) Alfabetização adulto e infantil  
 ( ) De 1ª a 4ª série  
 ( ) Até a 9ª série  
 ( ) Ensino médio  
 ( ) Outro

**Serviços públicos e comunitários**

27. Quais destes serviços a comunidade possui?

- ( ) Energia elétrica Quem forneceu? \_\_\_\_\_  
 ( ) Gerador de energia Quem forneceu? \_\_\_\_\_  
 ( ) Rádio comunitária Quem forneceu? \_\_\_\_\_  
 ( ) Centro social ou casarão Quem forneceu? \_\_\_\_\_  
 ( ) Bomba d'água Quem forneceu? \_\_\_\_\_  
 ( ) Outro \_\_\_\_\_

28. Como o senhor avalia os serviços existentes na comunidade?

- ( ) Ruim  
 ( ) Regular  
 ( ) Bom  
 ( ) Ótimo

29. Qual o serviço de grande necessidade que a comunidade não possui?

\_\_\_\_\_

30. Quais as principais festas comemoradas na comunidade?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

31. Quais as ocasiões em que a comunidade costuma se reunir?

- ( ) Campeonatos de futebol  
 ( ) Festa de Santos patronos Qual Santo? \_\_\_\_\_  
 ( ) Mutirões de trabalho Em que atividade? \_\_\_\_\_  
 ( ) Mutirões de limpeza Em que época/mês do ano? \_\_\_\_\_  
 ( ) Outro Qual? \_\_\_\_\_

**IV - AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS**

32. Como foi o processo de criação da RESEX, mudou alguma coisa na vida da comunidade?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

33. Antes da criação da RESEX existiam brigas/desavenças ou algum tipo de conflito entre os moradores e o governo? Quais?

---

---

34. Para você, como é morar numa RESEX?

---

---

35. O senhor se sente protegido por viver na RESEX?

( ) Sim Porque?

---

( ) Não Porque?

---

36. Quais as principais dificuldades para sua família por viver na RESEX?

---

---

37. Quais as principais vantagens de viver na RESEX?

---

---

---

38. Para o senhor quem são os responsáveis pelo:  
Desmatamento na Resex?

---

Não desmatamento da Resex?

---

39. Quem são os principais inimigos ou invasores da RESEX? Porque?

---

---

40. Quais os recursos mais disputas na resex entre os moradores e os invasores?

( ) peixes Quais? \_\_\_\_\_

( ) bicho de casco

( ) madeira

( ) castanha

( ) seringa

( ) Outros \_\_\_\_\_

41. O que o senhor entende por sustentabilidade?

---

---

42. Você é associado da ATAMP? ( ) Sim ( ) Não

43. Conhece o presidente da ATAMP e o gestor da RESEX? ( ) Sim ( ) Não

44. Como é a sua relação com eles?

---

---

45. Costuma participar de algum tipo de atividade na comunidade? Qual?

( ) Reuniões com a ATAMP

( ) Reuniões com o ICMbio

( ) Reuniões entre os comunitários

( ) Mutirões

( ) Festas religiosas

( ) Outros \_\_\_\_\_

46. O Senhor considera que a ATAMP contribui para melhorar a vida na resex? Como?

---

---

#### **V – PROGRAMA BOLSA VERDE, INCLUSÃO PRODUTIVA E A CONSERVAÇÃO**

47. Como ficou sabendo da existência do PBV e o que fez para ser inserido?

---

---

48. Desde quando recebe o valor do PBV?

Mês \_\_\_\_\_/Ano: \_\_\_\_\_

49. Quem da família assinou o Termo de Adesão ao PBV?

---

50. O PBV contribui para o sustento da sua família? ( ) Sim ( ) Não

51. Em que utiliza o valor do recebido pelo PBV?

( ) Alimentação

( ) Vestimentos

( ) Aquisição de equipamentos de trabalho

( ) Aquisição de eletrodomésticos

( ) Outros \_\_\_\_\_

52. O senhor sabe quais os objetivos e critérios para adesão ao PBV?

( ) Sim Quais são?

---

( ) Não

53. O senhor sabe das condicionalidades contidas no Termo de Adesão ao PBV?

( ) Sim Quais?

---

( ) Não Porque?

---

54. Para o Senhor o PBV contribui para a conservação ambiental da RESEX, por quê?

---

---

---

55 O Senhor teve que realizar ou abandonar alguma atividade de trabalho porque passou a receber o PBV?

Quais passou a realiza \_\_\_\_\_

Quais abandonou? \_\_\_\_\_

56. O senhor considera que todos da comunidade contribuem para a conservação ambiental da RESEX?

( ) Sim Porque?

\_\_\_\_\_

( ) Não Porque?

\_\_\_\_\_

57. Existe alguém responsável pelo acompanhamento do PBV na RESEX ou na comunidade? Quem?

58. Existe alguma ação do governo que incentiva a atividade produtiva exercida na comunidade? Qual?

59. Como o senhor gostaria que fosse desenvolvido o PBV na sua comunidade?

60. Há alguma dificuldade para o recebimento do valor do PBV? Quais?

61. O que poderia melhorar no PBV para maior qualidade de vida da família e da comunidade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

OBRIGADA!



## APÊNDICE C



Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
 Centro de Ciências do Meio Ambiente - CCA  
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –  
 PPGCASA

*Políticas Socioambientais na Amazônia: o Programa Bolsa Verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea-AM*

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Pesquisador: \_\_\_\_\_  
 Horário: \_\_\_\_\_  
 Local: \_\_\_\_\_  
 Instrumento n°. \_\_\_\_\_

### ESQUEMA AUTO GERADOR PARA ENTREVISTA NARRATIVA

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos Local de Nascimento: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Função Social: ( ) Repres. do ICMbio ( ) Presid. da ATAMP ( ) Comunitário

Se comunitário, exerce alguma função de liderança na comunidade? ( ) SIM ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

Fases	Regras
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questões exmanetes: Como o Bolsa Verde chegou na comunidade? O que mudou na comunidade e no seu trabalho com o PBV?</li> </ul>
Iniciação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego de auxílios visuais: fotos das reuniões para criação da RESEX e do cartão do Programa Bolsa Família (pelo qual recebem o recursos do PBV)</li> </ul>
Narração central	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não interromper</li> <li>• Somente encorajamento não verbal</li> <li>• Esperar os sinais de finalização</li> </ul>
Fase de perguntas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Somente “Que aconteceu então”</li> <li>• Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes</li> <li>• Não fazer perguntas do tipo “por que”</li> <li>• Ir de perguntas exmanetes para imanentes (surgem a partir da narração do informante)</li> </ul>



**ANEXOS**

## ANEXO 1: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: O PROGRAMA BOLSA VERDE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DAS FAMÍLIAS DA RESEX MÉDIO PURUS, LÁBREA-AM

**Pesquisador:** Silvânia Queiroz e Silva de Deus

**Versão:** 1

**CAAE:** 43758815.4.0000.5020

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências do Ambiente

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.025.994

**Data da Relatoria:** 15/04/2015

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- 1.Folha de rosto:ADEQUADO
- 2.Instituição Proponente: ADEQUADO
- 3.Riscos(NO CORPO DO PROJETO): ADEQUADO
- 4.Critério de inclusão e exclusão: ADEQUADO
- 5.Termos de Anuência: ADEQUADO
- 6.Instrumentos de Pesquisa: ADEQUADO
- 8.CRONOGRAMA: ADEQUADO
- 9.ORÇAMENTO:ADEQUADO
- 10.Curriculum Lattes: FOI APENSADO AO PROTOCOLO DE PESQUISA

## Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois a pesquisadora cumpriu totalmente as determinações da Res.486/2012.

É o parecer.

**Situação do Parecer:** Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:** Não

MANAUS, 16 de Abril de 2015

Assinado por:  
Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950  
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br

## ANEXO 2: ANUÊNCIA DO ICMBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

## Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 44741-1	Data da Emissão: 10/07/2014 09:54	Data para Revalidação*: 09/08/2015
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

## Dados do titular

Nome: Silvânia Queiroz e Silva de Deus	CPF: 777.144.662-00
Título do Projeto: ESTADO E POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA DAS FAMÍLIAS DA RESEX MEDIO PURUS, LÁBREA-AM, POR MEIO DO PROGRAMA BOLSA VERDE	
Nome da Instituição: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA	CNPJ: 04.378.626/0001-97

## Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	pesquisa de campo	12/2014	03/2016

## Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/igen">www.mma.gov.br/igen</a> .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

## Outras ressalvas

1	Como a unidade de conservação onde a pesquisa será desenvolvida é gerida por um conselho deliberativo, sugerimos a pesquisadora agendar junto ao servidor chefe da Resex a apresentação da proposta ao conselho, para que o mesmo tome conhecimento sobre as atividades que serão desenvolvidas dentro da unidade de conservação. Ao final da pesquisa os resultados também deverão ser apresentados ao conselho.  Também é necessário fazer contato prévio com o chefe da Resex para informar sobre os períodos em que ocorrerão trabalhos de campo.
	Servidor responsável pela Resex: JOSÉ MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA Fone: (97) 3331-1805 (97) 9156-5992 E-mail: <a href="mailto:josemaria@icmbio.gov.br">josemaria@icmbio.gov.br</a>

Locais onde as atividades de campo serão executadas

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 18788228



Página 1/4

## ANEXO 3: ANUÊNCIA DA ATAMP



Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Centro de Ciências do Meio Ambiente - CCA



Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –  
PPGCASA

## TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Jose Maria Carmelino de Oliveira, representante da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus - ATAMP declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, intitulado *Estado e Políticas Socioambientais na Amazônia: ações de Inclusão Produtiva das Famílias da Resex Médio Purus, Lábrea-AM, por meio do Programa Bolsa Verde*, a ser realizado pela discente Silvânia Queiroz e Silva sob a orientação da Profa. Dra. Elenise Faria Scherer, docente do PPGCASA. A referida pesquisa tem por objetivo investigar o desenvolvimento do Programa Bolsa Verde para erradicação da pobreza e promoção da cidadania das famílias da Comunidade Praia do Cassianã e sua contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável na RESEX Médio Purus, Lábrea-AM.

A pesquisa científica será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através de entrevistas junto ao representante institucional da CR01 Gestor da Resex Médio Purus junto ao ICMBIO, representante da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus – ATAMP e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde, definidos a partir de critérios de amostra aleatória estabelecidos pela pesquisadora no decorrer da pesquisa. Os instrumentos utilizados serão formulários semi-estruturados e roteiros de entrevistas, gravador de voz e máquina fotográfica.

Fui informado que as informações e dados coletados serão utilizados tão somente para realização deste estudo observando os critérios de absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Poderei ainda realizar contato para obter maiores esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa com a orientadora e a pesquisadora em qualquer momento junto ao PPGCASA no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio, nº. 3000, Coroado – Manaus/AM telefone para contato: (92) 9113-8282, (92) 3305-4069 bem como ter acesso a tese final e futuras publicações na forma de artigos científicos decorrentes desta pesquisa.

Lábrea, 19/06/14

Presidente da ATAMP

Testemunhas:

Nome: Alba dos Prazeres de Almeida

RG: 1598194-0

Nome: Jefferson de Deus Costa

RG: 1349498-8

## ANEXO 4: ANUÊNCIA DA COMUNIDADE CASSIANÃ



Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
Centro de Ciências do Meio Ambiente - CCA



Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –  
PPGCASA

### TERMO DE ANUÊNCIA

Eu João Araújo de Souza, Eder e presidente da Comunidade Praia do Cassianã, Resex Médio Purus declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, intitulado *Estado e Políticas Socioambientais na Amazônia: ações de Inclusão Produtiva das Famílias da Resex Médio Purus, Lábrea-AM, por meio do Programa Bolsa Verde*, a ser realizado pela discente Silvéria Queiroz e Silva sob a orientação da Profa. Dra. Flénise Faria Scherer, docente do PPGCASA. A referida pesquisa tem por objetivo investigar o desenvolvimento do Programa Bolsa Verde para erradicação da pobreza e promoção da cidadania das famílias da Comunidade Praia do Cassianã e sua contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável na RESEX Médio Purus, Lábrea-AM.

A pesquisa científica será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através de entrevistas junto ao representante institucional da CR01 Gestor da Resex Médio Purus junto ao ICMBIO, representante da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus – ATAMP e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde, definidos a partir de critérios de amostra aleatória estabelecidos pela pesquisadora no decorrer da pesquisa. Os instrumentos utilizados serão formulários semi-estruturados e roteiros de entrevistas, gravador de voz e máquina fotográfica.

Fui informado que as informações e dados coletados serão utilizados tão somente para realização deste estudo observando os critérios de absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Poderei ainda realizar contato para obter maiores esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa com a orientadora e a pesquisadora em qualquer momento junto ao PPGCASA no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio, n.º 3000, Coroado – Manaus/AM telefone para contato: (92) 9113-8282, (92) 3305-1069 bem como ter acesso a tese final e futuras publicações na forma de artigos científicos decorrentes desta pesquisa.

Lábrea, 20/06/14

João Araújo de Souza  
Presidente da Comunidade Praia do Cassianã

Testemunhas:

Nome: Celso dos Prazeres de Andrade RG: 1598194-0

Nome: Jefferson de Deus Costa RG: 1749498-8